



ÍNDICE

01 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	4
1.1. Controle Interno	5
1.2. Competências da Contadoria Geral do Estado.....	5
1.3. Introdução Conceitual das Demonstrações Contábeis	8
1.4. Processo de Convergência aos Padrões Internacionais.....	14
02 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - DCASP	16
03 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	30
04 – ASPECTOS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	40
4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa	41
4.2. Créditos a Curto Prazo.....	43
4.3 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.....	45
4.4 Estoques.....	55
4.5 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente.....	55
4.6 Créditos a Longo Prazo	56
4.7 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo.....	60
4.8 Investimentos.....	64
4.9 Imobilizado.....	72
4.9.1 Bens Móveis	73
4.9.2 Bens Imóveis	74
4.10 Intangível	78
4.11 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	79
4.12 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	81
4.13 Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo.....	82
4.14 Provisões a Curto Prazo	84
4.15 Demais Obrigações a Curto Prazo.....	85
4.16 Dívida Flutuante.....	90
4.17 Restos a Pagar	91
4.18 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo.....	95
4.19 Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	96
4.20 Fornecedores a Longo Prazo.....	98
4.21 Provisões a Longo Prazo	99
4.22 Demais Obrigações a Longo Prazo.....	100
4.23 Resultado Diferido	102



4.24 Patrimônio Líquido	103
4.25 Ajustes de Exercícios Anteriores	106
4.25.1 Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos – Superávit e Déficit Acumulados ...	108
4.25.2 Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista – Lucros ou Prejuízos Acumulados....	109
4.26 Resultado Patrimonial	110
4.27 Superávit/ Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial	114
4.28 Passivos Contingentes.....	114
4.29 – Análise dos Quocientes – Balanço Patrimonial	116
4.30 Análise dos Quocientes – Demonstração das Variações Patrimoniais	121
4.31 Resultado Orçamentário	122
4.32 Análise dos Quocientes – Balanço Orçamentário	125
4.33 Resultado da Execução Financeira	130
4.34 Análise dos Quocientes – Balanço Financeiro	133
4.35 Resultado dos Fluxos de Caixa.....	136
4.36 Análise dos Quocientes – Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	137
05 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - TIPOS DE ADMINISTRAÇÃO	140
ADMINISTRAÇÃO DIRETA.....	141
AUTARQUIAS.....	151
FUNDAÇÕES PÚBLICAS	161
EMPRESAS PÚBLICAS	171
SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	181
FUNDOS.....	192
06 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - PODER	202
PODER LEGISLATIVO.....	203
PODER LEGISLATIVO – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.....	212
PODER LEGISLATIVO – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	221
PODER JUDICIÁRIO	229
MINISTÉRIO PÚBLICO	238
PODER EXECUTIVO	247
07 – LEGISLAÇÃO BÁSICA.....	258
08 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	267



09 – LISTA DE TABELAS	269
10 – LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	273



01 – Apresentação das Demonstrações Contábeis



1.1. Controle Interno

A contabilidade pública está norteada por dispositivos que tratam do Controle Interno, tais como o disposto no art. 74 da Constituição da República Federativa do Brasil, no art. 129 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, nos artigos 76 ao 80 da Lei Federal nº 4.320/64 e no art. 202 da Lei Estadual nº 287/79.

O controle interno é exercido pelo conjunto de órgãos integrados, sob a forma de sistema, para exercer a fiscalização dos atos da administração direta e indireta, levando-se em conta os procedimentos desses controles estabelecidos pela Administração, a suficiência, a exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil e o ambiente de controle interno do órgão ou entidade. As suas atividades devem, portanto, ocorrer exclusivamente no âmbito da Administração Pública, ou seja, são inerentes ao poder de autotutela, que só pode ser desempenhado pelos Órgãos e entidades do Poder Executivo, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e Ministério Público.

Quando efetivamente implementado, o controle interno se torna uma importante ferramenta à Administração Pública, garantindo à sociedade instrumentos de transparência na gestão dos recursos públicos, sintonizado com o princípio de maior Accountability por parte dos gestores, cumprindo com os ditames de uma gestão fiscal responsável em atendimento às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

1.2. Competências da Contadoria Geral do Estado

A Contadoria Geral do Estado – CGE é o Órgão Central do Subsistema de Contabilidade do Controle Interno do Poder Executivo. Dentre outras atribuições, compete à CGE coordenar e normatizar os procedimentos contábeis e atividades relacionadas ao controle interno que promovam o registro dos atos e fatos da administração pública nos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, orientando tecnicamente as unidades setoriais do Subsistema de Contabilidade, supervisionando as atividades, para padronização, racionalização e controle das ações.

Ainda nesse contexto, é de sua competência elaborar, manter e aprimorar o plano de contas, os tipos, itens e operações patrimoniais a serem utilizados pelos órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; emitir pareceres e notas sobre assuntos de natureza técnica afetos à área contábil; fornecer aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual orientação e apoio técnico na aplicação de normas e na utilização de técnicas contábeis.



A Contadoria Geral do Estado é ainda responsável pela elaboração e divulgação da Prestação de Contas e do Balanço Geral do Estado do Rio de Janeiro, conforme determina o Decreto Estadual nº 43.463 de 14/02/2012. Assim sendo, este Relatório Técnico (Volume 2) está estruturado de modo a apresentar sistematicamente as demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas do exercício de 2017.

Quanto às Coordenadorias Setoriais de Contabilidade – COSEC e demais órgãos de contabilidade ou equivalente na administração indireta, compete dentre outros:

- Realizar o registro contábil dos atos e dos fatos que afetam o patrimônio das entidades do setor público, respaldado por documentos que comprovem a operação e seu registro na contabilidade, mediante classificação em conta adequada, visando à salvaguarda dos bens e à verificação da exatidão e regularidade das contas;
- Realizar o registro contábil da liquidação da despesa no sistema eletrônico de contabilidade;
- Promover análise e acompanhamento das contas analíticas garantindo seu registro com individualização do devedor ou do credor, quanto à especificação da natureza, importância e data do vencimento;
- Observar as instruções baixadas pela Contadoria Geral do Estado quanto à aplicação do Plano de Contas Único, Eventos, Rotinas Contábeis e os Manuais de Procedimentos;

Desta forma, observa-se que as atribuições da CGE e das COSEC's são bastante distintas. Enquanto a CGE tem competências de caráter orientador e controlador das atividades contábeis, as COSEC's tem por competência a execução dessas atividades.

Nesse contexto, a estrutura Contábil do Estado do Rio de Janeiro está composta por 117 Unidades Gestoras, distribuída pelos seguintes tipos de Administração:

- * 25 órgãos da Administração Direta, compreendendo os Poderes, as Secretarias, dentre outras Unidades Gestoras especiais;
- * 31 Fundos;
- * 17 Autarquias;
- * 21 Fundações;



- * 05 Empresas Públicas e
- * 11 Sociedades de Economia Mista

Cabe mencionar também, que são evidenciados nas Demonstrações Contábeis, por meio da equivalência patrimonial, pelos valores de suas respectivas participações, 04 Empresas Não Dependentes (CEDAE, CFSEC, IO e AGE-RIO) e 03 Empresas em Liquidação (DIVERJ, CELF, BD-RIO).

Visando a otimização dos gastos públicos e incremento de eficiência na atuação estatal, algumas secretarias foram incorporadas a outras, modificando a estrutura do Poder Executivo, conforme determina o Decreto nº 45.681 de 08/06/2016.

Com vistas a extrair com precisão os dados contábeis que integrarão a Prestação de Contas, assim como os relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, foi publicada a Portaria CGE 199 de 10 de Agosto de 2016, a qual determina a obrigatoriedade de emissão da Declaração de Conformidade Quadrimestral dos Saldos Contábeis do SIAFE-Rio.

Todas as Coordenadorias Setoriais de Contabilidade ou equivalentes das Unidades Gestoras integrantes do SIAFE-Rio estão obrigadas a entregar esta declaração, mesmo que com ressalva, com as pendências devidamente identificadas.

Neste exercício 41 Unidades Gestoras não enviaram a declaração devida até a elaboração deste Volume. São elas:



UG's que NÃO entregaram a Declaração de Conformidade dos Saldos Contábeis - Portaria nº 199/2016 - 3º Quadrimestre	
UG	UG
070200 - CEDAE - ACOES DESCENTRALIZADAS	280100 - SEC.DE ESTADO DE JUSTICA DEFESA DO CONSUMIDOR
120100 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO	290100 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE
120200 - SUBSEC. DE REC. LOGISTICOS - SEPLAG-LOGISTICA	293100 - INSTITUTO DE ASSIST.DOS SERV. DO ESTADO DO RJ
123411 - RIOFUNDOPREV - ALERJ	296100 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES
123412 - RIOFUNDOPREV - TCE	297100 - INSITTUTO VITAL BRAZIL SA
123413 - RIOFUNDOPREV - TJ	300100 - SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E RENDA
123414 - FUNDO DO PLANO PREVIDENCIARIO DO ERJ-EXEC.	300200 - FUNDO DE FOMENTO AO TRABALHO RENDA E CREDITO.
123420 - RIOFUNDOPREV - MP	317200 - COMP EST DE ENGENHARIA DE TRANSPS E LOGISTICA
123499 - FUNDO DO PLANO PREVIDENCIARIO DO ERJ	370100 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO SUPEVISAO - SEPLAG
144100 - FUNDACAO ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE	370200 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO - REC.S/SUP. SEFAZ
180100 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO	370300 - ENCARGOS GERAIS - PRECATORIOS JUDICIAIS/SEFAZ
200100 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA	404300 - FUNDACAO UNIV. DO EST. RIO DE JANEIRO
200900 - SUBSECRET. DE FINANÇAS - PGTO CONCESSIONARIAS	404320 - CENTRO DE PRODUCAO DA UERJ.
206100 - FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRACAO FAZENDARIA	404330 - NUCLEO SUPERIOR DE ESTUDOS GOVERNAMENTAIS
217100 - COMP.DO METROPOLITANO DO RJ EM LIQUIDACAO	404500 - FUND.UNIV.EST.NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO.
217300 - COMP FLUMINENSE D/TRENS URBANOS-EM LIQUIDACAO	406200 - FUNDO P/ CIENCIAS DO ESTADO DO RJ.-FUNCIERJ
227100 - COMPANHIA DE DESENV INDUSTRIAL DO EST.DO RJ	420100 - SECRETARIA DE ESTADO_INFANCIA E JUVENTUDE
244100 - FUNDACAO ESTADUAL DE ENG. DE MEIO AMBIENTE	437100 - COMPANHIA DE TURISMO DO EST. RJ
244200 - FUND. INST. ESTADUAL DE FLORESTAS	480100 - SECRETARIA ESTADO PREV. DEPENDENCIA QUIMICA.
244300 - FUND. SUPER. EST. DE RIOS E LAGOAS	999900 - TESOURO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
261100 - SSP - POLICIA MILITAR DO ESTADO DO RJ.	

Em consonância com o artigo 11 do Decreto nº 45.938 de 22 de fevereiro de 2017, os órgãos e entidades da Administração Direta, Entidades Autárquicas e Fundacionais, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e os Fundos Especiais deverão, dentro do prazo estabelecido para o bloqueio de cada mês, estar com as Validações Contábeis referentes às inconsistências regularizadas. A não observância deste decreto implicará em suspensão automática no documento Nota de Empenho – NE do sistema SIAFE-Rio até a sua total regularização. Esta penalidade foi estendida às Unidades Gestoras que não tiverem atendido à Portaria CGE nº 199, de 10 de agosto de 2016.

1.3. Introdução Conceitual das Demonstrações Contábeis

Com base nos dados extraídos do SIAFE-Rio são elaboradas as demonstrações contábeis consolidadas, por poder e por tipo de administração, que incluem além dos Órgãos e entidades do Poder Executivo, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público.

Esses demonstrativos são acompanhados de Notas Explicativas onde são informados os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de natureza patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.



Este volume inclui as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), apresentadas de forma consolidada, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, 7ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 02 de 22 de Dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840 de 21 de Dezembro de 2016, além das Demonstrações Contábeis por Tipo de Administração; as demonstrações que estão enumeradas na Lei nº 4.320/64, com as estruturas alteradas através da Portaria STN nº 438 de 12 de julho de 2012; e as demonstrações exigidas pela NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis. São elas:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e;
- Notas Explicativas.

Nas demonstrações consolidadas de 2017, as transações INTRA-OFSS não foram totalmente eliminadas, devido à dificuldade na compatibilização das transações recíprocas entre os diversos órgãos estaduais. Com vistas a viabilizar este processo, o PCASP especifica o 5º nível de codificação das contas como identificador de transações INTRA-OFSS, melhor descrito no item “o” das Principais Práticas Contábeis deste Volume.

Neste Volume, apresentamos os saldos intragovernamentais que foram eliminados, no item “n” das Principais Práticas Contábeis.

O Balanço Orçamentário é a única Demonstração Contábil em que não há exclusões INTRA-OFSS para fins de consolidação, pois o mesmo reflete as autorizações legislativas para execução de dispêndios, além da previsão das receitas necessárias ao seu financiamento, e estas autorizações devem constar pelos seus valores brutos.

As demonstrações contábeis consolidadas e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais.

De forma a fornecer maiores informações, são apresentados no Volume 3 os demais Demonstrativos Contábeis e Relatórios Gerenciais, tais como: os anexos da Lei nº 4.320/64, Demonstrativos do Estoque



da Dívida Ativa, Outorgas de Concessão, Execução de Restos a Pagar, Precatórios e Resultados Orçamentário e Primário.

Para um maior entendimento das Demonstrações Contábeis, a seguir são apresentados conceitos constantes nas legislações citadas acima:

Balanço Patrimonial – Demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

Ativo – Compreende os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade ou potencial de serviços.

Ativo Circulante – Que seja caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; que tiverem a expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Ativo Não Circulante – Compreende os ativos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado, intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Passivo – Compreendem as obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

Passivo Circulante – Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenção em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Passivo Não Circulante – Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante, sendo exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis



Patrimônio Líquido – Compreende o valor residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Superávit/ Déficit Financeiro – Corresponde à diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. Para fins de abertura de crédito adicional, devem-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo 2º do artigo 43 da Lei n.º 4.320/1964.

Ativo Financeiro - Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente – Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro – Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

Passivo Permanente – Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Patrimônio Social e Capital Social - Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Reservas de Capital - Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial - Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros - Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido, para finalidades específicas.



Demais Reservas - Compreende as reservas não classificadas como de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados - Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos das empresas, e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Participação de não Controladores - Compreende a parte do patrimônio líquido da controlada não atribuível, direta ou indiretamente, à controladora.

Contas de Compensação – São contas representativas dos atos que possam vir a afetar o patrimônio, compreendendo as compensações do ativo e do passivo, ou seja, são contas relacionadas às situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, exclusive as que dizem respeito a atos e fatos ligados à execução orçamentária e financeira e as contas com função precípua de controle.

Demonstração das Variações Patrimoniais – Demonstração que evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido – A DMPL evidencia a movimentação havida em cada componente do Patrimônio Líquido. Dentre as mutações, podemos citar:

- a) os ajustes de exercícios anteriores;
- b) as transações de capital com os sócios, por exemplo: o aumento de capital, a aquisição ou venda de ações em tesouraria e os juros sobre capital próprio;
- c) o superávit ou déficit patrimonial;
- d) a destinação do resultado, por exemplo: transferências para reservas e a distribuição de dividendos;
- e) outras mutações do patrimônio líquido.

Alterações no patrimônio líquido de uma entidade entre as datas de duas demonstrações financeiras consecutivas refletem o aumento ou diminuição da riqueza durante o período.

Balanço Orçamentário – Demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e o resultado orçamentário apurado no exercício.

Adicionalmente ao Balanço Orçamentário, são incluídos dois quadros demonstrativos de execução de restos a pagar, um relativo aos restos a pagar não processados, outro relativo aos restos a pagar



processados, de modo a propiciar uma análise da execução orçamentária do exercício em conjunto com a execução dos restos a pagar.

Balanço Financeiro – Demonstrar a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentárias, conjugados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Tem por finalidade apresentar informações sobre os fluxos das transações e eventos que afetaram o caixa do Governo do Estado ao longo de um determinado período, de forma organizada e estruturada por atividades, permitindo melhor compreensão da articulação entre as diversas demonstrações financeiras. Por meio desta demonstração é possível avaliar as alternativas de investimentos e as razões que provocaram as mudanças da situação financeira do governo, as formas de aplicação do resultado superavitário gerado pelas operações e até mesmo os motivos de eventuais déficits. A Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser elaborada preferencialmente pelo método direto e evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos:

- a) das operações;
- b) dos investimentos; e
- c) dos financiamentos.

O Fluxo de Caixa das Operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimentos ou financiamentos.

O Fluxo de Caixa dos Investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

O Fluxo de Caixa dos Financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas – São consideradas parte integrante das demonstrações contábeis. As informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes no corpo das demonstrações contábeis. As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das



informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas e demonstrativos contendo análises verticais, horizontais e percentuais.

1.4. Processo de Convergência aos Padrões Internacionais

O Estado do Rio de Janeiro vem trabalhando desde 2011 no processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais, implantando novos procedimentos de acordo com as orientações expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), alinhados às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Durante esse período, muito se avançou, e pode-se destacar a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP 7ª edição (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e a identificação e mensuração dos bens pertencentes ao Ativo Imobilizado e Ativo Intangível. Diversas rotinas já foram modificadas, em consequência do reconhecimento de ativos e passivos pelo regime de competência, e outras ainda estão em processo de implantação.

Para a contabilização da execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social é utilizado o regime de caixa para as receitas orçamentárias e o regime de competência para as despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei 4.320/64, de forma integrada com a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL de 23/09/2016 e com os normativos editados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, a fim de torná-las convergentes às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Dando sequência ao processo, a STN publicou a Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015, que dispõe sobre os novos prazos - limite obrigatórios relativos à implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais na União, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios brasileiros em continuidade ao processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público aos padrões internacionais, e estabelece que os entes da federação deverão evidenciar em notas explicativas, o estágio de



adequação ao PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais). Em atendimento à referida Portaria, segue o Cronograma dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais do Estado do Rio de Janeiro:

CRONOGRAMA DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (CRESCENTE) - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PCP	Preparação de sistemas e outras providências de implantação	Obrigatoriedade dos registros contábeis	Verificação pelo Siconfi	Estágio Atual de Implantação no Estado do Rio de Janeiro*
De acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes	(até)	(a partir de)	(a partir de)	Status
Reconhecimento, mensuração e evidênciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Imediato	2016 (Dados de 2015)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidênciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações com fornecedores por competência.	31/12/2015	01/01/2016	2017 (Dados de 2016)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	31/12/2016	01/01/2017	2018 (Dados de 2017)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	31/12/2016	01/01/2017	2018 (Dados de 2017)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidênciação das provisões por competência.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Em implantação
Evidênciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidênciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos estoques.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)	Não iniciado
Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP)	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)	Não iniciado

LEGENDA:

Implantado - O procedimento encontra-se adotado e alinhado às regras estabelecidas nas NBC TSP e do MCASP vigentes.

Em implantação - Estudos estão sendo elaborados ou foram realizados e estão em processo de operacionalização.

Não iniciado - Estudos ainda serão iniciados.



02 – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
ANEXO 14 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

R\$ Mil

ATIVO					PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ESPECIFICAÇÃO	Notas	2017	2016	AH (%)	ESPECIFICAÇÃO	Notas	2017	2016	AH (%)
ATIVO CIRCULANTE					PASSIVO CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.1	8.884.528	6.044.612	46,98	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	4.11	8.429.386	8.458.550	(0,34)
Créditos a Curto Prazo	4.2	2.941.822	4.917.389	(40,18)	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	4.12	4.031.935	2.444.043	64,97
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	4.3	16.768.192	9.691.112	73,03	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.13	11.409.420	7.520.832	51,70
Investimentos e Aplicações Temporárias a CP		733.248	436.150	68,12	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		749.932	727.607	3,07
Estoques	4.4	724.995	670.731	8,09	Obrigações de Repartição a Outros Entes		34.034	11.341	200,09
VPD Pagas Antecipadamente	4.5	714	888	(19,68)	Provisões a Curto Prazo	4.14	236.110	226.672	4,16
Total do Ativo Circulante		30.053.498	21.760.883	38,11	Demais Obrigações a Curto Prazo	4.15	13.589.905	10.254.959	32,52
					Total do Passivo Circulante		38.480.722	29.644.004	29,81
ATIVO NÃO-CIRCULANTE					PASSIVO NÃO-CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo		162.522.128	144.509.736	12,46	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a LP	4.18	3.142.101	2.567.371	22,39
Créditos a Longo Prazo	4.6	34.333.725	30.184.191	13,75	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	4.19	128.582.878	132.130.545	(2,68)
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	4.7	128.131.531	114.268.673	12,13	Fornecedores a Longo Prazo	4.20	401.083	301.733	32,93
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		473	473	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		1.937.698	841.365	130,30
Estoques		56.399	56.399	-	Provisões a Longo Prazo	4.21	121.437.855	70.957.523	71,14
Investimentos	4.8	10.523.051	10.476.327	0,45	Demais Obrigações a Longo Prazo	4.22	9.572.446	9.867.102	(2,99)
Imobilizado	4.9	29.900.004	29.394.040	1,72	Resultado Diferido	4.23	10.163.570	10.163.249	0,00
Intangível	4.10	117.314	111.731	5,00	Total do Passivo Não-Circulante		275.237.631	226.828.888	21,34
Total do Ativo Não-Circulante		203.062.497	184.491.834	10,07					
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Patrimônio Social e Capital Social		(33.257.703)	(34.322.501)	(3,10)
					Reservas de Capital		487.856	3.140	15.435,24
					Ajustes de Avaliação Patrimonial		3.417.849	3.881.803	(11,95)
					Reservas de Lucros		10.339	9.900	4,43
					Demais Reservas		46.538	46.754	(0,46)
					Resultados Acumulados		(51.378.578)	(19.918.048)	157,95
					Resultado do Exercício	4.26	(2.505.182)	59.733.382	(104,19)
					Constituição de Reserva Legal		-	(14)	(100,00)
					Dividendos		-	(68)	(100,00)
					Resultados de Exercícios Anteriores		(20.384.292)	(45.161.930)	(54,86)
					Ajustes de Exercícios Anteriores	4.25	(28.489.104)	(34.489.417)	(17,40)
					Participação de Não Controladores		71.341	78.777	(9,44)
					Total do Patrimônio Líquido	4.24	(80.602.359)	(50.220.175)	60,50
TOTAL DO ATIVO		233.115.994	206.252.717	13,02	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		233.115.994	206.252.717	13,02

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº
4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	2017	2016	AH(%)
ATIVO (I)				
ATIVO FINANCEIRO		8.921.853	5.650.721	57,89
ATIVO PERMANENTE		224.194.141	200.601.996	11,76
TOTAL ATIVO		233.115.994	206.252.717	13,02
PASSIVO (II)				
PASSIVO FINANCEIRO	4.16	24.535.502	16.941.972	44,82
PASSIVO PERMANENTE		289.513.381	239.881.002	20,69
TOTAL PASSIVO		314.048.883	256.822.974	22,28
SALDO PATRIMONIAL (I-II)		(80.932.889)	(50.570.256)	60,04

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI N° 4.320/64 (conforme Portaria STN n° 438/2012)

Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

				R\$ Mil
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	2017	2016	AH(%)
ATOS POTENCIAIS ATIVOS				
Garantias e Contragarantias recebidas		77	624	(87,71)
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		20.210.056	19.259.076	4,94
Direitos Contratuais		236.474	235.701	0,33
<i>Total dos Atos Potenciais Ativos</i>		<u>20.446.608</u>	<u>19.495.401</u>	<u>4,88</u>
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS				
Garantias e Contragarantias concedidas		14.005	2.824	395,92
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		13.813.392	13.128.408	5,22
Obrigações contratuais		78.566.489	75.541.626	4,00
<i>Total dos Atos Potenciais Passivos</i>		<u>92.393.886</u>	<u>88.672.858</u>	<u>4,20</u>

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



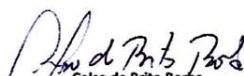
QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL


R\$ Mil


FONTES DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		2017	2016
081	DDO - Depósitos de Diversas Origens	(496.372)	(512.031)
085	Fonte Genérica	6.608	5.179
100	Ordinários Provenientes de Impostos	(14.639.906)	(4.713.630)
101	Ordinários Não Provenientes de Impostos	(7.052.269)	(8.255.844)
102	Recursos Provenientes do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF.	7.590	510
104	Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo	(57.393)	(121.849)
105	Salário Educação	89.584	23.525
107	Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	(28.471)	(189.285)
111	Operações de Crédito	996.643	1.378.457
120	Ressarcimento de Pessoal	140.335	89.908
122	Adicional do ICMS - FECF	1.722.678	578.579
126	Contrib de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	1	(5.094)
132	Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	26.133	1.165
133	Alienações de Bens	(1.962.245)	(1.962.248)
188	Repasse constitucionais aos municípios.	(13.407)	(5.922)
189	Ingressos a Classificar	(0)	0
190	Depósitos Judiciais Tributários	49.021	48.298
191	Depósitos Judiciais não Tributários	1.499.969	375.398
192	Transferência proveniente de Auxílio Financeiro	171.936	138.426
195	Operações Oficiais de Fomento	2.291	(675)
212	Transferências Voluntárias	277.755	341.883
214	Transferências do PAC	248.305	252.076
215	Transferências do FUNDEB	48	(19)
218	Transferências Intraorçamentárias	66.611	85.719
223	Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	(216.689)	(158.271)
224	Transferências Legais Recebidas da União	122.729	13.584
225	Sistema Único de Saúde - SUS	21.756	8.543
230	Recursos Próprios	2.277.929	1.752.683
231	Recursos Próprios do Rioprevidência	(184.803)	(533.159)
232	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	1.168.818	602.802
233	Alienações de Bens	30.374	30.250
297	Conservação Ambiental	83.684	78.122
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS		(15.640.757)	(10.652.918)

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Celso de Brito Borba
Coordenador - ID: 2.071.568-4
Contador - CRC-RJ-74.698/O-4


Ronald Marcio S. Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ 79.208/O-8


Francisco Pereira Iglesias
Contador-Geral - ID: 1.943.036-1
Contador - CRC-RJ 51.525/O-1



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL

ANEXO 15 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)

Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

R\$ Mil


QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	Nota	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
<u>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</u>			
Impostos		57.006.787	60.931.616
Taxas		2.592.484	2.389.693
		59.599.271	63.321.310
<u>Contribuições</u>			
Contribuições Sociais		4.399.477	5.229.509
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		3	-
		4.399.480	5.229.509
<u>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</u>			
Venda de Produtos		61.320	116.340
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		2.286.888	1.433.658
		2.348.208	1.549.997
<u>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</u>			
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		252.761	474.917
Juros e Encargos de Mora		683.404	1.576.128
Variações Monetárias e Cambiais		8.856.488	43.171.828
Descontos Financeiros Obtidos		3.156	4.447
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		350.543	590.796
		10.146.351	45.818.116
<u>Transferências e Delegações Recebidas</u>			
Transferências Intragovernamentais		294.033	4.024.439
Transferências Intergovernamentais		12.304.881	10.913.400
Transferências das Instituições Privadas		3.585	15.492
Transferências de Pessoas Físicas		4.289	17.022
		12.606.788	14.970.353
<u>Valorização e Ganhos Com Ativos</u>			
Reavaliação de Ativos		20.101.389	82.313.303
Ganhos com Alienação		1.727	4.168
Ganhos com Incorporação de Ativos		101.787	442.404
Ganhos com Desincorporação de Passivos		140.819	8.124.887
Reversão de Redução a Valor Recuperável		11.626	1.304
		20.357.348	90.886.066
<u>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</u>			
VPA a classificar		(3.384)	1.059
Resultado Positivo de Participações		512.114	139.021
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		86.111	1.394.646
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		5.656.206	3.570.022
		6.251.048	5.104.748
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		115.708.494	226.880.099





VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
<u>Pessoal e Encargos</u>		
Remuneração a Pessoal	16.958.598	17.536.710
Encargos Patronais	2.466.514	3.396.375
Benefícios a Pessoal	1.551.776	1.489.171
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	537.058	1.332.646
	21.513.946	23.754.902
<u>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</u>		
Aposentadorias e Reformas	13.873.197	12.993.218
Pensões	4.132.327	3.880.921
Políticas Públicas de Transferência de Renda	88.724	179.784
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	323.730	294.619
	18.417.977	17.348.541
<u>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</u>		
Uso de Material de Consumo	314.390	634.483
Serviços	6.738.223	7.895.391
Depreciação, Amortização de Exaustão	176.373	151.583
	7.228.986	8.681.456
<u>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</u>		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	900.935	2.711.754
Juros e Encargos de Mora	89.640	46.193
Variações Monetárias e Cambiais	33.572.775	76.024.408
Descontos Financeiros Concedidos	4.960	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	525	70
	34.568.835	78.782.425
<u>Transferências e Delegações Concedidas</u>		
Transferências Intragovernamentais	261.813	4.058.851
Transferências Intergovernamentais	18.393.341	16.123.095
Transferências a Instituições Privadas	5.742	10.909
Transferências a Instituições Multigovernamentais	855	967
	18.661.751	20.193.822
<u>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</u>		
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	6.707.382	8.542.547
Perdas com Alienação	15.398	25.261
Perdas Involuntárias	39.089	122.035
Incorporação de Passivos	6.085	3.848.426
Desincorporação de Ativos	805.224	2.563.737
	7.573.178	15.102.006
<u>Tributárias</u>		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	781.208	7.824
Contribuições	534.886	644.337
	1.316.094	652.161
<u>Custo Mercad. e Prod. Vend. e Serv. Prestados</u>		
Custo de Produtos Vendidos - CPV	1.676	2.533
	1.676	2.533
<u>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</u>		
Premiações	68.701	81.253
Resultado Negativo de Participações	114.527	155.026
Incentivos	244.787	173.327
Participações e Contribuições	166.022	65.462
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	8.337.196	2.153.803
	8.931.232	2.628.871
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	118.213.676	167.146.717
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)		
	(2.505.182)	59.733.382

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Celso de Brito Borja
Coordenador - ID: 2.071.568-4
Contador - CRC-RJ-74.698/O-4


Ronald Marcio de Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ 79.208/O-8


Francisco Pereira Iglesias
Contador-Geral - ID: 1.943.036-1
Contador - CRC-RJ 51.525/O-1



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO GERAL

ANEXO 19 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)

Valores em 31/12/2017


R\$ Mil


ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social / Capital Social	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Participação de não Controladores	Total
Saldos Iniciais	(34.322.501)	3.140	3.881.803	9.900	46.754	(19.918.048)	78.777	(50.220.175)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(122)	-	-	122	-	-
Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	(15)	15	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	201	-	-	(14)	(201)	(28.489.104)	-	(28.489.118)
Aumento de Capital	2.930.788	(2.930.788)	-	-	-	-	-	-
Redução de Capital	(20.847)	-	-	-	-	20.847	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	(2.505.182)	-	(2.505.182)
Ajuste do Patrimônio Líquido das Sociedades Consolidadas	(1.845.344)	3.415.504	(463.831)	452	0	(487.229)	-	619.552
Ajuste Participação dos não Controladores	-	-	-	-	-	-	(7.436)	(7.436)
Saldos Finais	(33.257.703)	487.856	3.417.849	10.339	46.538	(51.378.578)	71.341	(80.602.359)

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Celso de Brito Borba
Coordenador - ID: 2.071.568-4
Contador - CRC-RJ-74.698/O-4


Ronald Márcio G. Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ 79.208/O-8


Francisco Pereira Iglesias
Contador-Geral - ID: 1.943.036-1
Contador - CRC-RJ 51.525/O-1



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL
ANEXO 12 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2017

R\$ Mil

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	53.662.623	56.112.773	58.969.221	2.856.448
Receita Tributária	32.604.875	31.386.858	32.379.991	993.133
Receita de Contribuições	5.319.034	5.319.034	5.247.771	(71.263)
Receita Patrimonial	5.701.128	8.509.096	8.720.983	211.887
Receita Agropecuária	298	298	161	(137)
Receita Industrial	209.921	209.921	79.905	(130.016)
Receita de Serviços	1.312.646	1.302.893	676.279	(626.614)
Transferências Correntes	6.059.226	5.962.811	5.764.339	(198.471)
Outras Receitas Correntes	2.455.494	3.421.863	6.099.791	2.677.929
RECEITAS DE CAPITAL (II)	4.692.546	4.158.621	3.304.840	(853.781)
Operações de Crédito	1.851.331	2.200.000	2.312.611	112.611
Alienação de Bens	1.520.037	20.037	79.598	59.560
Amortizações de Empréstimos	56.365	53.648	213.179	159.531
Transferências de Capital	1.264.813	1.264.813	79.329	(1.185.484)
Outras Receitas de Capital	-	620.122	620.122	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EX. ANT. (III)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I+II+III)	58.355.169	60.271.394	62.274.062	2.002.667
REFINANCIAMENTO (V)	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	58.355.169	60.271.394	62.274.062	2.002.667
DÉFICIT (VII)	19.354.985	26.333.716	5.691.487	(20.642.228)
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	77.710.155	86.605.110	67.965.549	(18.639.561)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
(Utilizados para Créditos Adicionais)	-	856.863	-	-
Superávit Financeiro	-	856.863	-	-
Reabertura de créditos adicionais	-	-	-	-

Fonte: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL
ANEXO 12 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2017

R\$ Mil

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	69.734.528	77.532.259	66.036.717	65.805.610	54.637.335	11.495.541
Pessoal e Encargos Sociais	44.192.383	48.450.522	41.992.715	41.978.817	37.276.336	6.457.807
Juros e Encargos da Dívida	4.425.819	2.061.351	901.550	901.550	898.077	1.159.800
Outras Despesas Correntes	21.116.325	27.020.386	23.142.452	22.925.243	16.462.922	3.877.934
DESPESAS DE CAPITAL (X)	7.711.547	8.586.886	1.729.013	1.705.329	1.184.178	6.857.873
Investimentos	4.716.777	4.597.029	1.010.946	987.262	474.789	3.586.083
Inversões Financeiras	97.969	95.059	17.643	17.643	14.638	77.416
Amortização da Dívida	2.896.801	3.894.799	700.424	700.424	694.751	3.194.374
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	239.337	286.147	-	-	-	286.147
RESERVA DO RPPS (XII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX+X+XI+XII)	77.685.411	86.405.292	67.765.731	67.510.939	55.821.513	18.639.561
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	24.743	199.818	199.818	199.818	199.818	-
Amortização da Dívida Interna	24.743	199.818	199.818	199.818	199.818	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	24.743	199.818	199.818	199.818	199.818	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	77.710.155	86.605.110	67.965.549	67.710.757	56.021.331	18.639.561
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV+XVI)	77.710.155	86.605.110	67.965.549	67.710.757	56.021.331	18.639.561

Fonte: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2017

R\$ Mil

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016				
DESPESAS CORRENTES	-	198.745	143.984	144.142	47.741	7.020
Pessoal e Encargos Sociais	-	13.118	6.355	6.366	6.745	17
Outras Despesas Correntes	-	185.627	137.629	137.776	40.996	7.003
DESPESAS DE CAPITAL	-	166.158	67.996	67.957	22.482	75.680
Investimentos	-	166.158	67.996	67.957	22.482	75.680
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	364.903	211.980	212.099	70.222	82.701

Fonte: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)

Valores em 31/12/2017


R\$ Mil


RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	Inscritos		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)			
DESPESAS CORRENTES	2.588.304	9.582.374	4.455.527	189.779	7.525.372
Pessoal e Encargos Sociais	166.774	3.274.471	2.408.380	116.434	916.431
Juros e Encargos da Dívida	0	71	23	0	48
Outras Despesas Correntes	2.421.530	6.307.831	2.047.123	73.345	6.608.894
DESPESAS DE CAPITAL	399.659	572.221	163.066	44.560	764.254
Investimentos	392.078	563.172	158.772	44.556	751.922
Inversões Financeiras	6.542	4.665	4.011	-	7.195
Amortização da Dívida	1.040	4.384	283	4	5.137
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-
TOTAL	2.987.963	10.154.595	4.618.593	234.339	8.289.626

Fonte: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Celso de Brito Borba
Coordenador - ID: 2.071.568-4
Contador - CRC-RJ-74.698/O-4


Ronald Márcio de Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ 79.208/O-8


Francisco Pereira Iglesias
Contador-Geral - ID: 1.943.036-1
Contador - CRC-RJ 51.525/O-1



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Contadoria Geral do Estado

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO GERAL
ANEXO 13 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

R\$ Mil


INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receita Orçamentária (I)	62.274.062	50.685.309	Despesa Orçamentária (VI)	67.965.549	60.832.044
Ordinária	34.642.100	34.670.059	Ordinária	41.989.515	42.642.614
Ordinários Provenientes de Impostos	25.559.036	24.662.283	Ordinários Provenientes de Impostos	35.407.094	27.502.796
Ordinários Não Provenientes de Impostos	1.985.314	829.558	Ordinários Não Provenientes de Impostos	820.797	5.628.267
Recursos Provenientes do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF	202.901	510	Recursos Provenientes do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF	202.029	-
Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	1.552.546	1.720.040	Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	1.391.723	1.854.403
Ressarcimento de Pessoal	75.032	82.415	Ressarcimento de Pessoal	25.113	47.769
Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	2.800.991	2.477.328	Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	2.221.225	2.470.671
Transferência proveniente de Auxílio Financeiro	-	2.900.000	Transferência proveniente de Auxílio Financeiro	-	2.887.038
Transferências Legais Recebidas da União	166.641	74.170	Transferências Legais Recebidas da União	102.385	83.265
Recursos Próprios	2.299.640	1.923.754	Recursos Próprios	1.819.149	2.168.405
Vinculada	27.631.961	16.015.250	Vinculada	25.976.034	18.189.430
DDO - Depósitos de Diversas Origens	2.269	883	DDO - Depósitos de Diversas Origens	-	-
Fonte Genérica	18	20	Fonte Genérica	-	-
Indenização pela Extração do Petróleo	1.544.433	1.325.051	Indenização pela Extração do Petróleo	1.480.725	1.275.875
Salário Educação	397.528	425.668	Salário Educação	331.391	405.213
Operações de Crédito	2.318.406	1.105.009	Operações de Crédito	3.149.593	1.449.526
Adicional do ICMS - FECF	4.601.634	4.119.794	Adicional do ICMS - FECF	3.641.705	3.567.878
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	63.001	47.191	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	62.929	52.502
Alienações de Bens	347	10.114	Alienações de Bens	8	2.026.100
Fundo de Depósitos Judiciais - Lei 11.429/06	620.741	2.308	Fundo de Depósitos Judiciais - Lei 11.429/06	620.018	-
Depósitos Judiciais não Trib. - L.C. 147/2013	1.139.406	14.262	Depósitos Judiciais não Trib. - L.C. 147/2013	14.835	29.477
Operações Oficiais de Fomento	6.296	2.529	Operações Oficiais de Fomento	3.329	6.681
Transferências Voluntárias	136.914	352.711	Transferências Voluntárias	169.401	245.175
Transferências do PAC	53.414	66.346	Transferências do PAC	57.520	133.214
Transferências do FUNDEB	2.630.057	2.570.083	Transferências do FUNDEB	2.629.987	2.634.082
Transferências Intraorçamentárias	82.220	228.744	Transferências Intraorçamentárias	86.460	219.371
Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	237.032	220.850	Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	295.609	324.545
Sistema Único de Saúde - SUS	879.141	764.053	Sistema Único de Saúde - SUS	869.007	896.892
Recursos Próprios do Rioprevidência	12.913.404	4.705.397	Recursos Próprios do Rioprevidência	12.563.053	4.906.459
Conservação Ambiental	5.701	54.237	Conservação Ambiental	464	16.442
Transferências Financeiras Recebidas (II)	-	-	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)	119.985.207	75.476.436	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	111.453.804	67.080.514
DÍVIDA FLUTUANTE	30.486.207	31.995.686	DÍVIDA FLUTUANTE	19.971.367	20.963.635
Consignações	10.205.468	10.125.114	Consignações	7.263.616	6.798.840
Depósitos de Diversas Origens	8.334.488	11.347.335	Depósitos de Diversas Origens	7.875.168	11.113.049
Credores Entidades e Agentes	2.035	3.578	Credores Entidades e Agentes	1.892	2.565
Restos a Pagar Processados - Inscrição	11.689.463	10.154.755	Restos a Pagar	4.830.692	3.049.181
Restos a Pagar não Processados - Inscrição	254.754	364.903			
OUTRAS OPERAÇÕES	89.499.000	43.480.750	OUTRAS OPERAÇÕES	91.482.437	46.116.879
Valores em Trânsito Realizáveis	79.333.610	390.393	Valores em Trânsito Realizáveis	78.153.165	1.095.830
Recursos Vinculados	2.617.478	5.144.944	Recursos Vinculados	2.653.187	5.319.907
Recursos não Vinculados	-	971.954	Desincorporação Disponibilidade Financeira	32.917	3.526
Desincorporação de Obrigações	1.164	-	Incorporação de Obrigações	6.393	29
Recursos Vinculados - Contas "A" e "B"	593.161	228.818	Credores - Entidade e Agentes	73	-
Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento	6.517.438	36.743.778	Recursos Vinculados - Contas "A" e "B"	161.597	127.585
Restos a Pagar Não Processados Liquidados no Exercício	-	863	RPNP Liquidados a Pagar	-	863
Investimentos e Aplicações Temporárias	436.150	-	Conversão de Consignações em Receitas e Baixas	2.571.653	1.864.887
			Conversão de DDO em Receitas e Baixas	1.563	1.011
			Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento	7.168.641	37.267.091
			Investimentos e Aplicações Temporárias	733.248	436.150
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	6.044.612	7.795.425	Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (IX)	8.884.528	6.044.612
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.044.612	7.795.425	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.884.528	6.044.612
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	188.303.881	133.957.170	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	188.303.881	133.957.170

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Celso de Brito Borja
Coordenador - ID: 2.071.568-4
Contador - CRC-RJ-74.698/O-4


Ronald Marcio G. Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ 79.208/O-8


Francisco Pereira Iglesias
Contador-Geral - ID: 1.943.036-1
Contador - CRC-RJ 51.525/O-1



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL
ANEXO 18 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

R\$ Mil

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	NOTA	2017	2016
INGRESSOS		160.742.348	108.695.629
Receitas derivadas e originárias	1FC	53.825.004	40.551.934
Transferências correntes recebidas	2FC	5.764.339	8.905.229
Outros ingressos operacionais		101.153.005	59.238.466
DESEMBOLSOS		158.973.026	107.249.544
Pessoal e demais despesas	3FC	50.089.419	41.162.049
Juros e encargos da dívida	4FC	898.100	2.875.807
Transferências concedidas	2FC	8.249.719	4.898.714
Outros desembolsos operacionais		99.735.788	58.312.975
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)		1.769.322	1.446.085

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		2017	2016
INGRESSOS		292.777	122.350
Alienação de Bens		79.598	27.891
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		213.179	94.459
DESEMBOLSOS		719.273	2.303.866
Aquisição de Ativo Não Circulante		464.506	1.895.020
Concessão de empréstimos e financiamentos		3.110	10.053
Outros Desembolsos de Investimentos		251.656	398.793
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		(426.495)	(2.181.516)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		2017	2016
INGRESSOS		2.391.941	1.105.796
Operações de Crédito		2.312.611	1.047.452
Transferências de Capital Recebidas		79.329	58.343
DESEMBOLSOS		894.852	2.121.178
Amortização / Refinanciamento da Dívida		171.244	68.473
Outros Desembolsos de Financiamento		723.607	2.052.705
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		1.497.089	(1.015.382)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		2.839.916	(1.750.813)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		6.044.612	7.795.425
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		8.884.528	6.044.612

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



R\$ Mil

QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	2017	2016
Receita Tributária	32.379.991	30.547.831
Receita de Contribuições	5.247.771	4.237.657
Receita Patrimonial	8.369.936	1.944.320
Receita Agropecuária	161	23
Receita Industrial	79.905	143.950
Receita de Serviços	676.279	792.267
Remuneração das Disponibilidades	351.047	590.291
Outras Receitas Derivadas e Originárias	6.719.914	2.295.594
Total das Receitas Derivadas e Originárias	53.825.004	40.551.934

R\$ Mil

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	2017	2016
Intergovernamentais	3.109.932	6.282.312
da União	3.096.171	6.214.412
de Estados e Distrito Federal	697	2.783
de Municípios	13.063	65.117
Outras transferências correntes recebidas	2.654.408	2.622.917
Total das Transferências Recebidas	5.764.339	8.905.229
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	1.067.748	1.126.680
da União	1.012.179	1.036.982
de Municípios	55.569	89.698
Intragovernamentais	6.706.383	3.150.220
Outras transferências concedidas	475.588	621.814
Total das Transferências Concedidas	8.249.719	4.898.714




R\$ Mil

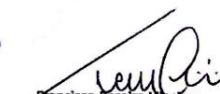
QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNCAO	2017	2016
Legislativa	1.252.895	1.256.719
Judiciaria	3.931.736	3.934.129
Essencial a Justica	2.156.825	1.936.047
Administracao	1.765.722	1.710.726
Seguranca Publica	8.550.329	7.911.446
Assistencia Social	209.116	226.940
Previdencia Social	21.997.074	13.950.457
Saude	3.230.974	3.012.750
Trabalho	14.991	12.955
Educacao	5.105.210	5.270.173
Cultura	99.225	102.540
Direitos da Cidadania	58.840	16.855
Urbanismo	38.565	25.425
Habitacao	63.670	55.209
Saneamento	15.389	12.229
Gestao Ambiental	164.727	170.194
Ciencia e Tecnologia	69.561	67.851
Agricultura	211.969	175.824
Organizacao Agraria	10.313	9.355
Industria	72.173	65.837
Comercio e Servicos	211.859	253.668
Comunicacoes	10.314	32.313
Transporte	419.094	363.601
Desporto e Lazer	21.857	30.549
Encargos Especiais	406.990	558.258
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	50.089.419	41.162.049

R\$ Mil

QUADRO 4FC - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2017	2016
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	677.237	2.433.080
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	68.802	248.719
Outros Encargos da Dívida	152.060	194.008
Total dos Juros e Encargos da Dívida	898.100	2.875.807


Celso de Brito Borba
Coordenador - ID: 2.071.568-4
Contador - CRC-RJ-74.698/O-4


Ronald Marcio S. Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ 79.208/O-8


Francisco Pereira Iglesias
Contador-Geral - ID: 1.943.036-1
Contador - CRC-RJ 51.525/O-1



03 – Principais Práticas Contábeis



a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Incluem as aplicações financeiras de liquidez imediata que são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

b) Créditos e Obrigações

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixados são ajustados a valor presente, enquanto os pós-fixados são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) Adiantamentos Concedidos

O adiantamento concedido é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas. Esse adiantamento constitui uma despesa orçamentária, ou seja, para conceder o recurso ao suprido é necessário percorrer os três estágios da despesa orçamentária: empenho, liquidação e pagamento.

Apesar disso, não representa uma despesa pelo enfoque patrimonial, pois, no momento da concessão, não ocorre redução no patrimônio líquido. Na liquidação da despesa orçamentária, ao mesmo tempo em que ocorre o registro de um passivo, há também a incorporação de um ativo, que representa o direito de receber um bem ou serviço, objeto do gasto a ser efetuado pelo suprido, ou a devolução do numerário adiantado.



Com a implantação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, com ênfase no Patrimônio, os valores concedidos a título de Suprimento de Fundos deverão ser reconhecidos no Ativo a título de adiantamento. O registro em Variação Patrimonial Diminutiva-VPD será efetuado quando ocorrer o ato da prestação de contas do suprido, tendo como contrapartida a conta do ativo que registrou o adiantamento, em atendimento aos princípios contábeis da competência e da oportunidade. Essa adequação atende ao disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

d) Estoques

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois o menor. Os custos de estoques abrangem todos os custos de compra, conversão e outros custos incorridos referentes ao deslocamento, como impostos não recuperáveis, custos de transporte e outros, referente ao processo de produção. Os custos posteriores de armazenagem ou entrega ao cliente não são absorvidos pelos estoques.

O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado, conforme Resolução CFC n.º 1.437/13.

e) Investimentos Permanentes

As participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privados em que a administração tenha influência significativa são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

f) Imobilizado

Os bens móveis estão registrados pelo custo histórico e são mensurados pelo seu valor de aquisição, produção ou construção e para os bens sem contraprestação (exemplo: doação) a recomendação é de realização de avaliação inicial antes de seu reconhecimento quando são transferidos com valores que não condizem com o valor justo.

Já os bens imóveis estão registrados pelo custo histórico e são mensurados pelo seu valor de aquisição ou construção e para os bens recebidos sem contraprestação (exemplo: doação) são reconhecidos pelo valor do termo de transferência.



A Subsecretaria de Logística e Patrimônio da SEFAZ, efetuou no exercício de 2017 avaliações dos imóveis próprios estaduais, extraída do Sistema de Patrimônio Imobiliário – SISPAT em atendimento ao artigo 11, inciso III do Decreto Estadual nº 46.139 de 30/10/2017.

Para fins de início dos procedimentos relativos ao Ajuste Inicial e a Depreciação dos bens móveis, a Portaria CGE nº 179 de 27 de março de 2014 definiu como data corte 1º de Janeiro de 2014 para a Administração Direta, Autarquias e Fundações. Logo os bens móveis adquiridos a partir desta data passam a ser depreciados de acordo com os prazos de vida útil e valor residual previstos no anexo I desta Portaria e atualizações posteriores, não sendo necessário submetê-los previamente ao procedimento de ajuste inicial. Para os bens adquiridos e postos em operação anteriormente a 1º de janeiro de 2014, ficou estabelecido, cronograma limite para implantação do ajuste inicial, de acordo com a tabela disposta no Anexo II desta Portaria.

O método de depreciação utilizado é o linear (quotas constantes) em conformidade com o item 5.2 do Manual do Tratamento Inicial dos Bens Patrimoniais Móveis.

O valor residual e a vida útil estão determinados no Anexo I da referida portaria, alterado pela Portaria CGE nº 195/2016.

O Sistema Patrimonial Único está em desenvolvimento, sendo assim, o cálculo da depreciação ainda é feito através de planilha em Excel, com fórmulas específicas e bloqueadas para que não ocorram alterações por parte dos usuários.

g) Intangível

Compreende o ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais. Estão registrados pelo custo histórico e são mensurados pelo seu valor de aquisição menos a amortização acumulada.

Com a publicação do Decreto Estadual nº 44.489/2013, que institui a obrigatoriedade de realizar os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão, foi editada a Portaria CGE nº 192/2015 que orienta a realização do ajuste inicial e o registro da amortização dos bens intangíveis do Estado, alterada pela Portaria CGE nº 201/2016. Também foi publicado o Manual de Tratamento Inicial dos Bens Intangíveis.



Assim como na depreciação, a amortização está sendo realizada através de planilha de Excel com fórmulas específicas e bloqueadas para que não ocorram alterações por parte do usuário.

h) Créditos

A Dívida Ativa Tributária do Estado é avaliada pelo valor de recebimento e atualizada pela UFIR/RJ do final do exercício. Conforme os ditames do Decreto de Encerramento do Exercício, a Procuradoria Geral do Estado deve encaminhar anualmente a esta Contadoria os Relatórios Gerais do Estoque da Dívida, bem como o Relatório dos cálculos da Provisão para Perdas Prováveis, para fins de atualização dos registros contábeis.

i) Restos a Pagar

Os Restos a Pagar Processados de exercícios anteriores constam das demonstrações contábeis de 2017, exceto aqueles referentes ao exercício de 2012, cancelados por força do Decreto Estadual nº 46.139 de 30/10/17, do art. 7º, concordante com o Art. 206, § 5º, inciso I, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro).

Os Restos a Pagar Não Processados, em 2017, foram inscritos até o limite das disponibilidades de caixa apuradas no encerramento do exercício, por fonte de recursos, obedecida a ordem cronológica dos empenhos correspondentes. Os Restos a Pagar foram processados de acordo com o que estabelece os incisos, I, II, III e IV do art. 6º do Decreto de Encerramento do Exercício de 2017 e os procedimentos operacionais solicitados através do SIAFE-Rio.

Quanto à autorização da inscrição dos Restos a Pagar do exercício de 2017, a Contadoria Geral do Estado publicou a Portaria CGE nº 206 de 13 de Março de 2018, aprovando as inscrições.

j) Precatórios

De acordo com as disposições da Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, por meio do Decreto nº 42.315, de 25 de fevereiro de 2010, nos termos do inciso II, § 1º, do art. 97 do ADCT, pelo qual deveria quitar seu estoque de precatórios em 15 anos (vide item 11, parte III, do Volume 1).



Com a eminência da publicação da decisão do STF, de março de 2013, que declarou inconstitucional parte da Emenda Constitucional nº 62/2009, atingindo a vigência do regime especial, o Estado se tornaria inadimplente perante o seu passivo de precatórios.

Porém, em cumprimento às Leis Complementares Estaduais de nº 147, de 27 de junho de 2013 e nº 163, de 31 de março de 2015 o Estado do Rio de Janeiro foi autorizado a utilizar até 25% do saldo dos depósitos judiciais junto ao Banco do Brasil para o pagamento de precatórios e de requisições judiciais de pequeno valor, observada a ordem prevista na Constituição Federal. Os valores depositados nas contas judiciais de precatórios serão levantados pelos beneficiários mediante autorização do Tribunal de Justiça – TJ.

k) Dívida Fundada Interna e Externa

Foram avaliadas por seus saldos devedores acrescidos dos juros de competência de cada obrigação. No caso da Dívida Externa, apurou-se o equivalente em moeda estrangeira, que foi convertido para Reais (R\$) pela cotação de fechamento do dia 31 de dezembro de 2017.

l) Outras Obrigações

Foram avaliadas pelos valores a pagar em 31 de dezembro de 2017, incluídos os juros e encargos, por competência, devidos até o fechamento do ano.

m) Apuração do Resultado

Os resultados patrimonial e orçamentário foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes.

n) Consolidação de Balanços

A consolidação das demonstrações contábeis consiste em somar saldos ou grupos de contas, com o objetivo de ter uma visão global dos resultados do Estado do Rio de Janeiro. As transações ocorridas entre as próprias Unidades Gestoras são excluídas destes demonstrativos, com o intuito de eliminar duplicidades, formando uma unidade consolidada de maneira mais precisa possível.

Este não é um processo plenamente seguro, tendo em vista a dificuldade em manter paridade dos saldos dos diversos entes que compõem o resultado macroagregado. As contas patrimoniais, em



especial, geram maior complexidade no momento da exclusão, pois trazem saldos antigos, obstando as devidas análises.

Os ajustes realizados no processo de consolidação não originam nenhum tipo de lançamento contábil nos entes que formam a unidade contábil. Tais ajustes devem ser disponibilizados apenas em arquivos auxiliares, para resguardar os valores apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Com base na técnica de consolidação apresentada, estão expostos nos quadros abaixo, os montantes das contas excluídas das referidas demonstrações contábeis.

Balanco Patrimonial:

A Parte I do quadro engloba os saldos ativos e passivos de Órgãos/Entidades intragovernamentais, que são eliminados com a finalidade de evitar duplicidades. Cabe destacar que foram realizados apenas os expurgos dos saldos das contas com atributo "Permanente".

EXPURGOS INTRAGOVERNAMENTAIS

R\$ Mil □

Parte I					
Ativo			Passivo		
Conta	Descrição	2017	Conta	Descrição	2017
1.1.2.3.2.04.02	Adiantamento a órgãos - Precatórios	20.685	2.1.8.9.2.01.08	Obrigações c/ Tesouro Estadual - Precatórios	20.685
1.1.3.2.2.01.01	Contribuições Patronais RPPS a Compensar	29.447	2.1.4.2.2.14.01	Repasse Previd. RPPS a Compensar - Civil	23.582
			2.1.4.2.2.14.02	Repasse Previd. RPPS a Compensar - Militar	5.865
1.1.3.8.2.01.01	Créditos a Receber Oriundos do FDP	196.299	2.1.8.9.2.01.03	Credores Entidades/ Agentes Fundo da Dívida	196.299
1.2.1.1.2.01.01	Créditos Tributários a Receber LP - Intra OFSS	1.421.755	2.2.8.9.2.01.03	Obrigações com Órgãos e Entidades Estaduais LP	1.421.755
1.1.2.1.2.01.01	Créditos Tributários a Receber CP - Intra OFSS	570.915	2.1.8.9.2.01.02	Obrigações com Órgãos e Entidades Estaduais CP	570.915
1.2.1.2.2.98.01	Créditos pela Assunção de Dívidas	1.381.320	2.2.2.3.2.99.01	Dívidas Assumidas pelo Governo do Estado	1.381.320
1.1.9.8.2.01.03	Despesa Antecipada com Serviço a Apropriar	34	2.1.8.1.2.01.01	Receitas Antecipadas - a Apropriar	34
1.2.1.9.2.01.01	Despesa Antecipada com Serviço a Apropriar	6	2.2.8.1.2.01.01	Receitas Antecipadas - a Apropriar	6
TOTAL		3.620.460	TOTAL		3.620.460

Fonte: SIAFE-Rio

Já a Parte II do quadro apresenta as exclusões referentes aos investimentos avaliados pela equivalência patrimonial, onde foram eliminados tanto os valores de investimentos quanto a parcela do Patrimônio Líquido das controladas, as quais pertencem ao orçamento fiscal e da seguridade social.



EXPURGOS INVEST. AVALIADOS PELA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL / PARCELA DO PL DAS CONTROLADAS

R\$ Mil

Parte II					
Ativo			Passivo		
Conta	Descrição	2017	Conta	Descrição	2017
1.2.2.1.1.01.01	Tit. Represent. De Capital Integralizado	1.697.044	2.2.8.9.1.01.03	Perdas e Deságios em Investimentos	955.720
1.2.2.9.1.01.01	Ajustes para Perdas em Investimentos	(432.110)		Expurgos do PL das Sociedades Investidas	380.554
			2.3.1.0.0.00.00	Patrimônio Social e Capital Social	9.983.950
			2.3.3.0.0.00.00	Reservas de Capital	2.275.563
			2.3.4.0.0.00.00	Ajustes de Avaliação Patrimonial	43.453
			2.3.5.0.0.00.00	Reservas de Lucros	3.607
			2.3.6.0.0.00.00	Demais Reservas	46.533
			2.3.7.0.0.00.00	Resultados Acumulados	(11.972.552)
				Resultado do exercício (VPA-VPD)	
				Participações Minoritários	(71.341)
TOTAL		1.264.934			1.264.934

Fonte: SIAFE-Rio

*Considerar os saldos do mês de Dezembro e realizar a apuração do resultado do exercício antes da destinação para reserva legal e dividendos

Demonstração das Variações Patrimoniais:

As exclusões efetuadas na Demonstração das Variações Patrimoniais somam R\$ 62.077.808 mil, conforme demonstrado no quadro abaixo.



TABELA 026.1 - EXPURGOS DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INTRAGOVERNAMENTAIS

EXPURGOS DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INTRAGOVERNAMENTAIS

R\$ Mil

Variações Patrimoniais Diminutivas			Variações Patrimoniais Aumentativas		
Conta	Descrição	2017	Conta	Descrição	2017
3.1.2.1.2.01.02	Obrigações patronais - pessoal militar	817.255	4.2.1.1.2.99.01	Contribuição patronal serv ativo militar	835.104
3.1.2.9.2.01.01	Fundo de saúde dos militares	83.835	4.2.1.1.2.01.02	Contrib patronal de servidor ativo militar - rpps	65.986
3.1.2.1.2.01.03	Contribuição patr-pessoal civil/plano previd	166.809	4.2.1.1.2.01.03	Contrib patronal de servidor - plano previdenciário	166.809
3.4.3.9.2.01.01	Atualização monetária financeira - intra-ofss	44.708	4.4.3.9.2.01.01	Atualização monetária financeira - intra-ofss	44.708
3.5.1.1.2.01.01	Cota concedida	29.198.761	4.5.1.1.2.01.01	Cota recebida	29.198.761
3.5.1.1.2.02.01	Repasso concedido	8.639.337	4.5.1.1.2.02.01	Repasso recebido	8.639.337
3.5.1.1.2.03.01	Sub-repasso concedido	50.991	4.5.1.1.2.03.01	Sub-repasso recebido	50.991
3.5.1.1.2.06.01	Creditos recebidos	2.455.409	4.5.1.1.2.06.01	Creditos enviados	2.455.409
3.5.1.1.2.07.01	Debitos enviados	52.317	4.5.1.1.2.07.01	Debitos recebidos	52.317
3.5.1.2.2.01.01	Ordem de transferências concedidas	4.496.497	4.5.1.2.2.01.01	Ordem de transferências recebidas	4.496.497
3.5.1.2.2.01.02	Mov.de fundos a crédito - correspondência de créditos - saldos não financeiros	137.803	4.5.1.2.2.01.02	Mov. de fundos a débito - correspondência de débito - saldos não financeiros	137.803
3.5.1.2.2.01.12	Mov. de fundos a débito - incorporação de saldos não financeiros	3.838.739	4.5.1.2.2.01.12	Mov. de fundos a débito - incorporação de saldos não financeiros	3.838.739
3.5.1.2.2.01.13	Mov. de fundos a débito - incorporação de saldos financeiros	786.497	4.5.1.2.2.01.13	Mov. de fundos a débito - incorporação de saldos financeiros	786.497
3.5.1.2.2.01.03	Mov. de fundos a crédito - correspondência de créditos - saldos financeiros	15.823	4.5.1.2.2.01.03	Mov. de fundos a débito - correspondência de débitos - saldos financeiros	15.823
3.5.1.2.2.02.04	Doações concedidas de bens móveis	6.901	4.5.1.2.2.02.04	Doações recebidas de bens móveis	6.901
3.5.1.2.2.02.05	Transferências concedidas de títulos e valores	2.429	4.5.1.2.2.02.05	Transferências recebidas de títulos e valores	2.429
3.5.1.2.2.02.07	Doações concedidas de material de consumo	14.955	4.5.1.2.2.02.07	Doações recebidas de material de consumo	14.955
3.5.1.2.2.02.08	Transferências concedidas de material de consumo	60.799	4.5.1.2.2.02.08	Transferências recebidas de material de consumo	60.799
3.5.1.2.2.02.09	Transferências concedidas de ativo intangível	3.365	4.5.1.2.2.02.09	Transferências recebidas de ativo intangível	3.365
3.5.1.2.2.02.99	Outras transf. não financeiras concedidas - indep. de execução orç.	2.430.395	4.5.1.2.2.02.99	Outras transf. não financeiras recebidas - indep. de execução orç.	2.430.395
3.5.1.3.2.01.01	Recursos para cobertura de insuficiências financeiras	8.771.308	4.5.1.3.2.01.01	Recursos para cobertura de insuficiências financeiras	8.771.308
3.6.5.0.2.01.01	Créditos de transferências a receber - intra ofss	2.873	4.6.4.0.2.01.04	Ganhos com desincorporação de passivos - RPP - intra ofss	2.873
TOTAL		62.077.808	TOTAL		62.077.808

Fonte: SIAFE-Rio

Balanco Financeiro / Demonstração do Fluxo de Caixa:

As exclusões das transferências intragovernamentais foram efetuadas no Balanco Financeiro e na DFC no mesmo montante, conforme demonstrado no quadro abaixo.

EXPURGOS DAS TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS

R\$ Mil

Ingressos			Dispendios		
Conta	Descrição	2017	Conta	Descrição	2017
4.5.1.1.2.01.01	Cota recebida	29.198.761	3.5.1.1.2.01.01	Cota concedida	29.198.761
4.5.1.1.2.02.01	Repasso recebido	8.639.337	3.5.1.1.2.02.01	Repasso concedido	8.639.337
4.5.1.1.2.03.01	Sub-repasso recebido	50.991	3.5.1.1.2.03.01	Sub repasse concedido	50.991
4.5.1.1.2.06.01	Créditos enviados	2.455.409	3.5.1.1.2.06.01	Créditos recebidos	2.455.409
4.5.1.1.2.07.01	Débitos recebidos	52.317	3.5.1.1.2.07.01	Débitos enviados	52.317
4.5.1.2.2.01.01	Ordem de transferências recebidas	4.496.497	3.5.1.2.2.01.01	Ordem de Transferências Concedidas	4.496.497
4.5.1.2.2.01.03	Movimento fundos a débito - Correspond.saldos financ	15.823	3.5.1.2.2.01.03	Movimento fundos a crédito - Correspond.saldos finar	15.823
4.5.1.2.2.01.13	Movimento fundos a débito - Incorp.saldos financ.	786.497	3.5.1.2.2.01.13	Movimento fundos a crédito - Incorp.saldos financ.	786.497
4.5.1.3.2.01.01	Recursos para cobertura de insuficiências financeiras	8.771.308	3.5.1.3.2.01.01	Recursos para cobertura de insuficiências financeiras	8.771.308
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		54.466.940	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		54.466.940

Fonte: SIAFE-Rio



Balanco Orçamentário

Conforme descrito na “Apresentação das Demonstrações Contábeis” deste Volume, para o Balanco Orçamentário o MCASP não prevê exclusões de contas “intra” quando da elaboração do Consolidado, uma vez que o mesmo reflete as autorizações legislativas para execução de dispêndios, além da previsão das receitas necessárias ao seu financiamento, e estas autorizações devem constar pelos seus valores brutos.

o) PCASP - 5º Nível Consolidação

Com o objetivo de viabilizar o processo de convergência aos padrões contábeis e possibilitar a consolidação das contas públicas, em âmbito nacional, a STN editou o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP.

Uma das finalidades do PCASP é padronizar os registros contábeis, permitindo a consolidação das entidades do setor público, nos diversos níveis de governo. Para tal, foi criado um método a fim de distinguir os valores que serão incluídos ou excluídos das demonstrações consolidadas.

O método consiste na utilização do 5º nível das contas de Ativo (1), Passivo (2), Variações Patrimoniais Diminutivas (3) e Variações Patrimoniais Aumentativas (4), para distinguir os saldos recíprocos, como demonstrado a seguir:

5º Nível - Consolidação		
x.x.x.x.1.xx.xx	CONSOLIDAÇÃO	Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS).
x.x.x.x.2.xx.xx	INTRA OFSS	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do mesmo ente.
x.x.x.x.3.xx.xx	INTER OFSS – UNIÃO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e a União.
x.x.x.x.4.xx.xx	INTER OFSS – ESTADO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um estado.
x.x.x.x.5.xx.xx	INTER OFSS – MUNICÍPIO	O Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um município.

Fonte: MCASP - 6ª Edição



04 – Aspectos Relevantes das Demonstrações Contábeis



4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

O saldo é composto pelos itens demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 001 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV %	AH %
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	8.884.528	100,00%	6.044.612	100,00%	46,98%
Caixa e Equivalentes de Caixa - Consolidação	6.738.112	75,84%	4.549.345	75,26%	48,11%
Caixa	2	0,00%	39	0,00%	-95,69%
Conta Única	255.507	3,79%	266.957	5,87%	-4,29%
Bancos	1.003.694	14,90%	694.743	15,27%	44,47%
Rede Bancária - Arrecadação	21.272	0,32%	21.272	0,47%	0,00%
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	4.320.898	64,13%	3.552.976	78,10%	21,61%
Recursos Não Vinculados	-	0,00%	1.188	0,03%	-100,00%
Recursos Vinculados	1.136.741	16,87%	12.170	0,27%	9240,33%
Caixa e Equivalentes de Caixa - Intra OFSS	2.146.416	24,16%	1.495.267	24,74%	43,55%
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	2.146.416	100,00%	1.495.267	100,00%	43,55%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

Em 2017, o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 8.884.528 mil. Na comparação com o final do exercício anterior verifica-se um acréscimo de 46,98%.

Na conta Bancos, os maiores valores estão registrados na Assembleia Legislativa no montante de R\$ 147.541 mil, no Fundo Estadual de Saúde – FES no montante de R\$ 140.438 mil, no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 114.810 mil, no Rioprevidência no montante de R\$ 110.557 mil, no Fundo da Polícia Militar no montante de R\$ 97.954 mil e no Fundo Especial do Corpo de Bombeiros no montante de R\$ 82.275 mil.



A conta Rede Bancária - Arrecadação registra os valores recebidos pelos agentes bancários autorizados pelo Estado a coletar os tributos, multas e demais créditos dos contribuintes, porém ainda indisponíveis para utilização do Tesouro Estadual.

A conta Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata, que representa 64,13% do Caixa e Equivalente de Caixa - Consolidação é composta majoritariamente pela conta Poupança e pelos Fundos de Investimento. A variação desta conta se deu principalmente pelo acréscimo dos Fundos de Investimento, que são aplicações em título do mercado aberto de contas não únicas, cujo montante era de R\$ 3.074.976 mil em 2016 e apresenta em 2017 o valor de R\$ 3.873.210 mil.

Tais Fundos de Investimento têm seus valores mais relevantes pertencentes ao Tesouro do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 1.256.804 mil, ao Fundo Especial do Tribunal de Justiça no montante de R\$ 535.210 mil, ao Tribunal de Justiça no montante de R\$ 487.913 mil, à Secretaria de Estado de Educação no montante de R\$ 259.146 mil e ao Fundo Especial da Assembleia Legislativa no montante de R\$ 244.094 mil.

Já a conta de Poupança, que soma o montante de R\$ 447.684 mil, tem seu valor mais significativo pertencente à Secretaria de Estado de Obras, no total de R\$ 284.546 mil.

Os Recursos Vinculados se referem integralmente a depósitos a disposição do Judiciário para pagamento de precatórios.

A conta Limites de Saque com Vinculação de Pagamento, classificada no Caixa e Equivalentes de Caixa – Intra OFSS, está composta também por limite de saque sujeito à programação financeira e valores a receber por arresto.

Os valores a receber por arresto representam os valores arrestados nas contas bancárias dos órgãos para cobrir despesas do Tesouro, guardando correspondência com uma conta de passivo contabilizada no Tesouro Estadual.



4.2. Créditos a Curto Prazo

A rubrica Créditos a Curto Prazo compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis no curso do exercício social subsequente.

Tabela 002 – Créditos a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	2.941.822	100,00%	4.917.389	100,00%	-40,18%
Créditos Tributários a Receber	-	0,00%	2.358.351	47,96%	-100,00%
Clientes	565.322	19,22%	487.153	9,91%	16,05%
Créditos de Transferências a Receber	1.688.737	57,40%	1.468.932	29,87%	14,96%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	352.179	11,97%	410.563	8,35%	-14,22%
Dívida Ativa Tributária	329.196	11,19%	194.360	3,95%	69,37%
Dívida Ativa Não Tributária	8.904	0,30%	548	0,01%	1526,05%
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	(2.517)	-0,09%	(2.517)	-0,05%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

A) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER

Compreende os valores relativos a créditos a receber oriundos das variações patrimoniais aumentativas tributárias, realizáveis no curso do exercício social subsequente. Os tributos são: impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições e empréstimos compulsórios.

O saldo da conta de Créditos Tributários a Receber está zerado neste exercício, devido à exclusão quando da consolidação dos Balanços, por se tratar de operações intragovernamentais – registradas no Rioprevidência, tendo como contrapartida a Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 570.915 mil, conforme evidenciado no item “n” das Principais Práticas Contábeis.

B) CLIENTES

Compreende os valores das faturas/duplicatas a receber decorrentes das vendas a prazo de mercadorias ou serviços que ocorram no curso normal das operações da entidade, representando um direito a cobrar de seus clientes.



No exercício de 2017 esta rubrica apresentou um acréscimo de 16,05% em relação ao exercício anterior, principalmente devido ao acréscimo de R\$ 77.494 mil das transações INTRA-OFSS registradas na Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro. Este montante não foi expurgado quando da consolidação dos balanços, pois não mantinha total paridade entre os saldos.

C) CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER

Compreende os valores relativos a créditos a receber decorrentes de transferências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, Consórcios Públicos e outras Instituições.

Essa rubrica representa 57,40% dos Créditos a Curto Prazo, sendo esse valor já deduzido do montante de R\$ 20.685 mil referentes às operações intragovernamentais.

D) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS

São os recursos provenientes de empréstimos e financiamentos concedidos, majoritariamente registrados na Companhia Estadual de Habitação – CEHAB no montante de R\$ 167.390 mil, referentes a financiamentos imobiliários; no Tribunal de Justiça no montante de R\$ 90.074 mil, referente a aporte de recursos no Rioprevidência para pagamento de salários de inativos e no Fundo Especial de Modernização do Controle Externo do TCE-RJ no montante de R\$ 64.000 mil referentes a empréstimos realizados ao Novo Degase – Departamento Geral de Ações Socioeducativas e a Secretaria de Administração Penitenciária - SEAP.

E) DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA

A Dívida Ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez já foram apuradas, porém não foram efetivamente recebidos nas datas aprazadas, contendo inclusive, juros e atualização monetária, ou quaisquer outros encargos aplicados sobre o valor inscrito. A Dívida Ativa pode ser de natureza tributária ou não tributária.

A Dívida Ativa Tributária corresponde aos créditos dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.



Já a **Dívida Ativa não Tributária** é composta pelos demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

A variação positiva da Dívida Ativa Tributária em comparação ao montante final de 2016 se deu principalmente pela transferência dos valores do Longo para o Curto Prazo.

Os valores da Dívida Ativa do Longo Prazo, por serem mais expressivos, terão maior grau de detalhamento, no item 4.6 “C” deste Volume.

F) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS DE CURTO PRAZO

A rubrica Ajustes de Perdas de Créditos de Curto Prazo registra valores para cobrir as perdas estimadas na cobrança de créditos a receber. É composta integralmente pela conta Perdas Estimadas em Faturas/Duplicatas a Receber - Clientes.

O saldo dessa rubrica permanece inalterado em relação ao apresentado no final do exercício de 2016.

4.3 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Esse grupo compreende os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo.



Tabela 003 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	16.768.192	100,00%	9.691.112	100,00%	73,03%
Adiantamentos Concedidos	1.808.606	10,79%	957.042	9,88%	88,98%
Tributos a Recuperar / Compensar	8.235	0,05%	7.361	0,08%	11,88%
Créditos a Receber por Desc. da Prest. de Serv. Públicos	63.395	0,38%	61.854	0,64%	2,49%
Créditos por Danos ao Patrimônio	1.322.871	7,89%	1.312.040	13,54%	0,83%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	509.041	3,04%	470.836	4,86%	8,11%
Outros Cred. a Receber e Valores a Curto Prazo	15.212.743	90,72%	9.035.489	93,23%	68,37%
(-) Ajustes de Perdas de Demais Créd. e Val. a Curto Prazo	(2.156.700)	-12,86%	(2.153.509)	-22,22%	0,15%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

Esta tabela foi modificada em relação à do exercício anterior. Os valores permanecem inalterados, apenas a apresentação sofreu uma adequação para manter maior coerência com o Plano de Contas.

A alteração se deu no montante dos “Outros Cred. a Receber e Valores a Curto Prazo”, que está agora englobando valores que antes (2016) eram evidenciados fora desta rubrica. Estes valores são: “Royalties do Petróleo a Receber”, “Operações de Créditos a Receber”, “Cotas Financeiras a Receber”, “Indenizações a Receber”, “Taxas e Multas a Receber”, “Dividendos Propostos a Receber”, “Adiantamentos p/ Transferências Voluntárias” e “Créditos Intra Governamentais”.

A) ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

Compreende as antecipações concedidas a pessoal, tais como antecipações de salários e ordenados, adiantamentos de 13º salário, adiantamentos de férias, suprimento de fundos, adiantamentos a fornecedores, pesquisadores e pessoas físicas. Em suma, adiantamentos concedidos consistem na entrega de numerário, sempre precedida de empenho na dotação própria, com a finalidade de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Esta rubrica está composta por um montante significativo de R\$ 1.354.872 mil, referentes às concessões em regime de desembolso descentralizado, conforme orientação da Nota Técnica SUNOT/CGE nº 040.2016.

A referida descentralização objetiva dotar os componentes organizacionais de meios eficientes, capazes de proporcionar maior êxito na gestão e realização das metas, minimizar os entraves administrativos e



burocráticos, bem como agilizar a execução de recursos para compra de materiais, prestação de serviços e despesas afins.

Contabilmente, esta descentralização de recursos gera um ativo, já que no momento da concessão não há redução do patrimônio líquido. Tal redução será verificada por ocasião da apresentação dos documentos comprobatórios das despesas realizadas.

B) TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR

Registra valores a recuperar de impostos e contribuições, tais como: Imposto de Renda, Contribuição Social, Contribuições Patronais e Previdenciárias, entre outros.

Em 2017, o montante de R\$ 29.447 mil, referente às Contribuições Patronais RPPS foi eliminado desta conta para fins de consolidação, por se tratar de transação INTRA-OFSS dos diversos órgãos do estado cuja contrapartida reflete a conta de repasses previdenciários RPPS a compensar no passivo do Rioprevidência.

O saldo remanescente desta conta é composto por transações INTER-OFSS com a União, no montante de R\$ 8.235 mil. Este saldo é composto por valores a compensar referentes a Imposto de Renda, Contribuição Social sobre Lucro Líquido, PIS/PASEP, COFINS e Contribuições Previdenciárias.

C) CRÉDITOS A RECEBER POR DESCENTRALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Compreende os créditos a receber decorrentes da descentralização de serviços públicos, tanto por meio de outorga a entidades da administração indireta como por meio de delegação, nas formas de concessão, inclusive parcerias público-privada - PPP, permissão ou autorização ao particular do direito de exploração de serviços públicos.

As Unidades Gestoras com valores mais relevantes são: Centrais de Abastecimento do Estado do RJ - CEASA no montante de R\$ 18.912 mil, Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNDRHI no montante de R\$ 16.420 mil, Companhia de Transporte sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro – RIOTRILHOS no montante de R\$ 7.443 mil, Fundo Especial do Tribunal de Justiça no montante de R\$ 6.874 mil e Tesouro do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 6.162 mil.



D) CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO

Compreende a apuração e o respectivo registro de responsabilidade por danos ao erário, regulamentada pela legislação pertinente, abrangendo os possíveis créditos em favor do Estado que ainda se encontram em fase de apuração, bem como aqueles que, uma vez apurados, configuram-se como direito em favor da Administração Pública.

Tais créditos são originados por atos, comissivos ou omissivos, que comprovadamente ou potencialmente – no caso de responsabilidade ainda em fase de apuração – vieram a causar prejuízos ao erário, tais como: ausência de prestação de contas, desvios ou desfalques de bens, valores ou dinheiros públicos e a prática de atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que possam acarretar prejuízos aos cofres públicos.

Tabela 003.1 – Créditos por Danos ao Patrimônio

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	1.322.871	100,00%	1.312.040	100,00%	0,83%
Pagamentos Indevidos	4.659	0,35 %	4.339	0,33 %	7,38 %
Desvio/Extravio de Bens	21.716	1,64 %	21.661	1,65 %	0,25 %
Desfalques ou Desvios	4.037	0,31 %	4.056	0,31 %	-0,47 %
Responsáveis por Danos	112.852	8,53 %	109.522	8,35 %	3,04 %
Despesa sem Prévio Empenho	14	0,00 %	14	0,00 %	0,00 %
Pagamentos sem Empenho	0	0,00 %	0	0,00 %	0,00 %
Por Adiantamentos Concedidos	423	0,03 %	412	0,03 %	2,77 %
Ausência de Outras Prestações de Contas	67.332	5,09 %	69.386	5,29 %	-2,96 %
Multas e Juros	335	0,03 %	175	0,01 %	91,04 %
Por Convênios, Acordos e Ajustes celebrados	748.080	56,55 %	737.538	56,21 %	1,43 %
Pela Ocorrência de Sinistros	24	0,00 %	24	0,00 %	0,00 %
Outras Responsabilidades	363.399	27,47 %	364.913	27,81 %	-0,41 %

Fontes: SLAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

Esta tabela está demonstrada com alterações em relação à apresentada em 2016 para maior adequação ao Plano de Contas. O valor total permanece inalterado. A alteração se deu pelo desmembramento das contas “Pagamentos Indevidos”, “Desfalques ou Desvios”, “Despesa sem Prévio Empenho”, “Pagamentos sem Empenho”, “Por Adiantamentos Concedidos”, “Multas e Juros” e “Pela Ocorrência de Sinistros”, que antes (2016) eram evidenciadas juntas em “Outros”.



O saldo da conta Créditos por Danos ao Patrimônio apresentou um acréscimo de 0,83% em relação ao exercício anterior, variando de R\$ 1.312.040 mil em 2016 para R\$ 1.322.871 mil em 2017.

Os créditos por danos causados ao patrimônio referentes aos Convênios, Acordos e Ajustes celebrados totalizam R\$ 748.080 mil. Deste montante, R\$ 388.864 mil pertencem à Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ, R\$ 292.215 mil pertencem à Secretaria de Estado de Saúde e R\$ 32.878 mil pertencem ao Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN. Os saldos dessas três unidades gestoras somados, perfazem 95,44% do total.

As Outras Responsabilidades também apresentam saldo relevante, totalizando R\$ 363.399 mil, que constitui 27,47% do grupo de danos causados ao patrimônio. Deste total, R\$ 227.613 pertencem à Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ, R\$ 65.646 à Secretaria Estadual de Educação e R\$ 37.777 mil ao Fundo Estadual de Saúde – FES. Os saldos dessas três unidades gestoras somados, perfazem 91,09% do total.

E) DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS

Compreende os valores de depósitos e cauções efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo.

Tabela 003.2 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	509.041	100,00%	470.836	100,00%	8,11%
Depósitos e Cauções	329	0,06%	329	0,07%	0,00%
Depósitos Judiciais	141.066	27,71%	141.061	29,96%	0,00%
Depósitos Recursais	5.762	1,13%	4.871	1,03%	18,30%
Bloqueios Bancários	307.246	60,36%	251.869	53,49%	21,99%
Cauções Contratuais	5.237	1,03%	5.237	1,11%	0,00%
Bloq. Bancários - DDO Cred. Entid. e Agentes	2.259	0,44%	20.326	4,32%	-88,89%
Precatórios - EC 62/2009	47.085	9,25%	47.085	10,00%	0,00%
Outros Depósitos	58	0,01%	58	0,01%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)



Esta tabela está demonstrada com alterações em relação à apresentada em 2016 para maior adequação ao Plano de Contas. O valor total permanece inalterado. A alteração se deu pela soma dos valores de “Depósitos e Cauções” e “Recursos Vinculados – INTRA OFSS”, apresentados em 2016, que agora são evidenciados juntos em “Depósitos e Cauções”.

Esta rubrica apresentou um acréscimo de 8,11% em relação ao ano anterior, variando de R\$ 470.836 mil em 2016 para R\$ 509.041 mil em 2017.

O saldo de Bloqueios Bancários destaca-se com uma representatividade de 60,36% no grupo, somando o valor de R\$ 307.246 mil. O valor mais significativo encontra-se registrado no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, no montante de R\$ 176.370 mil.

F) OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO



Tabela 003.3 – Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CP	15.212.743	100,00%	9.035.489	100,00%	68,37%
Outros Créditos a Receber	10.348.841	68,03%	6.244.516	69,11%	65,73%
Adiantamentos por Transferências Voluntárias	2.855.025	27,59%	2.378.989	38,10%	20,01%
Restos a Receber	41.104	0,40%	41.104	0,66%	0,00%
Ressarcimento de Pessoal Cedido - Consolidação	1.139	0,01%	257	0,00%	343,34%
Juros sobre Operações Imobiliárias	38	0,00%	79	0,00%	-51,79%
Royalties do Petróleo a Receber	4.558.153	44,05%	921.327	14,75%	394,74%
Cheques Devolvidos em Cobrança	20	0,00%	20	0,00%	0,00%
Créditos a Receber - Assunção de Dívida	2	0,00%	2	0,00%	0,00%
Correção sobre Operações Imobiliárias	44	0,00%	41	0,00%	8,81%
Taxas e Multas a Receber	39.964	0,39%	40.442	0,65%	-1,18%
Créditos com Empresas Estaduais	2.124	0,02%	2.124	0,03%	0,00%
Indenizações e Restituições a Receber	106.549	1,03%	100.929	1,62%	5,57%
Cotas Financeiras a Receber	344.586	3,33%	306.915	4,91%	12,27%
Créditos a Receber de Promissários	984	0,01%	984	0,02%	0,00%
Operações de Crédito a Receber	804	0,01%	804	0,01%	0,00%
Contrib. Do Servidor p/ Fundo de Saúde Militar	110.921	1,07%	149.527	2,39%	-25,82%
Adquirentes de Áreas Industriais	1.073	0,01%	1.596	0,03%	-32,81%
Agentes Devedores Diversos	1.103	0,01%	1.103	0,02%	0,00%
Outras Entidades Devedoras	2.552	0,02%	2.552	0,04%	0,00%
Aluguéis a Receber	15.578	0,15%	10.972	0,18%	41,98%
Taxa de Ocupação de Imóveis	21.674	0,21%	21.587	0,35%	0,40%
Repasse Previdenciários RPPS Consolidação	572	0,01%	572	0,01%	0,00%
Fluxo do Fundes - Decreto 40155 / 2006	7.579	0,07%	30.684	0,49%	-75,30%
Serv. Hosp. e Exames Laborator. a Receber	11.122	0,11%	14.452	0,23%	-23,05%
Valores a Receber Lei nº 7.391 / 2016 (7,5% DUDA DETRAN)	8.728	0,08%	-	0,00%	-
Valores em Trânsito - Precatórios	904	0,01%	953	0,02%	-5,13%
Demais Créditos a Receber	2.216.498	21,42%	2.216.503	35,50%	0,00%
Valores em Trânsito Realizáveis	1.847.613	12,15%	1.095.728	12,13%	68,62%
Créditos a Receber por Reembolso de Salário Maternidade Pago	596	0,00%	692	0,01%	-13,84%
Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento	730.922	4,80%	564.984	6,25%	29,37%
Dividendos Propostos a Receber	157.271	1,03%	157.271	1,74%	0,00%
Créditos Intragovernamentais	1.227.664	8,07%	540.425	5,98%	127,17%
Outros Créditos a Receber e Valores a CP	899.836	5,92%	431.873	4,78%	108,36%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

Os valores apresentados nesta tabela sofreram alteração em relação à do exercício anterior, para se adequar ao Plano de Contas. A alteração se deu pela inclusão das contas de “Royalties do Petróleo a Receber”, “Taxas e Multas a Receber”, “Indenizações e Restituições a Receber”, “Cotas Financeiras a Receber”, “Operações de Créditos a Receber”, “Fluxo do Fundes – Decreto 40155 / 2006”, “Dividendos Propostos a Receber”, “Créditos Intragovernamentais” e “Outros Créditos a Receber e Valores a CP”,



que antes (2016) eram evidenciados fora do grupo de Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo.

O total desta rubrica em 2017 soma R\$ 15.212.743 mil. Em relação ao ano anterior apresentou um acréscimo de 68,37%.

Nesta conta, estão registrados outros créditos a receber pelos órgãos do Estado, tais como adiantamento de transferências voluntárias; royalties do petróleo a receber; cotas financeiras a receber; valores em trânsito realizáveis; entre outros.

Seguem abaixo os comentários dos valores mais relevantes do grupo:

ADIANTAMENTOS POR TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Esta conta apresentou um acréscimo de 20,01% em relação ao exercício anterior, uma diferença no montante de R\$ 476.036 mil. Este saldo refere-se em grande parte ao valor do subsídio do BILHETE UNICO instituído pela Lei 5.628 de 29/12/2009, com base no convênio 001/10, entre a Secretaria de Estado de Transportes - SETRANS e a Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro - FETRANSPOR com recursos do Fundo Estadual de Transporte – FET.

ROYALTIES DO PETRÓLEO A RECEBER

A Constituição Federal, em seu artigo 20, § 1º, assegura aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como aos órgãos da Administração Direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

Os Royalties do Petróleo representam os recursos a receber que são calculados em função do volume de petróleo produzido e esses valores estão incorporados ao patrimônio do Rioprevidência, de acordo com o Decreto nº 42.011 de 28 de Agosto de 2009.

Os Royalties a receber estão divididos em curto e longo prazo, sendo o valor de curto prazo de R\$ 4.558.153 mil. O aumento do saldo comparando os saldos de 2017 e 2016 se deu pelo registro da



atualização do fluxo dos Royalties e Participação Especial a receber, conforme reavaliação realizada através da Nota Técnica RIOPREV/GOP nº 06/2018.

DEMAIS CRÉDITOS A RECEBER

Os Demais Créditos a Receber representam 21,42% do total do grupo Outros Créditos a Receber. A maioria deste saldo pertence ao Rioprevidência, no montante de R\$ 2.150.631 mil, referentes aos direitos inscritos em dívida ativa, tendo como contraparte a Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento, conforme Determinação do TCE-RJ nº 41/2013, Proc. Nº 105.879-8/14.

VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS

Os Valores em Trânsito Realizáveis representam 12,15% do total do grupo Outros Créditos a Receber e Valores a CP. O saldo se refere em sua maioria aos valores a conciliar no montante de R\$ 501.252 mil, ao aporte de recursos para regularização de pagamentos – mandado de arresto, no montante de R\$ 567.697 mil e aos pagamentos a regularizar – ICMS compensação no montante de R\$ 364.583 mil.

Cabe informar que não deveriam existir saldos nestas contas transitórias, por isso existem equações de inconsistências contábeis que apontam a necessidade de análise e regularização das mesmas (Validações Contábeis / LISCONTIR).

DIVIDENDOS PROPOSTOS A RECEBER

Dividendos são parcelas do lucro apurado por uma Sociedade Anônima, e distribuída aos seus acionistas por ocasião do encerramento do exercício social. No Brasil, os dividendos obrigatórios estão estabelecidos no § 2º do art. 202 da lei das sociedades anônimas.

Os Dividendos Propostos a Receber, registrados no Tesouro do Estado, representam a parcela que o Estado do Rio de Janeiro tem a receber dos dividendos da CEDAE, sendo R\$ 107.946 mil referentes ao exercício de 2013 e R\$ 49.325 mil referentes a 2014.

CRÉDITOS INTRAGOVERNAMENTAIS



Neste grupo está registrado o montante dos créditos a receber oriundos de transações ocorridas entre órgãos ou entidades integrantes da estrutura do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Abaixo, demonstramos os saldos que o compõem:

Tabela 003.3.1 – Créditos Intragovernamentais

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
CRÉDITOS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.227.664	100,00%	540.425	100,00%	127,17%
Créditos a Receber pela Compensação BERJ	433.903	35,34%	407.113	75,33%	6,58%
Créditos de Órgãos e Entidades Estaduais	114.972	9,37%	114.972	21,27%	0,00%
Créditos a Receber para Compensação Passivo Ambiental	1.130	0,09%	777	0,14%	45,43%
Indenizações e Restituições a Receber - Intra	664.619	54,14%	3.968	0,73%	16648,23%
Aluguéis a Receber por Ano/Mês	12.580	1,02%	13.595	2,52%	-7,46%
Valores a Receber Lei nº 5.639/2010 - FUNDRHI	461	0,04%	-	0,00%	-

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

Inicialmente, considera-se que ainda é inviável eliminar a totalidade dos Ativos e Passivos intragovernamentais, devido à dificuldade na compatibilização dos saldos entre os Órgãos, no entanto o corpo técnico de Contabilidade continua juntando esforços para aperfeiçoar o processo de consolidação dos saldos.

Do montante total dos Créditos a Receber pela Compensação do BERJ, R\$ 433.831 mil estão registrados no ativo do Rioprevidência e R\$ 72 mil no Tesouro Estadual. A variação da conta se deu pelo registro da atualização do saldo com base no valor da UFIR-RJ para o exercício de 2017.

O saldo dos Créditos de Órgãos e Entidades Estaduais está registrado integralmente no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, sendo de R\$ 66.130 mil referentes ao Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN e 48.842 mil referentes ao Rioprevidência.

G) AJUSTES DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

A rubrica Ajustes de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo soma R\$ 2.156.700 mil, dos quais R\$ 2.150.431 mil (99,71%) correspondem ao montante registrado no ativo referente à apropriação do direito da dívida ativa não repassada pelo Estado do Rio de Janeiro ao Rioprevidência.



4.4 Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Tabela 004 – Estoques

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
ESTOQUES	724.995	100,00%	670.731	100,00%	8,09%
Mercadorias para Revenda	2	0,00%	2	0,00%	0,00%
Produtos e Serviços Acabados	36	0,00%	13	0,00%	172,64%
Produtos e Serviços em Elaboração	2.001	0,28%	5.025	0,75%	-60,18%
Matérias-primas	2.212	0,31%	2.227	0,33%	-0,67%
Almoxarifado	580.388	80,05%	519.963	77,52%	11,62%
Outros Estoques	140.356	19,36%	143.500	21,39%	-2,19%
(-) Ajuste de Perdas de Estoques	0	0,00%	0	0,00%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

O Estoque apresentou um saldo de R\$ 724.995 mil em 2017, sofrendo um acréscimo de 8,09% em relação ao exercício de 2016, devido ao aumento item “almoxarifado”, conta que representa 80,05% do total do Estoque.

O almoxarifado está registrado em sua maioria na Secretaria de Estado de Saúde, no montante de R\$ 375.451 mil e na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, no montante de R\$ 69.713 mil.

4.5 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo.



Tabela 005 – VPD Pagas Antecipadamente

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	714	100,00%	888	100,00%	-19,68%
Prêmios de Seguros a Apropriar	204	28,54%	491	55,25%	-58,51%
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	222	31,17%	104	11,66%	114,76%
Aluguéis Pagos a Apropriar	59	8,32%	62	6,97%	-4,19%
Benefícios a Pessoal a Apropriar	228	31,90%	228	25,72%	-0,38%
Demais VPD a Apropriar	1	0,08%	4	0,40%	-84,51%

Fontes: SLAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

Em 2017 as VPD Pagas Antecipadamente apresentaram saldo de R\$ 714 mil, representando um decréscimo de 19,68% em relação ao ano anterior. O principal fator que contribuiu para essa diminuição de saldo foi o registro da apropriação das VPD pagas antecipadamente referentes a prêmios de seguros.

4.6 Créditos a Longo Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimentos de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis após doze meses da publicação das demonstrações contábeis deduzido os ajustes de perdas de créditos a longo prazo.

Tabela 006 – Créditos a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	34.333.725	100,00%	30.184.191	100,00%	13,75%
Créditos a Longo Prazo - Consolidação	34.237.725	99,72%	30.184.191	100,00%	13,43%
Créditos Tributários a Receber	-	0,00%	875.846	2,90%	-100,00%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	287.562	0,84%	395.892	1,31%	-27,36%
Dívida Ativa Tributária	86.649.569	253,08%	74.894.122	248,12%	15,70%
Dívida Ativa Não Tributária	2.086.972	6,10%	1.996.596	6,61%	4,53%
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(54.786.377)	-160,02%	(47.978.265)	-158,95%	14,19%
Créditos de Longo Prazo INTRA OFSS	96.000	0,28%	-	0,00%	-

Fontes: SLAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)



Em comparação ao exercício anterior, os créditos sofreram um acréscimo de 13,75%, variando de R\$ 30.184.191 mil em 2016 para R\$ 34.333.725 mil em 2017. Este aumento se deu principalmente pelo ajuste das Dívidas Ativas Tributária e Não Tributária.

A) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER

Os Créditos Tributários a Receber estavam em 2016 integralmente registrados no Rioprevidência, referentes ao ICMS Parcelado, de que trata o Decreto Estadual nº 36.994/05. Este saldo foi zerado em 2017 devido à reavaliação e transferência do seu montante para o curto prazo.

B) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos Concedidos somam R\$ 287.562 mil, apresentando um decréscimo de 27,36% em relação ao exercício anterior.

A variação se deu pela diminuição do montante de R\$ 223.688 mil em 2016 para R\$ 144.621 mil em 2017, referentes a financiamentos concedidos pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES. Este fundo foi instituído pelo artigo 6º do Decreto-lei nº 8 de 15 de março de 1975, e tem por objetivo a destinação de recursos a órgãos e entidades de direito público e privado para custear, total ou parcialmente, obras de infraestrutura e de interesse público, bem como programas e projetos considerados prioritários para o desenvolvimento econômico e social do Estado. Esta diminuição se deu pela transferência de valores de longo prazo para o curto prazo, além das baixas por recebimento.

C) DÍVIDA ATIVA

Conforme explicitado no item 4.2 E deste Volume, a Dívida Ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez já foram apuradas, porém não foram efetivamente recebidos nas datas aprazadas.

A tabela a seguir demonstra o estoque da Dívida Ativa:



Tabela 006.1 – Dívida Ativa

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

	R\$ Mil				
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
DÍVIDA ATIVA - CURTO E LONGO PRAZO	34.288.264	100,00%	29.107.361	100,00%	17,80%
Dívida Ativa Tributária - Curto e Longo Prazo	86.978.765	253,67%	75.088.482	257,97%	15,84%
Créditos Inscritos a Curto Prazo	329.196	0,38%	194.360	0,26%	69,37%
Créditos Inscritos a Longo Prazo	87.472.223	100,57%	75.716.777	100,84%	15,53%
Créditos em Processo de Inscrição a Longo Prazo	408	0,00%	408	0,00%	0,00%
Comp. Prec. Judic. c/ Div. Ativa Trib a Longo Prazo	(823.063)	-0,95%	(823.063)	-1,10%	0,00%
Dívida Ativa Não Tributária - Curto e Longo Prazo	2.095.876	6,11%	1.997.143	6,86%	4,94%
Creditos Inscritos a Curto Prazo	8.904	0,42%	548	0,03%	1526,05%
Créditos Inscritos a Longo Prazo	2.093.349	99,88%	2.002.512	100,27%	4,54%
Créditos em Processo de Inscrição a Longo Prazo	11.947	0,57%	12.408	0,62%	-3,71%
Comp. Prec. Judic. c/ Div. Ativa não Trib a Longo Prazo	(18.324)	-0,87%	(18.324)	-0,92%	0,00%
Ajustes para Perdas - Curto e Longo Prazo	(54.786.377)	-159,78%	(47.978.265)	-164,83%	14,19%
Ajustes para Perdas - Longo Prazo	(54.786.377)	100,00%	(47.978.265)	100,00%	14,19%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

O saldo da Dívida Ativa Tributária e não Tributária, deduzido do Ajuste para Perdas apresentou um acréscimo de 17,80% em relação ao exercício anterior, variando de R\$ 29.107.361 mil em 2016 para R\$ 34.288.264 mil em 2017.

Cabe destacar que o Rioprevidência não reconheceu o montante de R\$ 8.104 mil referentes à Dívida Ativa Tributária e R\$ 16.427 mil referentes à Dívida Ativa Não Tributária, em conformidade com o relatório PGE. A regularização destes valores será efetuada no exercício de 2018.

Em 27/12/2012, o Estado do Rio de Janeiro editou o Decreto nº 44.006, revogando o Decreto nº 37.050 de 10 de março de 2005, tratando da transferência do estoque da Dívida Ativa após 1997 para o Tesouro Estadual, permanecendo no patrimônio da autarquia, apenas os recebíveis anteriores a 1997. O Art.11, inciso II do Decreto nº 46.139 de 30/10/2017, determinou que a Procuradoria da Dívida Ativa, da Procuradoria Geral do Estado enviasse até o dia 15 de janeiro de 2018 os Demonstrativos do Estoque da Dívida Ativa.

O estoque da dívida foi atualizado em conformidade com os Relatórios Gerais do Estoque da Dívida Ativa relativos ao exercício de 2017.



A variação dos créditos inscritos em Dívida Ativa está evidenciado na Tabela 006.1 – DÍVIDA ATIVA deste volume, bem como no Volume 3 - item 3.02 – DEMOSTRATIVO DO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA – 2017.

Segue abaixo o detalhamento da Dívida Ativa Tributária de longo prazo, no qual pode se observar que está composta, em grande maioria, pela Dívida Ativa referente ao ICMS:

Tabela 006.2 – Dívida Ativa Tributária LP

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - LONGO PRAZO	86.649.569	100,00%	74.894.122	100,00%	15,70%
ICMS	68.937.173	79,56%	59.864.078	79,93%	15,16%
ICMS - Compensação Precatórios	(812.712)	-0,94%	(812.712)	-1,09%	0,00%
ICM	2.207.804	2,55%	2.185.576	2,92%	1,02%
ICM - Compensação Precatórios	(823)	0,00%	(823)	0,00%	0,00%
FECP	1.451.353	1,67%	1.079.172	1,44%	34,49%
FECP - Compensação Precatórios	(4.414)	-0,01%	(4.414)	-0,01%	0,00%
ITD	133.034	0,15%	84.974	0,11%	56,56%
ITD - Compensação Precatórios	(5.012)	-0,01%	(5.012)	-0,01%	0,00%
ITBI	924	0,00%	937	0,00%	-1,43%
IPVA	687.001	0,79%	457.555	0,61%	50,15%
IPVA - Compensação Precatórios	(58)	0,00%	(58)	0,00%	0,00%
Outros Tributos	707	0,00%	1.986	0,00%	-64,38%
Outros Tributos - Compensação Precatórios	(45)	0,00%	(45)	0,00%	0,00%
Taxas Diversas	97.247	0,11%	85.877	0,11%	13,24%
Multas Diversas	13.957.389	16,11%	11.957.031	15,97%	16,73%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

D) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS DE LONGO PRAZO

Compreende o ajuste de perdas estimadas com o não recebimento de valores referentes a créditos de longo prazo, por inadimplência de terceiros e outros. Nem sempre é possível assegurar que os valores registrados efetivamente serão recebidos, existindo sempre um percentual de incerteza sobre a realização dos créditos.

Assim, com o objetivo de evidenciar essa margem de incerteza, utilizam-se contas redutoras referentes às contas de Ativos, permitindo que o valor final dos créditos a receber esteja de acordo com o valor provável de realização dos mesmos. Este montante também sofre atualização baseado nos Demonstrativos do Estoque da Dívida Ativa enviados pela Procuradoria da Dívida Ativa – PG-5.



E) CRÉDITOS DE LONGO PRAZO INTRA-OFSS

Esta rubrica apresentou saldo neste exercício referente aos empréstimos concedidos pelo Fundo Esp. de Mod. do Controle Externo do TCE-RJ ao DEGASE e à SEAP, no total de R\$ 96.000 mil.

4.7 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Compreende os valores a receber por demais transações, com vencimento no longo prazo, conforme demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 007 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	128.131.531	100,00%	114.268.673	100,00%	12,13%
Demais Créditos e Valores a LP - Consolidação	128.131.531	100,00%	112.931.128	98,83%	13,46%
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	301	0,00%	-	0,00%	-
Créditos a Receber p/ Desc. Prest. De Serv. Públicos	663.019	0,52%	793.719	0,70%	-16,47%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	98.394	0,08%	96.203	0,09%	2,28%
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	127.369.817	99,41%	112.041.206	99,21%	13,68%
Demais Créditos e Valores a LP - INTRA OFSS	-	0,00%	1.337.546	1,17%	-100,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

Esta tabela foi modificada em relação à do exercício anterior. O total permanece inalterado, apenas a apresentação sofreu uma adequação para manter maior coerência com o Plano de Contas. A alteração se deu pela soma das contas de “Direitos sobre Concessões” e “Direitos sobre Outorgas”, que agora estão evidenciadas juntas em “Créditos a Receber p/ Desc. Prest. de Serviços Públicos”. Além da soma das contas “Royalties do Petróleo a Receber”, “Fluxo do FUNDES – Decreto nº 40.155/2006”, “Devedores p/ Financiamentos - FCVS” e “Outros Créd. a Rec. e Valores a LP”, que agora estão evidenciadas juntas no item “Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo”.

Em 2017, os Demais Créditos e Valores a Longo Prazo atingiram o montante de R\$ 128.131.531 mil, apresentando um acréscimo de 12,13% em relação ao exercício anterior.



A) CRÉDITOS A RECEBER P/ DESC. PREST. DE SERV. PÚBLICOS

Este montante comporta os Direitos sobre Concessões, no valor de R\$ 570.921 mil e os Direitos sobre Outorgas líquido no valor de R\$ 92.098 mil.

O Poder Público pode realizar, de forma centralizada, seus próprios serviços, por meio de órgãos da Administração Direta, ou prestá-lo, de forma descentralizada, por meio das autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedade de economia mista e consórcios públicos de direito público, sendo todas essas, pessoas jurídicas integrantes da Administração Indireta. Mais ainda, pode prestar serviços públicos através de entidades paraestatais, consideradas entes de colaboração, que se situam ao lado do Estado, sem a ele pertencer; e finalmente, por empresas privadas e particulares individualmente consideradas, como as concessionárias, permissionárias e autorizatárias de serviços públicos.

O Estado do Rio de Janeiro, por ato administrativo, facultou ao setor empresarial privado por determinado tempo, finalidade e condição expressa mediante autorização ou concessão, as outorgas dos serviços públicos de transporte ferroviário, metroviário, aquaviário e exploração de rodovias, fiscalizados pelas agências reguladoras.

Tabela 007.1 – Direitos sobre Concessões

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

DESCRIÇÃO	2016	INGRESSOS	ATUALIZAÇÕES	RECEBIMENTOS	BAIXAS	2017
DIREITOS SOBRE CONCESSÕES	701.621	-	-	(130.700)	-	570.921
Concessionária Rota 116 S/A	185.792	-	-	-	-	185.792
Metrô - OPPORTANS ³	349.176	-	-	-	-	349.176
Metrô - Trecho Arco Verde/S. Campos	17.636	-	-	-	-	17.636
Ceg Rio S/A ¹	91.064	-	-	(79.870)	-	11.194
Cia. Distrib. de Gas do RJ - CEG ²	57.954	-	-	(50.830)	-	7.124

¹ - Atende aos municípios de Saquarema, Angra dos Reis, Teresópolis, Nova Friburgo e Cachoeira de Macacu

² - Atende aos municípios de Mangaratiba e Maricá

³ - Contrato original de serviço de transporte metroviário concedido a Opportans

Fontes: SIAFE-Rio

Os valores a receber provenientes das Concessões de Serviços Públicos sofreram um decréscimo no exercício de 2017 em relação ao ano anterior em decorrência dos recebimentos da CEG RIO S/A e Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG nos montantes de R\$ 79.870 mil e R\$ 50.830 mil respectivamente.



Os Direitos sobre Concessões se referem ao DER-RJ no montante de R\$ 185.792 mil, à Companhia de Transporte sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro – RIOTRILHOS no montante de R\$ 366.811 mil e à Secretaria de Estado Desenv. Econ. Energia Ind. e Serviço no montante de R\$ 18.318 mil.

A Fundação Depart. Estr. de Rod. Est. - DER-RJ mantém registrados os valores referentes à Concessionária Rota 116.

A Companhia de Transporte sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS detém o montante de R\$ 366.811 mil, que se desmembra nos itens de concessão do Metrô (sob supervisão da RIOTRILHOS) à Opportrans, conforme contrato original com saldo de R\$ 349.176 mil e concessão do Metrô (sob supervisão da RIOTRILHOS) à Opportrans, para execução do trecho Arco Verde/Siqueira Campos no valor de R\$ 17.635 mil.

Já a Secretaria de Estado Desenv. Econ. Energia Ind. e Serviço detém o montante de R\$ 18.318 mil, sendo desmembrados entre a CEG RIO S/A no montante de R\$ 11.194 mil e a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG no montante de R\$ 7.124 mil.

Conforme 3º Termo Aditivo ao contrato de concessão de distribuição de gás canalizado, firmado em 21/07/1997, a CEG RIO S/A compromete-se a distribuir gás natural comprimido (GNC) e/ou gás natural liquefeito (GNL) nos municípios de Saquarema, Angra dos Reis, Teresópolis, Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu.

Já a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, conforme 3º Termo Aditivo ao contrato de concessão de distribuição de gás canalizado, firmado em 21/07/1997, compromete-se a distribuir gás natural comprimido (GNC) e/ou gás natural liquefeito (GNL) nos municípios de Mangaratiba e Maricá.

Os dados desta tabela estão detalhados no item 3.03 do Volume 3 – Demais Relatórios Gerenciais.

B) DEPÓSITOS RESTIUÍVEIS E VALORES VINCULADOS

Compreende os valores de depósitos e cauções efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis após os doze meses seguintes a data de publicação das demonstrações contábeis.



Deste grupo, as unidades gestoras com saldos mais significativos são a Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do ERJ – RIOTRILHOS, no montante de R\$ 47.979 mil, e a Companhia Estadual de Habitação – CEHAB, no montante de R\$ 26.295 mil.

C) OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO

Compreende os outros créditos e valores realizáveis após os doze meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores, tais como os demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 007.2 – Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	127.369.817	100,00%	112.041.206	100,00%	13,68%
Royalties do Petróleo a Receber	126.205.647	99,09%	110.871.522	98,96%	13,83%
Valores a Receber de Outras Empresas	5.721	0,00%	5.721	0,01%	0,00%
Devedores p/ Financiamentos - FCVS	401.135	0,31%	401.135	0,36%	0,00%
Fluxo do FUNDES - Decreto nº 40.155/2006	725.685	0,57%	731.856	0,65%	-0,84%
Contratos Validados RCV	17.153	0,01%	16.496	0,01%	3,99%
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	14.477	0,01%	14.477	0,01%	0,00%

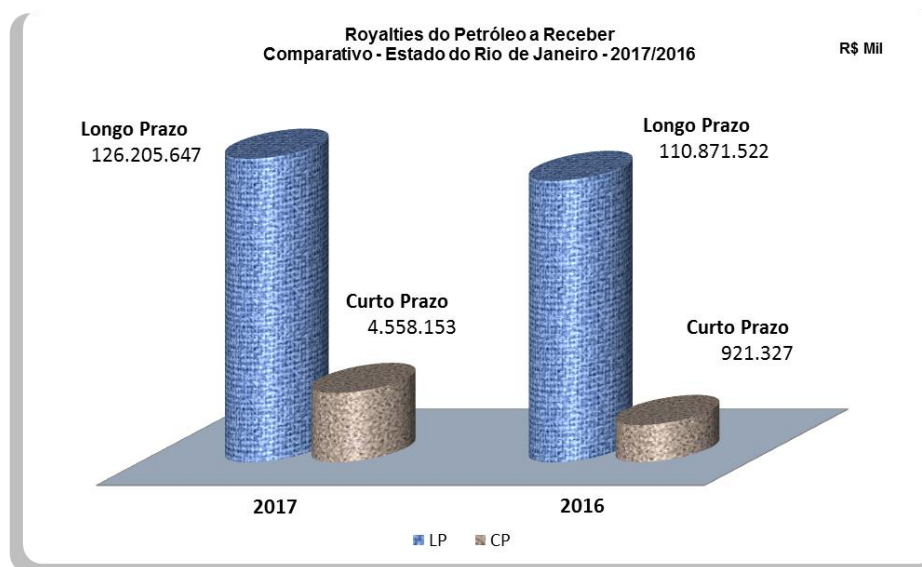
Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

Esta rubrica contempla os valores a receber de royalties, englobando o fluxo futuro de royalties e participações especiais. Contribui com 99,09% para formação dos Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo. Conforme já descrito no tópico 4.3 letra “F” deste volume, os direitos sob royalties estão divididos entre curto e longo prazo, totalizando no longo prazo R\$ 126.205.647 mil. Em 2017 apresentou um acréscimo de 13,83% em relação ao exercício anterior, decorrente do registro da atualização do fluxo dos royalties e participação especial a receber, conforme reavaliação realizada através da Nota Técnica RIOPREV/GOP nº 06 de 24/01/2018.

Abaixo demonstramos graficamente o fluxo futuro de royalties e participações especiais.



Já a conta Fluxo do FUNDES – Decreto 40.155/2006 representa o fluxo do Fundo de Desenvolvimento Econômico Social – FUNDES, instituído pelo Decreto-Lei nº 8/75, ingressados no Tesouro Estadual a partir de janeiro de 2007, e incorporados ao RIOPREVIDÊNCIA por meio da publicação do Decreto Estadual n.º 40.155/2006.

Em 2017 o valor deste ativo no longo prazo é de R\$ 725.685 mil. O montante do FUNDES, registrado no Rioprevidência foi atualizado de acordo com a Nota Técnica RIOPREV/GOP Nº 05 de 18/01/2018.

D) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LP – INTRA OFSS

O saldo da conta de Demais Créditos e Valores a LP – INTRA OFSS está zerado neste exercício, devido à exclusão quando da consolidação dos Balanços, por se tratar de operações intragovernamentais.

4.8 Investimentos

Os Investimentos compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no Ativo Circulante, nem no Ativo Realizável a Longo Prazo e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade.



Tabela 008 – Investimentos

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
INVESTIMENTOS	10.523.051	100,00%	10.476.327	100,00%	0,45%
Participações Permanentes	6.599.187	62,71%	6.368.989	60,79%	3,61%
Propriedades para Investimentos	562.310	5,34%	562.310	5,367%	0,00%
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	291.161	2,77%	348.855	3,33%	-16,54%
Demais Investimentos Permanentes	3.096.815	29,43%	3.215.007	30,69%	-3,68%
(-) Depreciação Acumulada de Investimentos	(20.083)	-0,19%	(970)	-0,01%	1971,20%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	(6.338)	-0,06%	(17.864)	-0,17%	-64,52%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

A) PARTICIPAÇÕES PERMANENTES

Esta rubrica engloba a participação societária do Estado em Sociedades de Economia Mista, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos são apresentados pelo custo de aquisição, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 2017.

As Participações Societárias estão englobadas nas “Participações Permanentes” da Tabela 008 – Investimentos.

Tabela 008.1 – Participações Societárias

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
Investimentos do Estado	6.592.849	100,00%	6.351.126	100,00%	3,81%
Investimentos pela Equivalência Patrimonial	6.498.275	98,57%	6.268.142	98,69%	3,67%
Outros Investimentos	100.912	1,53%	100.847	1,59%	0,06%
(-) Provisão p/ Perdas em Investimentos	(6.338)	-0,10%	(17.864)	-0,28%	-64,52%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

No exercício de 2017, os Investimentos do Estado tiveram uma variação nominal positiva de 3,81% em relação ao ano anterior, devido principalmente ao resultado positivo da equivalência patrimonial sobre a CEDAE.



Investimentos abrangidos pela Equivalência Patrimonial

A equivalência patrimonial é o método que consiste em atualizar o valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação societária do Estado no patrimônio líquido das sociedades por ele investido, e no reconhecimento dos seus efeitos na demonstração do resultado do exercício, conforme o item 21 da NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, aprovada pela Resolução CFC 1.137/08, alterada pela Resolução CFC 1.437/13.

Tabela 008.2 – Demonstrativo da Equivalência Patrimonial

SOCIEDADES INTEGRANTES DO ORÇAMENTO DO ESTADO

R\$ Mil

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	TOTAL DO PATRIMÔNIO	% PART. NO CAPITAL	RESULTADO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	INVESTIMENTOS SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	PROV. P/ PERDAS INVESTIMENTOS	PERDAS E DESÁGIOS INVESTIMENTOS
CASERJ	(10)	99,9995%	(10)	999	(999)	(10)
CEASA	18.904	99,9682%	18.898	18.898	-	-
CEHAB	(124.855)	99,4301%	(124.143)	37.185	(37.185)	(124.143)
METRO	(324.743)	92,2593%	(299.606)	386.795	(386.795)	(299.606)
CTC	(5.200)	99,9986%	(5.200)	985	(985)	(5.200)
FLUMITRENS	(526.762)	100,0000%	(526.762)	6.147	(6.147)	(526.762)
CODIN	31.960	99,9988%	31.960	31.960	-	-
IVB	26.924	99,6000%	26.816	26.816	-	-
CODERTE	31.273	99,9953%	31.272	31.272	-	-
RIOTRILHOS	1.252.731	92,2593%	1.155.761	1.155.761	-	-
TURISRIO	331	68,4856%	227	227	-	-
TOTAL	380.554		309.214	1.697.044	(432.110)	(955.720)

SOCIEDADES NÃO INTEGRANTES DO ORÇAMENTO DO ESTADO

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA/ EMPRESA PÚBLICA	TOTAL DO PATRIMÔNIO	% PART. NO CAPITAL	RESULTADO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	INVESTIMENTOS SOC. ECON. MISTA/ EMPRESA PÚBLICA	PROV. P/ PERDAS INVESTIMENTOS	PERDAS E DESÁGIOS INVESTIMENTOS
CEDAE	5.917.154	99,9996%	5.917.130	5.917.130	-	-
DIVERJ	947	99,9720%	946	946	-	-
BDRIO	(1.030)	99,9500%	(1.029)	6.338	(6.338)	(1.029)
CELF	0	99,8941%	0	0	-	-
AGERIO	461.028	99,9920%	460.991	460.991	-	-
CFSEC	784	99,7890%	782	782	-	-
IMPrensa Oficial	112.087	100,0000%	112.087	112.087	-	-
TOTAL	6.490.970		6.490.908	6.498.275	(6.338)	(1.029)

TOTAL INVESTIMENTOS SOC. ECON. MISTA/ EMPRESA PÚBLICA	8.195.319
--	------------------

Nas tabelas acima, pode-se verificar a participação acionária do Estado no patrimônio das sociedades e analisar os cálculos efetuados referentes à equivalência patrimonial.



O investimento do Estado na Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL era registrado e atualizado até o exercício de 2016 pelo método da Equivalência Patrimonial, pois esta Unidade Gestora estava classificada no sistema como Sociedade de Economia Mista. A partir de 2017 foi constatado que a CENTRAL é de fato uma Empresa Pública, assim sendo, foi feita a baixa desse investimento, por considerar que este método não deve ser aplicado no caso de empresas públicas integrantes do Orçamento do Estado.

Tabela 008.3 – Comparativos dos Investimentos Abrangidos pela Equivalência Patrimonial Soc. Não Integrantes do Orçamento

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil					
SOCIEDADE ANONÔNIMA	2017	AV%	2016	AV%	AH%
CEDAE	5.917.130	91,06%	5.693.338	90,83%	3,93%
DIVERJ	946	0,01%	1.344	0,02%	-29,58%
BDRIO	6.338	0,10%	6.338	0,10%	0,00%
CELF	0	0,00%	9.226	0,15%	-100,00%
AGERIO	460.991	7,09%	445.837	7,11%	3,40%
CFSEC	782	0,01%	2.300	0,04%	-65,98%
IMPrensa Oficial	112.087	1,72%	109.760	1,75%	2,12%
TOTAL	6.498.275	100,00%	6.268.142	100,00%	3,67%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

A Tabela 008.3 demonstra que em 2017 o saldo dos investimentos das Sociedades não integrantes do orçamento do Estado aumentou em R\$ 230.133 mil, o que representa uma variação nominal positiva de 3,67% em relação ao ano anterior. Tal fato deve-se, principalmente, ao resultado da equivalência patrimonial obtido sobre o patrimônio da CEDAE, positivo em R\$ 223.792 mil.

O montante do patrimônio da CEDAE utilizado para cálculo da equivalência patrimonial no Balanço Consolidado de 2017, refere-se a valores prévios disponibilizados no balancete de dezembro/2017, informados pela própria empresa. Após a divulgação oficial do balanço, serão feitos os registros de ajustes necessários.

Provisão para Perdas em Investimentos Abrangidos pela Equivalência Patrimonial

Nesta rubrica estão registradas as perdas estimadas nos investimentos das Sociedades de Economia Mista avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, ocasionadas pelo prejuízo contábil apurado e que resultaram em patrimônio líquido negativo nessas Sociedades.



Tabela 008.4 – Comparativos da Provisão p/ Perdas em Investimentos

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

						R\$ Mil
SOCIEDADE ANONÔNIMA	2017	AV%	2016	AV%	AH%	
BDRIO	6.338	1,45%	6.338	1,41%	0,00%	
CELF	-	0,00%	9.226	2,05%	-100,00%	
CFSEC	-	0,00%	2.300	0,51%	-100,00%	
CASERJ	999	0,23%	-	0,00%	-	
CEHAB	37.185	8,48%	37.185	8,28%	0,00%	
FLUMITRENS	6.147	1,40%	6.147	1,37%	0,00%	
METRÔ	386.795	88,22%	386.795	86,15%	0,00%	
C.T.C.	985	0,22%	985	0,22%	0,00%	
TOTAL	438.448	100,00%	448.975	100,00%	-2,34%	

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

A Provisão p/ Perda em Investimentos registra o mesmo valor do investimento em conta retificadora e o saldo negativo do Patrimônio Líquido das controladas fica evidenciado em grupo de conta do Passivo Não Circulante - Perdas ou Deságio em investimentos, conforme preceitua a instrução nº 247 de 27/03/1996, parágrafo 2º do art. 12 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A variação negativa deste item se deu pelos resultados positivos dos Patrimônios Líquidos das investidas Companhia Fluminense de Securitização - CFSEC e Centrais Elétricas Fluminenses - CELF apurados no exercício de 2017, levando à baixa das provisões referentes a estas investidas.

Tabela 008.5 – Comparativos das Perdas e Deságios em Investimentos

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

						R\$ Mil
SOCIEDADE ANÔNIMA	2017	AV%	2016	AV%	AH%	
BDRIO	1.029	0,11%	980	0,11%	4,99%	
CELF	-	0,00%	1	0,00%	-100,00%	
CFSEC	-	0,00%	99	0,01%	-100,00%	
CASERJ	10	0,00%	-	0,00%	-	
CEHAB	124.143	12,98%	114.463	12,49%	8,46%	
FLUMITRENS	526.762	55,06%	502.050	54,78%	4,92%	
METRÔ	299.606	31,31%	293.963	32,07%	1,92%	
C.T.C.	5.200	0,54%	4.992	0,54%	4,15%	
TOTAL	956.749	100,00%	916.549	100,00%	4,39%	

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)



Acima, o Quadro Comparativo das Perdas e Deságios em Investimentos demonstra os valores registrados no Passivo Não Circulante. No exercício de 2017 foi apurada uma variação nominal aumentativa nas perdas de R\$ 40.200 mil em relação ao exercício anterior.

Consolidação dos Investimentos – Metodologia

Conforme item B86 da NBC – TG nº 36, na elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, foram efetuados ajustes nos investimentos, a fim de que fossem eliminadas todas as relações de movimentação entre órgãos e entidades pertencentes ao mesmo ente controlador e já incluídas no Balanço Consolidado. Assim, demonstra-se a efetiva situação patrimonial do conjunto de entidades como se fosse um todo.

Procedimentos do Cálculo de Consolidação:

1. Totalizar os investimentos do Estado nas Sociedades de Economia Mista e nas Empresas Públicas, integrantes e não integrantes do Orçamento do Estado, inclusive de Outros Investimentos;
 2. Deduzir a provisão para perdas em investimentos, constituída até o valor do investimento;
- Ajustes:
3. Deduzir os investimentos em sociedades integrantes do Orçamento do Estado;
 4. Reverter o valor da provisão das perdas em investimentos das sociedades integrantes do Orçamento do Estado.

Tabela 008.6.1 – Cálculos de Consolidação – Participação Societária

	R\$ Mil
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	
INVESTIMENTOS EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	8.195.319
OUTROS INVESTIMENTOS	100.912
PROVISÃO P/ PERDAS EM INVESTIMENTOS	(438.448)
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	7.857.783
AJUSTES	
SOCIEDADES DEPENDENTES	(1.697.044)
PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS	432.110
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS - CONSOLIDADO	6.592.849



Tabela 008.6.2 – Cálculos de Consolidação – Perdas e Deságios em Investimentos

PERDAS E DESÁGIOS EM INVESTIMENTOS		R\$ Mil
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		11.949.926
AJUSTE		
PERDAS E DESÁGIOS EM INVESTIMENTOS		(955.720)
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO - CONSOLIDADO		10.994.206

Tal ajuste foi feito também no passivo do Balanço Consolidado na conta 2.2.8.9.1.01.03 - Perdas e Deságios em Investimentos, que registra os investimentos negativos do Estado.

Tabela 008.6.3 – Cálculos de Consolidação – Participação de Não Controladores

PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES		R\$ Mil
A - PL DAS SOCIEDADES INTEGRANTES SIAFE-Rio		380.554
B - INVESTIMENTO LÍQUIDO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		(1.264.934)
* SOCIEDADES DEPENDENTES	(1.697.044)	
* PROVISÃO P/ PERDAS EM INVESTIMENTOS	432.110	
C - PERDAS E DESÁGIOS EM INVESTIMENTOS		955.720
D = A + B + C PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES		71.341

Consta no Balanço Consolidado a conta Participação de Não Controladores (anteriormente denominado “Minoritários”), que é a parte do patrimônio líquido da controlada não atribuível direta ou indiretamente à controladora.

Tabela 008.6.4 – Cálculo da Participação dos Não Controladores

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA		Total do Patrimônio - Soc. Integrantes do Orçamento	Investimentos	Prov. p/ Perdas Investimentos	Prov.p/ Perdas e Deságios	Participação dos não Controladores
		A	B	C	D	E = A-B-C-D
137100	CASERJ	(10)	999	(999)	(10)	(0)
137200	CEASA	18.904	18.898	-	-	6
197100	CEHAB	(124.855)	37.185	(37.185)	(124.143)	(712)
217100	METRO	(324.743)	386.795	(386.795)	(299.606)	(25.137)
217200	CTC	(5.200)	985	(985)	(5.200)	(0)
217300	FLUMITRENS	(526.762)	6.147	(6.147)	(526.762)	(0)
227100	CODIN	31.960	31.960	-	-	0
297100	IVB	26.924	26.816	-	-	108
317100	CODERTE	31.273	31.272	-	-	1
317300	RIOTRILHOS	1.252.731	1.155.761	-	-	96.970
437100	TURISRIO	331	227	-	-	104
TOTAL		380.554	1.697.044	(432.110)	(955.720)	71.341

Fonte: SIAFE-Rio



O patrimônio líquido sofreu um ajuste de R\$ 309.213 mil, devido à exclusão do valor total do patrimônio líquido das sociedades integrantes do Orçamento do Estado no valor de R\$ 380.554 mil e a inclusão da Participação de Não Controladores no valor de R\$ 71.341 mil.

B) PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Esta rubrica apresentou saldo de R\$ 562.310 mil e representa 5,34% do total dos Investimentos.

Todo o saldo é composto por Edifícios, destacando-se os valores de R\$ 539.383 referentes à Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL.

C) INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO

Os Investimentos do RPPS de Longo Prazo compreendem os investimentos efetuados pelo RPPS em títulos e valores mobiliários e aplicações em segmentos de imóveis.

Tais recursos estão registrados integralmente no Rioprevidência.

A diminuição deste saldo se deu principalmente pela baixa para alienação do Terreno situado à Rua Governador Irineu Bornhausen – Catete/RJ, no montante de R\$ 71.700 mil, conforme Processo nº E-01/060.1008/2015.

D) DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES

Tabela 008.7 – Demais Investimentos Permanentes

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	3.096.815	100,00%	3.215.007	100,00%	-3,68%
Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	1.687	0,05%	1.687	0,05%	0,00%
Bens Móveis Não Destinados a Uso	1.421.655	45,91%	1.421.655	44,22%	0,00%
Projetos em Andamento	682.254	22,03%	721.971	22,46%	-5,50%
Atividades em Andamento	353.048	11,40%	431.524	13,42%	-18,19%
Investimentos - Aplicações Diretas	55.546	1,79%	55.546	1,73%	0,00%
Investimentos - Material de Consumo	73.314	2,37%	73.314	2,28%	0,00%
Outros Investimentos	509.310	16,45%	509.310	15,84%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)



Os Demais Investimentos Permanentes somam R\$ 3.096.815 mil e representam 29,43% do total dos Investimentos do Estado.

Os Bens Móveis não Destinados a Uso estão registrados na Secretaria de Estado de Transportes no montante de R\$ 956.952 mil e à Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL no montante de R\$ 464.703 mil.

Dos Projetos em Andamento, os saldos mais significativos são de R\$ 165.487 mil referentes à Fundação Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC, R\$ 97.598 mil referentes ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, R\$ 77.218 à Secretaria de Estado de Ambiente, R\$ 57.629 à Secretaria de Estado de Saúde e R\$ 49.733 à SEA – Prog. Saneamento Ambiental Baía Guanabara.

Das Atividades em Andamento, os saldos mais significativos referem-se à Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico no montante de R\$ 220.195 mil e à Secretaria de Estado de Obras no montante de R\$ 58.915 mil.

As Atividades em Andamento tiveram um decréscimo principalmente devido à reclassificação para as contas específicas dos bens para melhor classificação no Balanço. O montante na Secretaria de Estado de Segurança diminuiu em R\$ 79.519 mil.

Dentre os Outros Investimentos, os montantes mais relevantes referem-se à Companhia Estadual de Engenharia de Transporte e Logística – CENTRAL no valor de R\$ 455.190 e ao Fundo de Recuperação Econômica dos Municípios Fluminenses – FREMF no valor de R\$ 41.000 mil.

4.9 Imobilizado

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, bem como pela dedução da depreciação acumulada, conforme quadro a seguir:



Tabela 009 – Imobilizado

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
IMOBILIZADO	29.900.004	100,00%	29.394.040	100,00%	1,72%
Bens Móveis	5.492.490	18,37%	5.569.153	18,95%	-1,38%
Bens Móveis	6.641.994	120,93%	6.635.667	119,15%	0,10%
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas Bens Móveis	(1.149.504)	-20,93%	(1.066.514)	-19,15%	7,78%
Bens Imóveis	24.407.514	81,63%	23.824.888	81,05%	2,45%
Bens Imóveis	25.958.486	106,35%	25.287.032	106,14%	2,66%
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas Bens Imóveis	(1.550.972)	-6,35%	(1.462.144)	-6,14%	6,08%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

4.9.1 Bens Móveis

Compreende o valor das aquisições ou incorporações de bens corpóreos, que tenham existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social e que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços.

Conforme já explanado na letra “F” das Principais Práticas Contábeis, estabeleceu-se o ajuste inicial e a depreciação dos bens móveis do Estado, em conformidade com o Manual do Tratamento Inicial dos Bens Patrimoniais Móveis, que orienta quanto ao registro inicial desses bens da Administração Direta e Indireta (excluídas as empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações públicas de direito privado). Estes procedimentos foram iniciados em 2014, de forma a refletir uma melhor posição nos saldos do Balanço Patrimonial.

Em 2017 os Bens Móveis do Estado totalizaram o valor de R\$ 6.641.994 mil. No confronto com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de R\$ 6.327 mil, sem contar o valor retificador da depreciação acumulada.

Os valores mais significativos neste grupo se referem aos Bens Móveis em Andamento no montante de R\$ 1.098.556 mil, Veículos de Tração Mecânica no montante de R\$ 878.903 mil, Correção Monetária de Bens Móveis – Lei 8.200/91 no montante de R\$ 752.447 mil, Aparelhos e Utensílios Médico-Odontológico, Laboratoriais e Hospitalares no montante de R\$ 625.571 mil, Equipamentos e Materiais



de Processamento de Dados no montante de R\$ 582.787 mil e Mobiliário em Geral no montante de R\$ 356.806 mil.

Dos Bens Móveis em Andamento, o valor mais significativo refere-se à Secretaria de Estado de Transportes no montante de R\$ 1.023.298 mil.

Dos Veículos de Tração Mecânica, R\$ 216.518 mil se referem à Secretaria de Estado da Defesa Civil, R\$ 379.179 mil se referem à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e R\$ 92.503 mil se referem à Secretaria de Estado de Saúde.

Dos valores de Correção Monetária de Bens Móveis – Lei 8.200/91, R\$ 752.089 mil se referem à Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro – RIOTRILHOS.

Dos Aparelhos e Utensílios Médico-Odontológico, Laboratoriais e Hospitalares, R\$ 305.339 mil se referem à Secretaria de Estado de Saúde e R\$ 142.925 mil se referem à Administração Central – UERJ, R\$ 50.260 mil se referem ao Hospital Universitário Pedro Ernesto e R\$ 40.434 mil se referem à Fundação Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

4.9.2 Bens Imóveis

Compreende o valor dos bens imóveis, os quais são bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando comercialmente.

A contabilidade deve espelhar a realidade patrimonial quando da elaboração do Balanço Geral do Estado. Neste sentido, o inciso III, do artigo 11, do Decreto nº 46.139, de 30 de Outubro de 2017, determinou que a Subsecretaria de Logística e Patrimônio, da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento, encaminhasse até 26 de Fevereiro de 2018 à Contadoria Geral do Estado e Auditoria Geral do Estado, a relação dos imóveis de propriedade do Estado, com a indicação de seus ocupantes e da sua utilização, fazendo ainda constar seus valores de avaliação ou reavaliação, com a indicação da Unidade Gestora.



A Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento encaminhou a esta CGE, em atendimento ao citado Decreto, a C.I. SEFAZ/SUBGEST nº 029, que se encontra inserida no Volume 9 - Relação dos Imóveis Próprios Estaduais desta prestação de Contas de Governo, informando o endereçamento, titularidade, ocupação ou utilização e valores de avaliação de todos os imóveis inscritos no seu cadastro.

Atualmente, a depreciação dos bens imóveis do Estado é realizada pelas empresas públicas, sociedades de economia mista e Tribunal de Justiça.

Tabela 009.1 – Bens Imóveis
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
BENS IMÓVEIS	25.958.486	100,00%	25.287.032	100,00%	2,66%
Bens de Uso Especial	4.802.291	18,50%	4.738.019	18,74%	1,36%
Imóveis Dominiais/Dominicais	487.981	1,88%	478.041	1,89%	2,08%
Bens Imóveis em Andamento	14.968.583	57,66%	14.791.922	58,50%	1,19%
Instalações	390.608	1,50%	390.828	1,55%	-0,06%
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	1.549.628	5,97%	1.486.633	5,88%	4,24%
Demais Bens Imóveis	3.759.396	14,48%	3.401.590	13,45%	10,52%

Fontes: SLAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

Esta tabela foi modificada em relação à do exercício anterior. O total permanece inalterado, apenas a apresentação sofreu uma adequação, para manter maior coerência com o Plano de Contas.

A alteração se deu pela soma das contas “Edifícios” e “Bens de Uso Especial”, que agora estão evidenciadas juntas em “Bens de Uso Especial”; pela soma das contas “Correção Monetária de Bens Imóveis Lei 8200 / 91” e “Demais Bens Imóveis”, que agora estão evidenciadas juntas em “Demais Bens Imóveis”; e pela soma das contas “Terrenos / Glebas / Lotes” e “Imóveis Dominiais / Dominicais”, que agora estão evidenciadas juntas em “Imóveis Dominiais / Dominicais”.

Os Bens Imóveis contribuíram com 81,63% para a formação do Ativo Imobilizado. Em comparação ao exercício anterior verifica-se um acréscimo de 2,45%, decorrente principalmente da variação positiva das obras em andamento a cadastrar, das obras em andamento e das benfeitorias em propriedades de terceiros.



Bens de Uso Especial

Compreendem os bens de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração estadual ou municipal, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas.

Tabela 009.1.1 – Bens de Uso Especial

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
BENS DE USO ESPECIAL	4.802.291	100,00%	4.738.019	100,00%	1,36%
Salas Comerciais	3.485	0,07%	2.437	0,05%	43,00%
Edifícios	4.742.118	98,75%	4.701.746	99,23%	0,86%
Imóveis de Uso Educacional	12.454	0,26%	1.527	0,03%	715,67%
Bens em Poder de Terceiros	3.599	0,07%	20.035	0,42%	-82,04%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	40.634	0,85%	12.273	0,26%	231,08%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

Os bens de uso especial estão compostos majoritariamente por edifícios. Dentre os seus montantes, os mais significativos pertencem à Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS, no total de R\$ 1.986.094 mil, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, no total de R\$ 969.592 mil e ao Ministério Público, no total de R\$ 483.517 mil.

Bens Imóveis em Andamento

Os Bens Imóveis em Andamento estão registrados integralmente em Obras em Andamento, cujos valores se referem às obras, desde sua construção até o término das mesmas.

Os valores mais significativos estão registrados na Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS no montante de R\$ 9.634.446 mil, na Secretaria de Estado de Obras no montante de R\$ 3.328.795 mil e na Fundação Depart. Estr. de Rod. Est. - DER-RJ no montante de R\$ 1.204.820 mil.



Benfeitorias em Propriedades de Terceiros

As Benfeitorias englobam as Construções em Terrenos Arrendados de Terceiros e Instalações e Outras Benfeitorias em Prédios Alugados. São considerados somente os gastos com construção e instalação que se incorporam ao imóvel e reverterem ao proprietário do imóvel ao final da locação.

O valor mais significativo está registrado no Tribunal de Justiça, no montante de R\$ 1.534.731 mil.

Demais Bens Imóveis

Os Demais Bens Imóveis estão classificados como demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 009.1.2 – Demais Bens Imóveis

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
DEMAIS BENS IMÓVEIS	3.759.396	100,00%	3.401.590	100,00%	10,52%
Edifícios a Cadastrar	129.037	3,43%	129.037	3,79%	0,00%
Terras a Cadastrar	23.785	0,63%	23.785	0,70%	0,00%
Terrenos a Cadastrar	61.073	1,62%	61.073	1,80%	0,00%
Obras em Andamento a Cadastrar	2.353.926	62,61%	1.996.120	58,68%	17,93%
CM de Bens Imóveis - Lei nº 8.200/91	1.191.575	31,70%	1.191.575	35,03%	0,00%

Fontes: SLAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

O montante dos Demais Bens Imóveis foi alterado em relação ao exercício anterior para estar mais coerente com o Plano de Contas. A alteração se deu pelos valores referentes à “CM de Bens Imóveis – Lei nº 8.200/91”, que antes (2016) eram apresentados fora deste item devido à sua relevância.

Os valores das Obras em Andamento a Cadastrar e a Correção Monetária de Bens Imóveis – Lei nº 8.200/91 somados totalizam R\$ 3.545.501 mil, o equivalente a 94,31% dos Demais Bens Imóveis.

As Obras em Andamento a Cadastrar têm seus valores mais significativos registrados na Secretaria de Estado de Obras no montante de R\$ 1.063.229 mil e no Instituto Estadual do Ambiente – INEA no montante de R\$ 797.019 mil.



Já a Correção Monetária de Bens Imóveis tem seu valor integralmente registrado na Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS.

4.10 Intangível

Os Bens Intangíveis compreendem os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Esta rubrica é composta por softwares, marcas, direitos e patentes industriais, deduzidas as amortizações acumuladas.

Tabela 010 – Intangível
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
INTAGÍVEL	117.314	100,00%	111.731	100,00%	5,00%
Softwares	128.552	109,58%	114.226	102,23%	12,54%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	9.787	8,34%	9.756	8,73%	0,32%
(-) Amortização Acumulada	(21.025)	-17,92%	(12.251)	-10,96%	71,62%

Fontes: SLAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

O Intangível totalizou R\$ 117.314 mil em 2017, apresentando um acréscimo de 5,00% em relação ao exercício anterior.

A conta de Softwares compreende os valores de softwares pertencentes à entidade e não integrantes a um hardware, englobando os valores referentes à sua construção, implementação e instalação. Os valores mais significativos estão registrados no Rioprevidência, no montante de R\$ 40.533 mil, na Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento no montante de R\$ 21.988 mil, no Ministério Público no montante de R\$ 13.485 mil e no Fundo Especial de Administração Fazendária no montante de R\$ 9.496 mil.

No exercício de 2017, onze órgãos/entidades já estavam realizando a amortização dos bens intangíveis, sendo eles o Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Procuradoria Geral do Estado, Ministério Público, Instituto Estadual do Ambiente – INEA, Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro,



Departamento de Recursos Minerais, além de quatro sociedades de economia mista, totalizando o montante de R\$ 21.025 mil.

4.11 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Tabela 011 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. e ASSIST. A PAGAR A CP	8.429.386	100,00%	8.458.550	100,00%	-0,34%
Pessoal a pagar	5.722.894	67,89%	5.907.588	69,84%	-3,13%
Benefícios Previdenciários a Pagar	1.417.310	16,81%	1.297.687	15,34%	9,22%
Encargos sociais a pagar	1.289.181	15,29%	1.253.275	14,82%	2,87%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo sofreram um decréscimo de 0,34%, variando de R\$ 8.458.550 mil em 2016 para R\$ 8.429.386 mil em 2017.

A) PESSOAL A PAGAR

O pessoal a pagar contribuiu com 67,89% para a formação destas obrigações e está segregado conforme quadro abaixo:



Tabela 011.1 – Pessoal a Pagar

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
PESSOAL A PAGAR	5.722.894	100,00%	5.907.588	100,00%	-3,13%
Pessoal a Pagar - Consolidação	5.543.677	96,87%	5.730.358	97,00%	-3,26%
Pessoal a Pagar - INTRA OFSS	173.362	3,03%	170.182	2,88%	1,87%
Pessoal a Pagar - INTER OFSS - União	4.421	0,08%	5.938	0,10%	-25,55%
Pessoal a Pagar - INTER OFSS - Estados	385	0,01%	383	0,01%	0,47%
Pessoal a Pagar - INTER OFSS - Municípios	1.049	0,02%	726	0,01%	44,53%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

A rubrica de Pessoal a Pagar – Consolidação compõe 96,87% do total do pessoal a pagar. As demais rubricas – INTRAOFFS, INTEROFFS União, Estados e Municípios são compostas por valores referentes à pessoal cedido.

B) BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR

Tabela 011.2 – Benefícios Previdenciários a Pagar

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	1.417.310	100,00%	1.297.687	100,00%	9,22%
Benefícios Previdenciários	1.417.310	100,00%	1.297.687	100,00%	9,22%
Benefícios Previdenciários	870.605	61,43%	1.023.265	78,85%	-14,92%
Décimo Terceiro Salário	546.705	38,57%	274.422	21,15%	99,22%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

Os Benefícios Previdenciários a Pagar começaram a ter saldo no exercício de 2016 e pertencem em grande parcela ao Fundo Único de Previdência do Estado do Rio de Janeiro – Executivo no montante de R\$ 1.409.388 mil.

Em relação ao total das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, esta rubrica contribuiu com 16,81%.



C) ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

Já a rubrica de encargos sociais a pagar contribuiu com 15,29% do total do grupo, apresentando um acréscimo de 2,87%, segregado conforme quadro abaixo:

Tabela 011.3 – Encargos Sociais a Pagar

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	1.289.181	100,00%	1.253.275	100,00%	2,87%
Encargos Sociais a Pagar - Consolidação	11.226	0,87%	1.624	0,13%	591,25%
Encargos Sociais a Pagar - INTRA OFSS	1.028.527	79,78%	928.712	74,10%	10,75%
Encargos Sociais a Pagar - INTER OFSS - União	249.414	19,35%	322.934	25,77%	-22,77%
Encargos Sociais a Pagar - INTER OFSS - Estados	5	0,00%	5	0,00%	0,00%
Encargos Sociais a Pagar - INTER OFSS - Municípios	9	0,00%	0	0,00%	2226,49%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

O acréscimo do saldo dos Encargos Sociais a Pagar – INTRA OFSS se deu principalmente pelo aumento dos valores referentes ao RPPS sob 13º salário.

Já os Encargos Sociais a Pagar – INTER OFSS União sofreram um decréscimo principalmente devido aos valores de INSS – contribuição sobre salários e remunerações.

4.12 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimento no curto prazo.



Tabela 012 – Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	4.031.935	100,00%	2.444.043	100,00%	64,97%
Empréstimos a Curto Prazo - Interno	3.322.934	82,42%	3.353.834	137,22%	-0,92%
Empréstimos a Curto Prazo - Externo	707.551	17,55%	869.051	35,56%	-18,58%
Juros e Encargos a pagar de Emp. e Financ. CP - Interno	5.203.005	129,04%	3.600.931	147,34%	44,49%
Juros e Encargos a pagar de Emp. e Financ. CP - Externo	303.964	7,54%	271.881	11,12%	11,80%
Encargos Financeiros a Apropriar - Interno	(5.201.554)	-129,01%	(5.376.724)	-219,99%	-3,26%
Encargos Financeiros a Apropriar - Externo	(303.964)	-7,54%	(274.931)	-11,25%	10,56%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

De acordo com o MCASP, uma vez que já se sabe o valor dos juros e encargos financeiros a apropriar no decorrer da operação, é prudente que sejam registrados. No entanto, esse procedimento apenas estará de acordo com o Princípio da Competência se, concomitantemente, for escriturada uma conta retificadora pelo valor dos encargos financeiros a serem apropriados, visto que tais encargos ainda não são devidos e, portanto, seu valor deve ser abatido do valor total da dívida registrada. No decorrer da operação, os encargos devem ser apropriados em razão do prazo de vencimento das parcelas da operação. Vale ressaltar que tal procedimento só é possível se os juros em questão forem pré-fixados.

Em consonância com tal procedimento, foi criada a Rotina CONOR/SUNOT/CGE n.º 029/2014 de 24/03/14 que trata do controle da Dívida Pública Fundada ou Consolidada Estadual Interna e Externa. Com base na nova rotina são apropriados os Juros e Encargos Financeiros contratuais ainda não devidos, mas que serão executados até o término do exercício seguinte abatendo o mesmo montante em conta retificadora.

Os comentários sobre este item estão desenvolvidos para melhor compreensão no item 11 do Volume 1, que trata da Dívida Consolidada. Na tabela 19.1, encontram-se os montantes referentes aos saldos de curto e longo prazo.

4.13 Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do



fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Tabela 013 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	11.409.420	100,00%	7.520.832	100,00%	51,70%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	7.345.119	64,38%	6.224.413	82,76%	18,01%
Fornecedores e Credores	4.416.195	60,12%	3.106.085	49,90%	42,18%
Precatórios e Sentenças Judiciais - Fornecedores Nacionais	360.188	4,90%	360.472	5,79%	0,00%
Fornecedores e Credores - Saldos Migrados do SIAFEM	2.568.735	34,97%	2.757.856	44,31%	-6,86%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP - INTRA OFSS	441.045	3,87%	323.294	4,30%	36,42%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP - INTER OFSS - União	8.905	0,08%	7.609	0,10%	17,03%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP - INTER OFSS - Estados	475	0,00%	1.356	0,02%	-64,98%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP - INTER OFSS - Municípios	3.613.876	31,67%	964.160	12,82%	274,82%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

Esta tabela difere da apresentada no exercício de 2016 para manter maior coerência com o Plano de Contas. O total do grupo permaneceu inalterado.

A alteração se deu pela soma das contas “Precatórios e Sentenças Judiciais de Fornecedores e Credores do Exercício” e “Precatórios e Sentenças Judiciais de Fornecedores e Credores de Exercícios Anteriores”, que agora estão juntas em “Precatórios e Sentenças Judiciais – Fornecedores Nacionais”; e pelo desmembramento do montante de “Fornecedores e Credores” (2016), que agora está evidenciado nas contas “Fornecedores e Credores” e “Fornecedores e Credores – Saldos Migrados do SIAFEM”.

A conta de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo teve uma variação positiva de 51,70% quando comparado com o exercício anterior, principalmente devido ao maior volume de inscrições de restos a pagar em comparação aos pagamentos ocorridos no período. Tais obrigações não contemplam os restos a pagar não processados, por representar uma obrigação somente orçamentária. Os Restos a Pagar serão abordados no item 4.17 deste volume.

Na rubrica Fornecedores e Credores, dentro de Consolidação, as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos foram o Fundo Estadual de Saúde – FES no montante de R\$ 1.045.879 mil, a Subsecretaria de Finanças – Pgto. Concessionárias no montante de R\$ 562.723 mil, a Secretaria de Estado de Educação no montante de R\$ 469.604 mil, ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA no



montante de R\$ 372.918 mil, a Fundação Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC no montante de R\$ 347.368 mil, e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária no montante de R\$ 271.555 mil.

Já na rubrica Fornecedores e Credores – Saldos migrados do SIAFEM, também dentro de Consolidação, os valores mais expressivos estão registrados no Fundo Estadual de Saúde – FES no montante de R\$ 1.208.150 mil, na Subsecretaria de Finanças – Pgto. Concessionárias no montante de R\$ 170.775 mil, no Instituto Estadual do Ambiente – INEA no montante de R\$ 148.324 mil, na Secretaria de Estado de Educação no montante de R\$ 139.526 mil e a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo a Pesquisa no montante de R\$ 132.488 mil.

A conta de Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP – INTER OFSS – Municípios refere-se em sua maioria ao Fundo Estadual de Saúde – FES, no montante de R\$ 3.455.593 mil.

4.14 Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com prazo provável em até doze meses.

Tabela 014 – Provisões a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
PROVISÕES A CURTO PRAZO	236.110	100,00%	226.672	100,00%	4,16%
Provisões para Riscos Trabalhistas Curto Prazo	193.148	81,80%	190.383	83,99%	1,45%
Provisões para Riscos Fiscais Curto Prazo	559	0,24%	10	0,00%	5420,67%
Provisões para Riscos Cíveis a Curto Prazo	15.960	6,76%	9.428	4,16%	69,28%
Outras Provisões a Curto Prazo	26.443	11,20%	26.851	11,85%	-1,52%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

As provisões para riscos trabalhistas referem-se em grande parcela à Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS, nos montante de R\$ 182.750 mil, ao Instituto Vital Brazil SA no montante de R\$ 6.270 mil e à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro – EMATER-RIO no montante de R\$ 3.265 mil.



As provisões para riscos fiscais referem-se em sua maioria à Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro – CODERTE no montante de R\$ 549 mil, à Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro – CEASA no montante de R\$ 8 mil e à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro – EMATER-RIO no montante de 2 mil.

As provisões para riscos cíveis referem-se à Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS no montante de R\$ 13.823 mil e ao Instituto Vital Brazil SA no montante de R\$ 2.137 mil.

Por fim, as outras provisões a curto prazo referem-se em grande parcela à Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS no montante de R\$ 13.446 mil, à Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL no montante de R\$ 3.475 mil, à Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP no montante de R\$ 3.366 mil, à Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 2.810 mil e à Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 2.675 mil.

4.15 Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento em até doze meses, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Tabela 015 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	13.589.905	100,00%	10.254.959	100,00%	32,52%
Adiantamentos de Clientes	11.659	0,09%	15.550	0,15%	-25,02%
Dividendos a Pagar	1.658	0,01%	1.723	0,02%	-3,78%
Valores Restituíveis	4.117.703	30,30%	3.375.298	32,91%	22,00%
Outras Obrigações a Curto Prazo	9.458.886	69,60%	6.862.388	66,92%	37,84%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

A apresentação desta tabela difere da mesma demonstrada no exercício anterior, para manter maior coerência com o Plano de Contas. O valor total do grupo permaneceu inalterado. O montante de “Outras Obrigações a Curto Prazo” está englobando valores que antes (2016) eram evidenciados fora



desta rubrica. São esse valores: “Obrigações a Pagar”, “Credores Entid./ Agentes Fundo da Dívida Intra”, “Dep. Judicial / Extrajudicial – L. 11.429 – INTRA”, “Cessão de Dir. – Royalties Petróleo – INTER-União”, “Obrigações p/ Convênios Recebidos – INTER-União”, “Transferências Constitucionais ou Legais” e “Outras Obrigações a Curto Prazo”.

Seguem os comentários abaixo acerca dos itens mais relevantes das Demais Obrigações a Curto Prazo:

A) VALORES RESTITUÍVEIS

Compreende os valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, exigíveis no curto prazo.

Tabela 015.1 – Valores Restituíveis

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
VALORES RESTITUÍVEIS	4.117.703	100,00%	3.375.298	100,00%	22,00%
Valores Restituíveis - Consolidação	4.117.503	100,00%	3.375.099	99,99%	22,00%
Consignações	2.919.974	70,92%	2.583.894	76,56%	13,01%
Depósitos Judiciais	515.087	12,51%	228.578	6,77%	125,34%
Depósitos Não Judiciais	570.713	13,86%	503.251	14,91%	13,41%
Outros Valores Restituíveis	111.728	2,71%	59.376	1,76%	0,00%
Valores Restituíveis - INTRA OFSS	200	0,00%	200	0,01%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

As consignações apresentam os valores retidos em folha de pagamento de empregados ou servidores e em serviços contratados de fornecedores. A conta está composta em grande parcela por retenções de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 1.203.582 mil, por RPPS – retenções sobre vencimentos e vantagens no montante de R\$ 485.576 mil, por imposto sobre a renda retido na fonte – IRRF no montante de R\$ 479.101 mil, e por INSS no montante de R\$ 215.556 mil.

Os depósitos judiciais estão registrados em sua maioria no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, no montante de R\$ 435.665 mil e no Tribunal de Justiça, no montante de R\$ 68.618 mil.



Já os depósitos não judiciais estão registrados em sua maioria no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, no montante de R\$ 284.213 mil, no Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN, no montante de R\$ 147.621 mil e no Rioprevidência, no montante de R\$ 32.884 mil.

B) OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Tabela 015.2 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	9.458.886	100,00%	6.862.388	100,00%	37,84%
Outras Obrigações a Curto Prazo - Consolidação	3.184.714	33,67%	2.262.030	32,96%	40,79%
Indenizações e Restituições	920.701	28,91%	260.746	11,53%	253,10%
Obrigações p/ Convênios Recebidos	830.066	26,06%	760.480	33,62%	9,15%
Diárias a Pagar	398	0,01%	380	0,02%	4,76%
Créditos de Terceiros	247	0,01%	177	0,01%	39,61%
Bens de Terceiros	10.303	0,32%	12.847	0,57%	-19,80%
Obrigações de Fundos de Investimentos	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outras Obrigações a Pagar	1.422.999	44,68%	1.227.400	54,26%	15,94%
Outras Obrigações a Curto Prazo - INTRA OFSS	3.542.292	37,45%	1.907.245	27,79%	85,73%
Obrigações Intragovernamentais - Intra OFSS	367.013	10,36%	411.582	21,58%	-10,83%
Obrigações p/ Convênios Recebidos - Intra OFSS	396	0,01%	396	0,02%	0,00%
Indenizações e Restituições - Intra OFSS	1.028.467	29,03%	-	0,00%	-
Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento - Intra OFSS	2.146.416	60,59%	1.495.267	78,40%	43,55%
Outras Obrigações a Curto Prazo - INTER OFSS - União	2.525.326	26,70%	2.502.148	36,46%	0,93%
Cessão de Direitos	1.370.675	54,28%	1.466.676	58,62%	-6,55%
Obrigações p/ Convênios Recebidos	1.154.324	45,71%	1.035.472	41,38%	11,48%
Indenizações e Restituições - Inter OFSS	327	0,01%	-	0,00%	-
Outras Obrigações a Curto Prazo - INTER OFSS - Estados	31.663	0,33%	20.809	0,30%	52,16%
Outras Obrigações a Curto Prazo - INTER OFSS - Municípios	174.891	1,85%	170.156	2,48%	2,78%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

Esta tabela não apresenta o mesmo montante total da apresentada no exercício de 2016, tendo em vista que naquela ocasião alguns valores incluídos em “Outras Obrigações a Curto Prazo” foram evidenciados fora deste item para dar destaque aos seus valores relevantes. Esses valores são: “Obrigações a Pagar”, “Credores Entid./ Agentes Fundo da Dívida Intra”, “Dep. Judicial / Extrajudicial – L. 11.429 – INTRA”, “Cessão de Dir. – Royalties Petróleo INTER-União”, “Obrigações p/ Convênios Recebidos – INTER-União” e “Transferências Constitucionais ou Legais”.



OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO

A conta de Indenizações e Restituições teve um aumento significativo principalmente pelos valores registrados na Unidade Gestora Encargos Gerais.

A conta de Obrigações p/ Convênios Recebidos integra 26,06% do total das “Outras Obrigações a Curto Prazo – Consolidação”. Seus valores mais significativos estão registrados na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 367.085 mil, na Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 145.000 mil, na Secretaria de Estado de Segurança no montante de R\$ 73.226 mil, na Subsecretaria de Comunicação Social no montante de R\$ 54.380 mil e na Secretaria de Estado de Governo no montante de R\$ 48.818 mil.

As Outras Obrigações a Pagar correspondem a 44,68% do total das “Outras Obrigações a Curto Prazo – Consolidação”. Esta rubrica passou a ser evidenciada neste grupo neste exercício, antes era apresentada em um item específico (Obrigações a Pagar) devido ao seu valor relevante. É composta em sua maioria por Credores de Contratos Renegociação no montante de R\$ 706.037 mil, Auxílios Financeiros a Estudantes e Pesquisadores no montante de R\$ 264.570 mil, Seguros a Pagar de Financiamentos no montante de R\$ 187.408 mil e Depósitos de Diversas Origens no montante de R\$ 149.105 mil.

O montante da conta de Credores de Contratos Renegociação está integralmente registrado na Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS. Esta dívida de investimento vem sendo atualizada regularmente.

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – INTRA OFSS

Esta rubrica apresentou diferença em relação à apresentada em 2016 para melhor adequação ao PCASP. A diferença se deu pela unificação dos valores das contas “Obrigações c/ Órgãos e Entidades Estaduais – INTRA” e “Outras Obrigações a Curto Prazo – INTRA”, somadas ainda à conta “Dep. Judicial/ Extrajudicial – L. 11.429 – INTRA”, que estava evidenciada fora deste item na Tabela 015 - Demais Obrigações a Curto Prazo no exercício de 2016.

A rubrica Obrigações Intragovernamentais – Intra OFSS está composta em sua maioria por depósito judicial / extrajudicial – L. 11.429, registrados no Tesouro do Estado no montante de R\$ 325.645 mil.

A conta de Indenizações e Restituições – Intra OFSS apresentou saldo neste exercício, registrado em sua maioria na unidade gestora Encargos Gerais, tendo como contrapartes o Rioprevidência no



montante de R\$ 654.099 mil, o Tribunal de Justiça no montante de R\$ 370.683 mil e o Fundo Especial da Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 3.365 mil.

Os Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento – Intra OFSS se referem integralmente ao Tesouro do Estado do Rio de Janeiro e estão compostos por recursos a liberar por vinculação de pagamento no total de R\$ 1.579.970 e por recursos a liberar por mandado de arresto no total de R\$ 566.445 mil.

O total deste grupo deve manter paridade com contas de ativo, para que sejam eliminadas quando da consolidação dos balanços ao final do exercício. Esta Contadoria vem interagindo junto aos Órgãos/Entidades para tentar compatibilizar os saldos das contas contábeis referentes às operações INTRA-OFFSS.

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – INTER OFSS UNIÃO

Esta rubrica apresentou diferença em relação à apresentada em 2016 para melhor adequação ao PCASP. A diferença se deu pela inclusão das contas “Cessão de Dir. – Royalties Petróleo – INTER-União” e “Obrigações p/ Convênios Recebidos – INTER-União”, que estavam evidenciadas em 2016 fora deste item.

A conta de Cessão de Direitos está composta integralmente por cessão de direitos – royalties do petróleo, representando as obrigações do Estado devidas à União, com relação ao contrato de cessão de crédito nas modalidades de royalties e participação especial.

As Obrigações p/ Convênios Recebidos pertencem em grande parcela à Secretaria de Estado de Obras no montante de R\$ 528.855 mil, ao Instituto de Pesos e Medidas do Rio de Janeiro – IPEM no montante de R\$ 165.476 mil e à Secretaria de Estado de Segurança no montante de R\$ 113.928 mil.

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – INTER OFSS ESTADOS

Esta rubrica apresentou diferença em relação à apresentada em 2016 para melhor adequação ao PCASP. A diferença se deu pela inclusão da conta “Transferências Constitucionais ou Legais”, que estava evidenciada em 2016 fora deste item.



4.16 Dívida Flutuante

Os componentes da dívida flutuante são aqueles contraídos por período limitado de tempo, que não ultrapassam o período de um ano, quer na sua condição de administrador de bens de terceiros confiados a sua guarda, quer para atender às necessidades de caixa momentâneas, realizadas independentemente de autorização orçamentária.

Tabela 016 – Demonstrativo da Dívida Flutuante

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil						
DESCRIÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	AH %
		31/12/2016	INSCRIÇÃO	PAGAMENTO		
Restos a Pagar	13.507.576	11.944.217	4.830.692	304.562	20.316.540	50,41%
Exercícios Anteriores	13.507.576	-	4.830.692	304.562	8.372.323	-38,02%
Restos a Pagar	13.491.768	-	4.830.031	304.562	8.357.175	-38,06%
Restos a Pagar - Decr. 40.874/07 e 41.377/08	15.808	-	661	-	15.148	-4,18%
Exercício de 2017		11.944.217	-	-	11.944.217	-
Sentenças Judiciais anteriores a 2015	28.983	-	-	-	28.983	0,00%
Depósitos	3.377.715	18.539.955	15.138.784	2.616.703	4.162.184	23,22%
Consignações	2.583.894	10.205.468	7.263.616	2.605.771	2.919.974	13,01%
Depósitos de Diversas Origens	793.821	8.334.488	7.875.168	10.932	1.242.209	56,48%
Credores Entidades e Agentes	27.652	2.035	1.892	-	27.794	0,52%
Total da Dívida Flutuante	16.941.926	30.486.207	19.971.367	2.921.264	24.535.502	44,82%

Fontes: SIAFE-Rio

Os saldos iniciais dos “Restos a Pagar” diferem dos saldos apresentados no Demonstrativo da Dívida Flutuante ao final do exercício de 2016, pois inconsistências nas configurações de roteiros contábeis em 2016 acarretaram em divergências entre as contas do Passivo Financeiro com as contas de controle de Créditos Empenhados Liquidados, estabelecendo também uma diferença na inscrição de Restos a Pagar com os Passivos Financeiros no valor de R\$ 46 mil, que ora foram regularizados em 2017.

Os Restos a Pagar de Exercícios Anteriores, no total de R\$ 8.372.323, estão inferiores aos Restos a Pagar evidenciados nos quadros anexos do Balanço Orçamentário em R\$ 4 mil. Tal diferença foi verificada na UG 437100 – Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro – TURISRIO, a qual foi notificada através do Ofício GAB/CGE nº 025 de 07 de março de 2018 para análise e acerto.

A Dívida Flutuante de 2017 totalizou em R\$ 24.535.502 mil, conforme demonstrado no Balanço Patrimonial Consolidado (Passivo Financeiro), apresentando um acréscimo de 44,82% em relação ao ano anterior. Este aumento deve-se principalmente ao fato das inscrições efetuadas terem sido maiores



que os pagamentos e cancelamentos dos restos a pagar. Os valores apresentados nos campos “Inscrição” e “Pagamento” estão demonstrados também na Dívida Flutuante do Balanço Financeiro.

4.17 Restos a Pagar

Os Restos a Pagar compreendem as despesas orçamentárias, empenhadas e não pagas até 31 de dezembro de cada exercício financeiro, distinguindo-se os processados dos não processados. Os entes devem comprovar que possuem recursos financeiros para honrar estes compromissos, observando que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão destinados somente para seu objeto de vinculação.

Segundo o MCASP, a Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial, separando o Ativo e o Passivo em dois grandes grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização orçamentária para realização dos itens que o compõem. Neste contexto, o Passivo Financeiro compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os Restos a Pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

Para fins de compreensão dessa sistemática, ressalta-se que nos Restos a Pagar estão inseridos os créditos empenhados a liquidar, verificados na conta 631710101- RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR - INSCR. NO EXERCICIO e os créditos empenhados em liquidação, verificados na conta 631720101 – RP NÃO PROCESSADOS EM LIQUIDAÇÃO, contidos na Demonstração da Dívida Flutuante – DDF e no PASSIVO FINANCEIRO.

As despesas liquidadas e não pagas referentes ao Serviço da Dívida e às Sentenças Judiciais também estão inscritas e incluídas em “Restos a Pagar”.

Quanto ao estoque de restos a pagar em 31/12/2017, somou R\$ 20.316.544 mil, apresentando um acréscimo em relação ao ano anterior de 50,41%. (vide tabela 3.04.01 do Volume 3).

A diferença de 4 mil entre o valor apresentado no parágrafo anterior e o apresentado na Tabela 016 foi explicado no item 4.16.



Segue demonstração do estoque de 2017 por tipo de administração e poder:

Tabela 017.1 – Restos a Pagar por Poder e Tipo de Administração

R\$ Mil

PODER / TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	POSIÇÃO ACUMULADA EM 31/12/2017			
	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL	AV%
PODER LEGISLATIVO (I)	99.184	92.507	191.691	0,94%
01000 Assembleia Legislativa	56.914	7.016	63.930	0,31 %
01610 Fundo Especial da Assembleia Legislativa ERJ	-	80.715	80.715	0,40 %
02000 Tribunal de Contas	42.271	2.699	44.969	0,22 %
02610 Fdo Esp.de Mod. do Cont. Ext. do TCE-RJ	-	2.077	2.077	0,01 %
PODER JUDICIÁRIO (II)	160.028	110.893	270.920	1,33%
03000 Tribunal de Justiça	126.424	15.197	141.621	0,70 %
03610 Fundo Especial do Tribunal de Justiça	33.604	89.451	123.054	0,61 %
03620 Fundo Especial da Escola de Magistratura (FEMERJ)	-	1.161	1.161	0,01 %
03630 Fdo de Apoio aos Reg. Cíveis PN ERJ	-	5.084	5.084	0,03 %
MINISTÉRIO PÚBLICO (III)	56.503	53.208	109.711	0,54%
10000 Ministério Público	56.503	45.215	101.718	0,50 %
10610 Fundo Especial do Ministério Público do ERJ	-	7.993	7.993	0,04 %
PODER EXECUTIVO (IV)	19.662.593	81.629	19.744.222	97,18%
Administração Direta	6.945.649	1.687	6.947.336	34,20 %
Autarquias*	4.400.464	10.640	4.411.104	21,71 %
Fundações	2.026.967	7.274	2.034.240	10,01 %
Empresas Públicas	96.472	28	96.500	0,47 %
Fundos*	6.080.490	59.442	6.139.932	30,22 %
Sociedades de Economia Mista	112.551	2.558	115.110	0,57 %
TOTAL GERAL (V = I+II+III+IV)	19.978.307	338.237	20.316.544	100,00%

Fonte: SIAFE-Rio

Nota: AV - Análise Vertical

*Obs.: Os Fundos 02610 (TCE), 03610 , 03620 e 03630 (Tribunal de Justiça) e 10610 (Ministério Público) estão em seus respectivos poderes.

A Contadoria Geral do Estado aprovou as inscrições de Restos a Pagar do exercício financeiro de 2017, dos Órgãos e Entidades integrantes do Sistema SIAFE-Rio, através da Portaria CGE nº 206 de 13 de Março de 2018, publicada no Diário Oficial de 14 de Março de 2018. Cabendo observar que no montante de R\$ 20.316.544 mil está contido o saldo dos Restos a Pagar de exercícios anteriores no valor de R\$ 8.372.327 mil.

Na tabela a seguir está demonstrado um comparativo dos Restos a Pagar por poder e tipo de administração:



Tabela 017.2 – Restos a Pagar por Tipo de Administração

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

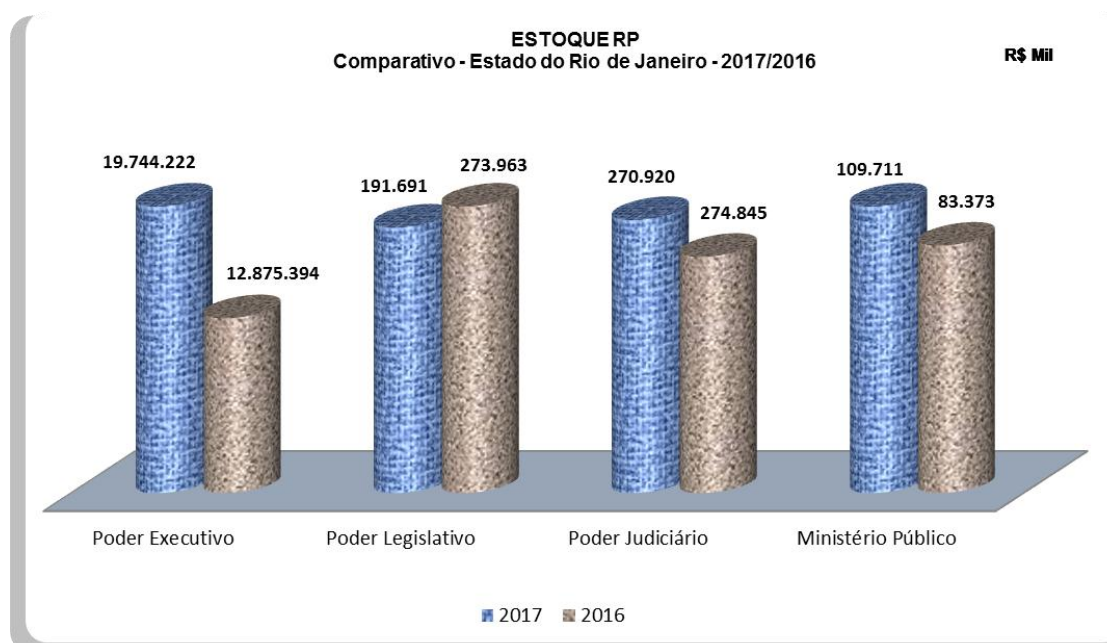
R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
Poder Executivo	19.744.222	97,18%	12.875.394	95,32%	53,35%
Administração Direta	6.947.336	35,19%	5.184.656	40,27%	34,00%
Autarquias	4.411.104	22,34%	2.508.782	19,49%	75,83%
Fundações	2.034.240	10,30%	1.565.645	12,16%	29,93%
Empresas Públicas	96.500	0,49%	81.410	0,63%	18,54%
Sociedades de Economia Mista	115.110	0,58%	145.287	1,13%	-20,77%
Fundos Especiais	6.139.932	31,10%	3.389.615	26,33%	81,14%
Poder Legislativo	191.691	0,94%	273.963	2,03%	-30,03%
Poder Judiciário	270.920	1,33%	274.845	2,03%	-1,43%
Ministério Público	109.711	0,54%	83.373	0,62%	31,59%
TOTAL	20.316.544	100,00%	13.507.576	100,00%	50,41%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

Em 2017, o estoque de Restos a Pagar apresentou um acréscimo de R\$ 6.808.968 mil (50,41%) em relação ao exercício de 2016, tendo em vista o grande volume de inscrições do exercício de 2016, na ordem de R\$ 11.944.217 mil, enquanto que os pagamentos de Restos a Pagar no exercício atingiram o montante de R\$ 4.830.692 mil. A seguir, a demonstração gráfica, relaciona o estoque dos Restos a Pagar por Poder, dos dois últimos exercícios:





A tabela a seguir, demonstra os Restos a Pagar Não Processados do **Poder Executivo**, inscritos em virtude da suficiência financeira apurada, por fontes de recursos, em conformidade com o previsto no artigo 6º do Decreto nº 46.139 de 30/10/2017. Verifica-se que na apuração da disponibilidade de caixa foram considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Tabela 017.3 – Demonstrativo da Disponibilidade Financeira p/ Fonte de Recurso p/ Inscrição de Restos a Pagar – Poder Executivo

R\$ Mil			
FONTE DE RECURSO	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RPNP (I)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO (II)	DISPON. FINANC. LÍQUIDA APÓS A INSCRIÇÃO DO RP NÃO PROCESSADO (III = I - II)
081 - DDO - Depósitos de Diversas Origens	(496.247)	-	(496.247)
085 - Fonte Genérica	6.608	-	6.608
100 - Ordinários Provenientes de Impostos	(14.541.416)	12	(14.541.429)
101 - Ordinários Não Provenientes de Impostos	(7.058.174)	46	(7.058.220)
102 - Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal	7.590	-	7.590
104 - Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo	(57.393)	-	(57.393)
105 - Salário Educação	89.584	-	89.584
107 - Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	(28.471)	-	(28.471)
111 - Operações de Crédito	996.643	-	996.643
120 - Ressarcimento de Pessoal	140.335	-	140.335
122 - Adicional do ICMS - FECF	1.722.678	-	1.722.678
126 - Contrib de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	1	-	1
132 - Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços	26.133	-	26.133
133 - Alienações de Bens	(1.962.245)	-	(1.962.245)
188 - Repasses constitucionais aos municípios.	(13.407)	-	(13.407)
189 - Ingressos a Classificar	(0)	-	(0)
190 - Depósitos Judiciais Tributários	49.021	-	49.021
191 - Depósitos Judiciais não Tributários	1.499.969	-	1.499.969
192 - Transferência proveniente de Auxílio Financeiro	171.936	-	171.936
195 - Operações Oficiais de Fomento	2.291	-	2.291
212 - Transferências Voluntárias	279.560	1.849	277.710
214 - Transferências do PAC	248.305	-	248.305
215 - Transferências do FUNDEB	48	-	48
218 - Transferências Intraorçamentárias	69.259	2.647	66.611
223 - Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	(216.689)	-	(216.689)
224 - Transferências Legais Recebidas da União	122.729	-	122.729
225 - Sistema Único de Saúde - SUS	49.691	27.934	21.756
230 - Recursos Próprios	1.510.149	32.496	1.477.653
231 - Recursos Próprios do Rioprevidência	(179.940)	4.863	(184.803)
232 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços	785.455	4.210	781.245
233 - Alienação de Bens	22.188	-	22.188
297 - Conservação Ambiental	83.684	-	83.684
TOTAL	(16.670.127)	74.058	(16.744.185)

Fonte: RGF - Anexo 5



Esta tabela está em conformidade com o Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar da RGF, disponível no Volume 4 – Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal. No exercício de 2017 a disponibilidade financeira líquida antes da inscrição dos restos a pagar não processados apresentou saldo negativo de R\$ 16.670.127 mil. No entanto como a inscrição é feita considerando o saldo financeiro por Fonte de Recursos foram inscritos R\$ 74.058 mil em Restos a Pagar não Processados.

Cabe observar que os Restos a Pagar Não Processados a Liquidar devem ser liquidados ou cancelados até 31 de janeiro do ano seguinte à sua inscrição. No entanto, neste exercício, as Unidades Gestoras Fundo Especial da Assembleia Legislativa ERJ e Fundo Especial de Modernização do Controle Externo do TCE-RJ não realizaram tal procedimento referente à inscrição de 2016, conforme valores evidenciados no quadro abaixo:

RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		R\$ Mil
016100 - FUNDO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ERJ.		73.890
026100 - FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO DO TCE-RJ		1.886
TOTAL		75.776

4.18 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Tabela 018 – Obrigações Trab. Prev. E Assist. a Pagar a LP

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. E ASSIST. A PAGAR A LP	3.142.101	100,00%	2.567.371	100,00%	22,39%
Pessoal a Pagar	3.142.101	100,00%	2.567.362	100,00%	22,39%
Precatórios TJ - Pessoal	3.006.971	95,70%	2.479.280	96,57%	21,28%
(-) Compensação Div. Ativa c/ Precatórios TJ	(116.686)	-3,71%	(116.686)	-4,54%	0,00%
Precatórios TRT - Pessoal	250.756	7,98%	204.767	7,98%	22,46%
Precatórios TRF - Pessoal	1.059	0,03%	-	0,00%	-
Encargos Sociais a Pagar	-	0,00%	9	0,00%	-100,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)



As Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a LP é composta em sua maioria por precatórios, bem como suas atualizações monetárias.

Precatórios são títulos de dívidas que o governo emite para pagar a quem ganha na Justiça processos contra o poder público. O recurso financeiro é repassado aos Tribunais, que liberam os valores aos credores. De acordo com o atual ADCT (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias) em seu artigo nº 78, os Governos podem efetuar o pagamento, acrescido de juros, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos.

Em relação ao exercício anterior, as “Obrigações Trab, Prev. e Assist. a Pagar a LP” apresentaram um acréscimo de 22,39%, variando de R\$ 2.567.371 mil em 2016 para R\$ 3.142.101 mil em 2017. Esta variação é justificada pelos registros de precatórios no exercício.

Cabe observar que a conta “Compensação Div. Ativa c/ Precatórios TJ” é movimentada em conformidade com a Rotina CONOR/SUNOT/CGE n.º 034/2014 que trata dos procedimentos para registros da compensação de créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa com precatórios vencidos, extraídos contra o Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias e Fundações. Essas compensações somadas àquelas registradas na tabela 020 guardam paridade com as compensações registradas na tabela 06.1 deste relatório.

4.19 Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.



Tabela 019 – Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	128.582.878	100,00%	132.130.545	100,00%	-2,68%
Empréstimos a Longo Prazo - Interno	117.478.973	91,36%	90.417.021	68,43%	29,93%
Empréstimos a Longo Prazo - Externo	11.103.905	8,64%	11.230.810	8,50%	-1,13%
Financiamentos a Longo Prazo - Interno	-	0,00%	1.337.489	1,01%	-100,00%
Juros e Encargos a Pagar de Emprést. e Financ. a LP - Interno	75.079.844	58,39%	66.299.100	50,18%	13,24%
Juros e Encargos a Pagar de Emprést. e Financ. a LP - Externo	3.149.337	2,45%	2.772.968	2,10%	13,57%
(-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno	(75.079.844)	-58,39%	(37.488.254)	-28,37%	100,28%
(-) Encargos Financeiros a Apropriar - Externo	(3.149.337)	-2,45%	(2.438.590)	-1,85%	29,15%

Fontes: SLAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

Os Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo totalizaram R\$ 128.582.878 mil. Somente os Empréstimos a Longo Prazo – Interno somam R\$ 117.478.973 mil, equivalentes à 91,36% do valor total.

Destaca-se ainda, que do total do grupo, R\$ 128.526.905 mil estão registrados na unidade gestora Encargos Gerais do Estado. Este valor expressivo se justifica pelo fato dos valores ingressados no Tesouro Estadual terem como contrapartida o registro da obrigação na UG Encargos Gerais em conformidade com a Rotina CONOR/SUNOT/CGE n.º 029/2014.

Os comentários sobre este item estão desenvolvidos para melhor compreensão no item 11 do Volume 1, que trata da Dívida Consolidada.

A tabela abaixo, correspondente à Dívida Fundada Interna e Externa engloba os Empréstimos e Financiamentos e Demais Obrigações de Curto e Longo Prazo.

Esta tabela sofreu uma alteração em relação à apresentada no exercício anterior. Os valores que antes eram evidenciados em “Empréstimos e Financiamentos” e “Demais Obrigações” agora estão somados em uma única linha, tanto no Curto quanto no Longo Prazo.



Tabela 019.1 – Dívida Fundada Interna e Externa

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO
	31/12/2016	INSCRIÇÃO	PAGAMENTO	31/12/2017
Direta (Interna e Externa) (A)	106.938.348	129.699.788	102.107.096	134.531.041
Curto Prazo	4.689.026	21.051.408	21.430.847	4.309.586
Longo Prazo	102.249.323	108.648.381	80.676.249	130.221.455
Indireta (Interna) (B)	434.026	157.357	162.260	429.124
Curto Prazo	181.963	51.834	111.122	122.675
Longo Prazo	252.063	105.523	51.138	306.448
Total da Dívida Fundada C=(A+B)	107.372.375	129.857.146	102.269.356	134.960.165
*Saldo dos Precatórios da ADM Direta (D)				2.044.014
*Saldo dos Precatórios das Indiretas (E)				918.617
Total da Dívida Fundada + Precatórios F=(C+D+E)				137.922.796
Dívida Assumidas pelo Governo do Estado (G)				1.381.320
Dívida Fundada + Precatórios + Dívidas Assumidas pelo Gov. H =(F+G)				139.274.804

Fontes: SIAFE-Rio

*Total do Estoque de Precatórios referente aos anos 2000 - 2015

4.20 Fornecedores a Longo Prazo

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Tabela 020 – Fornecedores a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
FORNECEDORES A LONGO PRAZO	401.083	100,00%	301.733	100,00%	32,93%
Precatórios de Fornecedores Nacionais	401.083	100,00%	301.733	100,00%	32,93%
Precatórios TJ - Fornecedores e Credores	1.123.757	280,18%	1.024.836	339,65%	9,65%
Precatórios TRF - Fornecedores e Credores	1.776	0,44%	1.347	0,45%	31,87%
(-) Compensação Dívida Ativa com Precatórios - TJ	(724.701)	-180,69%	(724.701)	-240,18%	0,00%
Outras Sentenças - Fornecedores e Credores	251	0,06%	251	0,08%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

A conta Fornecedores a Longo Prazo é composta, principalmente, pelos Precatórios de Fornecedores e Credores. De acordo com o atual ADCT (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias) em seu artigo nº 78, os Governos podem efetuar o pagamento dos precatórios, acrescido de juros, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos.



Do montante dos Precatórios TJ – Fornecedores e Credores, foram deduzidos os valores de compensação da Dívida Ativa com os precatórios, que somam R\$ 724.701 mil. Tais compensações estão previstas na Rotina CONOR/SUNOT/CGE n.º 034/2014, que trata dos procedimentos para registro da compensação de créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa com precatórios vencidos, extraídos contra o Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias e Fundações com fulcro na Lei Estadual nº 5.647, de 18 de janeiro de 2010, Lei Estadual nº 6.136, de 28 de dezembro de 2011 e demais normas legais aplicáveis.

4.21 Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valores incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Tabela 021 – Provisões a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
PROVISÕES A LONGO PRAZO	121.437.855	100,00%	70.957.523	100,00%	71,14%
Provisões para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	529.571	0,44%	482.210	0,68%	9,82%
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	120.302.366	99,06%	69.887.659	98,49%	72,14%
Provisões para Riscos Fiscais a Longo Prazo	31.779	0,03%	35.920	0,05%	-11,53%
Provisões para Riscos Cíveis a Longo Prazo	310.448	0,26%	273.568	0,39%	13,48%
Outras Provisões a Longo Prazo	263.691	0,22%	278.166	0,39%	-5,20%

Fontes: SLAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

As Provisões a Longo Prazo sofreram um acréscimo de 71,14% em relação ao exercício anterior, em razão do aumento das provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo. Estas representam 99,06% do total das provisões a longo prazo. Este saldo se refere às aposentadorias, pensões e outros benefícios do plano financeiro do RPPS.

Esta rubrica sofreu uma variação significativa devido ao registro das atualizações das provisões matemáticas previdenciárias do Estado do Rio de Janeiro, conforme reavaliação atuarial elaborada pela Caixa Econômica Federal – CEF referente ao exercício de 2016. A reavaliação referente ao exercício de 2017 não foi efetuada no exercício e será efetivada no exercício de 2018 como Ajuste de Exercícios Anteriores.



4.22 Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Tabela 022 – Demais Obrigações a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	9.572.446	100,00%	9.867.102	100,00%	-2,99%
Outras Obrigações a Longo Prazo	9.572.446	100,00%	9.867.102	100,00%	-2,99%
Outras Obrigações a Longo Prazo - Consolidação	8.752.411	91,43%	8.135.632	82,45%	7,58%
Certificados de Privatização - CP	111.076	1,27%	109.517	1,35%	1,42%
Perdas e Deságios em Investimentos	1.029	0,01%	1.081	0,01%	-4,75%
Obrigações com Empresas Estaduais	533.450	6,09%	533.450	6,56%	0,00%
Fornec./Credores com contrato de parcelamento	7.328	0,08%	12.180	0,15%	-39,84%
Depósitos de Terceiros - Lei 11.429/06	828.808	9,47%	828.808	10,19%	0,00%
Depositos Judiciais e Extrajud.- Lei 151/2015	7.270.719	83,07%	6.650.597	81,75%	9,32%
Outras Obrigações a Longo Prazo - Inter OFSS - União	820.035	8,57%	1.731.469	17,55%	-52,64%

Fontes: SLAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

A disposição dos itens desta tabela difere da mesma demonstrada no exercício anterior, para manter maior coerência com o Plano de Contas.

As Demais Obrigações a Longo Prazo apresentaram um decréscimo de 2,99% em relação ao exercício anterior. Tal decréscimo se deu pela diminuição na conta de “Outas Obrigações a Longo Prazo – Inter OFSS - União”.

Seguem abaixo, alguns comentários sobre os itens das Demais Obrigações de Longo Prazo.

A) PERDAS E DESÁGIOS EM INVESTIMENTOS

O decréscimo em relação ao exercício anterior se deu pela baixa das perdas registradas, referentes aos patrimônios das investidas Centrais Elétricas Fluminenses - CELF e Companhia Fluminense de Securitização - CFSEC nos montantes de R\$ 1 mil e R\$ 99 mil respectivamente, somadas ao registro de perdas da BD-RIO no montante de R\$ 49 mil.



B) OBRIGAÇÕES COM EMPRESAS ESTADUAIS

As Obrigações com Empresas Estaduais são compostas em sua maioria pelo saldo do Termo de Cooperação Técnica e Financeira (ENCONTRO DE CONTAS), entre o Estado do Rio de Janeiro e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, no total de R\$ 533.211 mil.

C) DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS – LEI 151/2015

A conta “Depósitos Judiciais e Extrajudiciais – Lei 151/2015” (antes denominada Depósitos Judiciais e Extrajudiciais – Lei 163/2015) começou a apresentar saldo no exercício de 2015 com a implementação da Lei Complementar nº 163 de 31 de março de 2015 do Estado do Rio de Janeiro, alterando a Lei Complementar nº 147, de 27 de junho de 2013. A nova lei, em seu art. 1º, autoriza que os depósitos judiciais e extrajudiciais em dinheiro, existentes no Banco do Brasil, sejam transferidos até a proporção de 62,5% de seu valor atualizado, para os seguintes fins:

I – até o limite de 25% para conta vinculada destinada ao pagamento de precatórios e de requisições judiciais de pequeno valor, observada a ordem prevista na Constituição Federal;

II – até o limite de 37,5% exclusivamente para capitalização do Rioprevidência.

D) OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO – INTER OFSS - UNIÃO

A rubrica Outras Obrigações a Longo Prazo – Inter OFSS – União está composta integralmente pela cessão de direitos – royalties do petróleo. São as obrigações do Estado devidas à União referentes ao Contrato de Cessão de Crédito nas modalidades de Royalties e Participação Especial.

Verifica-se uma redução nominal de 52,64% (R\$ 911.434 mil) em relação ao exercício anterior e se refere, principalmente, à transferência de valores do Longo Prazo para o Curto Prazo.

A tabela a seguir demonstra a movimentação ocorrida no período.



Tabela 022.1 – Cessão de Direitos – Royalties do Petróleo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2017	2016	AH %
Saldo Inicial	1.731.469	2.561.383	-32,40%
(-) Transferência do LP p/ o CP	(916.269)	(938.450)	-2,36%
(+) Atualização Monetária	4.835	108.536	-95,55%
Saldo Final	820.035	1.731.469	-52,64%

Fontes: SIAFE-Rio

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

4.23 Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados de anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Tabela 023 – Resultado Diferido

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
RESULTADO DIFERIDO	10.163.570	100,00%	10.163.249	100,00%	0,00%
Variação Patrimonial Aumentativa Diferida - Consolidação	10.163.749	100,00%	10.163.428	100,00%	0,00%
Aluguel Antecipado	-	0,00%	1	0,00%	-100,00%
Convênios Diversos	11.129	0,11%	11.129	0,11%	0,00%
Lucro de Lotes Industriais	803	0,01%	1.473	0,01%	-45,46%
Atualização Monetária de Oper. Imobiliárias	44	0,00%	41	0,00%	8,81%
Juros de Lotes Industriais	32	0,00%	80	0,00%	-60,12%
Receitas de Subvenções	10.151.740	99,88%	10.150.703	99,87%	0,01%
(-) Custo Diferido - Consolidação	(179)	0,00%	(179)	0,00%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

A apresentação desta tabela difere da mesma demonstrada no exercício anterior, para manter maior coerência com o Plano de Contas. O valor total do grupo permaneceu inalterado. A alteração se deu pelo desmembramento das contas de “Aluguel Antecipado”, “Convênios Diversos”, “Lucro de Lotes Industriais”, “Atualização Monetária de Oper. Imobiliárias” e “Juros de Lotes Industriais”, que antes (2016) eram evidenciadas juntas em “Outras VPA's Diferidas”.



O montante do Resultado Diferido, representado por recebimentos adiantados que vão gerar um passivo para uma prestação de serviço futuro ou a entrega posterior de bens, teve uma variação insignificante em relação ao exercício anterior.

Nesse contexto, as Receitas de Subvenções apresentam um total de R\$ 10.151.740 mil, composta de R\$ 1.270 mil em Doações para Investimentos e R\$ 10.150.470 mil em Subvenções Governamentais para Investimentos.

A Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro apresentou um montante significativo, de R\$ 9.965.776 mil dentre as subvenções governamentais para investimentos.

4.24 Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelos saldos de Patrimônio Social e Capital Social, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Demais Reservas, Resultados Acumulados e Ações / Cotas em Tesouraria.

O saldo total do Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial difere do Saldo Patrimonial, evidenciado no Quadro Anexo do Balanço Patrimonial – Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes devido à inclusão dos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar no passivo financeiro deste quadro, em consonância com a Lei 4.320/64, enquanto os mesmos não cumprem os critérios para reconhecimento no passivo patrimonial. Assim sendo, essa diferença encontrada corresponderá integralmente aos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar.

O Patrimônio Líquido apresentou um decréscimo de 60,50% em relação ao exercício anterior, resultando uma variação negativa da ordem de R\$ 30.382.184 mil.



Tabela 024 – Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social / Capital Social	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Participação de não Controladores	Total
Saldos Iniciais	(34.322.501)	3.140	3.881.803	9.900	46.754	(19.918.048)	78.777	(50.220.175)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(122)	-	-	122	-	-
Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	(15)	15	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	201	-	-	(14)	(201)	(28.489.104)	-	(28.489.118)
Aumento de Capital	2.930.788	(2.930.788)	-	-	-	-	-	-
Redução de Capital	(20.847)	-	-	-	-	20.847	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	(2.505.182)	-	(2.505.182)
Ajuste do Patrimônio Líquido das Sociedades Consolidadas	(1.845.344)	3.415.504	(463.831)	452	0	(487.229)	-	619.552
Ajuste Participação dos não Controladores	-	-	-	-	-	-	(7.436)	(7.436)
Saldos Finais	(33.257.703)	487.856	3.417.849	10.339	46.538	(51.378.578)	71.341	(80.602.359)

Fontes: SIAFE-Rio

Conforme demonstrado na DMPL, seguem as explicações referentes às mutações ocorridas no exercício de 2017:

1. Tanto o Ajuste de Avaliação Patrimonial quanto a Reserva de Reavaliação foram realizados pelo Instituto Vital Brazil nos montantes de R\$ 122 mil e R\$ 15 mil respectivamente.
2. Os Ajustes de Exercícios Anteriores reduziram o patrimônio em R\$ 28.489.118 mil, com valores relevantes referentes às atualizações das Provisões Matemáticas do Rioprevidência, contribuindo negativamente em R\$ 50.137.910 mil e ajustes da UG Encargos Gerais referentes à utilização indevida de tipo, item e operação patrimonial, contribuindo positivamente em R\$ 26.136.846 mil. Os ajustes no Capital Social, Reservas de Lucros e Demais Reservas se referem ao ajuste feito pela CODIN para acerto destes valores no SIAFE-Rio.
3. Aumento do Capital Social da Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro - METRO no montante de R\$ 2.930.788 mil, através da incorporação da Reserva de Capital, conforme AGO de 28/04/2017.
4. A Redução de Capital foi efetuada na UG Casa França Brasil, por motivo de extinção da mesma, gerando então a baixa de seus saldos contábeis.
5. O resultado do exercício contribuiu para a diminuição do patrimônio em cerca de R\$ 2.505.182 mil;



6. Dentro de Ajuste do Patrimônio Líquido das Sociedades Consolidadas estão incluídos ajustes de avaliação patrimonial decorrente da participação acionária do Estado no patrimônio líquido das sociedades investidas, que diminuíram o patrimônio em R\$ 294.543 mil, assim como as demais reservas, que contribuíram para essa redução em R\$ 216 mil;
7. Os demais Ajustes do Patrimônio Líquido das Sociedades Consolidadas são referentes às exclusões dos investimentos avaliados pela equivalência patrimonial, onde foram eliminados tanto os valores de investimentos quanto a parcela do patrimônio líquido das controladas as quais pertencem ao orçamento fiscal e da seguridade social, conforme evidenciados no item “n” das Principais Práticas Contábeis;
8. A participação dos não controladores no Balanço Patrimonial foi atualizada, para o montante de R\$ 71.341 mil, conforme resultado da Equivalência Patrimonial. Sendo apresentado na DMPL 2017/2016 o valor negativo da variação apurada no exercício no montante de R\$ 7.436 mil.

Os Ajustes de Exercícios Anteriores, bem como Resultado do Exercício serão abordados em tópicos específicos (4.25 e 4.26, respectivamente).

A seguir, segue quadro que evidencia a evolução do Patrimônio Líquido, segregado pelos tipos de administração.

Tabela 024.1 - Evolução do Patrimônio Líquido - 2015 / 2016 / 2017

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2015/2016/2017

R\$ Mil			
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	2016	2017
Administração Direta	(77.997.073)	(99.267.782)	(97.272.691)
Fundos Especiais	1.499.000	1.125.007	(152.659)
Administração Indireta (sem Regime Previdenciário)	3.625.756	3.405.927	4.564.397
SUBTOTAL	(72.872.317)	(94.736.847)	(92.860.953)
Regime Previdenciário	(2.797.075)	44.516.672	12.258.595
TOTAL	(75.669.392)	(50.220.175)	(80.602.359)

Fontes: SIAFE-Rio

Os resultados acumulados apresentaram uma diminuição de 157,95%, no qual o Resultado do Exercício teve uma diminuição de R\$ 62.238.564 mil, enquanto o Resultado de Exercícios Anteriores



teve um aumento de R\$ 24.777.638 mil e os Ajustes de Exercícios Anteriores tiveram um acréscimo da ordem de R\$ 6.000.313 mil, evidenciados no quadro abaixo.

Tabela 024.2 – Resultados Acumulados

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV%	AH%
RESULTADOS ACUMULADOS	(51.378.578)	100,00%	(19.918.048)	100,00%	157,95%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(2.505.182)	4,88%	59.733.382	-299,90%	-104,19%
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA LEGAL	-	0,00%	(14)	0,00%	-100,00%
DIVIDENDOS	-	0,00%	(68)	0,00%	-100,00%
RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(20.384.292)	39,67%	(45.161.930)	226,74%	-54,86%
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(28.489.104)	55,45%	(34.489.417)	173,16%	-17,40%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

4.25 Ajustes de Exercícios Anteriores

Registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Com o objetivo de dar subsídios às notas explicativas dos Ajustes de Exercícios Anteriores, a Contadoria Geral do Estado aprovou e divulgou através da Circular GAB/CGE n.º 002 de 03/07/2017, modelo de Nota Explicativa para detalhamento das informações.

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores apresentou em 2017 um saldo negativo de R\$ 28.489.104 mil.



Tabela 025 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Estado do Rio de Janeiro - 2017

		R\$ Mil
DESCRIÇÃO	2017	AV%
Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos	(28.488.517)	100,00%
Ajustes de Exercícios Anteriores	26.136.846	-91,75%
Cancelamento de RPP Não Prescrito	105.483	-0,37%
DEA - Fornecedores e Credores	(186.280)	0,65%
Baixa de Consignações	1.793	-0,01%
Incorporação de Créditos a Receber	765.391	-2,69%
DEA - Pessoal	(892.166)	3,13%
Bens Imóveis Não Incorporados - Ex. Anteriores	71.931	-0,25%
Desincorporação de Créditos a Receber	(1.209.760)	4,25%
Incorporação de Obrigações de Exercícios Anteriores	(2.871.596)	10,08%
Bens Móveis Não Incorporados - Ex. Anteriores	108.448	-0,38%
Incorporação de Direito - Pessoal Cedido	7.293	-0,03%
Ajustes de Provisões Matemáticas/Previdenc.	(50.414.707)	176,97%
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	(111.192)	0,39%
Empresas e Sociedades de Economia Mista	(588)	100,00%
Cancelamento de RPP Não Prescrito	6.404	-1089,83%
DEA - Fornecedores e Credores	(310)	52,75%
Incorporação de Ativos por Adiantamento	1.859	-316,44%
DEA - Pessoal	(8)	1,29%
Desincorporação de Créditos a Receber	(10.948)	1863,05%
Incorporação de Obrigações de Exercícios Anteriores	(359)	61,05%
Desincorporação de Disponibilidade Financeira	(311)	52,87%
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	3.084	-524,75%
TOTAL DOS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(28.489.104)	

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

A CGE efetuou no exercício de 2014 o desmembramento das contas de Ajustes de Exercícios Anteriores em dois grupos distinguindo-os no 4º nível do código da conta contábil, pelos dígitos "1" e "2", sendo o primeiro para Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos e o segundo para Empresas e Sociedades de Economia Mista.



Abaixo, seguem os comentários sobre os AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES de maior relevância:

4.25.1 Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos – Superávit e Déficit Acumulados

A) AJUSTES DE PROVISÕES MATEMÁTICAS/ PREVIDENCIÁRIAS

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante negativo de R\$ 50.414.707 mil, sendo R\$ 50.137.910 mil no Rioprevidência, devido às atualizações das provisões matemáticas previdenciárias do Estado do Rio de Janeiro, conforme Relatório da Avaliação Atuarial 2017 (exercício 2016), elaborada pela CEF e Nota Explicativa nº 13/ 2017.

O valor restante encontra-se registrado no Fundo do Plano Previdenciário do Estado do Rio de Janeiro, também referente às atualizações das provisões matemáticas previdenciárias do Estado, conforme Relatório da Avaliação Atuarial 2017 (exercício 2016), elaborada pela CEF e Nota Explicativa nº 12/2017.

B) INCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante negativo de R\$ 2.871.596 mil, dos quais R\$ 2.837.237 mil se referem ao registro de obrigação da UG Encargos Gerais em favor do Rioprevidência, referentes à transferência do ICMS Parcelado, de acordo com os Decretos nº 36.994/ 2015, nº 37.047/ 2005 e Nota Técnica RIOPREV/ GOP nº 02, de 19/01/2017 – que tratam da incorporação ao patrimônio do Rioprevidência.

C) DESINCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS A RECEBER

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante negativo de R\$ 1.209.760 mil que se refere à desincorporação de créditos a receber. O registro de maior representatividade pertence ao Rioprevidência no montante negativo de R\$ 1.178.811 mil referentes à desincorporação de créditos tributários a receber – ICMS, conforme Nota Explicativa nº 44 de 28/11/2017.



D) DEA - PESSOAL

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante negativo de R\$ 892.166 mil que se refere à incorporação de obrigações referentes à pessoal que não foram apropriados no passivo financeiro de exercícios anteriores. Os saldos negativos de maior representatividade pertencem ao Fundo Único de Previdência do Estado do Rio de Janeiro – Executivo no montante de R\$ 627.882 mil e ao Tribunal de Justiça no montante de R\$ 93.869 mil.

E) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante positivo de R\$ 26.136.846 mil que se refere em sua maioria ao ajuste decorrente da utilização do TIO (Tipo, Item e Operação) indevido, quando do registro dos juros e encargos a transcorrer da dívida interna, na UG Encargos Gerais.

4.25.2 Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista – Lucros ou Prejuízos Acumulados

A) DESINCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS A RECEBER

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante negativo de R\$ 10.948 mil referentes à desincorporação de créditos a receber. A maioria deste saldo pertence ao Instituto Vital Brazil SA – IVB, no montante negativo de R\$ 10.359 mil.

B) CANCELAMENTO DE RPP NÃO PRESCRITO

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante positivo de R\$ 6.404 mil que se refere ao cancelamento de RPP não prescrito. O saldo de maior representatividade pertence ao Instituto Vital Brazil SA - IVB no montante positivo de R\$ 6.095 mil.

C) INCORPORAÇÃO DE ATIVOS POR ADIANTAMENTO

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante positivo de R\$ 1.859 mil que se refere à incorporação de ativos por adiantamento que não foram apropriados em exercícios anteriores. O saldo está integralmente registrado no Instituto Vital Brazil SA - IVB.



D) DEMAIS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante positivo de R\$ 3.084 mil, com valores significativos registrados na Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro – CODERTE no montante de R\$ 1.376 mil, na Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro – CEHAB no montante de R\$ 966 mil e no Instituto Vital Brazil – IVB no montante de R\$ 464 mil.

4.26 Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial de 2017 foi negativo em R\$ 2.505.182 mil, evidenciado pela diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, conforme quadro abaixo:



Tabela 026 – Composição do Resultado Patrimonial
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
DESCRIÇÃO	2017	AV%	2016	AV%	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS					
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	59.599.271	51,51%	63.321.310	27,91%	-5,88%
Contribuições	4.399.480	3,80%	5.229.509	2,30%	-15,87%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.348.208	2,03%	1.549.997	0,68%	51,50%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	10.146.351	8,77%	45.818.116	20,19%	-77,86%
Transferências e Delegações Recebidas	12.606.788	10,90%	14.970.353	6,60%	-15,79%
Valorização e Ganhos Com Ativos	20.357.348	17,59%	90.886.066	40,06%	-77,60%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	6.251.048	5,40%	5.104.748	2,25%	22,46%
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	115.708.494	100,00%	226.880.099	100,00%	-49,00%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS					
Pessoal e Encargos	21.513.946	18,20%	23.754.902	14,21%	-9,43%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	18.417.977	15,58%	17.348.541	10,38%	6,16%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	7.228.986	6,12%	8.681.456	5,19%	-16,73%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	34.568.835	29,24%	78.782.425	47,13%	-56,12%
Transferências e Delegações Concedidas	18.661.751	15,79%	20.193.822	12,08%	-7,59%
Desvalorização e Perda de Ativos	7.573.178	6,41%	15.102.006	9,04%	-49,85%
Tributárias	1.316.094	1,11%	652.161	0,39%	101,81%
Custo Mercad.e Prod. Vend. e Serv. Prestados	1.676	0,00%	2.533	0,00%	-33,86%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	8.931.232	7,56%	2.628.871	1,57%	239,74%
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	118.213.676	100,00%	167.146.717	100,00%	-29,28%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)	(2.505.182)		59.733.382		

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

Abaixo, demonstramos os principais fatos que impactaram no aumento do patrimônio público, conforme descrito na tabela acima.

➤ **As Variações Patrimoniais Aumentativas somaram R\$ 115.708.494 mil e foram representadas em sua maioria por:**

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, no total de R\$ 59.599.271 mil, sendo seus valores mais significativos de R\$ 31.758.902 mil referentes à cota parte do Estado - ICMS, R\$ 9.922.876 mil referentes à cota parte do Estado – Dívida Ativa ICMS após 97, R\$ 4.575.361 mil referentes ao



adicional do ICMS – Lei 4.056/ 02 – FECPE, R\$ 3.757.164 mil referentes ao Imposto de Renda Retidos na Fonte sobre Rendimentos Trabalho e R\$ 2.856.592 mil referentes à cota parte do Estado – IPVA.

- Valorização e Ganhos com Ativos, no montante de R\$ 20.360.221 mil, sendo R\$ 20.052.131 mil referentes à atualização do fluxo dos Royalties e Participação Especial a receber, conforme reavaliação realizada através da Nota Técnica RIOPREV/GOP nº 06 de 24 de janeiro de 2018.
- Transferências e Delegações Recebidas, no montante de R\$ 12.606.788 mil, sendo R\$ 294.033 mil referentes às transferências Intragovernamentais, R\$ 12.304.881 mil referentes às transferências Intergovernamentais, R\$ 4.289 mil referentes às transferências de pessoas físicas e R\$ 3.585 mil referentes às transferências de instituições privadas. Cabe destacar que o valor das transferências Intragovernamentais foi deduzido do montante de R\$ 60.962.327 mil quando da consolidação dos Balanços.
- Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, totalizando R\$ 10.146.351 mil, sendo R\$ 8.856.488 mil referentes às variações monetárias e cambiais, R\$ 683.404 mil referentes aos juros e encargos de mora, R\$ 350.543 mil referentes à remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras, R\$ 252.761 mil referentes aos juros e encargos de empréstimos e financiamentos concedidos e R\$ 3.156 mil referentes aos descontos financeiros obtidos.

➤ **As Variações Patrimoniais Diminutivas resultam em R\$ 118.213.676 mil e foram representadas em sua maioria por:**

- Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras, no montante de R\$ 34.568.835 mil, sendo R\$ 33.572.775 mil referentes às variações monetárias e cambiais, R\$ 900.935 mil referentes aos juros e encargos de empréstimos e financiamentos obtidos, R\$ 89.640 mil referentes aos juros e encargos de mora, R\$ 4.960 mil referentes aos descontos financeiros concedidos e R\$ 525 mil referentes a outras variações patrimoniais diminutivas financeiras.
- Pessoal e Encargos, no montante de R\$ 21.513.946 mil, sendo R\$ 16.958.598 mil referentes à remuneração a pessoal, R\$ 2.466.514 mil referentes aos encargos patronais, R\$ 1.551.776 mil referentes aos benefícios a pessoal e R\$ 537.058 mil referentes às outras variações patrimoniais diminutivas de pessoal e encargos.



• Transferências e Delegações Concedidas, no montante de R\$ 18.661.751 mil, sendo R\$ 261.813 mil referentes às transferências Intragovernamentais, R\$ 18.393.341 mil referentes às transferências Intergovernamentais, R\$ 5.742 mil referentes às transferências a instituições privadas e R\$ 855 mil referentes às transferências a instituições multigovernamentais. Cabe destacar que o valor das transferências Intragovernamentais foi deduzido do montante de R\$ 60.962.327 mil quando da consolidação dos Balanços.

• Benefícios Previdenciários e Assistenciais, no montante de R\$ 18.417.977 mil, sendo R\$ 13.873.197 mil referentes às aposentadorias e reformas, R\$ 4.132.327 mil referentes às pensões, R\$ 88.724 mil referentes às políticas públicas de transferências de renda e R\$ 323.730 mil referentes a outros benefícios previdenciários e assistenciais.

Vale ressaltar que a Contadoria Geral do Estado vem analisando as contas de variações patrimoniais ativas e passivas INTRA-OFSS, com o intuito de eliminar seus efeitos na DVP Consolidada. Segue abaixo quadro com a referida conciliação:

EXPURGOS DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INTRAGOVERNAMENTAIS

Variações Patrimoniais Diminutivas			Variações Patrimoniais Aumentativas		
Conta	Descrição	2017	Conta	Descrição	2017
3.1.2.1.2.01.02	Obrigações patronais - pessoal militar	817.255	4.2.1.1.2.99.01	Contribuição patronal serv ativo militar	835.104
3.1.2.9.2.01.01	Fundo de saúde dos militares	83.835	4.2.1.1.2.01.02	Contrib patronal de servidor ativo militar - rpps	65.986
3.1.2.1.2.01.03	Contribuição patr-pessoal civil/plano previd	166.809	4.2.1.1.2.01.03	Contrib patronal de servidor - plano previdenciário	166.809
3.4.3.9.2.01.01	Atualização monetária financeira - intra-ofss	44.708	4.4.3.9.2.01.01	Atualização monetária financeira - intra-ofss	44.708
3.5.1.1.2.01.01	Cota concedida	29.198.761	4.5.1.1.2.01.01	Cota recebida	29.198.761
3.5.1.1.2.02.01	Repasse concedido	8.639.337	4.5.1.1.2.02.01	Repasse recebido	8.639.337
3.5.1.1.2.03.01	Sub-repasse concedido	50.991	4.5.1.1.2.03.01	Sub-repasse recebido	50.991
3.5.1.1.2.06.01	Creditos recebidos	2.455.409	4.5.1.1.2.06.01	Creditos enviados	2.455.409
3.5.1.1.2.07.01	Debitos enviados	52.317	4.5.1.1.2.07.01	Debitos recebidos	52.317
3.5.1.2.2.01.01	Ordem de transferências concedidas	4.496.497	4.5.1.2.2.01.01	Ordem de transferências recebidas	4.496.497
3.5.1.2.2.01.02	Mov. de fundos a crédito - correspondência de créditos - saldos não financeiros	137.803	4.5.1.2.2.01.02	Mov. de fundos a débito - correspondência de débito - saldos não financeiros	137.803
3.5.1.2.2.01.12	Mov. de fundos a débito - incorporação de saldos não financeiros	3.838.739	4.5.1.2.2.01.12	Mov. de fundos a débito - incorporação de saldos não financeiros	3.838.739
3.5.1.2.2.01.13	Mov. de fundos a débito - incorporação de saldos financeiros	786.497	4.5.1.2.2.01.13	Mov. de fundos a débito - incorporação de saldos financeiros	786.497
3.5.1.2.2.01.03	Mov. de fundos a crédito - correspondência de créditos - saldos financeiros	15.823	4.5.1.2.2.01.03	Mov. de fundos a débito - correspondência de débitos - saldos financeiros	15.823
3.5.1.2.2.02.04	Doações concedidas de bens móveis	6.901	4.5.1.2.2.02.04	Doações recebidas de bens móveis	6.901
3.5.1.2.2.02.05	Transferências concedidas de títulos e valores	2.429	4.5.1.2.2.02.05	Transferências recebidas de títulos e valores	2.429
3.5.1.2.2.02.07	Doações concedidas de material de consumo	14.955	4.5.1.2.2.02.07	Doações recebidas de material de consumo	14.955
3.5.1.2.2.02.08	Transferências concedidas de material de consumo	60.799	4.5.1.2.2.02.08	Transferências recebidas de material de consumo	60.799
3.5.1.2.2.02.09	Transferências concedidas de ativo intangível	3.365	4.5.1.2.2.02.09	Transferências recebidas de ativo intangível	3.365
3.5.1.2.2.02.99	Outras transf. não financeiras concedidas - indep. de execução orç.	2.430.395	4.5.1.2.2.02.99	Outras transf. não financeiras recebidas - indep. de execução orç.	2.430.395
3.5.1.3.2.01.01	Recursos para cobertura de insuficiências financeiras	8.771.308	4.5.1.3.2.01.01	Recursos para cobertura de insuficiências financeiras	8.771.308
3.6.5.0.2.01.01	Créditos de transferências a receber - intra ofss	2.873	4.6.4.0.2.01.04	Ganhos com desincorporação de passivos - RPP - intra ofss	2.873
TOTAL		62.077.808	TOTAL		62.077.808

Fonte: SIAFE-Rio



4.27 Superávit/ Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial

Foi observada uma disparidade entre o valor obtido através da subtração dos Ativos Financeiros dos Passivos Financeiros comparado ao Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial no valor de R\$ 27.108 mil. Tal disparidade se deu devido às equações de Validações Contábeis não regularizadas pelo Tesouro do Estado no montante de R\$ 27.104 mil, além da diferença no valor de R\$ 4 mil apontada na UG TURISRIO, na qual já foi solicitada a análise através do Ofício GAB/CGE nº 025, de 07 de março de 2018, para posterior regularização.

Segue abaixo a tabela com a diferença apurada:

Tabela 027 – Superávit / Déficit Financeiro

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		R\$ Mil
Anexo 14.3 Quadro do Superávit / Déficit Financeiro (A)		(15.640.757)
Superávit / Déficit Financeiro (B) = (C-D)		(15.613.648)
Ativos Financeiros (C)		8.921.853
Passivos Financeiros (D)		24.535.502
Diferença (E) = (A-B)		(27.108)

A composição da diferença apontada está evidenciada no quadro abaixo:

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		R\$ Mil
437100 - TURISRIO		4
999900 - TESOURO ESTADUAL		27.104
TOTAL		27.108

4.28 Passivos Contingentes

Contingência passiva é uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou é uma obrigação presente que surge em decorrência de eventos passados, mas que não é reconhecida ou porque é improvável que a entidade tenha de liquidá-la; ou porque o valor da obrigação não pode ser estimado com suficiente segurança.



Em 2017 o Estado apropriou demandas judiciais no montante de R\$ 18.405.337 mil que representam riscos potenciais capazes de afetar as contas do governo, sendo a maior parte composta pelos passivos contingentes tributários e de pessoal nos valores de R\$ 4.344.799 mil e R\$ 4.209.048 mil respectivamente.

Nesse caso, foram levantadas as ações judiciais na qual o Estado já foi condenado no mérito, mas que ainda terão seus valores apurados e auditados. Em função disso, elas podem vir a gerar despesa em exercícios futuros.

O Estado mantém em sistema próprio de cadastro para acompanhamento de forma mais efetiva os processos judiciais e administrativos, com vistas a realização de ações planejadas para o gerenciamento de dívidas potenciais, bem como minimizar o impacto das finanças estaduais.

Apresentamos abaixo, tabela com as informações sobre os riscos potenciais para o Estado decorrente das demandas judiciais em andamento, segundo as informações da Procuradoria Geral do Estado, contabilizadas em contas de controle do grupo 8.4.1.1.1.01.00 PASSIVOS CONTINGENTES PREVISTOS, e que servem de base para a elaboração do DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS, conforme exigido pelo Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional:

Tabela 028 – Passivos Contingentes

PASSIVOS CONTINGENTES		R\$ Mil
Descrição	Valor	
Demandas Judiciais	18.405.337	
Tributárias	4.344.799	
Pessoal	4.209.048	
Dívida Ativa	968.559	
Previdenciária	2.350.000	
Serviços Públicos	2.743.191	
Trabalhistas	206.781	
Demandas das Procuradorias Regionais	480.441	
Demandas da Capital Federal	1.894.950	
Serviços de Saúde	1.207.568	
Fontes: SIAFE-Rio		



4.29 – Análise dos Quocientes – Balanço Patrimonial

A) QUOCIENTE DA LIQUIDEZ IMEDIATA

O quociente da Liquidez Imediata demonstra o resultado da relação entre as Disponibilidades e o Passivo Circulante. Este índice tem por objetivo avaliar a capacidade financeira da Administração em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo, contando apenas com os recursos disponíveis em caixa ou bancos. Na composição das disponibilidades foi considerada a conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

Tabela 029.1 – Quociente da Liquidez Imediata

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

DESCRIÇÃO	2017		2016		R\$ Mil AH %
Disponibilidade	8.884.528	=	6.044.612	=	
Passivo Circulante	38.480.722		29.644.004		
		0,23		0,20	13%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2017/2016)

Os valores de Disponibilidade e Passivo Circulante, evidenciados no exercício de 2016, foram apresentados com irrelevantes diferenças dos valores finais, no entanto o índice permaneceu inalterado. Tais valores foram corrigidos neste relatório.

O índice de Liquidez Imediata calculado para o exercício de 2017 demonstra que para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, o Estado dispõe de R\$ 0,23 para pagamento imediato.

Em relação ao exercício anterior ocorreu um acréscimo de 13% da capacidade de pagamento do Estado, ocasionado pelo aumento das disponibilidades proporcionalmente superior ao aumento das obrigações de curto prazo.

B) QUOCIENTE DA LIQUIDEZ CORRENTE

O quociente da liquidez corrente demonstra o resultado da relação entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante. Este índice tem por objetivo avaliar quanto o Estado poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar etc.).



Tabela 029.2 – Quociente da Liquidez Corrente

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

DESCRIÇÃO	2017		2016		R\$ Mil AH %
Ativo Circulante	30.053.498	=	21.760.883	=	
Passivo Circulante	38.480.722	=	29.644.004	=	6%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2017/2016)

Os valores do Ativo Circulante e Passivo Circulante, evidenciados no exercício de 2016, foram apresentados com irrelevantes diferenças dos valores finais, no entanto o índice permaneceu inalterado. Tais valores foram corrigidos neste relatório.

O índice da Liquidez Corrente calculado para o exercício de 2017 demonstra que para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, o Estado dispõe de R\$ 0,78 em bens e direitos de curto prazo para pagamento. Logo o Estado não consegue liquidar todas as suas dívidas de curto prazo apenas com bens e direitos do curto prazo.

Os Bens e Direitos de curto prazo apresentaram um acréscimo proporcionalmente superior ao acréscimo das obrigações de curto prazo, perfazendo uma variação positiva de 6% da capacidade de pagamento do Estado em relação ao exercício anterior.

C) QUOCIENTE DA LIQUIDEZ SECA

Demonstra quanto a entidade poderá dispor de recursos circulantes, sem levar em consideração seus itens não monetários como os estoques, almoxarifados e as despesas antecipadas, para fazer face às suas obrigações de curto prazo.

Tabela 029.3 – Quociente da Liquidez Seca

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

DESCRIÇÃO	2017		2016		R\$ Mil AH %
(Disponibilidade + Créditos a Curto Prazo)	28.594.542	=	20.653.114	=	
Passivo Circulante	38.480.722	=	29.644.004	=	7%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2017/2016)



Os valores de Disponibilidade e Créditos a Curto Prazo e Passivo Circulante, evidenciados no exercício de 2016, foram apresentados com irrelevantes diferenças dos valores finais, no entanto o índice permaneceu inalterado. Tais valores foram corrigidos neste relatório.

O índice de Liquidez Seca calculado para o exercício de 2017 demonstra que para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, o Estado dispõe de R\$ 0,74 de recursos circulantes monetários para pagamento.

Pode-se constatar que a capacidade de pagamento do Estado teve um acréscimo de 7% em relação ao exercício anterior, devido ao aumento das Disponibilidades e Créditos a Curto Prazo ter sido proporcionalmente superior ao aumento do Passivo Circulante.

D) QUOCIENTE DA LIQUIDEZ GERAL

Demonstra a capacidade do Governo em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazo.

Tabela 029.4 – Quociente da Liquidez Geral

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

DESCRIÇÃO	2017		2016		R\$ Mil
					AH %
(Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo)	192.575.626	=	166.270.619	=	-5%
(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	313.718.353		256.472.892		

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2017/2016)

Os valores do Ativo Circulante e Ativo Realizável a Longo Prazo, além do Passivo Circulante e Passivo Não Circulante, evidenciados no exercício de 2016, foram apresentados com irrelevantes diferenças dos valores finais, no entanto o índice permaneceu inalterado. Tais valores foram corrigidos neste relatório.

O índice de Liquidez Geral calculado para o exercício de 2017 demonstra que para cada R\$ 1,00 do total das exigibilidades, o Estado dispõe de R\$ 0,61 de recursos para pagamento. Logo, o Estado não se encontra em condições de pagar todas as suas obrigações, dependendo de geração futura de recursos para a quitação de suas dívidas totais.



Pode-se observar que ocorreu uma diminuição de 5% na capacidade de pagamento do Estado em relação ao exercício anterior, principalmente pelo acréscimo do Passivo ter sido proporcionalmente superior ao acréscimo do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo.

E) ÍNDICE DE SOLVÊNCIA

Demonstra se o Governo está em condições de fazer frente às suas obrigações e ainda apresenta uma situação patrimonial que garanta sua sobrevivência no futuro.

Tabela 029.5 – Índice de Solvência
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

DESCRIÇÃO	2017		2016		R\$ Mil
					AH %
(Ativo Circulante + Ativo Não Circulante)	233.115.994	= 0,74	206.252.717	= 0,80	-8 %
(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	313.718.353		256.472.892		

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2017/2016)

Os valores do Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, além do Passivo Circulante e Passivo Não Circulante, evidenciados no exercício de 2016, foram apresentados com irrelevantes diferenças dos valores finais, no entanto o índice permaneceu inalterado. Tais valores foram corrigidos neste relatório.

O índice de Solvência calculado para o exercício de 2017 demonstra que para cada R\$ 1,00 do total das exigibilidades, o Estado dispõe de R\$ 0,74 de recursos em bens e direitos para a quitação das obrigações.

Verifica-se que ocorreu um decréscimo de 8% na capacidade de pagamento do Estado em relação ao exercício anterior, ocasionada principalmente pelo aumento expressivo do passivo total.

F) QUOCIENTE DE ENDIVIDAMENTO GERAL

Demonstra o grau de endividamento do Governo. Reflete também a sua estrutura de capital.



Tabela 029.6 – Quociente de Endividamento Geral

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

DESCRIÇÃO	2017		2016		R\$ Mil AH %
(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	313.718.353	=	256.472.892	=	
Ativo Total	233.115.994	=	206.252.717	=	8%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2017/2016)

Os valores do Passivo Circulante e Passivo Não Circulante, além do Ativo Total, evidenciados no exercício de 2016, foram apresentados com irrelevantes diferenças dos valores finais, no entanto o índice permaneceu inalterado. Tais valores foram corrigidos neste relatório.

O Quociente de Endividamento Geral calculado para o exercício de 2017 demonstra que para cada R\$ 1,00 de recursos para pagamento, o Estado tem R\$ 1,35 de obrigações, ou seja, o Governo é financiado principalmente por capital de terceiros, obtendo um passivo a descoberto.

Pode-se observar que ocorreu um acréscimo de 8% no endividamento do Estado em relação ao exercício anterior, ocasionado principalmente pelo acréscimo expressivo do passivo.

G) QUOCIENTE DE COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Representa a parcela de curto prazo sobre a composição do endividamento total. Preferencialmente, é melhor para o Estado que suas dívidas sejam de longo prazo.

Tabela 029.7 – Quociente de Composição do Endividamento

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

DESCRIÇÃO	2017		2016		R\$ Mil AH %
Passivo Circulante	38.480.722	=	29.644.004	=	
(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	313.718.353	=	256.472.892	=	6%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2017/2016)

Os valores do Passivo Circulante e Passivo Circulante com Passivo Não Circulante, evidenciados no exercício de 2016, foram apresentados com irrelevantes diferenças dos valores finais, no entanto o índice permaneceu inalterado. Tais valores foram corrigidos neste relatório.



O Quociente de Composição do Endividamento calculado para o exercício de 2017 demonstra que para cada R\$ 1,00 do total das obrigações, o Estado tem R\$ 0,123 de dívidas a curto prazo. Isso indica que as obrigações do Estado são em sua maioria de longo prazo.

Verifica-se que ocorreu um acréscimo de 6% de endividamento a curto prazo do Estado em relação ao exercício anterior.

4.30 Análise dos Quocientes – Demonstração das Variações Patrimoniais

A) QUOCIENTE DO RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

É resultante da relação entre o Total das Variações Patrimoniais Aumentativas e o Total das Variações Patrimoniais Diminutivas. Este quociente demonstra outra forma de evidenciar o resultado patrimonial (superávit ou déficit patrimonial). Se o índice apresentado for maior do que 1, indica um superávit patrimonial, se for igual a 1, indica um equilíbrio, ou seja, não houve alteração no patrimônio e se for menor do que 1, indica um déficit patrimonial.

Tabela 030 – Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2017		2016		AH %
Variações Patrimoniais Aumentativas	115.708.494	=	226.880.099	=	
Variações Patrimoniais Diminutivas	118.213.676		167.146.717		
		0,98		1,36	-28%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2017/2016)

O Quociente de Resultado das Variações Patrimoniais calculado para o exercício de 2017 apresentou um índice de 0,98, demonstrando que ocorreu um déficit patrimonial, ou seja, as Variações Patrimoniais Aumentativas apresentaram montante inferior ao das Variações Patrimoniais Diminutivas.

Ocorreu um decréscimo de 28% em relação ao exercício anterior, tendo em vista que em 2016 ocorreu superávit patrimonial.



4.31 Resultado Orçamentário

De acordo com o MCASP, não há exclusões de contas INTRA-OFSS para fins de consolidação do Balanço Orçamentário, uma vez que o mesmo reflete as autorizações legislativas para execução de dispêndios, além da previsão das receitas necessárias ao seu financiamento e estas autorizações devem constar pelos seus valores brutos.

Apenas para fins de verificação, segue abaixo quadro com as receitas INTRA-OFSS incluídas no Balanço Orçamentário, referentes a 2017:

Tabela 031.1 – Receitas Intraorçamentárias – Balanço Orçamentário

Estado do Rio de Janeiro - dezembro/2017

R\$ Mil			
Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	4.421.395	4.230.199	6.687.588
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA CONTRIBUIÇÕES	3.093.730	3.093.730	3.094.544
Contribuições Sociais	3.093.730	3.093.730	3.094.544
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA PATRIMONIAL	12.743	12.743	10.344
Imobiliária	7.718	7.718	8.796
Concessões e Permissões	5.026	5.026	1.548
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA DE SERVIÇOS	919.195	919.195	349.252
Serviços	919.195	919.195	349.252
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	87.487	87.487	8.676
Transferências de Convênios	87.487	87.487	8.676
OUTRAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	308.239	117.043	3.224.773
Indenizações e Restituições	252.246	61.050	3.120.935
Receitas Diversas	55.993	55.993	103.838
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	-	-	2.171
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-	-	350
Amortização de Empréstimos	-	-	350
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	1.821
Transferências de Convênios	-	-	1.821
Total	4.421.395	4.230.199	6.689.759

Fonte: SIAFE-Rio



Do mesmo modo, segue quadro, com as despesas INTRA-OFSS incluídas no Balanço Orçamentário, referentes a 2017:

Tabela 031.2 – Despesas Intraorçamentárias – Balanço Orçamentário

Estado do Rio de Janeiro - dezembro/2017

R\$ Mil					
Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	4.421.395	7.633.631	7.327.280	7.312.121	5.849.459
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.173.024	3.526.507	3.270.069	3.256.980	2.366.125
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.248.371	4.107.124	4.057.211	4.055.141	3.483.333
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	-	358	350	350	350
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	358	350	350	350
Total	4.421.395	7.633.989	7.327.630	7.312.471	5.849.808

Fonte: SIAFE-Rio

A partir do exercício de 2015, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP passaram a ser registradas em contas “redutoras de receita”, ou seja, os valores apresentados no Balanço Orçamentário já se encontram líquidos destas deduções.

No exercício de 2017 o resultado orçamentário foi deficitário em R\$ 5.691.487 mil e o confronto entre as receitas previstas, a dotação atualizada e as respectivas execuções orçamentárias do exercício de 2017 e 2016, estão apresentadas na tabela a seguir. Cabendo destacar que os demonstrativos analíticos encontram-se detalhados no Volume 1 que compõe esta prestação de contas.



Tabela 031.3 – Demonstrativo do Resultado Orçamentário

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

					R\$ Mil
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Receita Prevista Atualizada	60.271.394	100,00%	63.379.813	100,00%	-4,90%
Receita Arrecadada	62.274.062	103,32%	50.685.309	79,97%	22,86%
Déficit/Superávit na Arrecadação	2.002.667	3,32%	(12.694.504)	-20,03%	-115,78%
Dotação Inicial	77.710.155	100,00%	79.900.584	100,00%	-2,74%
(+) Créditos Adicionais	25.296.963	32,55%	33.151.831	41,49%	-23,69%
(-) Dotação Cancelada	(16.402.008)	21,11%	(24.315.318)	30,43%	-32,54%
(-) Alteração QDD	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Dotação Atualizada	86.605.110	111,45%	88.737.097	111,06%	-2,40%
Despesa Realizada	67.965.549	78,48%	60.832.044	68,55%	11,73%
Economia Orçamentária	18.639.561	21,52%	27.905.053	31,45%	-33,20%
Resultado Orçamentário	2017		2016		AH %
Déficit/Superávit Orçamentário	(5.691.487)		(10.146.735)		-43,91%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

A Receita Arrecadada pelo Estado do Rio de Janeiro ficou superior em 3,32% em relação ao previsto para o exercício de 2017, ocorrendo excesso de arrecadação no valor de R\$ 2.002.667 mil.

Além disso, foi obtida uma economia orçamentária (diferença entre a dotação atualizada e a despesa realizada) de R\$ 18.639.561 mil, correspondente a um percentual de 21,52%.

Neste exercício, com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias, foram abertos créditos adicionais no valor de R\$ 25.296.963 mil, que representaram 32,55% da dotação inicial, não considerando os cancelamentos de dotações que atingiram o percentual de 21,11% da dotação inicial.

O montante de R\$ 856.863 mil, referente à abertura de créditos adicionais por Superávit Financeiro, posto na coluna da Previsão Atualizada do Balanço Orçamentário, refere-se integralmente ao registro de créditos adicionais suplementares.



Em relação à execução da despesa com recursos de créditos adicionais, não é possível que haja tal distinção, tendo em vista que o controle da execução é feito todo em uma única conta – 6.2.2.1.1.01.01 – Crédito Disponível.

4.32 Análise dos Quocientes – Balanço Orçamentário

A seguir apresentam-se os valores utilizados para apuração dos quocientes orçamentários:

Tabela 032 – Dados para Apuração dos Quocientes Orçamentários
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

DESCRIÇÃO	R\$ Mil	
	2017	2016
Previsão Inicial da Receita	58.355.169	79.900.584
Dotação Inicial da Despesa	77.710.155	79.900.584
Previsão Atualizada da Receita	60.271.394	63.379.813
Dotação Atualizada da Despesa	86.605.110	88.737.097
Receita Realizada	62.274.062	50.685.309
Dotação Executada	67.965.549	60.832.044
Despesa Empenhada	67.965.549	60.832.044
Despesa Paga	56.021.331	50.312.431
Receita Realizada Corrente	58.969.221	49.457.157
Despesa Empenhada Corrente	66.036.717	56.142.794
Créditos Adicionais (Excesso de Arrecadação)	5.124.526	159.282
Déficit/Superávit na Arrecadação	2.002.667	(12.694.504)
Créditos Adicionais (Superávit Financeiro)	856.863	3.401.248
Superávit / Déficit Financeiro	(15.640.757)	(10.652.918)

Fontes: SIAFE-Rio

O montante da Despesa Paga, evidenciado no exercício de 2016, foi apresentado com uma diferença em relação ao montante final, no entanto gerou uma irrelevante alteração no índice. Este valor foi corrigido neste relatório.

A) QUOCIENTE DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

É resultante da relação entre a Previsão Inicial da Receita e a Dotação Inicial da Despesa, indicando se há equilíbrio entre a previsão e a fixação constante na LOA.



Tabela 032.1 – Quociente do Equilíbrio Orçamentário

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

					R\$ Mil
DESCRIÇÃO	2017		2016		AH %
Previsão Inicial da Receita	58.355.169	=	79.900.584	=	-25%
Dotação Inicial da Despesa	77.710.155	=	79.900.584	=	1,00

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2017/2016)

De acordo com o Princípio do Equilíbrio Orçamentário, a Lei Orçamentária Anual - LOA deve ser aprovada com o montante da despesa fixada igual ao da receita prevista. Este quociente demonstra que ocorreu um desequilíbrio orçamentário no exercício de 2017, tendo em vista que para cada R\$ 1,00 de Dotação Inicial da Despesa, o Estado teve uma Previsão Inicial da Receita de R\$ 0,75.

B) QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Previsão Atualizada da Receita, indicando a existência de excesso ou falta de arrecadação para a cobertura de despesas.

Tabela 032.2 – Quociente de Execução da Receita

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

					R\$ Mil
DESCRIÇÃO	2017		2016		AH %
Receita Realizada	62.274.062	=	50.685.309	=	
Previsão Atualizada da Receita	60.271.394	=	63.379.813	=	29%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2017/2016)

O Quociente de Execução da Receita calculado para o exercício de 2017 demonstra que houve excesso na arrecadação da receita, uma vez que para cada R\$ 1,00 de Receita Prevista Atualizada, o Estado arrecadou R\$ 1,03.

Verifica-se que em 2016 ocorreu insuficiência de arrecadação, ou seja, a receita arrecadada foi menor do que a prevista.

C) QUOCIENTE DE DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Previsão Inicial da Receita, indicando a existência de excesso ou falta de arrecadação para administração dos indicadores fiscais.



Tabela 032.3 – Quociente de Desempenho da Arrecadação

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

				R\$ Mil	
DESCRIÇÃO	2017		2016	AH %	
Receita Realizada	62.274.062	= 1,07	50.685.309	= 0,63	68%
Previsão Inicial da Receita	58.355.169		79.900.584		

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2017/2016)

O Quociente de Desempenho da Arrecadação apurado no exercício de 2017 demonstra que houve excesso de arrecadação da receita, uma vez que para cada R\$ 1,00 de Receita Inicial Prevista, o Estado arrecadou R\$ 1,07.

Verificando assim, o acréscimo de 68% na relação entre 2017 e 2016.

D) QUOCIENTE DE UTILIZAÇÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

É resultante da relação entre os Créditos Adicionais abertos por meio de excesso de arrecadação e o total do excesso de arrecadação, indicando a parcela do excesso de arrecadação utilizada para abertura de créditos adicionais.

Tabela 032.4 – Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

				R\$ Mil	
DESCRIÇÃO	2017		2016	AH %	
Créditos Adicionais (excesso de Arrecadação)	5.124.526	= 2,56	159.282	= (0,01)	-20494%
Déficit/Superávit na Arrecadação	2.002.667		(12.694.504)		

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2017/2016)

De acordo com a Lei 4320/64 art.43 §3º, entende-se por excesso de arrecadação o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

O Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2017 apresenta saldo positivo, porém para cada R\$ 1,00 de Superávit na Arrecadação, o Estado abriu R\$ 2,56 de Créditos Adicionais.



E) QUOCIENTE DE UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

É resultante da relação entre os créditos adicionais abertos por meio de superávit financeiro e o total do superávit financeiro apurado no exercício anterior, indicando a parcela do superávit financeiro utilizada para abertura de créditos adicionais.

Tabela 032.5 – Quociente de Utilização do Superávit Financeiro

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

DESCRIÇÃO	2017	2016	R\$ Mil AH %
Créditos Adicionais (Superávit Financeiro)	856.863	3.401.248	
Superávit Financeiro	(10.652.918)	(313.651)	
	= - 0,08	= - 10,84	-99 %

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2017/2016)

O Quociente de Utilização do Superávit Financeiro apurado para o exercício de 2017 demonstra que o Estado não teve Superávit Financeiro positivo apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

F) QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA

É resultante da relação entre a Despesa Executada e a Dotação Atualizada, cuja discrepância pode ser ocasionada por ineficiência no processo planejamento-execução ou a uma economia de despesa orçamentária.

Tabela 032.6 – Quociente de Execução da Despesa

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

DESCRIÇÃO	2017	2016	R\$ Mil AH %
Despesa Executada	67.965.549	60.832.044	
Dotação Atualizada da Despesa	86.605.110	88.737.097	
	= 0,78	= 0,69	14 %

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2017/2016)

O Quociente de Execução da Despesa calculado para o exercício de 2017 demonstra que houve economia orçamentária no montante de R\$ 18.639.561 mil. Este índice não pode apresentar quociente maior que 1, uma vez que a Despesa Orçamentária só poderá ser executada até o limite do montante autorizado na Lei.



Pode-se observar que para cada R\$ 1,00 de Despesa Autorizada, o Estado realizou R\$ 0,78 de Despesa Executada.

G) QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de superávit ou déficit.

Tabela 032.7 – Quociente do Resultado Orçamentário

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

DESCRIÇÃO	2017		2016		R\$ Mil AH %
Receita Realizada	62.274.062		50.685.309		
Despesa Empenhada	67.965.549	= 0,92	60.832.044	= 0,83	10%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2017/2016)

No exercício de 2017, o Estado apresentou déficit orçamentário no montante de R\$ 5.691.487 mil. O Quociente do Resultado Orçamentário salienta este desequilíbrio ao demonstrar que foi arrecadado apenas 92% da despesa empenhada.

H) QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE

É resultante da relação entre a Receita Realizada Corrente e a Despesa Empenhada Corrente. A interpretação desse quociente indica se a receita corrente suportou as despesas correntes ou se foi necessário utilizar receitas de capital para financiar despesas correntes.

Tabela 032.8 – Quociente da Execução Orçamentária Corrente

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

DESCRIÇÃO	2017		2016		R\$ Mil AH %
Receita Realizada Corrente	58.969.221		49.457.157		
Despesa Empenhada Corrente	66.036.717	= 0,89	56.142.794	= 0,88	1%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2017/2016)

O Quociente da Execução Orçamentária Corrente calculado para o exercício de 2017 demonstra que para cada R\$ 1,00 de Despesa Corrente, o Estado arrecadou R\$ 0,89 de Receita corrente,



apresentando um déficit orçamentário corrente, ou seja, a receita corrente não suportou as despesas correntes.

O Estado apresentou um acréscimo de 1% em relação ao exercício anterior, pois mesmo tendo apresentado déficit nos dois exercícios, proporcionalmente a diferença entre a Receita Realizada Corrente e a Despesa Empenhada Corrente foi menor em 2017.

I) QUOCIENTE FINANCEIRO REAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Paga, indicando quanto a receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa orçamentária paga.

Tabela 032.9 – Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

Comparativo - Balanço do 1º de Janeiro - 2017/2016						R\$ Mil
DESCRIÇÃO	2017		2016			AH %
Receita Realizada	62.274.062		50.685.309			
Despesa Paga	56.021.331	= 1,11	50.312.431	= 1,01		10%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2017/2016)

O montante da Despesa Paga, evidenciado no exercício de 2016, foi apresentado com uma diferença em relação ao montante final, no entanto gerou uma irrelevante alteração no índice. Este valor foi corrigido neste relatório.

O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária apurado para o exercício de 2017 demonstra que para cada R\$ 1,00 de Despesa paga, o Estado dispõe de R\$ 1,11 de Receita Realizada. Esse índice indica que a receita realizada foi superior às despesas pagas no exercício, logo obtendo um superávit financeiro real.

4.33 Resultado da Execução Financeira

O resultado da execução financeira no exercício de 2017 foi positivo em R\$ 2.839.916 mil, que somado ao saldo de caixa do exercício anterior, corresponde ao saldo de caixa para o próximo exercício, conforme verificado na tabela a seguir.



Tabela 033 – Resultado da Execução Financeira
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

			R\$ Mil
DESCRIÇÃO	2017	2016	AH %
1 - Saldo do Exercício Anterior	6.044.612	7.795.425	(22,46)
2 - Receitas	182.259.269	126.161.745	44,46
2.1 - Receitas Orçamentárias	62.274.062	50.685.309	22,86 %
2.2 - Transferências Financeiras Recebidas	-	-	0,00 %
2.3 - Receitas Extraorçamentárias	119.985.207	75.476.436	58,97 %
3 - Despesas	179.419.353	127.912.558	40,27
3.1 - Despesas Orçamentárias	67.965.549	60.832.044	11,73 %
3.2 - Transferências Financeiras Concedidas	-	-	0,00 %
3.3 - Despesas Extraorçamentárias	111.453.804	67.080.514	66,15 %
4 - Resultado da Execução Financeira	2.839.916	(1.750.813)	(262,21)
5 - Saldo para o Exercício Seguinte	8.884.528	6.044.612	46,98

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2017/2016)

Para fins de consolidação do Balanço Financeiro, foram excluídas as Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, no montante de R\$ 54.466.940 mil em 2017, conforme já exposto no item de letra “n” das Principais Práticas Contábeis.

Quanto às Deduções das Receitas Orçamentárias, o MCASP 6º edição, parte V, orienta que as receitas orçamentárias sejam apresentadas líquidas de deduções.

A tabela a seguir evidencia as deduções das receitas orçamentárias referentes aos exercícios de 2017 e 2016:



QUADRO DAS DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO		2017			2016		
		RECEITA ORÇAMENTÁRIA (A)	DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (B)	SALDO (C)=(A-B)	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (D)	DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (E)	SALDO (F)=(D-E)
ORDINÁRIA		50.451.029	15.808.928	34.642.100	50.105.777	15.435.718	34.670.059
100	Ordinários Provenientes de Impostos	40.600.505	15.041.469	25.559.036	39.467.502	14.805.218	24.662.283
101	Ordinários Não Provenientes de Impostos	1.998.151	12.837	1.985.314	833.875	4.317	829.558
102	Recursos Provenientes do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF	338.168	135.267	202.901	850	340	510
107	Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	2.117.246	564.700	1.552.546	2.342.207	622.167	1.720.040
120	Ressarcimento de Pessoal	75.032	-	75.032	82.415	-	82.415
132	Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	25.029	-	25.029	28.126	-	28.126
192	Transferência proveniente de Auxílio Financeiro	-	-	-	2.900.000	-	2.900.000
224	Transferências Legais Recebidas da União	166.641	-	166.641	74.170	-	74.170
230	Recursos Próprios	2.299.830	189	2.299.640	1.923.864	110	1.923.754
232	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	2.830.428	54.465	2.775.962	2.452.769	3.566	2.449.203
VINCULADA		28.037.112	405.151	27.631.961	18.172.167	2.156.917	16.015.250
081	DDO - Depósitos de Diversas Origens	2.269	-	2.269	883	-	883
085	Fonte Genérica	18	-	18	20	-	20
104	Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo	1.927.847	383.414	1.544.433	1.612.560	287.509	1.325.051
105	Salário Educação	397.528	-	397.528	425.668	-	425.668
111	Operações de Crédito	2.318.406	-	2.318.406	1.105.009	-	1.105.009
122	Adicional do ICMS - FECF	4.601.643	9	4.601.634	4.119.794	-	4.119.794
126	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	83.872	20.871	63.001	62.605	15.414	47.191
133	Alienações de Bens	3	-	3	47	-	47
190	Depósitos Judiciais Tributários	620.741	-	620.741	2.308	-	2.308
191	Depósitos Judiciais não Tributários	1.139.406	-	1.139.406	14.262	-	14.262
195	Operações Oficiais de Fomento	6.296	-	6.296	2.529	-	2.529
212	Transferências Voluntárias	137.283	369	136.914	353.053	342	352.711
214	Transferências do PAC	53.414	-	53.414	66.346	-	66.346
215	FUNDEB	2.630.057	-	2.630.057	2.570.083	-	2.570.083
218	Transferências Intraorçamentárias	82.708	488	82.220	228.744	-	228.744
223	Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	237.032	-	237.032	220.850	-	220.850
225	Sistema Único de Saúde - SUS	879.141	-	879.141	764.053	-	764.053
231	Recursos Próprios do Rioprevidência	12.913.404	-	12.913.404	6.559.049	1.853.653	4.705.397
233	Alienação de Bens	345	-	345	10.067	-	10.067
297	Conservação Ambiental	5.701	-	5.701	54.237	-	54.237
TOTAL		78.488.141	16.214.079	62.274.062	68.277.944	17.592.636	50.685.309

Na tabela a seguir estão contemplados os saldos das disponibilidades financeiras por fonte de recursos que compõem o grupo “8.9.9.3.1.01.00 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA POR FONTE”. O total desta conta não está refletindo corretamente os Caixas e Equivalentes de Caixa, registrados nas contas de ativo, devido às inconsistências de Validações Contábeis (LISCONTIR) não regularizadas no exercício.



Tabela 033.1 – Disponibilidade por Fonte de Recursos

	R\$ Mil		
FONTES DE RECURSOS	2017	2016	AH %
Fonte 081 – Recursos Não Orçamentários - Depósitos de Diversas Origens	536.105	108.302	395,01%
Fonte 085 – Fonte Genérica	6.608	5.179	27,58%
Fonte 100 – Ordinários Provenientes de Impostos	(848.670)	3.264.232	-126,00%
Fonte 101 – Ordinários Não Provenientes de Impostos	(5.936.894)	(5.688.194)	4,37%
Fonte 102 – Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal	125.397	510	24474,20%
Fonte 104 – Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo	572.719	148.186	286,49%
Fonte 105 – Salário Educação	105.775	43.365	143,92%
Fonte 107 – Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	464.213	(183.090)	-353,54%
Fonte 111 – Operações de Créditos	2.137.592	1.702.896	25,53%
Fonte 120 – Ressarcimento de Pessoal	183.636	152.478	20,43%
Fonte 122 – Adicional do ICMS - FECF	5.221.879	2.876.413	81,54%
Fonte 126 – Contribuição Intervenção Domínio Econômico - CIDE	21	197	-89,39%
Fonte 132 – Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	26.133	1.165	2143,40%
Fonte 133 – Alienação de Bens	(1.436.238)	(1.436.241)	0,00%
Fonte 188 – Repasses Constitucionais aos Municípios	61.738	31.824	94,00%
Fonte 189 – Ingressos a Classificar	(0)	0	-4141,42%
Fonte 190 – Depósitos Judiciais Tributários	210.565	200.775	4,88%
Fonte 191 – Depósitos Judiciais Não Tributários	1.499.969	375.398	299,57%
Fonte 192 – Transferência Proveniente de Auxílio Financeiro	183.519	231.633	-20,77%
Fonte 195 – Operações Oficiais de Fomento	5.949	2.463	141,52%
Fonte 212 – Transferências Voluntárias	297.001	392.290	-24,29%
Fonte 214 – Transferências do PAC	252.846	270.630	-6,57%
Fonte 215 – Transferências do FUNDEB	222.020	215.512	3,02%
Fonte 218 – Transferências Intraorçamentárias	71.501	99.670	-28,26%
Fonte 223 – Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	1.218	2.694	-54,78%
Fonte 224 – Transferências Legais Recebidas da União	128.374	31.285	310,34%
Fonte 225 – Sistema Único de Saúde - SUS	146.548	86.744	68,94%
Fonte 230 – Recursos Próprios	2.564.061	2.130.383	20,36%
Fonte 231 – Recursos Próprios do Rioprevidência	520.630	190.420	173,41%
Fonte 232 – Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	1.455.950	922.369	57,85%
Fonte 233 – Alienação de Bens	30.613	30.489	0,41%
Fonte 297 – Conservação Ambiental	83.971	79.075	6,19%
Total das Disponibilidades por Fonte	8.894.749	6.289.053	41,43%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2017/2016)

4.34 Análise dos Quocientes – Balanço Financeiro

A seguir apresentam-se os valores utilizados para apuração dos quocientes financeiros:



Tabela 034 – Dados para Apuração dos Quocientes Financeiros

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

DESCRIÇÃO	R\$ Mil	
	2017	2016
Resultado Orçamentário	(5.691.487)	(10.146.735)
Variação do Saldo em Espécie	2.839.916	(1.750.813)
Saldo que passa para o Exercício Seguinte	8.884.528	6.044.612
Saldo do Exercício anterior	6.044.612	7.795.425

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2017/2016)

A) QUOCIENTE ORÇAMENTÁRIO DO RESULTADO FINANCEIRO

É resultante da relação entre o Resultado Orçamentário e a Variação do Saldo em Espécie. A interpretação desse quociente indica a parcela da variação do saldo do disponível que pode ser explicada pelo resultado orçamentário. Em contrapartida, pode ainda ser analisada a diferença como resultante do resultado extraorçamentário ou das transferências.

Tabela 034.1 – Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				AH %
	2017		2016		
Resultado Orçamentário	(5.691.487)		(10.146.735)		
Variação do Saldo em Espécie	2.839.916	= (2,00)	(1.750.813)	= 5,80	-135%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2017/2016)

O Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro demonstra que o Resultado Orçamentário (diferença entre a receita orçamentária e despesa orçamentária) contribuiu negativamente para a Variação do Saldo em Espécie.



Tabela 034.1.1 – Variação do Saldo em Espécie

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2017	AV%	2016	AV%	AH%
VARIAÇÃO DO SALDO EM ESPÉCIE	2.839.916	100,00%	(1.750.813)	100,00%	-262,21%
Resultado Orçamentário	(5.691.487)	-200,41%	(10.146.735)	579,54%	-43,91%
Resultado das Transferências	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Resultado Extraorçamentário	8.531.403	300,41%	8.395.922	-479,54%	1,61%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2017/2016)

A variação positiva do Saldo em Espécie obteve influência positiva do Resultado extraorçamentário no montante de R\$ 8.531.403 mil.

Já o Resultado das Transferências permaneceu zerado nos dois exercícios, por se tratar de transferências INTRA-OFSS, cujos saldos foram excluídos dos demonstrativos consolidados.

B) QUOCIENTE DO RESULTADO DOS SALDOS FINANCEIROS

É resultante da relação entre o Saldo que passa para o Exercício seguinte e o Saldo do Exercício Anterior. A interpretação desse quociente indica o impacto do resultado financeiro sobre o saldo em espécie.

Tabela 034.2 – Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2017		2016		AH %
Saldo que passa para o Exercício Seguinte	8.884.528	=	6.044.612	=	
Saldo do Exercício Anterior	6.044.612		7.795.425		90%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2017/2016)

O Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros apurado no exercício de 2017 foi de 1,47, demonstrando que ocorreu superávit financeiro. Ao passo que, em 2016, o Estado obteve déficit financeiro com o índice de 0,78. Verifica-se um acréscimo de 90% em relação ao exercício anterior.

Pode-se observar a diferença apurada entre o Saldo que passa para o exercício Seguinte e o Saldo do Exercício Anterior no montante positivo de R\$ 2.839.916 mil, indicando que os recebimentos do exercício foram superiores aos pagamentos.



4.35 Resultado dos Fluxos de Caixa

O resultado dos fluxos de caixa no exercício de 2017 foi positivo no montante de R\$ 2.839.916 mil, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Tabela 035 – Resumo do Fluxo de Caixa
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil		
Geração Líquida de Caixa	2017	2016
CAIXA INICIAL	6.044.612	7.795.425
Variação de Caixa	2.839.916	(1.750.813)
CAIXA FINAL	8.884.528	6.044.612

Fontes: SIAFE-Rio

Para fins de consolidação da DFC, foram excluídas as Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas no montante de R\$ 54.466.940 mil em 2017, conforme já exposto no item de letra “n” das Principais Práticas Contábeis.

As Transferências Recebidas e Concedidas – Intragovernamentais não mantêm total paridade entre seus montantes, tendo em vista que foram consideradas as despesas de natureza 3.1.91 e 3.3.91 nesta linha, conforme o IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A composição deste resultado é evidenciada através dos Fluxos: Operacional, Investimento e Financiamento, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 035.1 – Demonstrativo do Fluxo de Caixa Sintético – Método Direto
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

R\$ Mil						
FLUXOS	2017			2016		
	Ingressos	Desembolsos	Fluxo Líquido	Ingressos	Desembolsos	Fluxo Líquido
Operacionais	160.742.348	158.973.026	1.769.322	108.695.629	107.249.544	1.446.085
Investimentos	292.777	719.273	(426.495)	122.350	2.303.866	(2.181.516)
Financiamentos	2.391.941	894.852	1.497.089	1.105.796	2.121.178	(1.015.382)
Total	163.427.066	160.587.150	2.839.916	109.923.774	111.674.587	(1.750.813)

Fontes: SIAFE-Rio



- **Fluxo Líquido das Atividades Operacionais**

O fluxo líquido das atividades operacionais evidencia quanto o Governo gerou de caixa suficiente para amortizar dívidas, manter a capacidade de expansão das despesas com recursos próprios gerados pelas operações e fazer novos investimentos. Pode-se observar que o Estado teve um acréscimo de caixa no montante de R\$ 1.769.322 mil, ou seja, os ingressos financeiros foram superiores aos desembolsos.

Os ingressos financeiros do fluxo operacional somam R\$ 160.742.348 mil, sendo seus valores mais relevantes referentes às receitas tributárias, no montante de R\$ 32.379.991 mil e outros ingressos operacionais no montante de R\$ 101.153.005 mil.

Já os desembolsos do fluxo operacional somam R\$ 158.973.026 mil, sendo seus valores mais relevantes referentes à pessoal e demais despesas, no montante de R\$ 50.089.419 mil e outros desembolsos operacionais no montante de R\$ 99.735.788 mil.

- **Fluxo Líquido das Atividades de Investimentos**

O fluxo líquido das atividades de investimento foi deficitário em R\$ 426.495 mil. Os ingressos financeiros do fluxo de investimentos somam R\$ 292.777 mil, sendo seus valores mais relevantes referentes à amortização de empréstimos e financiamentos concedidos no montante de R\$ 213.179 mil. Já os desembolsos do fluxo de investimentos somam R\$ 719.273 mil, sendo seus valores mais relevantes referentes à aquisição de ativo não circulante, no montante de R\$ 464.506 mil.

- **Fluxo Líquido das Atividades de Financiamentos**

O fluxo líquido das atividades de financiamento gerou um acréscimo de caixa de R\$ 1.497.089 mil. Os ingressos financeiros do fluxo de financiamentos somam R\$ 2.391.941 mil, sendo seus valores mais relevantes referentes às operações de créditos, no montante de R\$ 2.312.611 mil. Já os desembolsos do fluxo de financiamentos somam R\$ 894.852 mil.

4.36 Análise dos Quocientes – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A seguir apresentam-se os valores utilizados para apuração dos quocientes do fluxo de caixa:



Tabela 036 – Dados para Apuração dos Quocientes da Demonstração dos Fluxos de Caixa
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

DESCRIÇÃO	R\$ Mil	
	2017	2016
Caixa Líquido Gerado nas Operações	1.769.322	1.446.085
Resultado Patrimonial	(2.505.182)	59.733.382
Total do Passivo	313.718.353	256.472.892
Total da Geração Líquida de Caixa	2.839.916	(1.750.813)

Fontes: SIAFE-Rio

A) QUOCIENTE DO FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS EM RELAÇÃO AO RESULTADO PATRIMONIAL

É resultante da relação entre o Caixa líquido Gerado nas Operações e o Resultado Patrimonial. A interpretação deste quociente indica a dispersão entre o fluxo de caixa operacional gerado e o resultado patrimonial do exercício.

Tabela 036.1 – Quociente do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais em Relação ao Resultado Patrimonial

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

DESCRIÇÃO	R\$ Mil		AH %
	2017	2016	
Caixa Líquido Gerado nas Operações	1.769.322	1.446.085	
Resultado Patrimonial	(2.505.182)	59.733.382	

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2017/2016)

Verifica-se que apesar do Estado apresentar um aumento no fluxo de caixa operacional, o Resultado Patrimonial se encontra deficitário.

O ideal é que este quociente esteja próximo de 1, ou seja, quanto menor for a dispersão, melhor será a qualidade do resultado.

B) QUOCIENTE DA CAPACIDADE DE AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA

É resultante da relação entre o Caixa Líquido Gerado nas Operações e o Total do Passivo. A interpretação deste quociente indica a parcela dos recursos gerados pela entidade para pagamento da dívida.



Tabela 036.2 – Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

DESCRIÇÃO	2017		2016		R\$ Mil AH %
Caixa Líquido Gerado nas Operações	1.769.322		1.446.085		
Total do Passivo	313.718.353	= 0,01	256.472.892	= 0,01	0%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2017/2016)

O Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida apurado para o exercício de 2017 foi 0,01, demonstrando que o Estado gerou poucos recursos para pagamento das obrigações de curto e longo prazo. Esse resultado indica que o Estado necessitará captar mais recursos.

C) QUOCIENTE DA ATIVIDADE OPERACIONAL

É resultante da relação entre o Caixa Líquido Gerado nas Operações e o total da Geração Líquida de Caixa. A interpretação desse quociente indica a parcela da geração líquida de caixa pela entidade atribuída às atividades operacionais.

Tabela 036.3 – Quociente da Atividade Operacional

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2016

DESCRIÇÃO	2017		2016		R\$ Mil AH %
Caixa Líquido Gerado nas Operações	1.769.322		1.446.085		
Total da Geração Líquida de Caixa	2.839.916	= 0,62	(1.750.813)	= - 0,83	-175%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2017/2016)

O Quociente da Atividade Operacional apurado para o exercício de 2017 demonstra que o caixa líquido gerado nas operações contribuiu significativamente para o total da geração líquida de caixa.



05 – Demonstrações Contábeis - Tipos de Administração



Administração Direta



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL
VALORES EM 31/12/2017 e 31/12/2016

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Em Mil

ATIVO				PASSIVO			
	2017	2016	2017/2016 (%)		2017	2016	2017/2016 (%)
ATIVO CIRCULANTE	10.258.454	6.650.561	54,25	PASSIVO CIRCULANTE	20.692.936	15.449.738	33,94
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.749.705	2.942.228	61,43	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	2.755.549	2.885.587	(4,51)
Créditos a Curto Prazo	926.007	610.279	51,74	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	4.030.439	2.442.247	65,03
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	3.951.861	2.516.142	57,06	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	3.123.093	2.472.915	26,29
Estoques	630.537	581.712	8,39	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	538.727	442.189	21,83
V.P.D. Pagas Antecipadamente	345	199	72,91	Obrigações de Repartição a Outros Entes	34.034	11.341	200,09
				Demais Obrigações a Curto Prazo	10.211.095	7.195.459	41,91
ATIVO NAO CIRCULANTE	57.972.068	53.856.425	7,64	PASSIVO NAO CIRCULANTE	144.810.278	144.325.029	0,34
Ativo Realizável a Longo Prazo	34.742.571	29.839.215	16,43	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a LP	2.347.582	1.958.729	19,85
Investimentos	9.484.892	10.396.999	(8,77)	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	128.526.905	130.737.911	(1,69)
Imobilizado	13.692.631	13.569.268	0,91	Fornecedores a Longo Prazo	298.881	201.601	48,25
Intangível	51.974	50.942	2,03	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	1.694.550	656.636	158,07
				Demais Obrigações a Longo Prazo	11.942.359	10.770.151	10,88
TOTAL	68.230.523	60.506.985	12,76	TOTAL DO PASSIVO	165.503.214	159.774.767	3,59
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				PATRIMONIO LIQUIDO	(97.272.691)	(99.267.782)	(2,01)
				Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.417.849,34	3.881.803	(11,95)
				Demais Reservas	46.126,56	46.343	(0,47)
				Resultados Acumulados	(100.736.667)	(103.195.927)	(2,38)
				Resultado do Exercício	(20.557.754)	(22.749.539)	(9,63)
				Resultados de Exercícios Anteriores	(103.195.927)	(81.970.755)	25,89
				Ajustes de Exercícios Anteriores	23.017.014	1.524.367	1.409,94

Fonte: SIAFE-Rio

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

Em Mil

ATIVO (I)	NOTA	2017	2016	AH (%)
Ativo Financeiro		5.507.245	2.813.934	95,71
Ativo Permanente		62.723.278	57.693.051	8,72
TOTAL ATIVO		68.230.523	60.506.985	
PASSIVO (II)				
Passivo Financeiro		9.279.708	7.403.128	25,35
Passivo Permanente		156.295.172	152.458.223	2,52
TOTAL PASSIVO		165.574.880	159.861.351	
SALDO PATRIMONIAL (I-II)		(97.344.357)	(99.354.366)	

Fonte: SIAFE-Rio



QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

Em Mil				
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	NOTA	2017	2016	AH(%)
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		15.130.958	14.243.667	6,23
Direitos Contratuais		843	843	-
Total dos Atos Potenciais Ativos		15.131.801	14.244.510	6,23
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS				
Garantias e Contragarantias concedidas		8.885	922	-
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		3.077.520	3.075.357	0,07
Obrigações contratuais		25.223.880	23.312.331	8,20
Total dos Atos Potenciais Passivos		28.310.286	26.388.611	7,28

Fonte: SIAFE-Rio

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

Em Mil			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NOTA		
		2017	2016
081 - DDO - Depósitos de Diversas Origens		(299.246)	(379.429)
085 - Fonte Genérica		5.913	4.888
100 - Ordinários Provenientes de Impostos		(7.304.613)	(984.599)
101 - Ordinários Não Provenientes de Impostos		(6.560.139)	(7.309.214)
102 - Recursos Provenientes do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF		124.574	510
104 - Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo		481.167	79.768
105 - Salário Educação		92.588	27.305
107 - Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos		451.890	(189.238)
111 - Operações de Crédito		1.959.456	1.443.972
120 - Ressarcimento de Pessoal		142.445	92.005
122 - Adicional do ICMS - FECF		4.121.508	2.075.864
126 - Contrib de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		21	197
132 - Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos		26.133	1.165
133 - Alienações de Bens		(1.436.240)	(1.436.242)
188 - Repasses constitucionais aos municípios.		(13.407)	(5.922)
189 - Ingressos a Classificar		(0)	-
190 - Depósitos Judiciais Tributários		49.021	48.298
191 - Depósitos Judiciais não Tributários		1.499.969	375.398
192 - Transferência proveniente de Auxílio Financeiro		172.065	138.664
195 - Operações Oficiais de Fomento		2.291	(675)
212 - Transferências Voluntárias		194.944	197.323
214 - Transferências do PAC		238.253	245.008
215 - Transferências do FUNDEB		70	24.095
218 - Transferências Intraorçamentárias		14.777	61.921
223 - Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde		714	2.456
224 - Transferências Legais Recebidas da União		57.581	2.829
225 - Sistema Único de Saúde - SUS		(8.872)	(11.126)
230 - Recursos Próprios		1.474.702	1.054.043
231 - Recursos Próprios do Rioprevidência		(112)	(802)
232 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos		645.570	423.216
233 - Alienação de Bens		12.786	12.786
297 - Conservação Ambiental		54.623	54.673
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS		(3.799.567)	(3.950.862)

Fonte: SIAFE-Rio



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

Em Mil

QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	Nota	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
<u>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</u>			
Impostos		57.006.787	60.541.423
Taxas		31.151	35.760
		57.037.938	60.577.183
<u>Contribuições</u>			
Contribuições Sociais		6.839	5.865
		6.839	5.865
<u>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</u>			
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		1.362.900	438.424
		1.362.900	438.424
<u>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</u>			
Juros e Encargos de Emp. e Fin. Concedidos		243.064	468.250
Juros e Encargos de Mora		569.766	729.810
Variações Monetárias e Cambiais		8.546.126	43.104.035
Descontos Financeiros Obtidos		1.124	1.520
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		127.079	318.946
Outras Variações Pat. Aumentativas - Financeiras		-	-
		9.487.159	44.622.561
<u>Transferências e Delegações Recebidas</u>			
Transferências Intragovernamentais		34.558.415	26.635.037
Transferências Intergovernamentais		7.287.813	10.101.369
Transferências das Instituições Privadas		1.031	6.184
Transferências de Pessoas Físicas		18	262
		41.847.277	36.742.851
<u>Valorização e Ganhos Com Ativos</u>			
Reavaliação de Ativos		597	11.702
Ganhos com Alienação		3	-
Ganhos com incorporação de Ativos		3.912	28.877
Ganhos com Desincorporação de Passivos		76.889	8.082.764
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		11.626	1.304
		93.027	8.124.646
<u>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</u>			
VPA a classificar		-2.541	1.099
Resultado Positivo de Participações		512.104	139.011
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	1.082
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		4.254.656	1.585.781
		4.764.220	1.726.973
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		114.599.360	152.238.503



VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
<u>Pessoal e Encargos</u>		
Remuneração a Pessoal	13.999.238	14.571.927
Encargos Patronais	2.958.307	2.766.516
Benefícios a Pessoal	1.429.536	1.366.062
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	316.365	1.155.247
	18.703.445	19.859.752
<u>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</u>		
Aposentadoria e Reformas	906.894	860.582
Pensões	53.285	56.023
Políticas Públicas de Transferência de Renda	85.327	176.527
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	282.780	254.370
	1.328.286	1.347.501
<u>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</u>		
Uso de Material de Consumo	111.878	369.032
Serviços	2.039.062	2.178.430
Depreciação, Amortização e Exaustão	68.954	51.002
	2.219.894	2.598.464
<u>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</u>		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	893.865	2.706.507
Juros e Encargos de Mora	39.853	7.306
Variações Monetárias e Cambiais	33.468.427	75.809.174
Descontos Financeiros Concedidos	4.960	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	142	-
	34.407.247	78.522.988
<u>Transferências e Delegações Concedidas</u>		
Transferências Intra Governamentais	50.214.725	42.407.050
Transferências Inter Governamentais	16.140.653	15.727.759
Transferências a Instituições Privadas	4.080	2.404
Transferências a Instituições Multigovernamentais	380	952
	66.359.838	58.138.166
<u>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</u>		
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	6.596.505	8.530.782
Perdas com alienação	403	-
Perdas Involuntárias	26.875	109.499
Incorporação de Passivos	-	3.420.064
Desincorporação de Ativos	249.758	406.043
	6.873.541	12.466.387
<u>Tributárias</u>		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	692.933	326
Contribuições	402.588	450.776
	1.095.521	451.102
<u>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</u>		
Premiações	17	18
Resultado Negativo de Participações	114.523	155.019
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	4.054.801	1.448.644
	4.169.341	1.603.681
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	135.157.114	174.988.042
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)	(20.557.754)	(22.749.539)

Fonte: SIAFE-Rio



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
VALORES EM 31/12/2017

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

R\$ Mil

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	39.154.466	39.971.918	41.024.846	1.052.928
RECEITA TRIBUTÁRIA	30.040.987	28.822.969	29.867.913	1.044.944
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	4	4
RECEITA PATRIMONIAL	1.958.399	3.133.669	3.116.191	(17.478)
RECEITA DE SERVIÇOS	12.253	2.500	10.676	8.176
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.276.230	5.179.814	4.843.084	(336.730)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.866.597	2.832.966	3.186.978	354.012
RECEITAS DE CAPITAL (II)	4.431.596	3.897.671	2.963.138	(934.533)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.851.331	2.200.000	2.312.611	112.611
ALIENAÇÃO DE BENS	1.500.000	-	3	3
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	2.716	-	350	350
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.077.549	1.077.549	30.052	(1.047.496)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	620.122	620.122	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EX. ANT. (III)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I+II+III)	43.586.062	43.869.589	43.987.984	118.395
REFINANCIAMENTO (V)	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	43.586.062	43.869.589	43.987.984	118.395
DÉFICIT (VII)	-	-	-	-
TOTAL (VIII) = (VI+VII)	43.586.062	43.869.589	43.987.984	118.395
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)				
Superávit Financeiro		502.696		
Reabertura de créditos adicionais				



ADMINISTRAÇÃO DIRETA

R\$ Mil

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	34.315.630	35.250.764	29.608.892	29.538.465	25.144.749	5.641.872
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.905.044	22.189.299	19.101.850	19.088.306	17.161.015	3.087.449
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.421.524	2.055.948	897.328	897.328	893.865	1.158.620
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.989.062	11.005.517	9.609.714	9.552.832	7.089.869	1.395.803
DESPESAS DE CAPITAL (X)	5.998.987	7.070.016	1.004.734	1.003.493	955.794	6.065.282
INVESTIMENTOS	3.100.467	3.188.304	311.913	310.672	271.581	2.876.391
INVERSÕES FINANCEIRAS	13.944	7.803	4.313	4.313	1.309	3.489
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.884.577	3.873.910	688.508	688.508	682.903	3.185.402
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	300	300	-	-	-	300
RESERVA DO RPPS (XII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX+X+XI+XII)	40.314.917	42.321.080	30.613.626	30.541.958	26.100.542	11.707.454
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	24.743	199.818	199.818	199.818	199.818	-
Amortização da Dívida Interna	24.743	199.818	199.818	199.818	199.818	-
Outras Dívidas	24.743	199.818	199.818	199.818	199.818	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII+XIV)	40.339.660	42.520.898	30.813.444	30.741.776	26.300.361	11.707.454
SUPERÁVIT (XVI)	3.246.402	1.348.691	13.174.539	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV+XVI)	43.586.062	43.869.589	43.987.984	30.741.776	26.300.361	11.707.454

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

R\$ Mil

	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-c-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	-	72.141	48.002	47.937	24.090	49
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		13.013	6.300	6.311	6.713	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		59.128	41.702	41.626	17.377	49
DESPESAS DE CAPITAL	-	21.007	1.231	1.224	19.777	-
INVESTIMENTOS		21.007	1.231	1.224	19.777	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	93.149	49.232	49.161	43.867	49

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

R\$ Mil

	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro do Exercício Anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES	757.067	4.283.726	2.454.380	83.566	2.502.848
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	125.556	2.503.674	1.925.406	72.961	630.863
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	631.511	1.780.052	528.974	10.605	1.871.984
DESPESAS DE CAPITAL	96.659	306.413	98.281	21.199	283.592
INVESTIMENTOS	90.118	301.748	94.269	21.199	276.397
INVERSÕES FINANCEIRAS	6.542	4.665	4.011	-	7.195
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-
TOTAL	853.727	4.590.139	2.552.660	104.766	2.786.440



BALANÇO FINANCEIRO
VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

ADMINISTRAÇÃO DIRETA				Em Mil			
INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	2017/2016 (%)	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	2017/2016 (%)
Receita Orçamentária (I)	43.987.984	40.990.931	7,31	Despesa Orçamentária (VI)	30.813.444	31.162.831	(1,12)
Ordinária	30.553.516	30.944.100	(1,26)	Ordinária	24.851.901	25.019.790	(0,67)
Ordinários Provenientes de Impostos	25.559.036	24.662.245	3,64	Ordinários Provenientes de Impostos	22.358.632	15.231.525	46,79
Ordinários Não Provenientes de Impostos	1.985.314	827.783	139,84	Ordinários Não Provenientes de Impostos	452.214	3.695.470	(87,76)
Recursos Provenientes do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF	202.901	510	39.662,54	Recursos Provenientes do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF	9	-	-
Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	1.552.546	1.720.040	(9,74)	Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	793.188	1.854.403	(57,23)
Ressarcimento de Pessoal	75.032	82.265	(8,79)	Ressarcimento de Pessoal	25.113	47.769	(47,43)
Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	26.380	29.415	(10,32)	Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	229.839	309.897	(25,83)
Transferência proveniente de Auxílio Financeiro	-	2.900.000	(100,00)	Transferência proveniente de Auxílio Financeiro	-	2.879.451	(100,00)
Transferências Legais Recebidas da União	122.664	59.233	107,09	Transferências Legais Recebidas da União	83.576	70.739	18,15
Recursos Próprios	1.029.643	662.610	55,39	Recursos Próprios	909.330	930.536	(2,28)
Vinculada	13.434.468	10.046.832	33,72	Vinculada	5.961.544	6.143.041	(2,95)
DDO - Depósitos de Diversas Origens	2.259	372	506,95	Compensações Financeiras pela Extração do Petróleo	1.107.804	1.073.831	3,16
Compensações Financeiras pela Extração do Petróleo	1.544.433	1.325.051	16,56	Salário Educação	330.440	403.792	(18,17)
Salário Educação	397.528	425.668	(6,61)	Operações de Crédito	243.696	689.802	(64,67)
Operações de Crédito	2.318.406	1.105.009	109,81	Adicional do ICMS - FECF	875.159	854.268	2,45
Adicional do ICMS - FECF	4.601.634	4.119.794	11,70	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	7.646	462	1.553,41
Contrib de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	63.001	47.191	33,50	Alienações de Bens	-	1	(100,00)
Alienações de Bens	3	47	(94,61)	Depósitos Judiciais Tributários	620.018	-	-
Depósitos Judiciais Tributários	620.741	2.308	26.793,58	Depósitos Judiciais não Tributários	14.835	29.477	(49,67)
Depósitos Judiciais não Tributários	1.139.406	14.262	7.888,92	Operações Oficiais de Fomento	3.329	6.681	(50,17)
Operações Oficiais de Fomento	6.296	2.529	148,97	Transferências Voluntárias	95.581	159.878	(40,22)
Transferências Voluntárias	81.226	189.485	(57,13)	Transferências do PAC	30.849	122.860	(74,89)
Transferências do PAC	24.238	54.301	(55,36)	Transferências do FUNDEB	2.568.481	2.574.888	(0,25)
Transferências do FUNDEB	2.630.057	2.570.083	2,33	Transferências Intraorçamentárias	37.108	177.648	(79,11)
Transferências Intraorçamentárias	1.272	167.497	(99,24)	Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	314	154	104,28
Sistema Único de Saúde - SUS	21	267	(92,27)	Sistema Único de Saúde - SUS	23.097	44.313	(47,88)
Conservação Ambiental	3.949	22.968	(82,81)	Recursos Próprios do Rioprevidência	3.178	3.125	1,70
				Conservação Ambiental	10	1.861	(99,46)
Transferências Financeiras Recebidas (II)	31.617.524	25.176.437	25,58	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	45.795.366	40.817.368	12,20
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	26.976.766	20.966.397	28,67	Transferência Concedida para Execução Orçamentária	32.359.105	27.435.882	17,94
Transferências Recebidas Independente de Execução Orçamentária -INT	4.640.758	4.210.041	10,23	Transferências Concedidas Independente de Execução Orçamentária -IN	4.664.952	4.179.806	11,61
				Transferência Concedida p/ Cobertura do Financiamento do RPPS	8.771.308	9.201.680	(4,68)
Recebimentos Extraorçamentários (III)	95.474.609	63.261.575	50,92	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	92.663.830	60.364.483	53,51
DÍVIDA FLUTUANTE	17.457.239	20.909.810	(16,51)	DÍVIDA FLUTUANTE	13.691.453	16.268.447	(15,84)
Consignações	4.979.433	5.133.580	(3,00)	Consignação	3.470.619	3.274.968	5,97
Depósito de Diversas Origens	7.964.477	11.092.901	(28,20)	Depósitos de Diversas Origens	7.618.833	10.957.188	(30,47)
Credores - Entidade e Agentes	245	132	85,52	Credores - Entidades e Agentes	180	105	72,06
Restos a Pagar Processados - Inscrição	4.441.418	4.590.048	(3,24)	Restos a Pagar	2.601.821	2.036.187	27,78
Restos a Pagar Não Processados - Inscrição	71.666	93.149	(23,06)				
OUTRAS OPERAÇÕES	78.017.370	42.351.765	84,21	OUTRAS OPERAÇÕES	78.972.377	44.096.036	79,09
Valores em Trânsito Realizáveis	68.360.747	390.384	17.411,14	Valores em Trânsito Realizáveis	67.308.843	487.276	13.713,29
Recursos Vinculados	2.583.359	4.986.826	(48,20)	Recursos Vinculados	2.625.201	5.099.626	(48,52)
Recursos não Vinculados	-	42.450	(100,00)	Desincorporação de Disponibilidade Financeira	23.322	-	-
				Incorporação de Obrigações	10	29	(66,68)
				Credores - Entidade e Agentes	73	-	-
				Recursos Vinculados - Contas "A" e "B"	161.597	127.585	26,66
				RPNP Liquidados a Pagar	-	24	(100,00)
Recursos Vinculados - Contas "A" e "B"	593.161	228.818	159,23	Conversão de Consignações em Receitas e Baixas	1.722.025	1.154.669	49,14
Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento	6.480.103	36.703.263	(82,34)	Conversão de DDO em Receitas e Baixas	0	252	(99,93)
Restos a Pagar Não Processados Liquidados no Exercício	-	24	(100,00)	Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento	7.131.306	37.226.575	(80,84)
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	2.942.228	5.857.966	(49,77)	Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (IX)	4.749.705	2.942.228	61,43
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.942.228	5.857.966	(49,77)	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.749.705	2.942.228	61,43
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	174.022.345	135.286.910	28,63	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	174.022.345	135.286.910	28,63

Fonte:Siafe-Rio



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

Em Mil

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	NOTA	2017	2016
INGRESSOS		157.338.661	117.961.496
Receitas derivadas e originárias	1FC	36.801.884	31.872.908
Transferências correntes recebidas	2FC	36.460.608	33.227.641
Outros ingressos operacionais		84.076.169	52.860.947
DESEMBOLSOS		156.619.469	118.929.549
Pessoal e demais despesas	3FC	19.808.532	19.446.544
Juros e encargos da dívida	4FC	893.865	2.872.263
Transferências concedidas	2FC	52.739.759	43.999.857
Outros desembolsos operacionais		83.177.314	52.610.884
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)		719.192	(968.053)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		2017	2016
INGRESSOS		352	1.643
Alienação de Bens		3	47
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		350	1.596
DESEMBOLSOS		372.010	900.520
Aquisição de Ativo Não Circulante		189.463	562.663
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		2.809	6.117
Outros Desembolsos de Investimentos		179.738	331.740
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		(371.658)	(898.878)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		2017	2016
INGRESSOS		2.342.664	1.065.178
Operações de Crédito		2.312.611	1.047.452
Transferências de capital recebidas		30.052	17.725
DESEMBOLSOS		882.721	2.113.985
Amortização/Refinanciamento da Dívida		168.195	68.298
Outros Desembolsos de Financiamento		714.526	2.045.687
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		1.459.942	(1.048.807)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		1.807.476	(2.915.738)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		2.942.228	5.857.966
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		4.749.705	2.942.228

Fonte:Siafe-Rio

Em Mil

QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	2017	2016
Receita Tributária	29.867.913	28.193.861
Receita de Contribuições	4	8.546
Receita Patrimonial	2.987.678	1.778.522
Receita de Serviços	10.676	176.810
Remuneração das Disponibilidades	128.513	269.587
Outras Receitas Derivadas e Originárias	3.807.100	1.445.582
Total das Receitas Derivadas e Originárias	36.801.884	31.872.908

Fonte:Siafe-Rio



Em Mil

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	2017	2016
Intergovernamentais	2.197.367	5.465.471
da União	2.184.738	5.402.739
A Estados e Distrito Federal	98	113
de Municípios	12.530	62.619
Intragovernamentais	31.617.524	25.176.437
Outras Transferências Correntes Recebidas	2.645.717	2.585.732
Total das Transferências Recebidas	36.460.608	33.227.641
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	1.012.563	1.088.253
a União	1.012.179	1.036.982
a Municípios	384	51.271
Intragovernamentais	51.725.257	42.908.162
Outras Transferências	1.939	3.442
Total das Transferências Concedidas	52.739.759	43.999.857

Fonte:Siafe-Rio

Em Mil

QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNCAO	2017	2016
01 - Legislativa	1.252.063	1.255.844
02 - Judiciária	3.105.505	3.105.363
03 - Essencial à Justiça	2.034.669	1.830.476
04 - Administração	1.612.751	1.557.651
06 - Segurança Pública	7.427.444	6.885.169
08 - Assistência Social	98.090	117.240
09 - Previdência Social	952	2.347
10 - Saúde	148.839	130.827
11 - Trabalho	14.991	12.955
12 - Educação	3.413.654	3.711.996
13 - Cultura	29.000	40.887
14 - Direitos da Cidadania	45.640	4.489
15 - Urbanismo	38.551	25.425
16 - Habitação	39	3.136
17 - Saneamento	15.376	12.229
18 - Gestão Ambiental	17.736	18.481
19 - Ciência e Tecnologia	6.425	8.091
20 - Agricultura	37.312	36.162
21 - Organização Agrária	80	-
22 - Indústria	13.699	12.708
23 - Comércio e Serviços	33.080	30.692
24 - Comunicações	10.314	32.313
26 - Transporte	33.430	32.155
27 - Desporto e Lazer	11.901	21.651
28 - Encargos Especiais	406.990	558.258
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	19.808.532	19.446.544

Fonte:Siafe-Rio

Em Mil

QUADRO 4FC - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
	2017	2016
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	677.237	2.433.080
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	68.802	248.719
Outros Encargos da Dívida	147.825	190.464
Total dos Juros e Encargos da Dívida	893.865	2.872.263

Fonte:Siafe-Rio



Autarquias



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL
VALORES EM 31/12/2017 e 31/12/2016

AUTARQUIAS

Em Mil

ATIVO				PASSIVO			
	2017	2016	2017/2016 (%)		2017	2016	2017/2016 (%)
ATIVO CIRCULANTE	11.417.854	8.125.622	40,52	PASSIVO CIRCULANTE	7.077.761	6.303.820	12,28
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.259.216	808.393	55,77	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	4.280.770	4.245.049	0,84
Créditos a Curto Prazo	1.616.938	3.364.798	(51,95)	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	741.668	461.300	60,78
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	7.805.616	3.512.844	122,20	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	114.669	285.346	(59,81)
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	733.248	436.150	68,12	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.940.654	1.312.124	47,90
Estoques	2.803	3.434	(18,37)				
V.P.D. Pagas Antecipadamente	34	3	993,00				
ATIVO NAO CIRCULANTE	130.922.791	114.753.135	14,09	PASSIVO NAO CIRCULANTE	121.170.696	70.576.808	71,69
Ativo Realizável a Longo Prazo	129.291.108	113.450.240	13,96	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a LP	706.045	527.046	33,96
Investimentos	408.468	466.846	(12,50)	Fornecedores a Longo Prazo	30.334	30.321	0,04
Imobilizado	1.173.767	785.114	49,50	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	131.950	131.783	0,13
Intangível	49.448	50.934	(2,92)	Provisões a Longo Prazo	120.302.366	69.887.659	72,14
				TOTAL DO PASSIVO	128.248.456	76.880.628	66,82
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				PATRIMONIO LIQUIDO	14.092.189	45.998.128	(69,36)
				Patrimônio Social e Capital Social	(36.965.340)	(36.965.340)	-
				Reservas de Lucros	9.966	9.966	-
				RESULTADOS ACUMULADOS	51.047.563	82.953.502	(38,46)
				Resultado do Exercício	19.628.131	83.112.998	(76,38)
				Resultados de Exercícios Anteriores	82.953.502	35.454.505	133,97
				Ajustes de Exercícios Anteriores	(51.534.071)	(35.614.001)	44,70
TOTAL	142.340.645	122.878.756	15,84		142.340.645	122.878.756	15,84

Fonte: SIAFE-Rio

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI N° 4.320/64

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

AUTARQUIAS

Em Mil

ATIVO (I)	NOTA	2017	2016	AH (%)
Ativo Financeiro		1.478.157	1.264.180	16,93
Ativo Permanente		140.862.488	121.614.577	15,83
TOTAL ATIVO		142.340.645	122.878.756	
PASSIVO (II)				
Passivo Financeiro		6.035.671	3.528.200	71,07
Passivo Permanente		122.222.675	73.355.039	66,62
TOTAL PASSIVO		128.258.345	76.883.239	
SALDO PATRIMONIAL (I-II)		14.082.300	45.995.517	

Fonte: SIAFE-Rio



QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI N° 4.320/64

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

AUTARQUIAS

Em Mil

ATOS POTENCIAIS ATIVOS	NOTA	2017	2016	AH(%)
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		2.863.864	2.863.695	0,01
Direitos Contratuais		18.783	19.536	- 3,85
Total dos Atos Potenciais Ativos		2.882.647	2.883.231	- 0,02
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS				
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		2.830.219	2.818.268	0,42
Obrigações contratuais		7.571.997	7.037.701	7,59
Total dos Atos Potenciais Passivos		10.402.216	9.855.968	5,54

Fonte: SIAFE-Rio

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

AUTARQUIAS

Em Mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NOTA		
		2017	2016
081 - DDO - Depósitos de Diversas Origens		(157.358)	(92.535)
085 - Fonte Genérica		1	2
100 - Ordinários Provenientes de Impostos		(2.137.160)	(323.280)
101 - Ordinários Não Provenientes de Impostos		(426.232)	(821.154)
104 - Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo		(520.857)	(183.886)
105 - Salário Educação		(31)	(661)
111 - Operações de Crédito		(903.341)	(3.341)
122 - Adicional do ICMS - FECF		(7.774)	(7.921)
133 - Alienações de Bens		(525.851)	(525.851)
192 - Transferência proveniente de Auxílio Financeiro		2	(18)
212 - Transferências Voluntárias		7.444	13.225
214 - Transferências do PAC		8.981	6.067
218 - Transferências Intraorçamentárias		40.131	14.546
223 - Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde		(703)	(383)
230 - Recursos Próprios		253.288	256.971
231 - Recursos Próprios do Rioprevidência		(184.819)	(532.484)
232 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos		(40.319)	(94.784)
233 - Alienações de Bens		8.020	8.020
297 - Conservação Ambiental		29.062	23.449
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS		(4.557.514)	(2.264.021)

Fonte: SIAFE-Rio



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VALORES EM 31/12/2017 e 31/12/2016

AUTARQUIAS

Em Mil

QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	Nota	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
<u>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</u>			
Impostos		-	390.193
Taxas		1.368.451	1.242.007
		1.368.451	1.632.200
<u>Contribuições</u>			
Contribuições Sociais		5.250.109	5.014.828
		5.250.109	5.014.828
<u>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</u>			
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		306.063	283.627
		306.063	283.627
<u>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</u>			
Juros e Encargos de Mora		111.663	846.171
Variações Monetárias e Cambiais		302.965	51.958
Descontos Financeiros Obtidos		665	962
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		68.722	71.711
		484.015	970.801
<u>Transferências e Delegações Recebidas</u>			
Transferências Intragovernamentais		20.956.266	16.560.693
Transferências Intergovernamentais		4.129.581	446
Transferências das Instituições Privadas		1.811	4.184
Transferências de Pessoas Físicas		16	2
		25.087.674	16.565.324
<u>Valorização e Ganhos Com Ativos</u>			
Reavaliação de Ativos		20.100.786	82.301.384
Ganhos com Alienação		1.675	807
Ganhos com incorporação de Ativos		91.965	410.885
Ganhos com Desincorporação de Passivos		6985,05365	1.711
		20.201.411	82.714.788
<u>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</u>			
VPA a classificar	-	843	40
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	1.336.195
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		781.818	805.977
		780.975	2.142.132
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		53.478.697	109.323.700



VARIACÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
<u>Pessoal e Encargos</u>		
Remuneração a Pessoal	504.753	518.910
Encargos Patronais	93.135	90.341
Benefícios a Pessoal	29.448	30.070
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	192.190	160.223
	819.527	799.544
<u>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</u>		
Aposentadoria e Reformas	12.966.224	12.132.636
Pensões	4.076.915	3.823.655
Políticas Públicas de Transferência de Renda	39	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	11.807	11.794
	17.054.985	15.968.085
<u>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</u>		
Uso de Material de Consumo	5.424	6.314
Serviços	833.059	838.182
Depreciação, Amortização e Exaustão	8.482	7.426
	846.965	851.922
<u>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</u>		
Juros e Encargos de Mora	4.638	960
Variações Monetárias e Cambiais	8.654	15.601
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	168	1
	13.459	16.562
<u>Transferências e Delegações Concedidas</u>		
Transferências Intra Governamentais	10.508.137	6.742.239
Transferências Inter Governamentais	50.851	202
Transferências a Instituições Privadas	1.309	8.389
Transferências a Instituições Multigovernamentais	475	15
	10.560.773	6.750.845
<u>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</u>		
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	110.556	10.055
Perdas com alienação	14.864	7.837
Perdas Involuntárias	2.117	1.530
Desincorporação de Ativos	83.314	1.524.991
	210.852	1.544.413
<u>Tributárias</u>		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	870	914
Contribuições	98.299	150.800
	99.169	151.713
<u>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</u>		
Premiações	68.684	81.218
Incentivos	9	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	4.176.142	46.400
	4.244.836	127.618
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	33.850.566	26.210.702
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)		
	19.628.131	83.112.998

Fonte: SIAFE-Rio



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
VALORES EM 31/12/2017

AUTARQUIAS

R\$ Mil

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	10.721.278	12.353.977	14.653.159	2.299.182
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.283.863	1.283.863	1.318.661	34.797
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	5.116.336	5.116.336	5.083.270	(33.066)
RECEITA PATRIMONIAL	3.525.554	5.158.252	5.296.224	137.971
RECEITA DE SERVIÇOS	235.189	235.189	290.433	55.243
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	112.742	112.742	46.791	(65.951)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	447.594	447.594	2.617.782	2.170.188
RECEITAS DE CAPITAL (II)	151.671	151.671	203.918	52.247
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000	20.000	79.359	59.359
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	49.622	49.622	106.368	56.746
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	82.048	82.048	18.190	(63.858)
RECURSOS ARRECADADOS EM EX. ANT. (III)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I+II+III)	10.872.949	12.505.648	14.857.077	2.351.429
REFINANCIAMENTO (V)	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	10.872.949	12.505.648	14.857.077	2.351.429
DÉFICIT (VII)	12.476.627	16.325.686	10.749.455	(5.576.230)
TOTAL (VIII) = (VI+VII)	23.349.576	28.831.333	25.606.532	(3.224.801)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)				
Superávit Financeiro		27.746		
Reabertura de créditos adicionais				



AUTARQUIAS

R\$ Mil

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES (IX)	22.935.893	28.426.116	25.197.447	25.187.976	22.787.744	3.228.669
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.514.172	22.591.219	19.927.481	19.927.295	17.638.181	2.663.738
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	17	17	17	17	0
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.421.722	5.834.880	5.269.948	5.260.664	5.149.546	564.931
DESPESAS DE CAPITAL (X)	174.646	119.371	409.085	408.644	50.820	(289.715)
INVESTIMENTOS	174.609	119.329	409.080	408.639	50.814	(289.751)
INVERSÕES FINANCEIRAS	37	37	-	-	-	37
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	5	5	5	5	0
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	239.037	285.847	-	-	-	285.847
RESERVA DO RPPS (XII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX+X+XI+XII)	23.349.576	28.831.333	25.606.532	25.596.620	22.838.564	3.224.801
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII+XIV)	23.349.576	28.831.333	25.606.532	25.596.620	22.838.564	3.224.801
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV+XVI)	23.349.576	28.831.333	25.606.532	25.596.620	22.838.564	3.224.801

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

AUTARQUIAS

R\$ Mil

	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	-	3.353	263	263	2.566	524
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	104	56	56	32	17
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	3.248	208	208	2.534	507
DESPESAS DE CAPITAL	-	53	-	-	-	53
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	3.406	263	263	2.566	577

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

AUTARQUIAS

R\$ Mil

	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro do Exercício Anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES	81.335	2.233.861	834.762	7.317	1.473.116
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.029	45.419	31.343	3.845	16.261
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	75.306	2.188.442	803.420	3.473	1.456.855
DESPESAS DE CAPITAL	151.219	38.961	19.922	815	169.443
INVESTIMENTOS	151.219	38.961	19.922	815	169.443
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-
TOTAL	232.554	2.272.822	854.685	8.132	1.642.559



BALANÇO FINANCEIRO
VALORES EM 31/12/2017 e 31/12/2016

AUTARQUIAS

Em Mil

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	2017/2016 (%)	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	2017/2016 (%)
Receita Orçamentária (I)	14.857.077	6.571.793	126,07	Despesa Orçamentária (VI)	25.606.532	17.693.149	44,73
Ordinária	1.803.051	1.723.444	4,62	Ordinária	9.660.546	10.603.373	(8,89)
Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	1.323.314	1.242.271	6,52	Ordinários Provenientes de Impostos	8.083.067	7.624.321	6,02
Recursos Próprios	479.737	481.173	(0,30)	Ordinários Não Provenientes de Impostos	364.916	1.729.786	(78,90)
				Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	814.477	825.710	(1,36)
				Transferência proveniente de Auxílio Financeiro	-	954	(100,00)
				Recursos Próprios	398.086	422.601	(5,80)
Vinculada	13.054.026	4.848.349	169,25	Vinculada	15.945.986	7.089.776	124,92
DDO - Depósitos de Diversas Origens	1	256	(99,73)	Compensações Financeiras pela Extração do Petróleo	370.271	51.720	615,91
Transferências Voluntárias	37.019	55.760	(33,61)	Salário Educação	951	640	48,76
Transferências do PAC	29.104	11.017	164,18	Operações de Crédito	2.900.000	3.341	86.700,53
Transferências Intraorçamentárias	72.746	44.650	62,93	Adicional do ICMS - FECF	507	4.860	(89,56)
Recursos Próprios do Rioprevidência	12.913.404	4.705.397	174,44	Alienações de Bens	-	2.025.938	(100,00)
Conservação Ambiental	1.752	31.270	(94,40)	Transferências Voluntárias	42.355	39.936	6,06
				Transferências do PAC	26.190	9.864	165,52
				Transferências Intraorçamentárias	45.254	35.841	26,26
				Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	320	383	(16,41)
				Recursos Próprios do Rioprevidência	12.559.683	4.902.672	156,18
				Conservação Ambiental	454	14.580	(96,89)
Transferências Financeiras Recebidas (II)	17.313.104	14.220.396	21,75	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	8.471.833	4.668.330	81,47
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	7.960.606	4.576.628	73,94	Transferência Concedida para Execução Orçamentária	7.921.111	4.226.235	87,43
Transferências Recebidas Independente de Execução Orçamentária -INTRA	581.190	442.089	31,46	Transferências Concedidas Independente de Execução Orçamentária -INTRA	550.721	442.095	24,57
Transferência Recebida p/ Cobertura do Financiamento do RPPS	8.771.308	9.201.680	(4,68)				
Recebimentos Extraorçamentários (III)	16.864.612	6.961.802	142,24	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	14.505.605	4.970.148	191,85
DÍVIDA FLUTUANTE	7.317.622	6.528.433	12,09	DÍVIDA FLUTUANTE	4.210.609	3.222.260	30,67
Consignações	4.395.194	4.117.496	6,74	Consignação	3.275.925	3.077.286	6,45
Depósito de Diversas Origens	154.460	134.637	14,72	Depósitos de Diversas Origens	79.736	46.666	70,87
Restos a Pagar Processados - Inscrição	2.758.079	2.272.894	21,35	Restos a Pagar	854.948	98.308	769,66
Restos a Pagar Não Processados - Inscrição	9.889	3.406	190,35				
OUTRAS OPERAÇÕES	9.546.990	433.369	2.102,97	OUTRAS OPERAÇÕES	10.294.996	1.747.888	489,00
Valores em Trânsito Realizáveis	9.105.002	1	956.016.016,33	Valores em Trânsito Realizáveis	8.964.190	597.147	1.401,17
Recursos Vinculados	4.838	112.530	(95,70)	Recursos Vinculados	9.160	137.507	(93,34)
Recursos não Vinculados	-	318.752	(100,00)	Desincorporação de Disponibilidade Financeira	9.270	3.524	163,03
Desincorporação de Obrigações	1.000	-	-	Incorporação de Obrigações	1.114	-	-
Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento	-	1.934	(100,00)	RPNP Liquidados a Pagar	-	152	(100,00)
Restos a Pagar Não Processados Liquidados no Exercício	-	152	(100,00)	Conversão de Consignações em Receitas e Baixas	577.802	570.944	1,20
Investimentos e Aplicações Temporárias	436.150	-	-	Conversão de DDO em Receitas e Baixas	212	530	(59,97)
				Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento	-	1.934	(100,00)
				Investimentos e Aplicações Temporárias	733.248	436.150	68,12
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	808.393	386.029	109,41	Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (IX)	1.259.216	808.393	55,77
Disponível	808.393	386.029	109,41	Disponível	1.259.216	808.393	55,77
Caixa e Equivalentes de Caixa	808.393	386.029	109,41	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.259.216	808.393	55,77
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	49.843.185	28.140.020	77,13	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	49.843.185	28.140.020	77,13

Fonte: SIAFE-Rio



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

AUTARQUIAS

Em Mil

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	NOTA	2017	2016
INGRESSOS		46.061.906	25.403.716
Receitas derivadas e originárias	1FC	14.606.368	6.426.782
Transferências correntes recebidas	2FC	17.359.895	14.291.584
Outros ingressos operacionais		14.095.643	4.685.350
DESEMBOLSOS		45.744.770	24.994.900
Pessoal e demais despesas	3FC	23.428.922	15.283.209
Juros e encargos da dívida	4FC	17	-
Transferências concedidas	2FC	8.666.174	4.840.076
Outros desembolsos operacionais		13.649.657	4.871.615
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)		317.136	408.816

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		2017	2016
INGRESSOS		185.728	55.240
Alienação de Bens		79.359	17.771
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		106.368	37.468
Outros ingressos de investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		70.226	60.274
Aquisição de Ativo Não Circulante		50.827	39.358
Outros Desembolsos de Investimentos		19.399	20.916
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		115.502	(5.035)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		2017	2016
INGRESSOS		18.190	18.583
Transferências de capital recebidas		18.190	18.583
DESEMBOLSOS		5	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		5	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		18.185	18.583
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		450.822	422.364
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		808.393	386.029
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		1.259.216	808.393

Fonte: SIAFE-Rio

Em Mil

QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	2017	2016
Receita Tributária	1.318.661	1.241.991
Receita de Contribuições	5.083.270	4.184.717
Receita Patrimonial	5.227.501	49.889
Receita de Serviços	290.433	233.171
Remuneração das Disponibilidades	68.722	71.711
Outras Receitas Derivadas e Originárias	2.617.782	645.303
Total das Receitas Derivadas e Originárias	14.606.368	6.426.782

Fonte: SIAFE-Rio



Em Mil

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	2017	2016
Intergovernamentais	46.790	47.398
da União	46.790	47.398
Intragovernamentais	17.313.104	14.220.396
Outras Transferências Correntes Recebidas	1	23.790
Total das Transferências Recebidas	17.359.895	14.291.584
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intragovernamentais	8.655.402	4.829.731
Outras Transferências	10.772	10.346
Total das Transferências Concedidas	8.666.174	4.840.076

Fonte: SIAFE-Rio

Em Mil

QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	2017	2016
03 - Essencial à Justiça	804	288
04 - Administração	40.484	40.321
06 - Segurança Pública	853.994	755.399
08 - Assistência Social	40	-
09 - Previdência Social	21.995.941	13.947.448
10 - Saúde	24.651	26.687
12 - Educação	1.587	5.143
14 - Direitos da Cidadania	11.869	8.646
17 - Saneamento	13	-
18 - Gestão Ambiental	140.614	148.065
19 - Ciência e Tecnologia	55.711	48.761
20 - Agricultura	-	143
21 - Organização Agrária	10.233	9.355
22 - Indústria	45.707	37.024
23 - Comércio e Serviços	172.731	197.310
26 - Transporte	64.588	49.727
27 - Desporto e Lazer	9.957	8.891
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	23.428.922	15.283.209

Fonte: SIAFE-Rio

Em Mil

QUADRO 4FC - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
	2017	2016
Outros Encargos da Dívida	17	-
Total dos Juros e Encargos da Dívida	17	-

Fonte: SIAFE-Rio



Fundações Públicas



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL
VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

FUNDAÇÕES PÚBLICAS

Em Mil

ATIVO				PASSIVO			
	2017	2016	2017/2016 (%)		2017	2016	2017/2016 (%)
ATIVO CIRCULANTE	2.136.034	1.673.862	27,61	PASSIVO CIRCULANTE	2.606.329	2.089.475	24,74
Caixa e Equivalentes de Caixa	162.833	134.741	20,85	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	728.630	664.489	9,65
Créditos a Curto Prazo	277.896	198.058	40,31	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.135.306	862.917	31,57
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.639.875	1.292.125	26,91	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	25.165	18.460	36,33
Estoques	55.386	48.928	13,20	Demais Obrigações a Curto Prazo	717.228	543.609	31,94
V.P.D. Pagas Antecipadamente	44	9	383,88				
ATIVO NAO CIRCULANTE	2.796.272	2.729.058	2,46	PASSIVO NAO CIRCULANTE	170.184	160.293	6,17
Ativo Realizável a Longo Prazo	186.493	185.871	0,33	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a LP	80.065	73.177	9,41
Investimentos	225.295	225.290	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	18.140	18.140	-
Imobilizado	2.383.811	2.317.223	2,87	Fornecedores a Longo Prazo	70.794	68.736	2,99
Intangível	673	673	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	946	-	-
				Demais Obrigações a Longo Prazo	239	239	-
				TOTAL DO PASSIVO	2.776.513	2.249.768	23,413
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				PATRIMONIO LIQUIDO	2.155.793	2.153.152	0,12
				Patrimônio Social e Capital Social	1.365.629	1.386.476	(1,50)
				Resultados Acumulados	790.164	766.676	3,06
				Resultado do Exercício	21.359	(304.133)	(107,02)
				Resultados de Exercícios Anteriores	787.523	1.161.968	(32,23)
				Ajustes de Exercícios Anteriores	(18.717)	(91.159)	(79,47)
TOTAL	4.932.306	4.402.919	12,02		4.932.306	4.402.919	12,02

Fonte: SIAFE-Rio

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES -
LEI N° 4.320/64

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

FUNDAÇÕES PÚBLICAS

Em Mil

ATIVO (I)	NOTA	2017	2016	AH (%)
Ativo Financeiro		121.339	106.178	14,28
Ativo Permanente		4.810.967	4.296.741	11,97
TOTAL ATIVO		4.932.306	4.402.919	
PASSIVO (II)				
Passivo Financeiro		2.370.734	1.881.859	25,98
Passivo Permanente		412.993	370.557	11,45
TOTAL PASSIVO		2.783.727	2.252.417	
SALDO PATRIMONIAL (I-II)		2.148.579	2.150.503	



QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI N° 4.320/64

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

FUNDAÇÕES PÚBLICAS

Em Mil

ATOS POTENCIAIS ATIVOS	NOTA	2017	2016	AH(%)
Garantias e Contragarantias Recebidas		77	77	-
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		1.117.648	1.082.822	3,22
Direitos Contratuais		13.804	12.278	12,43
Total dos Atos Potenciais Ativos		1.131.529	1.095.176	3,32
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS				
Garantias e Contragarantias concedidas		5.120	1.902	169,22
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		1.231.655	1.231.097	0,05
Obrigações contratuais		10.392.468	10.099.534	2,90
Total dos Atos Potenciais Passivos		11.629.244	11.332.532	2,62

Fonte: SIAFE-Rio

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

FUNDAÇÕES PÚBLICAS

Em Mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NOTA		
		2017	2016
081 - DDO - Depósitos de Diversas Origens		(13.172)	(13.988)
085 - Fonte Genérica		16	14
100 - Ordinários Provenientes de Impostos		(1.901.017)	(1.493.231)
101 - Ordinários Não Provenientes de Impostos		(13.679)	(29.453)
104 - Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo		(160)	(164)
105 - Salário Educação		(2.778)	(2.778)
107 - Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos		(2)	-
120 - Ressarcimento de Pessoal		(47.613)	(2.228)
122 - Adicional do ICMS - FECF		(2.228)	(58.613)
126 - Contrib de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		(129.373)	(5.290)
132 - Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos		(20)	-
111 - Operações de Crédito		-	(48.481)
189 - Ingressos a Classificar		0	0
192 - Transferência proveniente de Auxílio Financeiro		-	(202)
195 - Operações Oficiais de Fomento		(131)	-
218 - Transferências Intraorçamentárias		-	29
223 - Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde		50.626	(160.344)
191 - Depósitos Judiciais não Tributários		(0)	-
224 - Transferências Legais Recebidas da União		(0)	5.159
212 - Transferências Voluntárias		31	58.368
214 - Transferências do PAC		(216.700)	(18)
215 - Transferências do FUNDEB		33.127	(24.092)
225 - Sistema Único de Saúde - SUS		4.346	1.627
230 - Recursos Próprios		(2.665)	(3.226)
232 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos		(9.250)	(16)
233 - Alienações de Bens		1.247	1.247
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS		(2.249.395)	(1.775.681)

Fonte: SIAFE-Rio



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

FUNDAÇÕES PÚBLICAS

Em Mil

QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	Nota	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
<u>Contribuições</u>			
Contribuições Sociais		703	3
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		3	-
		707	3
<u>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</u>			
Venda de Produtos		162	113
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		397.726	413.235
		397.887	413.348
<u>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</u>			
Variações Monetárias e Cambiais		0	41
Descontos Financeiros Obtidos		3	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		2.198	1.944
		2.201	1.984
<u>Transferências e Delegações Recebidas</u>			
Transferências Intragovernamentais		2.784.617	2.611.093
Transferências Intergovernamentais		21.935	7.534
Transferências das Instituições Privadas		689	4.122
Transferências de Pessoas Físicas		4.255	16.758
		2.811.496	2.639.507
<u>Valorização e Ganhos Com Ativos</u>			
Reavaliação de Ativos		6	217
Ganhos com incorporação de Ativos		1.631	502
Ganhos com Desincorporação de Passivos		8.999,66	773
		10.637	1.492
<u>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</u>			
Resultado Positivo de Participações		9	10
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		24.300	37.384
		24.309	37.394
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		3.247.237	3.093.729



VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
<u>Pessoal e Encargos</u>		
Remuneração a Pessoal	1.815.810	1.804.610
Encargos Patronais	349.123	399.355
Benefícios a Pessoal	53.875	54.074
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	10.158	6.740
	2.228.966	2.264.780
<u>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</u>		
Aposentadoria e Reformas	79	-
Pensões	1.124	967
Políticas Públicas de Transferência de Renda	57	449
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	15.559	15.179
	16.819	16.595
<u>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</u>		
Uso de Material de Consumo	77.730	83.684
Serviços	453.566	557.253
Depreciação, Amortização e Exaustão	4.151	3.640
	535.448	644.577
<u>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</u>		
Juros e Encargos de Mora	11.738	18.169
Variações Monetárias e Cambiais	372	150
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	0	0
	12.110	18.319
<u>Transferências e Delegações Concedidas</u>		
Transferências Intra Governamentais	145.159	205.600
Transferências a Instituições Privadas	-	0
	145.159	205.600
<u>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</u>		
Perdas com alienação	130	-
Perdas Involuntárias	2.422	9.887
Desincorporação de Ativos	81	-
	2.633	9.887
<u>Tributárias</u>		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.022	486
Contribuições	24.868	30.928
	25.890	31.414
<u>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</u>		
Resultado Negativo de Participações	4	7
Incentivos	244.511	173.050
Participações e Contribuições	-	24.847
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	14.340	8.787
	258.854	206.690
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	3.225.878	3.397.862
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)	21.359	(304.133)

Fonte: SIAFE-Rio



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
VALORES EM 31/12/2017

FUNDAÇÕES PÚBLICAS

R\$ Mil

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.117.150	1.117.150	387.435	(729.715)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	3	3
RECEITA PATRIMONIAL	6.933	6.933	11.731	4.798
RECEITA INDUSTRIAL	129	129	162	33
RECEITA DE SERVIÇOS	1.033.326	1.033.326	312.290	(721.036)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.117	22.117	43.924	21.807
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	54.645	54.645	19.325	(35.319)
RECEITAS DE CAPITAL (II)	81.724	81.724	700	(81.025)
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	81.724	81.724	700	(81.025)
RECURSOS ARRECADADOS EM EX. ANT. (III)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I+II+III)	1.198.874	1.198.874	388.135	(810.740)
REFINANCIAMENTO (V)	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	1.198.874	1.198.874	388.135	(810.740)
DÉFICIT (VII)	2.967.127	3.056.374	3.149.450	93.075
TOTAL (VIII) = (VI+VII)	4.166.002	4.255.248	3.537.584	(717.664)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)				
Superávit Financeiro		54.434		
Reabertura de créditos adicionais				

FUNDAÇÕES PÚBLICAS

R\$ Mil

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES (IX)	3.984.574	4.063.125	3.422.715	3.418.204	2.468.067	640.410
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.266.350	2.233.809	2.182.951	2.182.951	1.803.515	50.858
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	25	3	3	3	22
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.718.224	1.829.292	1.239.761	1.235.251	664.549	589.530
DESPESAS DE CAPITAL (X)	181.428	192.123	114.869	112.165	22.602	77.254
INVESTIMENTOS	181.414	191.475	114.246	111.542	21.979	77.229
INVERSÕES FINANCEIRAS	14	5	-	-	-	5
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	643	623	623	623	20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX+X+XI+XII)	4.166.002	4.255.248	3.537.584	3.530.370	2.490.670	717.664
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII+XIV)	4.166.002	4.255.248	3.537.584	3.530.370	2.490.670	717.664
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV+XVI)	4.166.002	4.255.248	3.537.584	3.530.370	2.490.670	717.664



QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

FUNDAÇÕES PÚBLICAS

R\$ Mil

	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-c-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	-	1.525	418	391	1.107	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	1.525	418	391	1.107	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	1.124	418	385	706	-
INVESTIMENTOS	-	1.124	418	385	706	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	2.649	836	777	1.813	-

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

FUNDAÇÕES PÚBLICAS

R\$ Mil

	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro do Exercício Anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES	329.975	1.035.947	504.719	41.625	819.578
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	29.789	551.302	344.211	6.704	230.176
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	300.187	484.645	160.508	34.921	589.402
DESPESAS DE CAPITAL	93.027	104.105	8.771	20.614	167.748
INVESTIMENTOS	93.027	104.105	8.771	20.614	167.748
TOTAL	423.003	1.140.052	513.490	62.239	987.326



BALANÇO FINANCEIRO
VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

FUNDAÇÕES PÚBLICAS

Em Mil

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	2017/2016 (%)	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	2017/2016 (%)
Receita Orçamentária (I)	388.135	392.757	(1,18)	Despesa Orçamentária (VI)	3.537.584	3.786.292	(6,57)
Ordinária	100.351	86.080	16,58	Ordinária	2.778.482	2.882.871	(3,62)
Ordinários Provenientes de Impostos	-	37	(100,00)	Ordinários Provenientes de Impostos	2.667.862	2.776.967	(3,93)
Transferências Legais Recebidas da União	31.558	5.798	444,27	Ordinários Não Provenientes de Impostos	3.667	23.265	(84,24)
Recursos Próprios	68.793	80.245	(14,27)	Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	23.092	-	-
				Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	9.706	513	1.791,39
				Transferência proveniente de Auxílio Financeiro	-	1.499	(100,00)
				Transferências Legais Recebidas da União	5.242	3.394	54,47
				Recursos Próprios	68.913	77.233	(10,77)
Vinculada	287.784	306.677	(6,16)	Vinculada	759.103	903.421	(15,97)
DDO - Depósitos de Diversas Origens	9	40	(76,65)	Compensações Financeiras pela Extração do Petróleo	2.650	-	-
Transferências Voluntárias	13.735	51.196	(73,17)	Operações de Crédito	4.821	265.407	(98,18)
Transferências Intraorçamentárias	2	2	(13,25)	Adicional do ICMS - FECF	251.790	116.701	115,76
Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	237.032	220.850	7,33	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	55.283	52.039	6,23
Sistema Único de Saúde - SUS	37.005	34.589	6,98	Transferências Voluntárias	23.256	37.417	(37,85)
				Transferências do PAC	408	224	82,24
				Transferências do FUNDEB	61.507	59.193	3,91
				Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	294.975	324.009	(8,96)
				Sistema Único de Saúde - SUS	64.412	48.430	33,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	2.683.290	2.509.228	6,94	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	72.261	103.474	(30,17)
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	2.611.894	2.407.454	8,49	Transferência Concedida para Execução Orçamentária	1.181	1.774	(33,39)
Transferências Recebidas Independente de Execução Orçamentária	71.396	101.774	(29,85)	Transferências Concedidas Independente de Execução Orçamentária	71.079	101.700	(30,11)
Recebimentos Extraorçamentários (III)	2.936.226	1.840.134	59,57	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	2.369.713	788.209	200,65
DÍVIDA FLUTUANTE	1.746.421	1.805.349	(3,26)	DÍVIDA FLUTUANTE	938.966	640.328	46,64
Consignações	585.272	614.009	(4,68)	Consignação	310.052	281.852	10,01
Depósito de Diversas Origens	112.509	46.378	142,59	Depósitos de Diversas Origens	112.979	44.212	155,54
Credores - Entidade e Agentes	1.725	2.327	(25,85)	Credores - Entidades e Agentes	1.668	2.413	(30,87)
Restos a Pagar Processados - Inscrição	1.039.700	1.139.986	(8,80)	Restos a Pagar	514.266	311.851	64,91
Restos a Pagar Não Processados - Inscrição	7.214	2.649	172,35				
OUTRAS OPERAÇÕES	1.189.805	34.786	3.320,38	OUTRAS OPERAÇÕES	1.430.748	147.881	867,50
Valores em Trânsito Realizáveis	1.189.408	7	16.186.133,08	Valores em Trânsito Realizáveis	1.177.849	11.333	10.293,46
Recursos Vinculados	374.81	1.106	(66,11)	Recursos Vinculados	990	4.768	(79,24)
Recursos não Vinculados	-	33.040	(100,00)	Desincorporação de Disponibilidade Financeira	15	-	-
Desincorporação de Obrigações	1	-	-	Incorporação de Obrigações	1	-	-
Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento	21	633	(96,61)	Conversão de Consignações em Receitas e Baixas	251.481	130.970	92,01
				Conversão de DDO em Receitas e Baixas	391	177	120,90
				Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento	21	633	(96,61)
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	134.741	70.595	90,86	Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (IX)	162.833	134.741	20,85
Disponível	134.741	70.595	90,86	Disponível	162.833	134.741	20,85
Caixa e Equivalentes de Caixa	134.741	70.595	90,86	Caixa e Equivalentes de Caixa	162.833	134.741	20,85
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	6.142.391	4.812.715	27,63	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	6.142.391	4.812.715	27,63

Fonte: SIAFE-Rio



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

FUNDAÇÕES PÚBLICAS

Em Mil

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	NOTA	2017	2016
INGRESSOS		4.960.031	3.585.745
Receitas derivadas e originárias	1FC	343.511	334.837
Transferências correntes recebidas	2FC	2.727.214	2.553.416
Outros ingressos operacionais		1.889.306	697.492
DESEMBOLSOS		4.900.879	3.282.072
Pessoal e demais despesas	3FC	2.685.038	2.424.613
Juros e encargos da dívida	4FC	3	-
Transferências concedidas	2FC	360.397	381.101
Outros desembolsos operacionais		1.855.442	476.358
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)		59.151	303.673

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		2017	2016
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		31.135	253.260
Aquisição de Ativo Não Circulante		23.216	239.159
Outros Desembolsos de Investimentos		7.920	14.101
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		(31.135)	(253.260)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		2017	2016
INGRESSOS		700	13.733
Transferências de capital recebidas		700	13.733
DESEMBOLSOS		623	-
Amortização/Refinanciamento da Dívida		623	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		77	13.733
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		28.092	64.145
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		134.741	70.595
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		162.833	134.741

Fonte: SIAFE-Rio

Em Mil

QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	2017	2016
Receita de Contribuições	3	-
Receita Patrimonial	9.534	4.578
Receita Industrial	162	102
Receita de Serviços	312.290	297.414
Remuneração das Disponibilidades	2.197	1.944
Outras Receitas Derivadas e Originárias	19.325	30.800
Total das Receitas Derivadas e Originárias	343.511	334.837

Fonte: SIAFE-Rio



Em Mil

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	2017	2016
Intergovernamentais	43.306	41.109
da União	42.430	38.985
A Estados e Distrito Federal	599	1.874
de Municípios	278	250
Intragovernamentais	2.683.290	2.509.228
Outras Transferências Correntes Recebidas	617	3.079
Total das Transferências Recebidas	2.727.214	2.553.416
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	-	1.701
a Municípios	-	1.701
Intragovernamentais	356.130	359.788
Outras Transferências	4.266	19.613
Total das Transferências Concedidas	360.397	381.101

Fonte: SIAFE-Rio

Em Mil

QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNCAO	2017	2016
03 - Essencial à Justiça	173	-
04 - Administração	32	302
06 - Segurança Pública	16.098	14.375
08 - Assistência Social	100.383	71.152
10 - Saúde	630.331	552.871
12 - Educação	1.689.969	1.553.034
13 - Cultura	70.224	61.649
14 - Direitos da Cidadania	1.331	3.720
16 - Habitação	1.851	659
18 - Gestão Ambiental	626	746
19 - Ciência e Tecnologia	7.425	10.999
20 - Agricultura	11.119	9.468
26 - Transporte	155.476	145.632
27 - Desporto e Lazer	-	8
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	2.685.038	2.424.613

Fonte: SIAFE-Rio

Em Mil

QUADRO 4FC - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
	2017	2016
Outros Encargos da Dívida	3	-
Total dos Juros e Encargos da Dívida	3	-

Fonte: SIAFE-Rio



Empresas Públicas



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL
VALORES EM 31/12/2017 e 31/12/2016

EMPRESAS PÚBLICAS

Em Mil

ATIVO				PASSIVO			
	2017	2016	2017/2016 (%)		2017	2016	2017/2016 (%)
ATIVO CIRCULANTE	212.953	133.445	59,58	PASSIVO CIRCULANTE	207.110	139.087	48,91
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.746	10.399	3,34	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	60.498	57.279	5,62
Créditos a Curto Prazo	1.650	222	642,85	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	86.365	44.426	94,40
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	200.288	122.681	63,26	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	26.873	21	129.163,20
Estoques	269	141	90,48	Provisões a Curto Prazo	10.108	6.180	63,56
V.P.D. Pagas Antecipadamente	-	1	(100,00)	Demais Obrigações a Curto Prazo	23.267	31.182	(25,38)
ATIVO NAO CIRCULANTE	1.647.789	18.328	8.890,38	PASSIVO NAO CIRCULANTE	1.149.963	322.227	256,88
Ativo Realizável a Longo Prazo	16.426	4.179	293,07	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a LP	8.405	8.405	-
Investimentos	1.467.831	7.277	20.069,57	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	7.885	7.885	-
Imobilizado	163.227	6.632	2.361,22	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	50.549	-	-
Intangível	305	240	27,02	Provisões a Longo Prazo	936.689	293.476	219,17
				Resultado Diferido	146.435	12.460	1.075,21
				TOTAL DO PASSIVO	1.357.073	461.313	194,18
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				PATRIMONIO LIQUIDO	503.669	(309.540)	(262,72)
				Patrimônio Social e Capital Social	1.109.179	12.822	8.550,28
				Reservas de Capital	487.856	3.140	15.435,24
				Reservas de Lucros	373	373	-
				Demais Reservas	412	412	-
				Resultados Acumulados	(1.094.151)	(326.287)	235,33
				Resultado do Exercício	(127.246)	(1.329)	9.473,77
				Resultados de Exercícios Anteriores	(967.529)	(324.683)	197,99
				Ajustes de Exercícios Anteriores	624	(275)	(326,36)
TOTAL	1.860.741	151.773	1.126,00		1.860.741	151.773	1.126,00

Fonte: SIAFE-Rio

* No exercício de 2017, a UG 317200 - Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL passou a integrar os demonstrativos das Empresas Públicas, conforme acerto do tipo de administração no SIAFE-Rio.

**QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI
Nº 4.320/64**

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

EMPRESAS PÚBLICAS

Em Mil

ATIVO (I)	NOTA	2017	2016	AH (%)
Ativo Financeiro		5.823	7.301	(20,25)
Ativo Permanente		1.854.919	144.472	1.183,93
TOTAL ATIVO		1.860.741	151.773	
PASSIVO (II)				
Passivo Financeiro		119.484	109.551	9,07
Passivo Permanente		1.237.617	351.783	251,81
TOTAL PASSIVO		1.357.101	461.334	
SALDO PATRIMONIAL (I-II)		503.640	(309.561)	

Fonte: SIAFE-Rio

* No exercício de 2017, a UG 317200 - Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL passou a integrar os demonstrativos das Empresas Públicas, conforme acerto do tipo de administração no SIAFE-Rio.



QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI N° 4.320/64

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

EMPRESAS PÚBLICAS

Em Mil

ATOS POTENCIAIS ATIVOS	NOTA	2017	2016	AH(%)
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		57.911	43.302	33,74
Direitos Contratuais		554	554	-
Total dos Atos Potenciais Ativos		58.465	43.855	33,31
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS				
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		3.080	3.080	-
Obrigações contratuais		1.028.095	267.555	284,25
Total dos Atos Potenciais Passivos		1.031.175	270.636	281,02

Fonte: SIAFE-Rio

* No exercício de 2017, a UG 317200 - Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL passou a integrar os demonstrativos das Empresas Públicas, conforme acerto do tipo de administração no SIAFE-Rio.

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

EMPRESAS PÚBLICAS

Em Mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NOTA		
		2017	2016
081 - DDO - Depósitos de Diversas Origens		(436)	(212)
085 - Fonte Genérica		0	-
100 - Ordinários Provenientes de Impostos		(78.126)	(65.675)
101 - Ordinários Não Provenientes de Impostos		(13.869)	(24.403)
104 - Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo		(224)	(246)
105 - Salário Educação		(195)	(341)
111 - Operações de Crédito		(9.302)	(9.396)
122 - Adicional do ICMS - FECF		(12.625)	(7.939)
212 - Transferências Voluntárias		4.560	6.691
214 - Transferências do PAC		56	44
215 - Transferências do FUNDEB		(22)	(22)
218 - Transferências Intraorçamentárias		(11)	(11)
230 - Recursos Próprios		(3.406)	(23)
231 - Recursos Próprios do Rioprevidência		(11)	(11)
232 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos		(49)	(708)
233 - Alienações de Bens		-	3
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS		(113.662)	(102.250)

Fonte: SIAFE-Rio

* No exercício de 2017, a UG 317200 - Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL passou a integrar os demonstrativos das Empresas Públicas, conforme acerto do tipo de administração no SIAFE-Rio.



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

EMPRESAS PÚBLICAS

Em Mil

QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	Nota	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
<u>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</u>			
Venda de Produtos		433	23
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		3.129	413
		3.561	436
<u>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</u>			
Variações Monetárias e Cambiais		7	64
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		104	11
		110	74
<u>Transferências e Delegações Recebidas</u>			
Transferências Intragovernamentais		248.761	145.842
Transferências Intergovernamentais		676	1.640
		249.437	147.482
<u>Valorização e Ganhos Com Ativos</u>			
Reavaliação de Ativos		1	-
Ganhos com incorporação de Ativos		110	91
Ganhos com Desincorporação de Passivos		36.834	391
		36.945	482
<u>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</u>			
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		27.949	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		303.817	198.701
		331.767	198.701
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		621.821	347.176



VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
<u>Pessoal e Encargos</u>		
Remuneração a Pessoal	160.622	127.683
Encargos Patronais	47.475	41.803
Benefícios a Pessoal	0	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	13.630	5.461
	221.726	174.946
<u>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</u>		
Aposentadoria e Reformas	-	-
Pensões	308	3
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.395	305
	3.703	309
<u>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</u>		
Uso de Material de Consumo	1.126	1.537
Serviços	13.289	22.633
Depreciação, Amortização e Exaustão	7.043	543
	21.458	24.712
<u>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</u>		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	16.638	3.227
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	88	0
	16.726	3.228
<u>Transferências e Delegações Concedidas</u>		
Transferências Intra Governamentais	1.217	5.106
Transferências Inter Governamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	26
	1.217	5.132
<u>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</u>		
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	11	-
Perdas Involuntárias	60	19
Incorporação de Passivos	528	1.393
Desincorporação de Ativos	272.475	136.735
	273.075	138.147
<u>Tributárias</u>		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	69.361	172
Contribuições	225	77
	69.586	249
<u>Custo Mercad. e Prod. Vend. e Serv. Prestados</u>		
Custo dos Produtos Vendidos	120	28
	120	28
<u>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</u>		
Participações e Contribuições	140.015	604
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.441	1.150
	141.456	1.754
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	749.067	348.505
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)		
	(127.246)	(1.329)

Fonte: SIAFE-Rio

* No exercício de 2017, a UG 317200 - Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL passou a integrar os demonstrativos das Empresas Públicas, conforme acerto do tipo de administração no SIAFE-Rio.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
VALORES EM 31/12/2017

EMPRESAS PÚBLICAS

R\$ Mil

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	5.388	5.388	4.015	(1.373)
RECEITA PATRIMONIAL	1.691	1.691	1.457	(234)
RECEITA AGROPECUÁRIA	298	298	161	(137)
RECEITA DE SERVIÇOS	1.491	1.491	1.647	156
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.852	1.852	702	(1.151)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	56	56	48	(8)
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.250	1.250	218	(1.032)
ALIENAÇÃO DE BENS	37	37	218	181
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.213	1.213	-	(1.213)
RECURSOS ARRECADADOS EM EX. ANT. (III)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I+II+III)	6.639	6.639	4.233	(2.406)
REFINANCIAMENTO (V)	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	6.639	6.639	4.233	(2.406)
DÉFICIT (VII)	814.648	813.762	250.756	(563.005)
TOTAL (VIII) = (VI+VII)	821.286	820.400	254.990	(565.411)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)				
Superávit Financeiro		6.886		
Reabertura de créditos adicionais				

EMPRESAS PÚBLICAS

R\$ Mil

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES (IX)	311.355	302.529	248.208	248.208	215.957	54.321
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	281.324	263.749	225.359	225.359	196.576	38.390
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	30	206	164	164	164	42
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.001	38.574	22.685	22.685	19.217	15.889
DESPESAS DE CAPITAL (X)	509.931	517.871	6.782	6.753	5.678	511.090
INVESTIMENTOS	509.896	516.197	5.218	5.189	4.114	510.979
INVERSÕES FINANCEIRAS	5	5	-	-	-	5
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	30	1.669	1.564	1.564	1.564	105
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX+X+XI+XII)	821.286	820.400	254.990	254.961	221.635	565.411
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII+XIV)	821.286	820.400	254.990	254.961	221.635	565.411
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV+XVI)	821.286	820.400	254.990	254.961	221.635	565.411

* No exercício de 2017, a UG 317200 - Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL passou a integrar os demonstrativos das Empresas Públicas, conforme acerto do tipo de administração no SIAFE-Rio.



QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

EMPRESAS PÚBLICAS

R\$ Mil

	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-c-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	-	8	-	-	8	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	8	-	-	8	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	13	13	13	-	-
INVESTIMENTOS	-	13	13	13	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	21	13	13	8	-

* No exercício de 2017, a UG 317200 - Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL passou a integrar os demonstrativos das Empresas Públicas, conforme acerto do tipo de administração no SIAFE-Rio.

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

EMPRESAS PÚBLICAS

R\$ Mil

	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro do Exercício Anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES	21.878	67.089	22.373	28.094	38.500
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.224	59.735	18.101	28.074	14.785
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.653	7.354	4.272	20	23.715
DESPESAS DE CAPITAL	20.329	8.505	4.010	178	24.646
INVESTIMENTOS	20.329	8.505	4.010	178	24.646
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-
TOTAL	42.206	75.593	26.382	28.272	63.146

* No exercício de 2017, a UG 317200 - Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL passou a integrar os demonstrativos das Empresas Públicas, conforme acerto do tipo de administração no SIAFE-Rio.



BALANÇO FINANCEIRO
VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

EMPRESAS PÚBLICAS

Em Mil

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	2017/2016 (%)	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	2017/2016 (%)
Receita Orçamentária (I)	4.233	1.115	279,64	Despesa Orçamentária (VI)	254.990	200.238	27,34
Ordinária	3.313	458	624,17	Ordinária	250.707	189.344	32,41
Recursos Próprios	3.313	458	624,17	Ordinários Provenientes de Impostos	246.579	146.806	67,96
				Ordinários Não Provenientes de Impostos	-	38.716	(100,00)
				Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	1.866	3.269	(42,92)
				Recursos Próprios	2.262	553	308,83
Vinculada	920	657	39,91	Vinculada	4.282	10.894	(60,69)
Alienações de Bens	218	-	-	Compensações Financeiras pela Extração do Petróleo	-	323	(100,00)
Transferências Voluntárias	702	657	6,71	Salário Educação	-	781	(100,00)
				Operações de Crédito	1.076	3.640	(70,45)
				Adicional do ICMS - FECF	35	4.096	(99,14)
				Alienações de Bens	8	6	24,86
				Transferências Voluntárias	2.904	1.011	187,20
				Transferências do PAC	69	217	(68,27)
				Transferências Intraorçamentárias	-	157	(100,00)
				Recursos Próprios do Rioprevidência	191	661	(71,10)
Transferências Financeiras Recebidas (II)	248.761	145.842	70,57	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	127	13	839,48
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	248.761	145.841	70,57	Transferência Concedida para Execução Orçamentária	127	-	-
Transferências Recebidas Independente de Execução Orçamentária -INTRA	-	1	(100,00)	Transferências Concedidas Independente de Execução Orçamentária -INTRA	-	13	(100,00)
Recebimentos Extraorçamentários (III)	94.105	99.036	(4,98)	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	93.279	42.850	117,69
DÍVIDA FLUTUANTE	77.496	95.620	(18,95)	DÍVIDA FLUTUANTE	76.157	41.795	82,21
Consignações	43.877	39.394	11,38	Consignação	49.727	20.220	145,94
Depósito de Diversas Origens	265	137,64	92,77	Depósitos de Diversas Origens	35	26	34,75
Restos a Pagar Processados - Inscrição	33.326	56.068	(40,56)	Restos a Pagar	26.395	21.550	22,48
Restos a Pagar Não Processados - Inscrição	28	21	37,73				
OUTRAS OPERAÇÕES	16.609	3.416	386,16	OUTRAS OPERAÇÕES	17.122	1.055	1.523,11
Valores em Trânsito Realizáveis	15.724	-	-	Valores em Trânsito Realizáveis	15.742	-	-
Recursos Vinculados	880	843	4,36	Recursos Vinculados	1.317	1.043	26,27
Recursos não Vinculados	-	2.573	(100,00)	Desincorporação de Disponibilidade Financeira	6	-	-
Desincorporação de Obrigações	5	-	-	Conversão de Consignações em Receitas e Baixas	58	12	372,51
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	12.042	7.508	60,40	Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (IX)	10.746	10.399	3,34
Disponível	12.042	7.508	60,40	Disponível	10.746	10.399	3,34
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.042	7.508	60,40	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.746	10.399	3,34
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	359.141	253.501	41,67	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	359.141	253.501	41,67

Fonte: SIAFE-Rio

* No exercício de 2017, a UG 317200 - Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL passou a integrar os demonstrativos das Empresas Públicas, conforme acerto do tipo de administração no SIAFE-Rio.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

EMPRESAS PÚBLICAS

Em Mil

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	NOTA	2017	2016
INGRESSOS		313.527	189.903
Receitas derivadas e originárias	1FC	3.313	458
Transferências correntes recebidas	2FC	249.462	146.497
Outros ingressos operacionais		60.751	42.948
DESEMBOLSOS		305.340	175.714
Pessoal e demais despesas	3FC	237.820	154.394
Juros e encargos da dívida	4FC	164	-
Transferências concedidas	2FC	472	21
Outros desembolsos operacionais		66.884	21.300
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)		8.187	14.188
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		2017	2016
INGRESSOS		218	-
Alienação de Bens		218	
DESEMBOLSOS		8.137	11.299
Aquisição de Ativo Não Circulante		4.613	6.217
Outros Desembolsos de Investimentos		3.523	5.082
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		(7.918)	(11.299)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		2017	2016
INGRESSOS		-	2
Transferências de capital recebidas		-	2
DESEMBOLSOS		1.564	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		1.564	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		(1.564)	2
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		(1.296)	2.892
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		12.042	7.508
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		10.746	10.399

Fonte: SIAFE-Rio

* No exercício de 2017, a UG 317200 - Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL passou a integrar os demonstrativos das Empresas Públicas, conforme acerto do tipo de administração no SIAFE-Rio.



Em Mil

QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	2017	2016
Receita Patrimonial	1.450	2
Receita Agropecuária	161	23
Receita de Serviços	1.647	399
Remuneração das Disponibilidades	7	8
Outras Receitas Derivadas e Originárias	48	24
Total das Receitas Derivadas e Originárias	3.313	458

Fonte: SIAFE-Rio

Em Mil

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	2017	2016
Intergovernamentais	702	655
da União	648	448
de Municípios	54	208
Intragovernamentais	248.761	145.842
Total das Transferências Recebidas	249.462	146.497
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intragovernamentais	472	21
Total das Transferências Concedidas	472	21

Fonte: SIAFE-Rio

Em Mil

QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNCAO	2017	2016
03 - Essencial à Justiça	1.602	-
04 - Administração	57.039	48.140
06 - Segurança Pública	-	158
09 - Previdência Social	181	661
13 - Cultura	-	4
15 - Urbanismo	14	-
20 - Agricultura	121.220	105.133
26 - Transporte	57.764	297
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	237.820	154.394

Fonte: SIAFE-Rio

Em Mil

QUADRO 4FC - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
	2017	2016
Outros Encargos da Dívida	164	-
Total dos Juros e Encargos da Dívida	164	-

Fonte: SIAFE-Rio



Sociedades de Economia Mista



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL
VALORES EM 31/12/2017 e 31/12/2016

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Em Mil

ATIVO				PASSIVO			
	2017	2016	2017/2016 (%)		2017	2016	2017/2016 (%)
ATIVO CIRCULANTE	753.723	818.318	(7,89)	PASSIVO CIRCULANTE	2.123.694	2.157.996	(1,59)
Caixa e Equivalentes de Caixa	70.881	88.490	(19,90)	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	526.287	519.188	1,37
Créditos a Curto Prazo	210.417	226.719	(7,19)	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	1.497	1.796	(16,64)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	454.624	478.644	(5,02)	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	125.850	190.963	(34,10)
Estoques	17.743	24.059	(26,25)	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	72.338	73.231	(1,22)
V.P.D. Pagas Antecipadamente	58	407	(85,83)	Provisões a Curto Prazo	226.002	220.492	2,50
				Demais Obrigações a Curto Prazo	1.171.719	1.152.325	1,68
ATIVO NAO CIRCULANTE	13.444.759	15.164.959	(11,34)	PASSIVO NAO CIRCULANTE	11.694.234	12.358.922	(5,38)
Ativo Realizável a Longo Prazo	942.253	952.736	(1,10)	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a LP	-	9	(100,00)
Investimentos	12.138	1.491.574	(99,19)	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	1.411.267	1.366.609	3,27
Imobilizado	12.486.568	12.715.803	(1,80)	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	59.703	52.946	12,76
Intangível	3.801	4.846	(21,58)	Provisões a Longo Prazo	198.800	776.388	(74,39)
				Demais Obrigações a Longo Prazo	7.328	12.180	(39,84)
				Resultado Diferido	10.017.136	10.150.789	(1,32)
				TOTAL DO PASSIVO	13.817.927	14.516.918	(4,82)
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				PATRIMONIO LIQUIDO	380.554	1.466.359	(74,05)
				Patrimônio Social e Capital Social	9.983.950	8.149.318	22,51
				Reservas de Capital	2.275.563	5.691.067	(60,02)
				Ajustes de Avaliação Patrimonial	43.453	43.576	(0,28)
				Reservas de Lucros	3.607	3.621	(0,38)
				Demais Reservas	46.533	46.749	(0,46)
				RESULTADOS ACUMULADOS	(11.972.552)	(12.467.971)	(3,97)
				Resultado do Exercício	(144.749)	(258.246)	(43,95)
				Constituição Reserva Legal	-	(14)	(100,00)
				Dividendos	-	(68)	(100,00)
				Resultados de Exercícios Anteriores	(11.826.592)	(12.208.918)	(3,13)
				Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.211)	(724)	67,19
TOTAL	14.198.482	15.983.277	(11,17)		14.198.482	15.983.277	(11,17)

Fonte: SIAFE-Rio

* No exercício de 2017, a UG 317200 - Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL deixou de integrar os demonstrativos das Sociedades de Economia Mista, conforme acerto do tipo de administração no SIAFE-Rio.



QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI N° 4.320/64

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Em Mil

ATIVO (I)	NOTA	2017	2016	AH (%)
Ativo Financeiro		35.496	54.110	(34,40)
Ativo Permanente		14.162.986	15.929.167	(11,09)
TOTAL ATIVO		14.198.482	15.983.277	
PASSIVO (II)				
Passivo Financeiro		145.440	189.698	(23,33)
Passivo Permanente		13.674.705	14.328.019	(4,56)
TOTAL PASSIVO		13.820.145	14.517.718	
SALDO PATRIMONIAL (I-II)		378.337	1.465.559	

Fonte: SIAFE-Rio

* No exercício de 2017, a UG 317200 - Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL deixou de integrar os demonstrativos das Sociedades de Economia Mista, conforme acerto do tipo de administração no SIAFE-Rio.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI N° 4.320/64

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Em Mil

ATOS POTENCIAIS ATIVOS	NOTA	2017	2016	AH(%)
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		562.132	562.064	0,01
Direitos Contratuais		202.491	202.491	-
Total dos Atos Potenciais Ativos		764.622	764.555	0,01
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS				
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		825	675	22,23
Obrigações contratuais		12.666.640	13.379.666	- 5,33
Total dos Atos Potenciais Passivos		12.667.464	13.380.341	- 5,33

Fonte: SIAFE-Rio

* No exercício de 2017, a UG 317200 - Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL deixou de integrar os demonstrativos das Sociedades de Economia Mista, conforme acerto do tipo de administração no SIAFE-Rio.



QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NOTA		
		2017	2016
081 - DDO - Depósitos de Diversas Origens		(5.964)	(5.914)
085 - Fonte Genérica		28	20
100 - Ordinários Provenientes de Impostos		(93.422)	(98.479)
101 - Ordinários Não Provenientes de Impostos		(2.737)	(31.869)
104 - Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo		(17.320)	(17.320)
111 - Operações de Crédito		(2.557)	(4.297)
120 - Ressarcimento de Pessoal		128	141
122 - Adicional do ICMS - FECF		(4.504)	(9.340)
212 - Transferências Voluntárias		6.338	6.144
214 - Transferências do PAC		1.015	975
224 - Transferências Legais Recebidas da União		2	2
225 - Sistema Único de Saúde - SUS		227	227
230 - Recursos Próprios		8.828	24.123
232 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos		(28)	(1)
233 - Alienações de Bens		18	-
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS		(109.948)	(135.588)

Fonte: SIAFE-Rio

* No exercício de 2017, a UG 317200 - Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL deixou de integrar os demonstrativos das Sociedades de Economia Mista, conforme acerto do tipo de administração no SIAFE-Rio.



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Em Mil

QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	Nota	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
<u>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</u>			
Venda de Produtos		60.725	116.203
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		68.924	75.069
		129.649	191.272
<u>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</u>			
Juros e Encargos de Emp. e Fin. Concedidos		5.770	6.668
Juros e Encargos de Mora		478	127
Variações Monetárias e Cambiais		52.076	15.730
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		2.470	3.756
		60.793	26.281
<u>Transferências e Delegações Recebidas</u>			
Transferências Intragovernamentais		199.605	1.085.615
Transferências Intergovernamentais		491	74.624
Transferências das Instituições Privadas		53	1.002
Transferências de Pessoas Físicas		-	1
		200.149	1.161.243
<u>Valorização e Ganhos Com Ativos</u>			
Ganhos com Alienação		48	3.341
Ganhos com incorporação de Ativos		4.170	2.042
Ganhos com Desincorporação de Passivos		8.646	17.838
		12.864	23.220
<u>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</u>			
Resultado Positivo de Participações		0	0
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		58.162	57.368
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		219.878	566.082
		278.040	623.450
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		681.495	2.025.466



VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
<u>Pessoal e Encargos</u>		
Remuneração a Pessoal	115.506	154.244
Encargos Patronais	32.281	45.260
Benefícios a Pessoal	-	0
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	4.404	4.332
	152.191	203.836
<u>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</u>		
Pensões	5	273
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	7.656	9.257
	7.661	9.530
<u>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</u>		
Uso de Material de Consumo	51.633	101.918
Serviços	95.190	134.703
Depreciação, Amortização e Exaustão	87.742	88.973
	234.565	325.594
<u>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</u>		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	7.070	5.247
Juros e Encargos de Mora	15.876	15.535
Variações Monetárias e Cambiais	140.031	199.482
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	123	69
	163.100	220.332
<u>Transferências e Delegações Concedidas</u>		
Transferências Intra Governamentais	2.569	5.056
Transferências a Instituições Privadas	353	3
	2.922	5.059
<u>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</u>		
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	310	1.076
Perdas Involuntárias	7.614	1.100
Incorporação de Passivos	5.557	426.969
Desincorporação de Ativos	199.596	495.968
	213.078	925.113
<u>Tributárias</u>		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.957	5.804
Contribuições	7.195	8.795
	24.151	14.600
<u>Custo Mercad.e Prod. Vend. e Serv. Prestados</u>		
Custo dos Produtos Vendidos	1.556	2.505
	1.556	2.505
<u>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</u>		
Participações e Contribuições	26.007	40.012
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.014	537.132
	27.021	577.144
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	826.244	2.283.713
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)		
	(144.749)	(258.246)

Fonte: SIAFE-Rio

* No exercício de 2017, a UG 317200 - Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL deixou de integrar os demonstrativos das Sociedades de Economia Mista, conforme acerto do tipo de administração no SIAFE-Rio.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
VALORES EM 31/12/2017

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

R\$ Mil

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	290.531	290.531	150.092	(140.438)
RECEITA PATRIMONIAL	57.137	57.137	63.663	6.526
RECEITA INDUSTRIAL	209.792	209.792	79.743	(130.049)
RECEITA DE SERVIÇOS	13.035	13.035	3.700	(9.336)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.140	10.140	-	(10.140)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	426	426	2.986	2.560
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	706	706
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	18	18
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	616	616
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	72	72
RECURSOS ARRECADADOS EM EX. ANT. (III)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I+II+III)	290.531	290.531	150.798	(139.732)
REFINANCIAMENTO (V)	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	290.531	290.531	150.798	(139.732)
DÉFICIT (VII)	216.546	269.361	225.085	(44.276)
TOTAL (VIII) = (VI+VII)	507.077	559.891	375.884	(184.008)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)				
Superávit Financeiro		26.321		
Reabertura de créditos adicionais				

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

R\$ Mil

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES (IX)	473.467	504.733	359.800	357.598	319.346	144.933
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	165.409	163.239	157.663	157.534	144.592	5.577
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.266	5.154	4.038	4.038	4.028	1.116
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	303.792	336.340	198.099	196.026	170.726	138.241
DESPESAS DE CAPITAL (X)	33.610	55.158	16.084	16.068	12.404	39.074
INVESTIMENTOS	21.165	25.297	6.058	6.042	2.448	19.239
INVERSÕES FINANCEIRAS	250	11.290	301	301	301	10.989
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	12.195	18.571	9.724	9.724	9.655	8.847
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX+X+XI+XII)	507.077	559.891	375.884	373.666	331.750	184.008
AMORTIZAÇÃO DA DIV./REFINANCIAMENTO (XIV)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII+XIV)	507.077	559.891	375.884	373.666	331.750	184.008
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV+XVI)	507.077	559.891	375.884	373.666	331.750	184.008

* No exercício de 2017, a UG 317200 - Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL deixou de integrar os demonstrativos das Sociedades de Economia Mista, conforme acerto do tipo de administração no SIAFE-Rio.



QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

R\$ Mil

	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-c-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	-	1.118	109	106	672	338
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	0	-	-	0	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	1.118	109	106	672	338
DESPESAS DE CAPITAL	-	19	-	-	19	-
INVESTIMENTOS	-	19	-	-	19	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	1.138	109	106	691	338

* No exercício de 2017, a UG 317200 - Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL deixou de integrar os demonstrativos das Sociedades de Economia Mista, conforme acerto do tipo de administração no SIAFE-Rio.

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

R\$ Mil

	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro do Exercício Anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES	26.400	49.515	24.392	10.704	40.819
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	968	31.615	15.390	4.809	12.384
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0	71	23	0	48
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.432	17.829	8.979	5.895	28.387
DESPESAS DE CAPITAL	21.011	10.820	1.099	913	29.819
INVESTIMENTOS	19.971	6.436	816	908	24.682
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.040	4.384	283	4	5.137
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-
TOTAL	47.411	60.335	25.491	11.617	70.638

* No exercício de 2017, a UG 317200 - Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL deixou de integrar os demonstrativos das Sociedades de Economia Mista, conforme acerto do tipo de administração no SIAFE-Rio.



BALANÇO FINANCEIRO
VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Em Mil

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	2017/2016 (%)	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	2017/2016 (%)
Receita Orçamentária (I)	150.798	223.532	(32,54)	Despesa Orçamentária (VI)	375.884	1.287.327	(70,80)
Ordinária	150.419	218.572	(31,18)	Ordinária	375.199	627.886	(40,24)
Ordinários Não Provenientes de Impostos	-	10	(100,00)	Ordinários Provenientes de Impostos	210.682	290.557	(27,49)
Ressarcimento de Pessoal	-	150	(100,00)	Ordinários Não Provenientes de Impostos	-	138.708	(100,00)
Transferências Legais Recebidas da União	-	2	(100,00)	Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	336	679	(50,59)
Recursos Próprios	150.419	218.410	(31,13)	Recursos Próprios	164.182	197.942	(17,06)
Vinculada	380	4.960	(92,35)	Vinculada	685	659.442	(99,90)
DDO - Depósitos de Diversas Origens	-	2	(100,00)	Compensações Financeiras pela Extração do Petróleo	-	150.000	(100,00)
Fonte Genérica	8	20	(60,99)	Operações de Crédito	-	487.336	(100,00)
Alienações de Bens	18	3.255	(99,46)	Adicional do ICMS - FECF	680	21.552	(96,85)
Transferências Voluntárias	282	476	(40,73)	Transferências Voluntárias	-	505	(100,00)
Transferências do PAC	72	980	(92,64)	Transferências do PAC	5	49	(90,29)
Sistema Único de Saúde - SUS	-	227	(100,00)				
Transferências Financeiras Recebidas (II)	199.520	1.085.609	(81,62)	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	1.367	3.724	(63,29)
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	199.445	1.084.574	(81,61)	Transferência Concedida para Execução Orçamentária	1.367	3.344	(59,11)
Transferências Recebidas Independente de Execução Orçamentária	75	1.036	(92,78)	Transferências Concedidas Independente de Execução Orçamentária	-	380	(100,00)
Recebimentos Extraorçamentários (III)	91.717	180.267	(49,12)	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	80.750	140.348	(42,46)
DÍVIDA FLUTUANTE	78.125	142.485	(45,17)	DÍVIDA FLUTUANTE	62.258	136.648	(54,44)
Consignações	32.389	47.782	(32,22)	Consignação	35.338	25.896	36,46
Depósito de Diversas Origens	1.603	13.713	(88,31)	Depósitos de Diversas Origens	1.322	12.149	(89,12)
Restos a Pagar Processados - Inscrição	41.916	79.853	(47,51)	Restos a Pagar	25.597	98.603	(74,04)
Restos a Pagar Não Processados - Inscrição	2.218	1.138	94,95				
OUTRAS OPERAÇÕES	13.592	37.782	(64,03)	OUTRAS OPERAÇÕES	18.492	3.700	399,74
Valores em Trânsito Realizáveis	12.229	0	2.500.314,35	Valores em Trânsito Realizáveis	12.229	-	-
Recursos Vinculados	1.350	2.856	(52,73)	Recursos Vinculados	5.679	3.689	53,92
Recursos não Vinculados	-	34.925	(100,00)	Desincorporação de Disponibilidade Financeira	305	2	13.917,00
Desincorporação de Obrigações	13	-	-	Incorporação de Obrigações	17	-	-
				Conversão de Consignações em Receitas e Baixas	15	9	70,17
				Conversão de DDO em Receitas e Baixas	248	-	-
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	86.846	30.481	184,92	Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (IX)	70.881	88.490	(19,90)
Disponível	86.846	30.481	184,92	Disponível	70.881	88.490	(19,90)
Caixa e Equivalentes de Caixa	86.846	30.481	184,92	Caixa e Equivalentes de Caixa	70.881	88.490	(19,90)
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	528.882	1.519.889	(65,20)	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	528.882	1.519.889	(65,20)

Fonte: SIAFE-Rio

* No exercício de 2017, a UG 317200 - Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL deixou de integrar os demonstrativos das Sociedades de Economia Mista, conforme acerto do tipo de administração no SIAFE-Rio.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Em Mil

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	NOTA	2017	2016
INGRESSOS		397.179	1.403.615
Receitas derivadas e originárias	1FC	150.092	218.729
Transferências correntes recebidas	2FC	199.520	1.085.609
Outros ingressos operacionais		47.566	99.276
DESEMBOLSOS		400.347	433.031
Pessoal e demais despesas	3FC	339.780	384.012
Juros e encargos da dívida	4FC	4.051	3.544
Transferências concedidas	2FC	1.379	3.731
Outros desembolsos operacionais		55.136	41.745
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)		(3.168)	970.584
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		2017	2016
INGRESSOS		634	3.822
Alienação de Bens		18	3.255
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		616	567
DESEMBOLSOS		3.565	910.184
Aquisição de Ativo Não Circulante		3.158	905.861
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		301	-
Outros Desembolsos de Investimentos		106	4.323
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		(2.932)	(906.362)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		2017	2016
INGRESSOS		72	980
Transferências de capital recebidas		72	980
DESEMBOLSOS		9.938	7.193
Amortização/Refinanciamento da Dívida		856	175
Outros Desembolsos de Financiamento		9.081	7.018
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		(9.865)	(6.213)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		(15.965)	58.009
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		86.846	30.481
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		70.881	88.490

Fonte: SIAFE-Rio

* No exercício de 2017, a UG 317200 - Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL deixou de integrar os demonstrativos das Sociedades de Economia Mista, conforme acerto do tipo de administração no SIAFE-Rio.



Em Mil

QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	2017	2016
Receita Patrimonial	61.593	58.660
Receita Industrial	79.743	143.848
Receita de Serviços	3.700	8.440
Remuneração das Disponibilidades	2.070	3.253
Outras Receitas Derivadas e Originárias	2.986	4.528
Total das Receitas Derivadas e Originárias	150.092	218.729

Fonte: SIAFE-Rio

Em Mil

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	2017	2016
Intragovernamentais	199.520	1.085.609
Total das Transferências Recebidas	199.520	1.085.609
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intragovernamentais	1.379	3.731
Total das Transferências Concedidas	1.379	3.731

Fonte: SIAFE-Rio

Em Mil

QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	2017	2016
03 - Essencial à Justiça	309	679
10 - Saúde	112.948	131.263
16 - Habitação	58.971	51.414
20 - Agricultura	42.318	24.918
22 - Indústria	12.599	14.571
23 - Comércio e Serviços	6.048	25.666
26 - Transporte	106.588	135.500
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	339.780	384.012

Fonte: SIAFE-Rio

Em Mil

QUADRO 4FC - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
	2017	2016
Outros Encargos da Dívida	4.051	3.544
Total dos Juros e Encargos da Dívida	4.051	3.544

Fonte: SIAFE-Rio



Fundos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL
VALORES EM 31/12/2017 e 31/12/2016

FUNDOS				Em Mil			
ATIVO				PASSIVO			
	2017	2016	2017/2016 (%)		2017	2016	2017/2016 (%)
ATIVO CIRCULANTE	6.091.859	4.669.270	30,47	PASSIVO CIRCULANTE	6.590.271	3.814.082	72,79
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.631.147	2.060.361	27,70	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	77.651	86.957	(10,70)
Créditos a Curto Prazo	500.514	538.356	(7,03)	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	6.197.138	3.488.311	77,65
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2.941.674	2.057.827	42,95	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.608	1.739	(7,53)
Estoques	18.257	12.457	46,56	Demais Obrigações a Curto Prazo	313.874	237.076	32,39
V.P.D. Pagas Antecipadamente	267	269	(0,67)				
ATIVO NÃO CIRCULANTE	346.831	270.898	28,03	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.078	1.078	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	146.357	77.495		Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a LP	4	4	-
Investimentos	189.361	189.309	0,03	Fornecedores a Longo Prazo	1.074	1.074	-
Intangível	11.113	4.095	171,40				
				TOTAL DO PASSIVO	6.591.350	3.815.161	72,77
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(152.659)	1.125.007	(113,57)
				Patrimônio Social e Capital Social	1.232.828	1.232.828	-
				Resultados Acumulados	(1.385.487)	(107.821)	1.184,99
				Resultado do Exercício	(1.324.923)	(66.369)	1.896,30
				Resultados de Exercícios Anteriores	(107.821)	266.172	(140,51)
				Ajustes de Exercícios Anteriores	47.257	(307.624)	(115,36)
TOTAL	6.438.690	4.940.168	30,33		6.438.690	4.940.168	30,33

Fonte: SIAFE-Rio

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI N° 4.320/64

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

Em Mil				
ATIVO (I)	NOTA	2017	2016	AH (%)
Ativo Financeiro		1.773.794	1.405.019	26,25
Ativo Permanente		4.664.896	3.535.149	31,96
TOTAL ATIVO		6.438.690	4.940.168	
PASSIVO (II)				
Passivo Financeiro		6.584.465	3.829.535	71,94
Passivo Permanente		246.399	243.042	1,38
TOTAL PASSIVO		6.830.864	4.072.577	
SALDO PATRIMONIAL (I-II)		(392.174)	867.591	

Fonte: SIAFE-Rio



QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI N° 4.320/64

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

Em Mil

ATOS POTENCIAIS ATIVOS	NOTA	2017	2016	AH(%)
Garantias e Contragarantias Recebidas		-	547	-
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		477.543	463.527	3,02
Total dos Atos Potenciais Ativos		477.543	464.074	2,90
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS				
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		6.670.093	5.999.932	11,17
Obrigações contratuais		21.683.409	21.444.839	1,11
Total dos Atos Potenciais Passivos		28.353.502	27.444.770	3,31

Fonte: SIAFE-Rio

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NOTA		
		2017	2016
081 - DDO - Depósitos de Diversas Origens		(20.196)	(19.954)
085 - Fonte Genérica		649	255
100 - Ordinários Provenientes de Impostos		(3.125.568)	(1.748.367)
101 - Ordinários Não Provenientes de Impostos		(35.612)	(39.751)
102 - Recursos Provenientes do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF.		(116.984)	-
107 - Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos		(480.358)	(47)
120 - Ressarcimento de Pessoal		(10)	(10)
122 - Adicional do ICMS - FECF		(2.244.554)	(1.413.471)
133 - Alienações de Bens		(154)	(154)
192 - Transferência proveniente de Auxílio Financeiro		-	(19)
212 - Transferências Voluntárias		13.843	60.132
214 - Transferências do PAC		0	0
218 - Transferências Intraorçamentárias		11.683	9.235
224 - Transferências Legais Recebidas da União		32.020	5.594
225 - Sistema Único de Saúde - SUS		26.055	17.815
230 - Recursos Próprios		547.182	420.795
231 - Recursos Próprios do Rioprevidência		138	138
232 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos		572.894	275.097
233 - Alienações de Bens		8.303	8.194
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS		(4.810.671)	(2.424.517)

Fonte: SIAFE-Rio



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

Em Mil

QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	Nota	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
<u>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</u>			
Taxas		1.192.882	1.111.927
		1.192.882	1.111.927
<u>Contribuições</u>			
Contribuições Sociais		209.724	208.812
		209.724	208.812
<u>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</u>			
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		148.147	222.891
		148.147	222.891
<u>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</u>			
Juros e Encargos de Emp. e Fin. Concedidos		3.926,85	-
Juros e Encargos de Mora		1.498	20
Variações Monetárias e Cambiais		23,27	-
Descontos Financeiros Obtidos		1.364	1.965
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		149.971	194.429
		156.782	196.414
<u>Transferências e Delegações Recebidas</u>			
Transferências Intragovernamentais		2.508.696	2.720.180
Transferências Intergovernamentais		864.385	727.787
		3.373.081	3.447.967
<u>Valorização e Ganhos Com Ativos</u>			
Ganhos com Alienação		-	20
Ganhos com incorporação de Ativos		-	8
Ganhos com Desincorporação de Passivos		5.338	21.409
		5.338	21.437
<u>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</u>			
Resultado Positivo de Participações		1	1
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		71.737	376.096
		71.738	376.097
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		5.157.692	5.585.545



VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
<u>Pessoal e Encargos</u>		
Remuneração a Pessoal	362.670	359.336
Encargos Patronais	54.091	53.100
Benefícios a Pessoal	38.918	38.964
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	312	643
	455.991	452.043
<u>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</u>		
Pensões	690	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	3.300	2.808
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.533	3.713
	6.523	6.521
<u>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</u>		
Uso de Material de Consumo	66.598	71.999
Serviços	3.304.057	4.164.189
	3.370.656	4.236.187
<u>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</u>		
Juros e Encargos de Mora	898	997
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	4	-
	901	997
<u>Transferências e Delegações Concedidas</u>		
Transferências Intra Governamentais	352.332	427.820
Transferências Inter Governamentais	2.201.836	395.134
Transferências a Instituições Privadas	-	87
	2.554.169	823.040
<u>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</u>		
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	-	634
Perdas com alienação	-	17.424
Desincorporação de Ativos	2.873	-
	2.873	18.058
<u>Tributárias</u>		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	65	123
Contribuições	1.712	2.961
	1.777	3.084
<u>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</u>		
Premiações	-	16
Incentivos	267	277
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	89.458	111.690
	89.725	111.983
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	6.482.615	5.651.914
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)	(1.324.923)	(66.369)

Fonte: SIAFE-Rio



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
VALORES EM 31/12/2017

FUNDOS

R\$ Mil

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	2.373.810	2.373.810	2.749.675	375.865
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.280.025	1.280.025	1.193.417	(86.608)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	202.698	202.698	164.495	(38.204)
RECEITA PATRIMONIAL	151.413	151.413	231.718	80.304
RECEITA DE SERVIÇOS	17.351	17.351	57.533	40.182
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	636.145	636.145	829.839	193.693
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	86.176	86.176	272.673	186.496
RECEITAS DE CAPITAL (II)	26.305	26.305	136.160	109.856
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	4.026	4.026	105.845	101.819
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	22.279	22.279	30.315	8.037
RECURSOS ARRECADADOS EM EX. ANT. (III)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I+II+III)	2.400.115	2.400.115	2.885.835	485.720
REFINANCIAMENTO (V)	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	2.400.115	2.400.115	2.885.835	485.720
DÉFICIT (VII)	6.126.439	7.217.224	4.491.280	(2.725.944)
TOTAL (VIII) = (VI+VII)	8.526.554	9.617.338	7.377.115	(2.240.223)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)				
Superávit Financeiro		238.779		
Reabertura de créditos adicionais				

FUNDOS

R\$ Mil

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES (IX)	7.713.609	8.984.991	7.199.656	7.055.158	3.701.473	1.785.335
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.060.084	1.009.208	397.412	397.373	332.456	611.795
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	0	-	-	-	0
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.653.524	7.975.784	6.802.244	6.657.785	3.369.016	1.173.540
DESPESAS DE CAPITAL (X)	812.945	632.347	177.459	158.206	136.880	454.888
INVESTIMENTOS	729.225	556.428	164.431	145.178	123.852	391.997
INVERSÕES FINANCEIRAS	83.720	75.919	13.028	13.028	13.028	62.891
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX+X+XI+XII)	8.526.554	9.617.338	7.377.115	7.213.364	3.838.353	2.240.223
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII+XIV)	8.526.554	9.617.338	7.377.115	7.213.364	3.838.353	2.240.223
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV+XVI)	8.526.554	9.617.338	7.377.115	7.213.364	3.838.353	2.240.223



QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$ Mil

	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-c-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	-	120.600	95.192	95.445	19.298	6.109
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		120.600	95.192	95.445	19.298	6.109
DESPESAS DE CAPITAL	-	143.942	66.335	66.335	1.980	75.627
INVESTIMENTOS		143.942	66.335	66.335	1.980	75.627
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	264.542	161.527	161.779	21.278	81.737

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R\$ Mil

	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro do Exercício Anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES	1.371.648	1.912.236	614.901	18.472	2.650.511
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.207	82.726	73.930	41	11.962
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.368.441	1.829.510	540.971	18.431	2.638.550
DESPESAS DE CAPITAL	17.414	103.418	30.984	842	89.007
INVESTIMENTOS	17.414	103.418	30.984	842	89.007
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-
TOTAL	1.389.062	2.015.654	645.885	19.314	2.739.518



BALANÇO FINANCEIRO
VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

FUNDOS

Em Mil

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	2017/2016 (%)	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	2017/2016 (%)
Receita Orçamentária (I)	2.885.835	2.505.181	15,19	Despesa Orçamentária (VI)	7.377.115	6.702.207	10,07
Ordinária	2.031.450	1.697.406	19,68	Ordinária	4.072.681	3.319.351	22,70
Ordinários Provenientes de Impostos	-	2	(100,00)	Ordinários Provenientes de Impostos	1.840.272	1.432.620	28,45
Ordinários Não Provenientes de Impostos	-	1.765	(100,00)	Ordinários Não Provenientes de Impostos	-	2.323	(100,00)
Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	1.451.297	1.205.643	20,38	Recursos Provenientes do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF	202.020	-	-
Transferências Legais Recebidas da União	12.419	9.138	35,91	Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	575.443	-	-
Recursos Próprios	567.735	480.859	18,07	Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	1.165.002	1.330.603	(12,45)
				Transferência proveniente de Auxílio Financeiro	-	5.133	(100,00)
				Transferências Legais Recebidas da União	13.567	9.133	48,55
				Recursos Próprios	276.377	539.539	(48,78)
Vinculada	854.384	807.775	5,77	Vinculada	3.304.434	3.382.856	(2,32)
DDO - Depósitos de Diversas Origens	-	213	(100,00)	Adicional do ICMS - FECF	2.513.533	2.566.400	(2,06)
Fonte Genérica	10	-	-	Alienações de Bens	-	154	(100,00)
Alienações de Bens	109	6.812	(98,40)	Transferências Voluntárias	5.305	6.428	(17,46)
Transferências Voluntárias	3.951	55.137	(92,83)	Transferências Intraorçamentárias	4.098	5.725	(28,42)
Transferências do PAC	-	49	(100,00)	Sistema Único de Saúde - SUS	781.498	804.149	(2,82)
Transferências Intraorçamentárias	8.200	16.595	(50,59)				
Sistema Único de Saúde - SUS	842.115	728.969	15,52				
Transferências Financeiras Recebidas (II)	2.404.741	2.596.507	(7,39)	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	125.987	141.111	(10,72)
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	2.399.342	2.567.156	(6,54)	Transferência Concedida para Execução Orçamentária	113.923	80.815	40,97
Transferências Recebidas Independente de Execução Orçamentária -INTRA	5.399	29.351	(81,61)	Transferências Concedidas Independente de Execução Orçamentária -INTRA	12.064	60.297	(79,99)
Recebimentos Extraorçamentários (III)	4.523.939	3.133.622	44,37	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	1.740.626	774.477	124,75
DÍVIDA FLUTUANTE	3.809.304	2.513.989	51,52	DÍVIDA FLUTUANTE	991.925	654.157	51,63
Consignações	169.303	172.853	(2,05)	Consignação	121.955	118.618	2,81
Depósito de Diversas Origens	101.173	59.569	69,84	Depósitos de Diversas Origens	62.262	52.809	17,90
Credores - Entidade e Agentes	65	1.120	(94,23)	Credores - Entidades e Agentes	43	47	(8,44)
Restos a Pagar Processados - Inscrição	3.375.023	2.015.907	67,42	Restos a Pagar	807.664	482.683	67,33
Restos a Pagar Não Processados - Inscrição	163.739	264.542	(38,10)				
OUTRAS OPERAÇÕES	714.635	619.633	15,33	OUTRAS OPERAÇÕES	748.702	120.319	522,26
Valores em Trânsito Realizáveis	650.500	-	-	Valores em Trânsito Realizáveis	674.312	74	908.747,59
Recursos Vinculados	26.676	40.783	(34,59)	Recursos Vinculados	10.841	73.274	(85,21)
Recursos não Vinculados	-	540.214	(100,00)	Desincorporação de Disponibilidade Financeira	0	-	-
Desincorporação de Obrigações	146	-	-	Incorporação de Obrigações	5.253	-	-
Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento	37.314	37.948	(1,67)	RPNP Liquidados a Pagar	-	688	(100,00)
Restos a Pagar Não Processados Liquidados no Exercício	-	688	(100,00)	Conversão de Consignações em Receitas e Baixas	20.273	8.283	144,75
				Conversão de DDO em Receitas e Baixas	711	52	1.275,83
				Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento	37.314	37.948	(1,67)
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	2.060.361	1.442.846	42,80	Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (IX)	2.631.147	2.060.361	27,70
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.060.361	1.442.846	42,80	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.631.147	2.060.361	27,70
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	11.874.876	9.678.156	22,70	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	11.874.876	9.678.156	22,70

Fonte:Siafe-Rio



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

VALORES EM 31/12/2017 E 31/12/2016

Em Mil

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	NOTA	2017	2016
INGRESSOS		6.137.985	5.885.176
Receitas derivadas e originárias	1FC	1.919.836	1.698.221
Transferências correntes recebidas	2FC	3.234.580	3.334.503
Outros ingressos operacionais		983.569	852.452
DESEMBOLSOS		5.469.160	5.168.298
Pessoal e demais despesas	3FC	3.589.327	3.469.277
Transferências concedidas	2FC	948.478	1.407.949
Outros desembolsos operacionais		931.355	291.073
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)		668.825	716.878

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		2017	2016
INGRESSOS		105.845	61.645
Alienação de Bens		-	6.818
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		105.845	54.827
DESEMBOLSOS		234.199	168.327
Aquisição de Ativo Não Circulante		193.228	141.760
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	3.936
Outros Desembolsos de Investimentos		40.971	22.631
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		(128.354)	(106.682)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		2017	2016
INGRESSOS		30.315	7.320
Transferências de capital recebidas		30.315	7.320
DESEMBOLSOS		-	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		30.315	7.320
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		570.786	617.515
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		2.060.361	1.442.846
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2.631.147	2.060.361

Fonte: SIAFE-Rio

Em Mil

QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	2017	2016
Receita Tributária	1.193.417	1.111.979
Receita de Contribuições	164.495	44.394
Receita Patrimonial	82.180	52.669
Receita de Serviços	57.533	76.033
Remuneração das Disponibilidades	149.538	243.788
Outras Receitas Derivadas e Originárias	272.673	169.357
Total das Receitas Derivadas e Originárias	1.919.836	1.698.221

Fonte: SIAFE-Rio



Em Mil

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	2017	2016
Intergovernamentais	821.767	727.679
da União	821.566	724.844
A Estados e Distrito Federal	-	796
de Municípios	201	2.039
Intragovernamentais	2.404.741	2.596.507
Outras Transferências Correntes Recebidas	8.072	10.316
Total das Transferências Recebidas	3.234.580	3.334.503
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	55.185	36.726
a Municípios	55.185	36.726
Intragovernamentais	434.683	782.809
Outras Transferências	458.610	588.414
Total das Transferências Concedidas	948.478	1.407.949

Fonte: SIAFE-Rio

Em Mil

QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	2017	2016
01 - Legislativa	833	875
02 - Judiciária	826.231	828.766
03 - Essencial à Justiça	119.268	104.604
04 - Administração	55.416	64.312
06 - Segurança Pública	252.792	256.345
08 - Assistência Social	10.603	38.547
10 - Saúde	2.314.206	2.171.101
16 - Habitação	2.810	-
18 - Gestão Ambiental	5.751	2.901
22 - Indústria	168	1.534
26 - Transporte	1.248	290
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	3.589.327	3.469.277

Fonte: SIAFE-Rio



06 – Demonstrações Contábeis - Poder



Poder Legislativo



BALANÇO PATRIMONIAL
ANEXO 14 DA LEI FEDERAL N° 4.320/64 (conforme Portaria STN n° 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

PODER LEGISLATIVO

Em Mil

ATIVO			PASSIVO		
	2017	2016		2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	699.816	474.330	PASSIVO CIRCULANTE	268.805	236.486
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	500.419	331.736	OBRIGAÇÕES TRAB. PREVID. E ASSIST. A PAGAR CP	176.437	199.949
CREDITOS A CURTO PRAZO	64.255	255	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	2.434	2.813
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	132.934	139.844	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	2	6
ESTOQUES	2.066	2.314	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	89.933	33.718
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	142	181			
ATIVO NAO CIRCULANTE	335.062	250.995	PASSIVO NAO CIRCULANTE	-	-
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	99.057	2.532			
INVESTIMENTOS	47	41			
IMOBILIZADO	225.780	237.674			
INTANGÍVEL	10.177	10.748			
			TOTAL DO PASSIVO	268.805	236.486
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			PATRIMONIO LIQUIDO	766.073	488.839
			PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	173.831	173.831
			RESULTADOS ACUMULADOS	592.242	315.008
			RESULTADO DO EXERCÍCIO	120.461	(65.629)
			RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	315.008	400.585
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	156.773	(19.949)
TOTAL	1.034.878	725.325		1.034.878	725.325

ATIVO FINANCEIRO	500.419	331.736	PASSIVO FINANCEIRO	281.547	307.598
ATIVO PERMANENTE	534.459	393.589	PASSIVO PERMANENTE	79.753	79.904
SALDO PATRIMONIAL				673.578	337.824

COMPENSAÇÕES

SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2017	2016	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2017	2016
Exec. de Dir. Conv. e Outros Instr. Congeneres	5.286	5.286	Exec. de Obrig. Conv. e Outros Instr. Congeneres	70.000	70.000
Execução de Direitos Contratuais	-	-	Execução de Obrigações Contratuais	551.657	551.657
TOTAL	5.286	5.286	TOTAL	621.657	621.657



**DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT
FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL**

PODER LEGISLATIVO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/ DÉFICIT FINANCEIRO
	2017
100 - Ordinários Provenientes de Impostos	52.239
101 - Ordinários Não Provenientes de Impostos	(231)
230 - Recursos Próprios	166.864
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	218.872

Fonte: Siafe - Rio



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ANEXO 15 DA LEI FEDERAL N° 4.320/64 (conforme Portaria STN n° 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

PODER LEGISLATIVO		Em Mil
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2017	2016
	1.671.157	1.541.487
CONTRIBUIÇÕES	2.907	1.239
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.907	1.239
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERV. E DIREITOS	-	0
EXPLORACAO DE BENS E DIR. E PREST. DE SERV.	-	0
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	34.467	54.443
JUROS E ENCARGOS DE MORA	-	59
REMUN. DE DEPOS. BANCARIOS E APLIC. FINAN.	34.467	54.384
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.586.097	1.390.364
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	1.586.097	1.390.364
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	23.579	2
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	23.579	2
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	24.107	95.439
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPACOES	6	7
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES PARA PERDAS	-	1.082
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	24.101	94.349
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2017	2016
	1.550.696	1.607.116
PESSOAL E ENCARGOS	1.223.976	1.228.804
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.008.317	1.028.652
ENCARGOS PATRONAIS	205.170	189.327
BENEFÍCIOS A PESSOAL	4.782	4.722
OUTRAS VPD - PESSOAL E ENCARGOS	5.708	6.103
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	31.032	28.660
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	31.032	28.660
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO - CAPITAL FIXO	190.816	319.917
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	4.739	6.769
SERVIÇOS	173.793	295.037
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO DE EXAUSTÃO	12.284	18.111
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUT.FINANCEIRAS	53	3
JUROS E ENCARGOS DE MORA	15	3
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	37	-
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	73.022	25.793
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	72.148	23.376
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	585
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	516	945
TRANSFERENCIAS A INSTITUIÇOES MULTIGOVERNAMENTAIS	358	887
DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS	30.751	2.728
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E PROVISÃO P/PERDAS	-	2.318
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	1.435	410
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	29.315	-
TRIBUTÁRIAS	19	150
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	10	80
CONTRIBUIÇÕES	9	70
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.026	1.061
PREMIAÇÕES	-	30
INCENTIVOS	243	277
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	783	754
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	120.461	(65.629)

Fonte: Siafe - Rio



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ANEXO 12 DA LEI FEDERAL N° 4.320/64 (conforme Portaria STN n° 438/2012)
Valores em 31/12/2017

PODER LEGISLATIVO

Em Mil

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	28.946	28.946	37.238	8.292
RECEITA PATRIMONIAL	27.655	27.655	34.467	6.811
RECEITA DE SERVIÇOS	40	40	-	(40)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	1.680	1.680
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.250	1.250	1.091	(160)
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	28.946	28.946	37.238	8.292
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	28.946	28.946	37.238	8.292
DÉFICIT (VII)	1.861.728	1.845.686	1.345.776	(499.910)
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	1.890.674	1.874.632	1.383.014	(491.618)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura de créditos adicionais	-	-	-	-

PODER LEGISLATIVO

Em Mil

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	1.768.675	1.752.675	1.367.869	1.358.402	1.268.711	384.806
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.530.300	1.514.300	1.221.505	1.221.505	1.135.554	292.795
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	238.375	238.375	146.364	136.897	133.157	92.011
DESPESAS DE CAPITAL (X)	121.999	121.957	15.145	7.890	7.890	106.812
INVESTIMENTOS	121.981	121.939	15.145	7.890	7.890	106.794
INVERSÕES FINANCEIRAS	18	18	-	-	-	18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	1.890.674	1.874.632	1.383.014	1.366.292	1.276.601	491.618
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	1.890.674	1.874.632	1.383.014	1.366.292	1.276.601	491.618
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	1.890.674	1.874.632	1.383.014	1.366.292	1.276.601	491.618

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Em Mil

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-c-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro do exercício anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	-	9.153	7.873	7.864	1.131	148
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	9.153	7.873	7.864	1.131	148
DESPESAS DE CAPITAL	-	141.864	65.810	65.810	427	75.627
INVESTIMENTOS	-	141.864	65.810	65.810	427	75.627
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	151.017	73.683	73.673	1.558	75.776



ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

Em Mil

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	Inscritos		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro do exercício anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES	7.200	114.795	95.056	17.436	9.502
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.875	111.546	91.985	17.436	8.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.324	3.249	3.072	-	1.502
DESPESAS DE CAPITAL	-	961	961	-	-
INVESTIMENTOS	-	961	961	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-
TOTAL	7.200	115.756	96.017	17.436	9.502



BALANÇO FINANCEIRO
ANEXO 13 DA LEI FEDERAL N° 4.320/64 (conforme Portaria STN n° 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

PODER LEGISLATIVO

Em Mil

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receita Orçamentária (I)	37.238	97.643	Despesa Orçamentária (VI)	1.383.014	1.744.664
Ordinária	35.557	93.324	Ordinária	1.383.014	1.744.664
Recursos Próprios	35.557	93.324	Ordinários Provenientes de Impostos	1.369.862	1.384.846
			Ordinários Não Provenientes de Impostos	-	23.556
			Recursos Próprios	13.151	336.262
Vinculada	1.680	4.319	Vinculada	-	-
Transferências Intraorçamentárias	1.680	4.319			
Transferências Financeiras Recebidas (II)	1.584.403	1.374.558	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	69.031	6.193
Transferências Recebidas p/ Execução Orçamentária	481.813	392.774	Transferências Concedidas p/ Execução Orçamentária	50.382	1.874
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária - Intra	1.102.589	981.784	Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária - Intra	18.649	4.319
Recebimentos Extraorçamentários (III)	1.182.221	1.042.869	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	1.183.135	857.502
DÍVIDA FLUTUANTE	992.673	1.042.869	DÍVIDA FLUTUANTE	825.500	712.007
Consignações	310.703	314.960	Consignações	148.932	152.865
Depósitos de Diversas Origens	575.557	461.145	Depósitos de Diversas Origens	506.878	459.898
Restos a Pagar Processados - Inscrição	89.694	115.747	Restos a Pagar	169.690	99.244
Restos a Pagar Não Processados - Inscrição	16.719	151.017			
OUTRAS OPERAÇÕES	189.548	-	OUTRAS OPERAÇÕES	357.635	145.495
Valores em Trânsito Realizáveis	189.548	-	Valores em Trânsito Realizáveis	189.548	-
			Conversão de Consignações em Receitas e Baixas	168.087	145.495
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	331.736	425.025	Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (IX)	500.419	331.736
Caixa e Equivalentes de Caixa	331.736	425.025	Caixa e Equivalentes de Caixa	500.419	331.736
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	3.135.598	2.940.095	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	3.135.598	2.940.095

Fonte: Siafe - Rio



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
ANEXO 18 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

PODER LEGISLATIVO

Em Mil

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	NOTA	2017	2016
INGRESSOS		2.697.449	2.248.306
Receitas derivadas e originárias	1FC	35.557	93.414
Transferências correntes recebidas	2FC	1.586.083	1.378.787
Outros ingressos operacionais		1.075.809	776.105
DESEMBOLSOS		2.454.106	2.283.977
Pessoal e demais despesas	3FC	1.252.576	1.256.388
Transferências concedidas	2FC	188.085	269.332
Outros desembolsos operacionais		1.013.445	758.258
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)		243.343	(35.671)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		2017	2016
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		74.661	57.618
Aquisição de Ativo Não Circulante		72.622	48.059
Outros Desembolsos de Investimentos		2.038	9.559
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		(74.661)	(57.618)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		2017	2016
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		168.682	(93.289)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		331.736	425.025
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		500.419	331.736

R\$ Mil

QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVAS E ORIGINÁRIAS			
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		2017	2016
Receita de Serviços		-	0
Remuneração das Disponibilidades		34.467	54.474
Outras Receitas Derivadas e Originárias		1.091	38.940
Total das Receitas Derivadas e Originárias		35.557	93.414



R\$ Mil

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		2017	2016
Intergovernamentais		-	725
de Estados e Distrito Federal		-	725
Intragovernamentais		1.584.403	1.374.558
Outras transferências correntes recebidas		1.680,16	3.504,50
Total das Transferências Recebidas		1.586.083	1.378.787
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intragovernamentais		188.085	269.332
Total das Transferências Concedidas		188.085	269.332

R\$ Mil

QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO			
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNCAO		2017	2016
01 - Legislativa		1.252.576	1.256.388
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		1.252.576	1.256.388

Fonte: Siafe - Rio



Poder Legislativo – Assembleia Legislativa



BALANÇO PATRIMONIAL
ANEXO 14 DA LEI FEDERAL N° 4.320/64 (conforme Portaria STN n° 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

PODER LEGISLATIVO - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Em Mil

ATIVO			PASSIVO		
	2017	2016		2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	477.860	352.044	PASSIVO CIRCULANTE	197.040	171.637
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	391.635	266.027	OBRIGAÇÕES TRAB., PREVID. E ASSIST. A PAGAR CP	133.102	148.818
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	85.025	85.006	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	2.103	1.596
ESTOQUES	1.200	1.011	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	2	6
			DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	61.834	21.217
ATIVO NÃO CIRCULANTE	36.522	41.065	PASSIVO NAO CIRCULANTE	-	-
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.334	809			
INVESTIMENTOS	0	0			
IMOBILIZADO	28.108	33.764			
INTANGIVEL	7.080	6.493			
			TOTAL DO PASSIVO	197.040	171.637
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			PATRIMONIO LIQUIDO	317.342	221.472
			PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	127.414	127.414
			RESULTADOS ACUMULADOS	189.929	94.058
			RESULTADO DO EXERCÍCIO	97.278	33.259
			RESULTADO DE EXERCICIOS ANTERIORES	94.058	83.944
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(1.407)	(23.145)
TOTAL	514.382	393.109		514.382	393.109

ATIVO FINANCEIRO	391.635	266.027	PASSIVO FINANCEIRO	206.478	238.294
ATIVO PERMANENTE	122.747	127.082	PASSIVO PERMANENTE	78.292	78.292
SALDO PATRIMONIAL				229.611	76.523

COMPENSAÇÕES

SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2017	2016	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2017	2016
Exec. de Dir. Conv. e Outros Instr. Congeneres	-	-	Exec. de Obrig. Conv. e Outros Instr. Congeneres	70.000	70.000
Execução de Direitos Contratuais	-	-	Execução de Obrigações Contratuais	551.657	551.657
TOTAL	-	-	TOTAL	621.657	621.657



**DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT
FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL**

PODER LEGISLATIVO - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/ DÉFICIT FINANCEIRO
	2017
100 - Ordinários Provenientes de Impostos	52.239
101 - Ordinários Não Provenientes de Impostos	(231)
230 - Recursos Próprios	133.149
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	185.157

Fonte: Siafe - Rio



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ANEXO 15 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

PODER LEGISLATIVO - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Em Mil

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2017	2016
	974.240	828.409
CONTRIBUIÇÕES	-	1.239
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	-	1.239
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	28.578	34.126
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLIC.FINANCEIRAS	28.578	34.126
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	921.416	772.036
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	921.416	772.036
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	23.578	-
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	23.578	-
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	668	21.008
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	668	21.008
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2017	2016
	876.962	795.150
PESSOAL E ENCARGOS	681.949	675.466
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	561.507	563.144
ENCARGOS PATRONAIS	116.826	109.068
OUTRAS VPD - PESSOAL E ENCARGOS	3.617	3.253
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	612	607
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	612	607
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO - CAPITAL FIXO	146.176	109.667
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	3.067	4.704
SERVIÇOS	137.764	93.537
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO DE EXAUSTÃO	5.345	11.425,44
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	37	-
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	37	-
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	48.169	8.924
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	47.810	7.220
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	585
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-	232
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	358	886,93
DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS	-	410
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	-	410
TRIBUTÁRIAS	10	77
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	10	77
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	8	-
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	8	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	97.278	33.259

Fonte: Siafe - Rio



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ANEXO 12 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2017

PODER LEGISLATIVO - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Em Mil

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	18.149	18.149	30.400	12.252
RECEITA PATRIMONIAL	18.149	18.149	28.578	10.429
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	1.680	1.680
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	143	143
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	18.149	18.149	30.400	12.252
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	18.149	18.149	30.400	12.252
DÉFICIT (VII)	1.062.517	1.046.475	738.201	(308.274)
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	1.080.666	1.064.624	768.602	(296.022)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura de créditos adicionais	-	-	-	-

PODER LEGISLATIVO - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Em Mil

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	989.769	973.769	755.714	748.698	701.278	218.055
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	858.745	842.745	682.910	682.910	636.094	159.835
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	131.024	131.024	72.804	65.788	65.183	58.220
DESPESAS DE CAPITAL (X)	90.897	90.855	12.887	6.062	6.062	77.968
INVESTIMENTOS	90.879	90.837	12.887	6.062	6.062	77.950
INVERSÕES FINANCEIRAS	18	18	-	-	-	18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	1.080.666	1.064.624	768.602	754.761	707.340	296.022
AMORTIZAÇÃO DA DÍV./REFINANCIAMENTO (XIV)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	1.080.666	1.064.624	768.602	754.761	707.340	296.022
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	1.080.666	1.064.624	768.602	754.761	707.340	296.022



ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Em Mil

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro do exercício anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	-	5.607	5.486	5.486	121	(0)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.607	5.486	5.486	121	(0)
DESPESAS DE CAPITAL	-	139.342	65.452	65.452	-	73.890
INVESTIMENTOS		139.342	65.452	65.452	-	73.890
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	144.949	70.938	70.938	121	73.890

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS

Em Mil

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	Inscritos		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro do exercício anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES	7.200	64.929	45.199	17.436	9.493
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.875	64.670	45.109	17.436	8.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.324	258	90	-	1.492
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-
TOTAL	7.200	64.929	45.199	17.436	9.493



BALANÇO FINANCEIRO
ANEXO 13 DA LEI FEDERAL N° 4.320/64 (conforme Portaria STN n° 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

PODER LEGISLATIVO - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Em Mil

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receita Orçamentária (I)	30.400	58.848	Despesa Orçamentária (VI)	768.602	929.996
Ordinária	28.720	54.528	Ordinária	768.602	929.996
Recursos Próprios	28.720	54.528	Ordinários Provenientes de Impostos	756.350	744.184
			Ordinários Não Provenientes de Impostos	-	23.556
			Recursos Próprios	12.252	162.256
Vinculada	1.680	4.319	Vinculada	-	-
Transferências Intraorçamentárias	1.680	4.319			
Transferências Financeiras Recebidas (II)	919.736	767.716	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	47.810	5.980
Transferências Recebidas p/ Execução Orçamentária	252.596	195.262	Transferências Concedida p/ Execução Orçamentária	30.130	1.661
Transferências Recebidas Independente de Execução Orçamentária - Intra	667.140	572.454	Transferências Concedidas Independente de Execução Orçamentária - Intra	17.680	4.319
Recebimentos Extraorçamentários (III)	637.343	572.578	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	645.459	404.884
DÍVIDA FLUTUANTE	501.451	572.578	DÍVIDA FLUTUANTE	429.878	324.128
Consignações	151.955	152.715	Consignações	72.812	61.684
Depósitos de Diversas Origens	288.234	209.985	Depósitos de Diversas Origens	240.929	208.725
Restos a Pagar Processados - Inscrição	47.421	64.929	Restos a Pagar	116.137	53.718
Restos a Pagar Não Processados - Inscrição	13.841	144.949			
OUTRAS OPERAÇÕES	135.892	-	OUTRAS OPERAÇÕES	215.580	80.757
Valores em Trânsito Realizáveis	135.892	-	Valores em Trânsito Realizáveis	135.892	-
			Conversão de Consignações em Receitas e Baixas	79.689	80.757
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	266.027	207.746	Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (IX)	391.635	266.027
Caixa e Equivalentes de Caixa	266.027	207.746	Caixa e Equivalentes de Caixa	391.635	266.027
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	1.853.506	1.606.888	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	1.853.506	1.606.888

Fonte: Siafe - Rio



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
ANEXO 18 DA LEI FEDERAL N° 4.320/64 (conforme Portaria STN n° 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

PODER LEGISLATIVO - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Em Mil

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	NOTA	2017	2016
INGRESSOS		1.526.217	1.189.265
Receitas derivadas e originárias	1FC	28.720	54.618
Transferências correntes recebidas	2FC	921.416	771.946
Outros ingressos operacionais		576.081	362.700
DESEMBOLSOS		1.329.095	1.098.106
Pessoal e demais despesas	3FC	716.884	703.746
Transferências concedidas	2FC	82.890	43.193
Outros desembolsos operacionais		529.321	351.166
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)		197.122	91.159
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		2017	2016
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		71.514	32.878
Aquisição de Ativo Não Circulante		70.927	27.393
Outros Desembolsos de Investimentos		587	5.485
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		(71.514)	(32.878)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		2017	2016
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		125.608	58.281
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		266.027	207.746
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		391.635	266.027

R\$ Mil

QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVAS E ORIGINÁRIAS			
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		2017	2016
Remuneração das Disponibilidades		28.578	34.216
Outras Receitas Derivadas e Originárias		143	20.402
Total das Receitas Derivadas e Originárias		28.720	54.618



R\$ Mil

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		2017	2016
Intergovernamentais		-	725
de Estados e Distrito Federal		-	725
Intragovernamentais		919.736	767.716
Outras transferências correntes recebidas		1.680	3.505
Total das Transferências Recebidas		921.416	771.946
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intragovernamentais		82.890	43.193
Total das Transferências Concedidas		82.890	43.193

R\$ Mil

QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO			
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNCAO		2017	2016
01 - Legislativa		716.884	703.746
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		716.884	703.746

Fonte: Siafe - Rio



Poder Legislativo – Tribunal de Contas do Estado



BALANÇO PATRIMONIAL
ANEXO 14 DA LEI FEDERAL N° 4.320/64 (conforme Portaria STN n° 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

PODER LEGISLATIVO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Em Mil

ATIVO			PASSIVO		
	2017	2016		2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	221.956	122.287	PASSIVO CIRCULANTE	71.765	64.849
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	108.784	65.710	OBRIGAÇÕES TRAB. PREVID. E ASSIST. A PAGAR CP	43.335	51.131
CREDITOS A CURTO PRAZO	64.255	255	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	331	1.217
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	47.909	54.838	PROVISÕES A CURTO PRAZO	-	-
ESTOQUES	866	1.303	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	28.099	12.501
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	142	181			
ATIVO NAO CIRCULANTE	298.540	209.930	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	97.723	1.723			
INVESTIMENTOS	47	41			
IMOBILIZADO	197.672	203.911			
INTANGÍVEL	3.098	4.255			
			TOTAL DO PASSIVO	71.765	64.849
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	448.731	267.368
			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	46.418	46.418
			RESULTADOS ACUMULADOS	402.313	220.950
			RESULTADO DO EXERCÍCIO	23.183	(98.888)
			RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	220.950	316.641
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	158.180	3.197
TOTAL	520.496	332.217		520.496	332.217

ATIVO FINANCEIRO	108.784	65.710	PASSIVO FINANCEIRO	75.068	69.303
ATIVO PERMANENTE	411.712	266.507	PASSIVO PERMANENTE	1.461	1.611
SALDO PATRIMONIAL				443.967	261.302

COMPENSAÇÕES

SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2017	2016	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2017	2016
Exec. de Dir. Conv. e Outros Instr. Congeneres	5.286	5.286	Exec. de Obrig. Conv. e Outros Instr. Congeneres	-	-
Execução de Direitos Contratuais	-	-	Execução de Obrigações Contratuais	-	-
TOTAL	5.286	5.286	TOTAL	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT
FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

PODER LEGISLATIVO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/ DÉFICIT FINANCEIRO
	2017
100 - Ordinários Provenientes de Impostos	0
230 - Recursos Próprios	33.715
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	33.715

Fonte: Siafe - Rio



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ANEXO 15 DA LEI FEDERAL N° 4.320/64 (conforme Portaria STN n° 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

PODER LEGISLATIVO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Em Mil

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2017	2016
	696.917	713.078
CONTRIBUIÇÕES	2.907	-
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.907	-
VARIACOES PATRIM. AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	5.889	20.316
JUROS E ENCARGOS DE MORA	-	59
REMUN. DE DEPOS. BANCARIOS E APLIC. FINAN.	5.889	20.258
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	664.681	618.329
TRANSFERENCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	664.681	618.329
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS	1	2
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1	2
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	23.439	74.431
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	6	7
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES PARA PERDAS	-	1.082
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	23.434	73.341
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2017	2016
	673.734	811.966
PESSOAL E ENCARGOS	542.027	553.338
REMUNERACAO A PESSOAL	446.810	465.508
ENCARGOS PATRONAIS	88.344	80.259
BENEFICIOS A PESSOAL	4.782	4.722
OUTRAS VPD - PESSOAL E ENCARGOS	2.091	2.850
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	30.420	28.053
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENC. E ASSISTENCIAIS	30.420	28.053
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO - CAPITAL FIXO	44.640	210.250
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.673	2.065
SERVICOS	36.029	201.500
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO DE EXAUSTAO	6.939	6.685
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUT. FINANCEIRAS	15	3
JUROS E ENCARGOS DE MORA	15	3
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	24.853	16.869
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	24.337	16.156
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	516	713
DESVALORIZACAO E PERDAS DE ATIVOS	30.751	2.318
REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E PROV. P/ PERDAS	-	2.318
PERDAS INVOLUNTARIAS	1.435	-
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	29.315	-
TRIBUTARIAS	9	73
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	-	3
CONTRIBUICOES	9	70
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.018	1.061
INCENTIVOS	243	277
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	775	754
PREMIACOES	-	30
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	23.183	(98.888)

Fonte: Siafe - Rio



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ANEXO 12 DA LEI FEDERAL N° 4.320/64 (conforme Portaria STN n° 438/2012)

Valores em 31/12/2017

PODER LEGISLATIVO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Em Mil

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	10.797	10.797	6.837	(3.960)
RECEITA PATRIMONIAL	9.507	9.507	5.889	(3.618)
RECEITA DE SERVIÇOS	40	40	-	(40)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.250	1.250	948	(302)
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	10.797	10.797	6.837	(3.960)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	10.797	10.797	6.837	(3.960)
DÉFICIT (VII)	799.211	799.211	607.575	(191.636)
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	810.008	810.008	614.412	(195.596)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura de créditos adicionais	-	-	-	-

PODER LEGISLATIVO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	778.906	778.906	612.154	609.704	567.433	166.751
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	671.555	671.555	538.595	538.595	499.460	132.960
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	107.351	107.351	73.560	71.109	67.973	33.792
DESPESAS DE CAPITAL (X)	31.102	31.102	2.258	1.828	1.828	28.844
INVESTIMENTOS	31.102	31.102	2.258	1.828	1.828	28.844
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	810.008	810.008	614.412	611.532	569.261	195.596
AMORTIZAÇÃO DA DÍV./REFINANCIAMENTO (XIV)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	810.008	810.008	614.412	611.532	569.261	195.596
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	810.008	810.008	614.412	611.532	569.261	195.596



ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro do exercício anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	-	3.546	2.387	2.377	1.010	148
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	3.546	2.387	2.377	1.010	148
DESPESAS DE CAPITAL	-	2.522	358	358	427	1.738
INVESTIMENTOS	-	2.522	358	358	427	1.738
TOTAL	-	6.068	2.745	2.735	1.437	1.886

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	Inscritos		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro do exercício anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES	-	49.867	49.857	-	10
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	46.876	46.876	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	2.991	2.981	-	10
DESPESAS DE CAPITAL	-	961	961	-	-
INVESTIMENTOS	-	961	961	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-
TOTAL	-	50.827	50.818	-	10



BALANÇO FINANCEIRO
ANEXO 13 DA LEI FEDERAL N° 4.320/64 (conforme Portaria STN n° 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

PODER LEGISLATIVO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Em Mil

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receita Orçamentária (I)	6.837	38.795	Despesa Orçamentária (VI)	614.412	814.667
Ordinária	6.837	38.795	Ordinária	614.412	814.667
Recursos Próprios	6.837	38.795	Recursos Próprios	899	174.006
			Ordinários Provenientes de Impostos	613.513	640.661
Vinculada	-	-	Vinculada	-	-
Transferências Financeiras Recebidas (II)	664.667	606.841	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	21.220	213
Transferências Recebidas p/ Execução Orçamentária	229.217	197.511	Transferências Concedidas p/ Execução Orçamentária	20.251	213
Transferências Recebidas indep. de Execução Orçamentária Intra	435.450	409.330	Transferências Concedidas indep. de Execução Orçamentária Intra	969	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)	544.878	470.291	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	537.676	452.618
DÍVIDA FLUTUANTE	491.222	470.291	DÍVIDA FLUTUANTE	395.621	387.879
Consignações	158.748	162.245	Consignações	76.120	91.181
Depósitos de Diversas Origens	287.323	251.160	Depósitos de Diversas Origens	265.949	251.173
Restos a Pagar - Inscrição	42.273	50.818	Restos a Pagar	53.553	45.526
Inscrição de Restos a Pagar não Processados	2.878	6.068			
OUTRAS OPERAÇÕES	53.657	-	OUTRAS OPERAÇÕES	142.055	64.738
Valores em Trânsito Realizáveis	53.657		Valores em Trânsito Realizáveis	53.657	-
			Conversão de Consignações em Receitas e Baixas	88.398	64.738
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	65.710	217.280	Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (IX)	108.784	65.710
Caixa e Equivalentes de Caixa	65.710	217.280	Caixa e Equivalentes de Caixa	108.784	65.710
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	1.282.092	1.333.207	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	1.282.092	1.333.207

Fonte: Siafe - Rio



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
ANEXO 18 DA LEI FEDERAL N° 4.320/64 (conforme Portaria STN n° 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

PODER LEGISLATIVO - TRIBUNAL DE CONTAS

Em Mil

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	NOTA	2017	2016
INGRESSOS		1.171.231	1.059.042
Receitas derivadas e originárias	1FC	6.837	38.795
Transferências correntes recebidas	2FC	664.667	606.841
Outros ingressos operacionais		499.727	413.405
DESEMBOLSOS		1.125.011	1.185.872
Pessoal e demais despesas	3FC	535.692	552.641
Transferências concedidas	2FC	105.195	226.139
Outros desembolsos operacionais		484.123	407.092
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)		46.221	(126.830)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		2017	2016
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		3.147	24.740
Aquisição de Ativo Não Circulante		1.696	20.666
Outros Desembolsos de Investimentos		1.451	4.074
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		(3.147)	(24.740)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		2017	2016
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		43.074	(151.570)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		65.710	217.280
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		108.784	65.710

R\$ Mil

QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVAS E ORIGINÁRIAS			
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		2017	2016
Remuneração das Disponibilidades		5.889	20.258
Outras Receitas Derivadas e Originárias		948	18.538
Total das Receitas Derivadas e Originárias		6.837	38.795



R\$ Mil

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		2017	2016
Intragovernamentais		664.667	606.841
Total das Transferências Recebidas		664.667	606.841
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intragovernamentais		105.195	226.139
Total das Transferências Concedidas		105.195	226.139

R\$ Mil

QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO			
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNCAO		2017	2016
01 - Legislativa		535.692	552.641
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		535.692	552.641

Fonte: Siafe - Rio



Poder Judiciário



BALANÇO PATRIMONIAL
ANEXO 14 DA LEI FEDERAL N° 4.320/64 (conforme Portaria STN n° 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

PODER JUDICIÁRIO

Em Mil

ATIVO			PASSIVO		
	2017	2016		2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	1.203.828	949.590	PASSIVO CIRCULANTE	325.783	338.817
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.068.689	720.645	OBRIGACOES TRAB. PREVID. E ASSIST. A PAGAR CP	145.567	140.724
CREDITOS A CURTO PRAZO	90.660	180.230	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	34.697	31.632
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	34.524	34.700	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	0	0
ESTOQUES	9.954	14.015	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	145.519	166.462
ATIVO NAO CIRCULANTE	1.805.473	1.797.645	PASSIVO NAO CIRCULANTE	-	-
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	824	568			
INVESTIMENTOS	1.720	1.720			
IMOBILIZADO	1.802.623	1.795.357			
INTANGÍVEL	306	-			
			TOTAL DO PASSIVO	325.783	338.817
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			PATRIMONIO LIQUIDO	2.683.517	2.408.417
			PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	342.949	342.949
			RESULTADOS ACUMULADOS	2.340.568	2.065.468
			RESULTADO DO EXERCÍCIO	430.357	(242.124)
			RESULTADO DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.065.468	2.366.504
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(155.258)	(58.912)
TOTAL	3.009.301	2.747.235		3.009.301	2.747.235

ATIVO FINANCEIRO	1.068.341	720.645	PASSIVO FINANCEIRO	416.427	439.473
ATIVO PERMANENTE	1.940.959	2.026.589	PASSIVO PERMANENTE	20.247	21.314
SALDO PATRIMONIAL				2.572.627	2.286.448

COMPENSAÇÕES

SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2017	2016	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2017	2016
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	5.134	5.134	Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	142.795	142.795
Execução de Direitos Contratuais	-	-	Execução de Obrigações Contratuais	11	11
TOTAL	5.134	5.134	TOTAL	142.806	142.806



**DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT
FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL**

PODER JUDICIÁRIO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/ DÉFICIT FINANCEIRO
	2017
081 - DDO - Depósitos de Diversas Origens	(248)
100 - Ordinários Provenientes de Impostos	(182.176)
101 - Ordinários Não Provenientes de Impostos	6.168
212 - Transferências Voluntárias	4
230 - Recursos Próprios	432.407
232 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	387.573
233 - Alienações de Bens	8.186
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	651.914

Fonte: Siafe - Rio



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ANEXO 15 DA LEI FEDERAL N° 4.320/64 (conforme Portaria STN n° 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

PODER JUDICIÁRIO		Em Mil
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2017	2016
	4.981.002	4.409.242
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇOES DE MELHORIA	871.783	810.840
TAXAS	871.783	810.840
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERV. E DIREITOS	39.248	35.488
EXPLORACAO DE BENS E DIR. E PREST. DE SERV.	39.248	35.488
VARIAÇOES PATRIM. AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	92.461	153.936
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	1.364	1.965
REMUN. DE DEPOS. BANCARIOS E APLIC. FINAN.	91.097	151.971
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	2.995.701	2.727.691
TRANSFERENCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	2.995.701	2.726.858
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	-	151
TRANFERENCIAS DAS INSTITUIÇOES PRIVADAS	-	436
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS	-	246
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS	3.156	24.732
GANHOS COM ALIENAÇÃO	-	20,27
GANHOS C/INCORP. DE ATIVOS	2.883	24.712
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	273	-
OUTRAS VARIAÇOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	978.654	656.555
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	978.654	656.555
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2017	2016
	4.550.645	4.651.366
PESSOAL E ENCARGOS	3.016.933	2.984.247
REMUNERACAO A PESSOAL	2.317.673	2.373.945
ENCARGOS PATRONAIS	451.467	392.030
BENEFICIOS A PESSOAL	246.104	217.996
OUTRAS VPD - PESSOAL E ENCARGOS	1.689	276
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	107.183	98.531
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENC. E ASSISTENCIAIS	107.183	98.531
USO DE BENS,SERVICOS E CONSUMO - CAPITAL FIXO	1.170.978	1.204.757
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	17.272	22.902
SERVICOS	1.124.069	1.164.688
DEPRECIACAO,AMORTIZACAO DE EXAUSTAO	29.638	17.166
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUT.FINANCEIRAS	127	946
JUROS E ENCARGOS DE MORA	123	946
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FI	4	-
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	109.876	124.688
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	109.339	123.247
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	54	8
TRANSFERENCIAS A INSTITUIÇOES PRIVADAS	483	1.375
TRANSFERENCIAS A INSTITUIÇOES MULTIGOVERNAME	-	58
DESVALORIZACAO E PERDAS DE ATIVOS	7.846	54.160
REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E PROV. P/PERDAS	263	6.659,43
PERDAS COM ALIENACAO	-	17.424
PERDAS INVOLUNTARIAS	7.583	30.076
TRIBUTARIAS	1.118	1.080
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	25	23
CONTRIBUIÇOES	1.093	1.057
OUTRAS VARIAÇOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	136.584	182.958
DIVERSAS VARIAÇOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	136.584	182.958
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	430.357	(242.124)

Fonte: Siafe - Rio



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ANEXO 12 DA LEI FEDERAL N° 4.320/64 (conforme Portaria STN n° 438/2012)
Valores em 31/12/2017

PODER JUDICIÁRIO

Em Mil

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.598.446	1.598.446	2.066.230	467.784
RECEITA TRIBUTÁRIA	931.196	931.196	871.915	(59.281)
RECEITA PATRIMONIAL	8.598	8.598	112.198	103.600
RECEITA DE SERVIÇOS	11.523	11.523	14.690	3.167
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	647.129	647.129	1.067.427	420.298
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	1.598.446	1.598.446	2.066.230	467.784
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)		-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	1.598.446	1.598.446	2.066.230	467.784
DÉFICIT (VII)	3.061.800	3.036.800	2.533.023	(503.777)
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	4.660.246	4.635.246	4.599.253	(35.993)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	165.000	-	-
Superávit Financeiro	-	165.000	-	-
Reabertura de créditos adicionais	-	-	-	-

PODER JUDICIÁRIO

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	4.485.826	4.537.780	4.507.568	4.397.829	4.249.772	30.212
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.908.710	2.882.710	2.866.015	2.866.015	2.739.905	16.695
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.577.116	1.655.070	1.641.553	1.531.814	1.509.867	13.517
DESPESAS DE CAPITAL (X)	174.420	97.466	91.685	90.534	78.692	5.781
INVESTIMENTOS	173.420	97.466	91.685	90.534	78.692	5.781
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.000	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	4.660.246	4.635.246	4.599.253	4.488.363	4.328.463	35.993
AMORTIZAÇÃO DA DÍV./REFINANCIAMENTO (XIV)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	4.660.246	4.635.246	4.599.253	4.488.363	4.328.463	35.993
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	4.660.246	4.635.246	4.599.253	4.488.363	4.328.463	35.993



ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro do exercício anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	-	120.763	105.477	105.540	15.286	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		120.763	105.477	105.540	15.286	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	1.554	742	742	812	-
INVESTIMENTOS		1.554	742	742	812	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	122.317	106.219	106.283	16.098	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	Inscritos		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro do exercício anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES	81	141.655	141.599	7	131
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	120.653	120.543	-	110
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	81	21.003	21.055	7	21
DESPESAS DE CAPITAL	-	10.729	10.721	8	0
INVESTIMENTOS	-	10.729	10.721	8	0
TOTAL	81	152.384	152.319	15	131



BALANÇO FINANCEIRO
ANEXO 13 DA LEI FEDERAL N° 4.320/64 (conforme Portaria STN n° 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

PODER JUDICIÁRIO

Em Mil

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receita Orçamentária (I)	2.066.230	1.481.606	Despesa Orçamentária (VI)	4.599.253	4.616.476
Ordinária	2.066.229	1.474.801	Ordinária	4.599.253	4.616.476
Ordinários Não Provenientes de Impostos	-	1.824	Ordinários Provenientes de Impostos	2.870.941	2.688.556
Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	1.105.164	903.757	Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	920.511	1.096.772
Recursos Próprios	961.066	569.221	Recursos Próprios	807.801	831.147
Vinculada	0	6.805	Vinculada	-	-
Alienações de Bens	-	6.804	Transferências Voluntárias	-	-
Transferências Voluntárias	0	1			
Transferências Financeiras Recebidas (II)	2.893.256	2.607.809	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	59	2.455
Transferências Recebidas p/ Execução Orçamentária	1.075.163	857.346	Transferências Concedidas p/ Execução Orçamentária	59	463
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária - Intra	1.818.093	1.750.464	Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária - Intra	-	1.992
Recebimentos Extraorçamentários (III)	2.575.054	2.149.866	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	2.587.184	1.998.944
DÍVIDA FLUTUANTE	2.284.888	2.149.800	DÍVIDA FLUTUANTE	1.891.337	1.791.602
Consignações	871.285	856.531	Consignações	498.047	579.420
Depósitos de Diversas Origens	1.142.813	1.018.504	Depósitos de Diversas Origens	1.134.687	1.018.065
Restos a Pagar Processados - Inscrição	159.899	152.448	Restos a Pagar	258.602	194.118
Restos a Pagar Não Processados - Inscrição	110.890	122.317			
OUTRAS OPERAÇÕES	290.166	66	OUTRAS OPERAÇÕES	695.848	207.343
Valores em Trânsito Realizáveis	290.166	-	Valores em Trânsito Realizáveis	290.166	-
Restos a Pagar Não Processados Liquidados no Exercício	-	66	Incorporação de Obrigações	5.253	-
			RPNP Liquidados a Pagar	-	66
			Conversão de Consignações em Receitas e Baixas	400.146	207.265
			Conversão de DDO em Receitas e Baixas	283	12
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	720.645	1.099.239	Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (IX)	1.068.689	720.645
Caixa e Equivalentes de Caixa	720.645	1.099.239	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.068.689	720.645
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	8.255.185	7.338.520	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	8.255.185	7.338.520

Fonte: Siafe - Rio



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
ANEXO 18 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

PODER JUDICIÁRIO

Em Mil

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	NOTA	2017	2016
INGRESSOS		7.263.750	5.957.633
Receitas derivadas e originárias	1FC	2.066.230	1.474.789
Transferências correntes recebidas	2FC	2.893.256	2.607.809
Outros ingressos operacionais		2.304.265	1.875.035
DESEMBOLSOS		6.825.552	6.263.625
Pessoal e demais despesas	3FC	3.931.736	3.933.756
Transferências concedidas	2FC	565.233	525.107
Outros desembolsos operacionais		2.328.582	1.804.761
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)		438.199	(305.991)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		2017	2016
INGRESSOS		-	6.818
Alienação de Bens		-	6.818
DESEMBOLSOS		90.155	79.420
Aquisição de Ativo Não Circulante		89.756	64.689
Outros Desembolsos de Investimentos		399	14.731
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		(90.155)	(72.602)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		2017	2016
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		348.044	(378.594)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		720.645	1.099.239
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		1.068.689	720.645

Em Mil

QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS			
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		2017	2016
Receita Tributária		871.915	810.859
Receita Patrimonial		24.462	22.292
Receita de Serviços		14.690	12.152
Remuneração das Disponibilidades		87.736	151.971
Outras Receitas Derivadas e Originárias		1.067.427	477.514
Total das Receitas Derivadas e Originárias		2.066.230	1.474.789

Em Mil

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		2017	2016
Intragovernamentais		2.893.256	2.607.809
Total das Transferências Recebidas		2.893.256	2.607.809
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intragovernamentais		565.233	525.107
Total das Transferências Concedidas		565.233	525.107



Em Mil

QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO			
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNCAO		2017	2016
02 - Judiciária		3.931.736	3.933.756
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		3.931.736	3.933.756

Fonte: Siafe - Rio



Ministério Público



BALANÇO PATRIMONIAL
ANEXO 14 DA LEI FEDERAL N° 4.320/64 (conforme Portaria STN n° 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

MINISTÉRIO PÚBLICO

Em Mil

ATIVO			PASSIVO		
	2017	2016		2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	377.239	294.124	PASSIVO CIRCULANTE	117.747	91.870
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	374.520	291.277	OBRIGACOES TRAB. PREVID. E ASSIST. A PAGAR CP	70.433	58.371
CREDITOS A CURTO PRAZO	143	360	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	6.984	8.480
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	155	111	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		2
ESTOQUES	2.420	2.376	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	40.330	25.018
ATIVO NAO CIRCULANTE	539.738	530.324	PASSIVO NAO CIRCULANTE	-	-
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	831,08	414			
INVESTIMENTOS	141	141			
IMOBILIZADO	532.798	521.103			
INTANGIVEL	5.968	8.665			
			TOTAL DO PASSIVO	117.747	91.870
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			PATRIMONIO LIQUIDO	799.230	732.577
			PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	3.917	3.917
			RESULTADOS ACUMULADOS	795.313	728.660
			RESULTADO DO EXERCÍCIO	95.747	88.650
			RESULTADO DE EXERCICIOS ANTERIORES	728.660	698.902
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(29.093)	(58.892)
TOTAL	916.977	824.447		916.977	824.447

Fonte: Siafe - Rio

ATIVO FINANCEIRO	374.520	291.277	PASSIVO FINANCEIRO	141.879	100.405
ATIVO PERMANENTE	542.457	533.171	PASSIVO PERMANENTE	28.990	32.016
SALDO PATRIMONIAL				746.108	692.027

COMPENSAÇÕES

SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2017	2016	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2017	2016
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	328	328	Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	-	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	712.868	579.175
TOTAL	328	328	TOTAL	712.868	579.175



**DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT
FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO
PATRIMONIAL**

MINISTÉRIO PÚBLICO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/ DÉFICIT FINANCEIRO
	2017
081 - DDO - Depósitos de Diversas Origens	122
100 - Ordinários Provenientes de Impostos	31.459
101 - Ordinários Não Provenientes de Impostos	15
212 - Transferências Voluntárias	41
230 - Recursos Próprios	201.005
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	232.642

Fonte: Siafe - Rio



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ANEXO 15 DA LEI FEDERAL N° 4.320/64 (conforme Portaria STN n° 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

MINISTÉRIO PÚBLICO

Em Mil

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2017	2016
	1.448.054	1.469.885
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERV. E DIREITOS	2.156	30.625
EXPLORACAO DE BENS E DIR. E PREST. DE SERV.	2.156	30.625
VARIACOES PATRIM. AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	28.780	45.708
JUROS E ENCARGOS DE MORA	200	79
REMUN. DE DEPOS. BANCARIOS E APLIC. FINAN.	28.579	45.629
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.415.880	1.379.307
TRANSFERENCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	1.415.189	1.378.847
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	677	-
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	1	458
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS	13	1
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS	566	14.095
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	-	11.702
GANHOS C/ INCORP. DE ATIVOS	549	2.320
GANHOS C/ DESINCORP. DE PASSIVOS	18	74
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	671	150
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	671	150
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2017	2016
	1.352.307	1.381.236
PESSOAL E ENCARGOS	995.829	940.854
REMUNERACAO A PESSOAL	732.928	714.888
ENCARGOS PATRONAIS	149.540	126.121
BENEFICIOS A PESSOAL	86.288	73.078
OUTRAS VPD - PESSOAL E ENCARGOS	27.072	26.766
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	90.136	81.064
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENC. E ASSISTENCIAIS	90.136	81.064
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO - CAPITAL FIXO	162.282	135.424
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	6.027	3.995
SERVICOS	149.573	125.275
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO DE EXAUSTAO	6.682	6.154
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUT. FINANCEIRAS	33	1.315
JUROS E ENCARGOS DE MORA	33	1.315
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	32.729	149.087
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	32.567	149.077
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1	1
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	139	1
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	21	7
DESVALORIZACAO E PERDAS DE ATIVOS	1.076	3.376
REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E PROV. P/ PERDAS	325	843
PERDAS INVOLUNTARIAS	749	2.532
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	2	-
TRIBUTARIAS	42	41
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	36	38
CONTRIBUICOES	6	3
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	70.181	70.074
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	70.181	70.074
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	95.747	88.650

Fonte: Siafe - Rio



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ANEXO 12 DA LEI FEDERAL N° 4.320/64 (conforme Portaria STN n° 438/2012)
Valores em 31/12/2017

MINISTÉRIO PÚBLICO

Em Mil

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	30.254	30.254	31.174	920
RECEITA TRIBUTÁRIA	-	-	411	411
RECEITA PATRIMONIAL	29.990	29.990	28.579	(1.411)
RECEITA DE SERVIÇOS	264	264	2.156	1.892
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	28	28
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	30.254	30.254	31.174	920
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	30.254	30.254	31.174	920
DÉFICIT (VII)	1.531.483	1.388.025	1.358.694	(29.331)
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	1.561.738	1.418.279	1.389.868	(28.412)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	1.542	-	-
Superávit Financeiro	-	1.542	-	-
Reabertura de créditos adicionais	-	-	-	-

MINISTÉRIO PÚBLICO

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	1.493.844	1.386.224	1.366.887	1.321.840	1.267.369	19.337
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.020.600	944.600	940.518	926.974	889.893	4.082
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	473.244	441.624	426.369	394.866	377.476	15.255
DESPESAS DE CAPITAL (X)	67.894	32.056	22.981	14.906	14.878	9.075
INVESTIMENTOS	47.440	16.801	10.076	2.001	1.972	6.725
INVERSÕES FINANCEIRAS	20.454	15.254	12.905	12.905	12.905	2.349
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	1.561.738	1.418.279	1.389.868	1.336.746	1.282.247	28.412
AMORTIZAÇÃO DA DÍV./ REFINANCIAMENTO (XIV)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	1.561.738	1.418.279	1.389.868	1.336.746	1.282.247	28.412
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	1.561.738	1.418.279	1.389.868	1.336.746	1.282.247	28.412



ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Em Mil

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro do exercício anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	-	44.837	28.284	28.229	16.553	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		13.013	6.300	6.311	6.713	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		31.824	21.984	21.918	9.839	0
DESPESAS DE CAPITAL	-	2.227	964	957	1.263	-
INVESTIMENTOS		2.227	964	957	1.263	-
TOTAL	-	47.064	29.249	29.187	17.815	0

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

Em Mil

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	Inscritos		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro do exercício anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES	713	35.614	34.218	26	2.083
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	643	24.859	23.535	23	1.945
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70	10.755	10.683	3	138
DESPESAS DE CAPITAL	-	45	38	-	7
INVESTIMENTOS		45	38	-	7
TOTAL	713	35.658	34.255	26	2.090



BALANÇO FINANCEIRO
ANEXO 13 DA LEI FEDERAL N° 4.320/64 (conforme Portaria STN n° 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

MINISTÉRIO PÚBLICO

Em Mil

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receita Orçamentária (I)	31.174	76.560	Despesa Orçamentária (VI)	1.389.868	1.280.749
Ordinária	31.164	76.560	Ordinária	1.389.868	1.280.749
Recursos Próprios	31.164	76.560	Ordinários Provenientes de Impostos	1.368.882	1.268.353
			Ordinários Não Provenientes de Impostos	-	0
			Recursos Próprios	20.986	12.396
Vinculada	11	-	Vinculada	-	-
DDO - Depósitos de Diversas Origens	11	-	Transferências Voluntárias	-	-
Transferências Voluntárias	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas (II)	1.402.091	1.337.734	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	19.469	108.230
Transferências Recebidas p/ Execução Orçamentária	333.833	389.927	Transferências Concedidas p/ Execução Orçamentária	10.650	79.391
Transferências Recebidas Independente de Execução Orçamentária - Intra	1.068.259	947.807	Transferências Concedidas Independente de Execução Orçamentária - Intra	8.819	28.839
Recebimentos Extraorçamentários (III)	597.343	522.714	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	538.028	515.318
DÍVIDA FLUTUANTE	544.772	522.690	DÍVIDA FLUTUANTE	365.495	433.585
Consignações	239.671	225.882	Consignações	113.568	143.384
Depósitos de Diversas Origens	197.480	214.148	Depósitos de Diversas Origens	188.485	209.327
Restos a Pagar Processados - Inscrição	54.499	35.596	Restos a Pagar	63.442	80.874
Restos a Pagar Não Processados - Inscrição	53.122	47.064			
OUTRAS OPERAÇÕES	52.571	24	OUTRAS OPERAÇÕES	172.532	81.733
Valores em Trânsito Realizáveis	52.571	-	Valores em Trânsito Realizáveis	52.571	-
Restos a Pagar Não Processados Liquidados no Exercício	-	24	RPNP Liquidados a Pagar	-	24
			Conversão de Consignações em Receitas e Baixas	119.534	81.669
			Conversão de DDO em Receitas e Baixas	428	40
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	291.277	258.566	Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (IX)	374.520	291.277
Caixa e Equivalentes de Caixa	291.277	258.566	Caixa e Equivalentes de Caixa	374.520	291.277
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	2.321.885	2.195.573	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	2.321.885	2.195.573

Fonte: Siafe - Rio



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
ANEXO 18 DA LEI FEDERAL N° 4.320/64 (conforme Portaria STN n° 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

MINISTERIO PUBLICO

Em Mil

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	NOTA	2017	2016
INGRESSOS		1.922.987	1.854.323
Receitas derivadas e originárias	1FC	31.174	76.560
Transferências correntes recebidas	2FC	1.402.091	1.337.734
Outros ingressos operacionais		489.722	440.029
DESEMBOLSOS		1.823.871	1.790.368
Pessoal e demais despesas	3FC	1.186.209	1.113.691
Transferências concedidas	2FC	163.076	242.257
Outros desembolsos operacionais		474.586	434.420
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)		99.116	63.955
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		2017	2016
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		15.873	31.244
Aquisição de Ativo Não Circulante		15.547	24.274
Outros Desembolsos de Investimentos		325	6.969
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		(15.873)	(31.244)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		2017	2016
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		83.244	32.711
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		291.277	258.566
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		374.520	291.277

R\$ Mil

QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS			
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		2017	2016
Receita Tributária		410,57	-
Receita Patrimonial		-	266
Receita de Serviços		2.156	30.626
Remuneração das Disponibilidades		28.579	45.629
Outras Receitas Derivadas e Originárias		28	40
Total das Receitas Derivadas e Originárias		31.174	76.560



R\$ Mil

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		2017	2016
Intragovernamentais		1.402.091	1.337.734
Total das Transferências Recebidas		1.402.091	1.337.734
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intragovernamentais		163.076	242.257
Total das Transferências Concedidas		163.076	242.257

R\$ Mil

QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO			
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNCAO		2017	2016
03 - Essencial à Justiça		1.186.209	1.113.691
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		1.186.209	1.113.691

Fonte: Siafe - Rio



Poder Executivo

BALANÇO PATRIMONIAL
ANEXO 14 DA LEI FEDERAL N° 4.320/64 (conforme Portaria STN n° 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

PODER EXECUTIVO

Em Mil

ATIVO			PASSIVO		
	2017	2016		2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	28.589.994	20.353.033	PASSIVO CIRCULANTE	38.585.766	29.287.024
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.940.900	4.700.954	OBRIGACOES TRAB. PREVID. E ASSIST. A PAGAR CP	8.036.948	8.059.506
CREDITOS A CURTO PRAZO	3.378.363	4.757.588	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	4.031.935	2.444.043
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	16.826.324	9.805.608	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	11.365.306	7.477.907
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CP	733.248	436.150	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	779.377	820.979
ESTOQUES	710.555	652.027	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	34.034	11.341
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	606	707	PROVISOES A CURTO PRAZO	236.110	226.672
			DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	14.102.055	10.246.576
ATIVO NAO CIRCULANTE	204.450.238	184.213.839	PASSIVO NAO CIRCULANTE	278.996.431	227.744.357
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	165.224.496	144.506.221	OBRIGACOES TRAB. PREVID. E ASSIST. A PAGAR LP	3.142.101	2.567.371
INVESTIMENTOS	11.786.077	12.775.394	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	129.964.197	132.130.545
IMOBILIZADO	27.338.802	26.839.906	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	401.083	301.733
INTANGIVEL	100.863	92.318	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	1.937.698	841.365
			PROVISOES A LONGO PRAZO	121.437.855	70.957.523
			DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	11.949.926	10.782.570
			RESULTADO DIFERIDO	10.163.570	10.163.249
			TOTAL DO PASSIVO	317.582.197	257.031.380
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			PATRIMONIO LIQUIDO	(84.541.965)	(52.464.508)
			PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	(23.794.451)	(26.704.593)
			RESERVAS DE CAPITAL	2.763.419	5.694.207
			AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL	3.461.303	3.925.378
			RESERVAS DE LUCROS	13.945	13.959
			DEMAIS RESERVAS	93.071	93.504
			RESULTADOS ACUMULADOS	(67.079.253)	(35.486.964)
			RESULTADO DO EXERCÍCIO	(3.151.747)	59.952.402
			RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(35.465.980)	(61.087.701)
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(28.461.526)	(34.351.665)
TOTAL	233.040.232	204.566.872		233.040.232	204.566.872
ATIVO FINANCEIRO	6.978.573	4.307.063	PASSIVO FINANCEIRO	23.695.650	16.094.497
ATIVO PERMANENTE	226.061.659	200.259.809	PASSIVO PERMANENTE	293.960.570	240.973.431
SALDO PATRIMONIAL				(84.615.988)	(52.501.055)

COMPENSAÇÕES

SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2017	2016	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2017	2016
Garantias e Contragarantias Recebidas	77	624	Garantias e Contragarantias concedidas	14.005	2.824
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	20.199.308	19.248.328	Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	13.600.598	12.915.613
Direitos Contratuais	236.474	235.701	Obrigações contratuais	77.301.952	74.410.782
TOTAL	20.435.860	19.484.653	TOTAL	90.916.555	87.329.220



**DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL**

PODER EXECUTIVO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/ DÉFICIT FINANCEIRO
	2017
081 - DDO - Depósitos de Diversas Origens	(496.247)
085 - Fonte Genérica	6.608
100 - Ordinários Provenientes de Impostos	(14.541.429)
101 - Ordinários Não Provenientes de Impostos	(7.058.220)
102 - Recursos Provenientes do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF.	7.590
104 - Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo	(57.393)
105 - Salário Educação	89.584
107 - Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	(28.471)
111 - Operações de Crédito	996.643
120 - Ressarcimento de Pessoal	140.335
122 - Adicional do ICMS - FECF	1.722.678
126 - Contrib de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	1
132 - Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	26.133
133 - Alienações de Bens	(1.962.245)
188 - Repasses constitucionais aos municípios.	(13.407)
189 - Ingressos a Classificar	(0)
190 - Depósitos Judiciais Tributários	49.021
191 - Depósitos Judiciais não Tributários	1.499.969
192 - Transferência proveniente de Auxílio Financeiro	171.936
195 - Operações Oficiais de Fomento	2.291
212 - Transferências Voluntárias	277.710
214 - Transferências do PAC	248.305
215 - Transferências do FUNDEB	48
218 - Transferências Intraorçamentárias	66.611
223 - Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	(216.689)
224 - Transferências Legais Recebidas da União	122.729
225 - Sistema Único de Saúde - SUS	21.756
230 - Recursos Próprios	1.477.653
231 - Recursos Próprios do Rioprevidência	(184.803)
232 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	781.245
233 - Alienações de Bens	22.188
297 - Conservação Ambiental	83.684
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	(16.744.185)

Fonte: Siafe - Rio



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ANEXO 15 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

PODER EXECUTIVO

Em Mil

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2017	2016
	169.686.089	265.193.505
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	58.727.488	62.510.470
IMPOSTOS	57.006.787	60.931.616
TAXAS	1.720.701	1.578.854
CONTRIBUIÇÕES	5.464.472	5.228.269
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	5.464.469	5.228.269
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISS	3	-
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERV. E DIREITOS	2.306.804	1.483.884
VENDA DE PRODUTOS	61.320	116.340
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIR. E PREST. DE SERV.	2.245.484	1.367.544
VARIACOES PATRIM. AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	10.035.352	45.564.029
JUROS E ENCARGOS DE EMPRE. FINAN. CONCEDIDOS	252.761	474.917
JUROS E ENCARGOS DE MORA	683.204	1.575.990
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	8.901.197	43.171.828
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	1.792	2.482
REMUN. DE DEPOS. BANCARIOS E APLIC. FINAN.	196.399	338.813
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	67.571.438	55.207.012
TRANSFERENCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	55.259.374	44.262.390
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	12.304.204	10.913.249
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	3.583	14.598
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS	4.276	16.775
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	20.332.920	90.847.236
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	20.101.389	82.301.602
GANHOS COM ALIENAÇÃO	1.727	4.148
GANHOS C/ INCORP. DE ATIVOS	98.356	415.372
GANHOS C/ DESINCORP. DE PASSIVOS	119.822	8.124.810
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL	11.626	1.304
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	5.247.616	4.352.604
VPA A CLASSIFICAR	(3.384)	1.059
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	512.109	139.014
REVERSAO DE PROVISÕES E AJUSTES	86.111	1.393.563
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	4.652.780	2.818.968



VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2017	2016
	172.837.836	205.241.021
PESSOAL E ENCARGOS	17.345.107	18.600.997
REMUNERACAO A PESSOAL	12.899.681	13.419.225
ENCARGOS PATRONAIS	2.728.236	2.688.896
BENEFICIOS A PESSOAL	1.214.601	1.193.375
OUTRAS VPD - PESSOAL E ENCARGOS	502.589	1.299.501
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	18.189.626	17.140.286
APOSENTADORIAS E REFORMAS	13.873.197	12.993.218
PENSOES	4.132.327	3.880.921
POLITICAS PUBLICAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA	88.724	179.784
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENC. E ASSISTENCIAIS	95.379	86.363
USO DE BENS,SERVICOS E CONSUMO - CAPITAL FIXO	5.704.909	7.021.358
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	286.352	600.817
SERVIÇOS	5.290.789	6.310.390
DEPRECIACAO,AMORTIZACAO DE EXAUSTAO	127.769	110.152
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUT.FINANCEIRAS	34.613.330	78.780.161
JUROS E ENCARGOS DE EMPRE.FINANC.OBTIDOS	900.935	2.711.754
JUROS E ENCARGOS DE MORA	89.468	43.929
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	33.617.483	76.024.408
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	4.960	-
OUTRAS VPD - FINANCEIRAS	484	70
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	79.408.452	65.628.275
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	61.010.086	49.497.171
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	18.393.287	16.122.501
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	4.604	8.588
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	475	15
DESVALORIZACAO E PERDAS DE ATIVOS	7.536.379	15.041.742
REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E PROV. P/PERDAS	6.706.794	8.532.726
PERDAS COM ALIENACAO	15.398	7.837
PERDAS INVOLUNTARIAS	29.322	89.016
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	6.085	3.848.426
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	778.780	2.563.737
TRIBUTARIAS	1.314.916	650.890
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	781.137	7.683
CONTRIBUICOES	533.778	643.207
CUSTO MERCAD.E PROD. VEND. E SERV.PRESTADOS	1.676	2.533
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS - CPV	1.676	2.533
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	8.723.442	2.374.778
PREMIACOES	68.701	81.223
RESULTADO NEGATIVO COM PARTICIPAÇÕES	114.527	155.026
INCENTIVOS	244.545	173.050
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	166.022	65.462
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	8.129.648	1.900.017
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	(3.151.747)	59.952.484

Fonte: Siafe - Rio



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ANEXO 12 DA LEI FEDERAL N° 4.320/64 (conforme Portaria STN n° 438/2012)
Valores em 31/12/2017

PODER EXECUTIVO

Em Mil

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	52.004.977	54.455.127	56.834.580	2.379.453
RECEITA TRIBUTÁRIA	31.673.679	30.455.662	31.507.665	1.052.003
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	5.319.034	5.319.034	5.247.771	(71.263)
RECEITA PATRIMONIAL	5.634.884	8.442.852	8.545.738	102.886
RECEITA AGROPECUÁRIA	298	298	161	(137)
RECEITA INDUSTRIAL	209.921	209.921	79.905	(130.016)
RECEITA DE SERVIÇOS	1.300.819	1.291.066	659.433	(631.633)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.059.226	5.962.811	5.762.659	(200.151)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.807.115	2.773.483	5.031.246	2.257.763
RECEITAS DE CAPITAL (II)	4.692.546	4.158.621	3.304.840	(853.781)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.851.331	2.200.000	2.312.611	112.611
ALIENAÇÃO DE BENS	1.520.037	20.037	79.598	59.560
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	56.365	53.648	213.179	159.531
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.264.813	1.264.813	79.329	(1.185.484)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	620.122	620.122	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	56.697.523	58.613.748	60.139.420	1.525.672
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	56.697.523	58.613.748	60.139.420	1.525.672
DÉFICIT (VII)	12.899.974	20.063.204	-	(20.063.204)
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	69.597.497	78.676.953	60.139.420	(18.537.533)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	690.321	-	-
Superávit Financeiro	-	690.321	-	-
Reabertura de créditos adicionais	-	-	-	-



PODER EXECUTIVO

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	61.986.183	69.855.580	58.794.394	58.727.539	47.851.483	11.061.186
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	38.732.773	43.108.912	36.964.677	36.964.323	32.510.984	6.144.235
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.425.819	2.061.351	901.550	901.550	898.077	1.159.800
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.827.591	24.685.318	20.928.167	20.861.666	14.442.423	3.757.151
DESPESAS DE CAPITAL (X)	7.347.234	8.335.408	1.599.202	1.591.999	1.082.719	6.736.206
INVESTIMENTOS	4.373.936	4.360.822	894.040	886.837	386.235	3.466.782
INVERSÕES FINANCEIRAS	76.497	79.787	4.738	4.738	1.733	75.049
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.896.801	3.894.799	700.424	700.424	694.751	3.194.374
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	239.337	286.147	-	-	-	286.147
RESERVA DO RPPS (XII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	69.572.754	78.477.135	60.393.596	60.319.538	48.934.202	18.083.538
AMORTIZAÇÃO DA DÍV./REFINANCIAMENTO (XIV)	24.743	199.818	199.818	199.818	199.818	-
Amortização da Dívida Interna	24.743	199.818	199.818	199.818	199.818	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	24.743	199.818	199.818	199.818	199.818	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	69.597.497	78.676.953	60.593.414	60.519.356	49.134.020	18.083.538
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	(453.994)	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	69.597.497	78.676.953	60.139.420	60.519.356	49.134.020	18.083.538

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro do exercício anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	-	23.992	2.350	2.509	14.770	6.872
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	105	56	56	32	17
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	23.887	2.294	2.453	14.739	6.854
DESPESAS DE CAPITAL	-	20.514	480	448	19.981	53
INVESTIMENTOS	-	20.514	480	448	19.981	53
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	0	(0)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	44.505	2.829	2.956	34.751	6.925

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	Inscritos		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro do exercício anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES	2.580.311	9.290.309	4.184.654	172.309	7.513.657
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	160.255	3.017.413	2.172.318	98.975	906.376
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0	71	23	0	48
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.420.055	6.272.825	2.012.313	73.334	6.607.233
DESPESAS DE CAPITAL	399.659	560.487	151.347	44.552	764.247
INVESTIMENTOS	392.078	551.438	147.053	44.548	751.915
INVERSÕES FINANCEIRAS	6.542	4.665	4.011	-	7.195
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.040	4.384	283	4	5.137
TOTAL	2.979.970	9.850.796	4.336.001	216.861	8.277.903



BALANÇO FINANCEIRO
ANEXO 13 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

PODER EXECUTIVO			Em Mil		
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receita Orçamentária (I)	60.139.420	49.029.499	Despesa Orçamentária (VI)	60.593.414	53.190.156
Ordinária	32.509.150	33.025.374	Ordinária	34.617.381	35.000.726
Ordinários Provenientes de Impostos	25.559.036	24.662.283	Ordinários Provenientes de Impostos	29.797.408	22.161.041
Ordinários Não Provenientes de Impostos	1.985.314	827.734	Ordinários Não Provenientes de Impostos	820.797	5.604.711
Recursos Provenientes do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF	202.901	510	Recursos Provenientes do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF	202.029	-
Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	1.552.546	1.720.040	Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	1.391.723	1.854.403
Ressarcimento de Pessoal	75.032	82.415	Ressarcimento de Pessoal	25.113	47.769
Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	1.695.827	1.573.572	Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	1.300.714	1.373.899
Transferência proveniente de Auxílio Financeiro	-	2.900.000	Transferência proveniente de Auxílio Financeiro	-	2.887.038
Transferências Legais Recebidas da União	166.641	74.170	Transferências Legais Recebidas da União	102.385	83.265
Recursos Próprios	1.271.854	1.184.649	Recursos Próprios	977.211	988.600
Vinculada	27.630.270	16.004.126	Vinculada	25.976.034	18.189.430
DDO - Depósitos de Diversas Origens	2.258	883	DDO - Depósitos de Diversas Origens	-	-
Fonte Genérica	18	20	Fonte Genérica	-	-
Compensações Financeiras pela Extração do Petróleo	1.544.433	1.325.051	Compensações Financeiras pela Extração do Petróleo	1.480.725	1.275.875
Salário Educação	397.528	425.668	Salário Educação	331.391	405.213
Operações de Crédito	2.318.406	1.105.009	Operações de Crédito	3.149.593	1.449.526
Adicional do ICMS - FECF	4.601.634	4.119.794	Adicional do ICMS - FECF	3.641.705	3.567.878
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	63.001	47.191	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	62.929	52.502
Alienações de Bens	347	3.310	Alienações de Bens	8	2.026.100
Depósitos Judiciais Tributários	620.741	2.308	Depósitos Judiciais Tributários	620.018	-
Depósitos Judiciais não Tributários	1.139.406	14.262	Depósitos Judiciais não Tributários	14.835	29.477
Operações Oficiais de Fomento	6.296	2.529	Operações Oficiais de Fomento	3.329	6.681
Transferências Voluntárias	136.914	352.710	Transferências Voluntárias	169.401	245.175
Transferências do PAC	53.414	66.346	Transferências do PAC	57.520	133.214
Transferências do FUNDEB	2.630.057	2.570.083	Transferências do FUNDEB	2.629.987	2.634.082
Transferências Intraorçamentárias	80.540	224.425	Transferências Intraorçamentárias	86.460	219.371
Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	237.032	220.850	Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	295.609	324.545
Sistema Único de Saúde - SUS	879.141	764.053	Sistema Único de Saúde - SUS	869.007	896.892
Recursos Próprios do Rioprevidência	12.913.404	4.705.397	Recursos Próprios do Rioprevidência	12.563.053	4.906.459
Conservação Ambiental	5.701	54.237	Conservação Ambiental	464	16.442
Transferências Financeiras Recebidas (II)	48.587.190	40.413.920	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	54.378.382	45.617.144
Transferências Recebidas p/ Execução Orçamentária	38.506.007	30.108.003	Transferências Concedidas p/ Execução Orçamentária	40.335.725	31.666.322
Transferências Recebidas Independente de Execução Orçamentária - Intra	1.309.875	1.104.237	Transferências Concedidas Independente de Execução Orçamentária - Intra	5.271.349	4.749.142
TRANSF. RECEB. P/ COBERTURA DO FINANC. DO RPPS	8.771.308	9.201.680	TRANSF. CONCED. P/ COBERTURA DO FINANC. DO RPPS	8.771.308	9.201.680
Recebimentos Extraorçamentários (III)	115.630.589	71.760.988	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	107.145.457	63.708.750
DÍVIDA FLUTUANTE	26.663.875	28.280.328	DÍVIDA FLUTUANTE	16.889.036	18.026.442
Consignações	8.783.809	8.727.742	Consignações	6.503.069	5.923.172
Depósitos de Diversas Origens	6.418.637	9.653.538	Depósitos de Diversas Origens	6.045.117	9.425.759
Credores Entidades e Agentes	2.035	3.578	Credores Entidades e Agentes	1.892	2.565
Restos a Pagar Processados - Inscrição	11.385.371	9.850.965	Restos a Pagar	4.338.958	2.674.946
Restos a Pagar Não Processados - Inscrição	74.023	44.505			
OUTRAS OPERAÇÕES	88.966.714	43.480.660	OUTRAS OPERAÇÕES	90.256.422	45.682.308
Valores em Trânsito Realizáveis	78.801.324	390.393	Valores em Trânsito Realizáveis	77.620.879	1.095.830
Credores - Entidades e Agentes	-	-	Recursos Vinculados	2.653.187	5.319.907
Recursos Vinculados	2.617.478	5.144.944	Desincorporação Disponibilidade Financeira	32.917	3.526
Recursos não Vinculados	-	971.954	Incorporação de Obrigações	1.141	29
Incorporação Disponibilidade Financeira	-	-	Credores - Entidade e Agentes	73	-
Desincorporação de Obrigações	1.164	-	Recursos Vinculados - Contas "A" E "B"	161.597	127.585
Depósitos de Diversas Origens	-	-	RPNP Liquidados a Pagar	-	774
Recursos Vinculados - Contas "A" E "B"	593.161	228.818	Conversão de Consignações em Receitas e Baixas	1.883.887	1.430.458
Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento	6.517.438	36.743.778	Conversão de DDO em Receitas e Baixas	852	960
Restos a Pagar Não Processados Liquidados no Exercício	-	774	Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento	7.168.641	37.267.091
Investimentos e Aplicações Temporárias	436.150	-	Investimentos e Aplicações Temporárias	733.248	436.150
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	4.700.954	6.012.595	Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (IX)	6.940.900	4.700.954
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.700.954	6.012.595	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.940.900	4.700.954
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	229.058.153	167.217.003	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	229.058.153	167.217.003

Fonte: Siafe - Rio



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
ANEXO 18 DA LEI FEDERAL N° 4.320/64 (conforme Portaria STN n° 438/2012)
Valores em 31/12/2017 e 31/12/2016

PODER EXECUTIVO

Em Mil

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	NOTA	2017	2016
INGRESSOS		203.325.102	144.369.388
Receitas derivadas e originárias	1FC	51.692.043	38.907.172
Transferências correntes recebidas	2FC	54.349.849	49.314.920
Outros ingressos operacionais		97.283.210	56.147.296
DESEMBOLSOS		202.336.437	142.645.594
Pessoal e demais despesas	3FC	43.718.897	34.858.214
Juros e encargos da dívida	4FC	898.100	2.875.807
Transferências concedidas	2FC	61.800.265	49.596.038
Outros desembolsos operacionais		95.919.175	55.315.536
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)		988.665	1.723.793
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		2017	2016
INGRESSOS		292.777	115.532
Alienação de Bens		79.598	21.073
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		213.179	94.459
DESEMBOLSOS		538.585	2.135.585
Aquisição de Ativo Não Circulante		286.581	1.757.997
Concessão de empréstimos e financiamentos		3.110	10.053
Outros Desembolsos de Investimentos		248.893	367.535
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		(245.808)	(2.020.053)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		2017	2016
INGRESSOS		2.391.941	1.105.796
Operações de Crédito		2.312.611	1.047.452
Transferências de capital recebidas		79.329	58.343
DESEMBOLSOS		894.852	2.121.178
Amortização / Refinanciamento da Dívida		171.244	68.473
Outros Desembolsos de Financiamento		723.607	2.052.705
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		1.497.089	(1.015.382)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		2.239.946	(1.311.642)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		4.700.954	6.012.595
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		6.940.900	4.700.954



R\$ Mil

QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVAS E ORIGINÁRIAS		
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	2017	2016
Receita Tributária	31.507.665	29.736.972
Receita de Contribuições	5.247.771	4.237.657
Receita Patrimonial	8.345.474	1.921.762
Receita Agropecuária	161	23
Receita Industrial	79.905	143.950
Receita de Serviços	659.433	749.489
Remuneração das Disponibilidades	200.264	338.218
Outras Receitas Derivadas e Originárias	5.651.369	1.779.100
Total das Receitas Derivadas e Originárias	51.692.043	38.907.172

R\$ Mil

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	2017	2016
Intergovernamentais	3.109.932	6.281.587
da União	3.096.171	6.214.412
de Estados e Distrito Federal	697	2.058
de Municípios	13.063	65.117
Intragovernamentais	48.587.190	40.413.920
Outras transferências correntes recebidas	2.652.728	2.619.413
Total das Transferências Recebidas	54.349.849	49.314.920
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	1.067.748	1.126.680
da União	1.012.179	1.036.982
de Municípios	55.569	89.698
Intragovernamentais	60.256.930	47.847.544
Outras transferências concedidas	475.588	621.814
Total das Transferências Concedidas	61.800.265	49.596.038



R\$ Mil

QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNCAO	2017	2016
Legislativa	319	331
Judiciaria	-	373
Essencial a Justica	970.616	822.356
Administracao	1.765.722	1.710.726
Seguranca Publica	8.550.329	7.911.446
Assistencia Social	209.116	226.940
Previdencia Social	21.997.074	13.950.457
Saude	3.230.974	3.012.750
Trabalho	14.991	12.955
Educacao	5.105.210	5.270.173
Cultura	99.225	102.540
Direitos da Cidadania	58.840	16.855
Urbanismo	38.565	25.425
Habitacao	63.670	55.209
Saneamento	15.389	12.229
Gestao Ambiental	164.727	170.194
Ciencia e Tecnologia	69.561	67.851
Agricultura	211.969	175.824
Organizacao Agraria	10.313	9.355
Industria	72.173	65.837
Comercio e Servicos	211.859	253.668
Comunicacoes	10.314	32.313
Transporte	419.094	363.601
Desporto e Lazer	21.857	30.549
Encargos Especiais	406.990	558.258
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	43.718.897	34.858.214

R\$ Mil

QUADRO 4FC - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
	2017	2016
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	677.237	2.433.080
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	68.802	248.719
Outros Encargos da Dívida	152.060	194.008
Total dos Juros e Encargos da Dívida	898.100	2.875.807

Fonte: Siafe - Rio



07 – Legislação Básica



Constituições

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

Constituição do Estado do Rio de Janeiro, de 05 de outubro de 1989.

Leis

LEI FEDERAL nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 6830, de 22 de Setembro de 1980 – Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.

LEI FEDERAL nº 8.727, de 05 de novembro de 1993 – Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

LEI FEDERAL nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

LEI FEDERAL nº 9.496, de 11 de setembro de 1997 – Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 11.494, de 20 de junho de 2007 – Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

LEI ESTADUAL nº 287, de 4 de Dezembro de 1979 – Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.



LEI ESTADUAL nº 5.628, de 29 de Dezembro de 2009 – Institui o Bilhete Único nos serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº 5.647, de 18 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre forma de compensação de crédito inscrito em Dívida Ativa com Precatórios vencidos, e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº 6.136, de 28 de dezembro de 2011 – Dispõe sobre a exclusão das multas e parte dos juros relativos a débitos inscritos em Dívida Ativa, e autorização para pagamento, parcelamento ou compensação com créditos de precatórios expedidos, e dá outras providências.

Leis Complementares

LEI COMPLEMENTAR FEDERAL nº 101, de 4 de maio de 2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº 147, de 27 de junho de 2013 – Dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para pagamento de requisições judiciais de pagamento e dá outras providências.

Decretos

DECRETO Federal nº 6.976, de 7 de outubro de 2009 - Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 25.875, de 22 de Dezembro de 1999 – Dispõe sobre a extinção do Fundo da Dívida Pública e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 36.994, de 25 de Fevereiro de 2005 – Incorpora ao Patrimônio do Rioprevidência Créditos Tributários parcelados de titularidade do Estado do Rio de Janeiro.



DECRETO ESTADUAL nº 40.155, de 17 de Outubro de 2006 – Incorpora ao patrimônio do Rioprevidência os valores referentes ao fluxo do Fundes, ingressados a partir de Janeiro de 2007 e determina outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 41.528, de 31 de Outubro de 2008 – Estabelece os procedimentos a serem adotados na celebração e execução de convênios que impliquem dispêndio financeiro por órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 41.880, de 25 de Maio de 2009 – Dispõe sobre as atribuições e procedimentos para a programação e execução orçamentária e financeira do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 42.011, de 28 de Agosto de 2009 – Incorpora ao patrimônio do Rioprevidência os direitos de propriedade do Estado do Rio de Janeiro sobre os Royalties e Participação Especial decorrentes do artigo 20, § 1º, da Constituição Federal.

DECRETO ESTADUAL nº 42.315, de 25 de Fevereiro de 2010 – Disciplina a opção pelo regime especial de pagamento de precatórios, instituído pelo art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009.

DECRETO ESTADUAL nº 43.463, de 14 de Fevereiro de 2012 – Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 44.006, de 27 de Dezembro de 2012 – Anula o Decreto Estadual nº 37.050, de 10 de março de 2005 - Torna sem efeito a Incorporação ao patrimônio do Rioprevidência Créditos Tributários e Não Tributários inscritos em dívida ativa do Estado do Rio de Janeiro.

DECRETO ESTADUAL nº 44.489, de 25 de Novembro de 2013 – Institui a obrigatoriedade de realizar os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens do Estado nos casos que especifica.



DECRETO ESTADUAL nº 44.558, de 13 de Janeiro de 2014 – Regulamenta a gestão dos bens móveis integrantes do patrimônio público do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 45.681, de 08 de Junho de 2016 – Modifica a estrutura do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 45.938, de 22 de Fevereiro de 2017 – Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece normas para a execução orçamentária do Poder Executivo para o Exercício de 2017 e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 46.139, de 30 de Outubro de 2017 – Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2017, e dá outras providências.

Portarias

PORTARIA MINISTÉRIO DA FAZENDA nº 184, de 25 de Agosto de 2008 – Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL Nº 438, de 12 de Julho de 2012 – Aprova a alteração dos Anexos nº 12 (Balanço Orçamentário), nº 13 (Balanço Financeiro), nº 14 (Balanço Patrimonial), nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais), nº 18 (Demonstração dos Fluxos de Caixa) e nº 19 (Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido) da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, revoga a Portaria STN nº 665, de 30 de novembro de 2010, e dá outras providências.

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL Nº 634, de 19 de Novembro de 2013 – Dispõe sobre regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual.



PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Nº 548, de 24 de Setembro de 2015 – Dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual.

PORTARIA CONJUNTA STN/SOF Nº 02, de 21 de Dezembro de 2016 - Aprova a Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários da 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Nº 840, de 21 de Dezembro de 2016 – Aprova a Parte Geral e as Partes II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III - Procedimentos Contábeis Específicos, IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, da 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

PORTARIA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO Nº 179, de 27 de Março de 2014 - Orienta a operacionalização dos procedimentos previstos no decreto nº 44.489, de 25 de novembro de 2013 no que tange ao ajuste inicial e a depreciação dos bens móveis do Estado.

PORTARIA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO nº 192, de 09 de Dezembro de 2015 – Orienta a operacionalização dos procedimentos previstos no Decreto nº 44.489, de 25 de novembro de 2013, no que tange ao ajuste inicial e a amortização dos bens intangíveis do Estado.

PORTARIA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO nº 199, de 10 de Agosto de 2016 – Determina a obrigatoriedade de emissão de declaração de conformidade quadrimestral dos saldos contábeis do SIAFE-Rio.

PORTARIA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO Nº 206, de 13 de Março de 2018 – Aprova as inscrições de Restos a Pagar no exercício financeiro de 2017.



Resoluções

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 40/ 01 – Dispõe sobre os limites globais para o montante da Dívida Pública Consolidada e da Dívida Pública Mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 43/01 – Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições autorizadas e dá outras providências.

RESOLUÇÕES CFC SOBRE AS NBC T 16

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP EC de 04/10/2016 - ESTRUTURA CONCEITUAL

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 01 de 28/10/2016 - Receita de Transação sem Contraprestação

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 02 de 28/10/2016 - Receita de Transação com Contraprestação

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 03 de 28/10/2016 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 04 de 06/12/2016 – Estoques

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 05 de 06/12/2016 - Contratos de Concessão de Serv.Públicos: Concedente

RESOLUÇÃO CFC nº 1.133/2008 – Aprova a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis.

RESOLUÇÃO CFC nº 1.134/2008 – Aprova a NBC T 16.7 – Consolidação das Demonstr. Contábeis

RESOLUÇÃO CFC nº 1.135/2008 – Aprova a NBC T 16.8 – Controle Interno.

RESOLUÇÃO CFC nº 1.136/2008 – Aprova a NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão.

RESOLUÇÃO CFC nº 1.137/2008 – Aprova a NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público

RESOLUÇÃO CFC nº 1.350/11 – Dá nova redação à NBC TG 15 - Combinação de Negócios.

RESOLUÇÃO CFC nº 1.366/2011 - Aprova a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público.



RESOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL nº 3.922/2010 - Dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

RESOLUÇÃO SEFAZ nº 1.048, de 26 de Dezembro de 2016 - Fixa o valor da UFIR-RJ para o exercício de 2017.

Instruções

Instrução CVM nº 247, de 27 de Março de 1996 - Dispõe sobre a avaliação de investimentos em sociedades coligadas e controladas e sobre os procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, para o pleno atendimento aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, altera e consolida as Instruções CVM nº 01, de 27 de abril de 1978, nº 15, de 03 de novembro de 1980, nº 30, de 17 de janeiro de 1984, e o artigo 2º da Instrução CVM nº 170, de 03 de janeiro de 1992, e dá outras providências.

IPC – Instruções de Procedimentos Contábeis

- IPC 00 - Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade
- IPC 01 - Transferência de Saldos Contábeis e Controle de Restos a Pagar
- IPC 02 - Reconhecimento dos Créditos Tributários pelo Regime de Competência
- IPC 03 - Encerramento de Contas Contábeis no PCASP
- IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial
- IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais
- IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro
- IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário
- IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa

IPSAS – Normas Internacionais de Contabilidade

- IPSAS 7 – Investimento em Coligada e em Controlada

Circulares CGE – Gabinete da Contadoria



Ofício Circular GAB/CGE nº 002, de 03 de Julho de 2017 – Revoga o Ofício Circular GAB/CGE nº 003/2016 e estabelece novas orientações quanto à emissão de Notas Explicativas de Ajustes de Exercícios Anteriores que irão compor a Prestação de Contas do Governador.



08 – Considerações Finais



Apresentando a Prestação de Contas de Gestão do Exmo. Senhor Governador referente ao exercício de 2017, e cumprindo atribuição privativa desta Contadoria Geral do Estado – CGE, chegamos ao momento em que os resultados do desempenho financeiro do Estado podem ser analisados em sua totalidade, com a absoluta transparência e exatidão as quais buscamos incessantemente, com base nas informações prestadas pelos órgãos e entidades do Estado, permitindo-nos, também, avaliar o trabalho que desenvolvemos durante todo o exercício, além de registrar e preservar a memória estadual e de nossas principais instituições, servindo como importante fonte de pesquisa por parte de vários setores de nossa sociedade.

Enaltecemos a elevada dedicação e qualificação do corpo técnico da Contadoria Geral do Estado o qual facilita nosso objetivo que foi o de alcançar o máximo de eficiência e acertos no desempenho desta atribuição e, para tanto, realizamos regularmente treinamentos específicos para os servidores e implementamos vários mecanismos de controle que possibilitam a melhoria da qualidade das informações contábeis.

Encerramos, aqui, mais uma etapa, na certeza de que empenhamos nossos maiores esforços para atingir as metas as quais nos propusemos e, para finalizar, agradecemos a todos que, direta ou indiretamente, participaram desta jornada, em especial ao Exmo. Secretário de Estado de Fazenda e Planejamento, Dr. Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, assim como seus subsecretários, pelo enorme apoio, confiança e incentivo, além da valiosa troca de experiências que nos proporcionaram.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2018.

FRANCISCO PEREIRA IGLESIAS

Contador Geral do Estado



09 – Lista de Tabelas



LISTA DE TABELAS

Tabela 001 – Caixa e Equivalentes de Caixa	41
Tabela 002 – Créditos a Curto Prazo	43
Tabela 003 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.....	46
Tabela 003.1 – Créditos por Danos ao Patrimônio	48
Tabela 003.2 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	49
Tabela 003.3 – Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	51
Tabela 003.3.1 – Créditos Intragovernamentais	54
Tabela 004 – Estoques.....	55
Tabela 005 – VPD Pagas Antecipadamente.....	56
Tabela 006 – Créditos a Longo Prazo	56
Tabela 006.1 – Dívida Ativa.....	58
Tabela 006.2 – Dívida Ativa Tributária LP	59
Tabela 007 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	60
Tabela 007.1 – Direitos sobre Concessões	61
Tabela 007.2 – Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo.....	63
Tabela 008 – Investimentos.....	65
Tabela 008.1 – Participações Societárias.....	65
Tabela 008.2 – Demonstrativo da Equivalência Patrimonial	66
Tabela 008.3 – Comparativos dos Investimentos Abrangidos pela Equivalência Patrimonial Soc. Não Integrantes do Orçamento	67
Tabela 008.4 – Comparativos da Provisão p/ Perdas em Investimentos	68
Tabela 008.5 – Comparativos das Perdas e Deságios em Investimentos.....	68
Tabela 008.6.1 – Cálculos de Consolidação – Participação Societária.....	69
Tabela 008.6.2 – Cálculos de Consolidação – Perdas e Deságios em Investimentos	70
Tabela 008.6.3 – Cálculos de Consolidação – Participação de Não Controladores	70
Tabela 008.6.4 – Cálculo da Participação dos Não Controladores	70
Tabela 008.7 – Demais Investimentos Permanentes.....	71
Tabela 009 – Imobilizado	73
Tabela 009.1 – Bens Imóveis	75
Tabela 009.1.1 – Bens de Uso Especial.....	76
Tabela 009.1.2 – Demais Bens Imóveis	77
Tabela 010 – Intangível.....	78
Tabela 011 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.....	79
Tabela 011.1 – Pessoal a Pagar	80
Tabela 011.2 – Benefícios Previdenciários a Pagar	80
Tabela 011.3 – Encargos Sociais a Pagar.....	81
Tabela 012 – Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	82
Tabela 013 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	83
Tabela 014 – Provisões a Curto Prazo	84
Tabela 015 – Demais Obrigações a Curto Prazo.....	85
Tabela 015.1 – Valores Restituíveis	86
Tabela 015.2 – Outras Obrigações a Curto Prazo	87
Tabela 016 – Demonstrativo da Dívida Flutuante	90
Tabela 017.1 – Restos a Pagar por Poder e Tipo de Administração.....	92
Tabela 017.2 – Restos a Pagar por Tipo de Administração	93



Tabela 017.3 – Demonstrativo da Disponibilidade Financeira p/ Fonte de Recurso p/ Inscrição de Restos a Pagar – Poder Executivo	94
Tabela 018 – Obrigações Trab. Prev. E Assist. a Pagar a LP	95
Tabela 019 – Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	97
Tabela 019.1 – Dívida Fundada Interna e Externa	98
Tabela 020 – Fornecedores a Longo Prazo	98
Tabela 021 – Provisões a Longo Prazo	99
Tabela 022 – Demais Obrigações a Longo Prazo	100
Tabela 022.1 – Cessão de Direitos – Royalties do Petróleo	102
Tabela 023 – Resultado Diferido	102
Tabela 024 – Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	104
Tabela 024.1 - Evolução do Patrimônio Líquido - 2015 / 2016 / 2017	105
Tabela 024.2 – Resultados Acumulados	106
Tabela 025 – Ajustes de Exercícios Anteriores	107
Tabela 026 – Composição do Resultado Patrimonial	111
Tabela 027 – Superávit / Déficit Financeiro	114
Tabela 028 – Passivos Contingentes	115
Tabela 029.1 – Quociente da Liquidez Imediata	116
Tabela 029.2 – Quociente da Liquidez Corrente	117
Tabela 029.3 – Quociente da Liquidez Seca	117
Tabela 029.4 – Quociente da Liquidez Geral	118
Tabela 029.5 – Índice de Solvência	119
Tabela 029.6 – Quociente de Endividamento Geral	120
Tabela 029.7 – Quociente de Composição do Endividamento	120
Tabela 030 – Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais	121
Tabela 031.1 – Receitas Intraorçamentárias – Balanço Orçamentário	122
Tabela 031.2 – Despesas Intraorçamentárias – Balanço Orçamentário	123
Tabela 031.3 – Demonstrativo do Resultado Orçamentário	124
Tabela 032 – Dados para Apuração dos Quocientes Orçamentários	125
Tabela 032.1 – Quociente do Equilíbrio Orçamentário	126
Tabela 032.2 – Quociente de Execução da Receita	126
Tabela 032.3 – Quociente de Desempenho da Arrecadação	127
Tabela 032.4 – Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação	127
Tabela 032.5 – Quociente de Utilização do Superávit Financeiro	128
Tabela 032.6 – Quociente de Execução da Despesa	128
Tabela 032.7 – Quociente do Resultado Orçamentário	129
Tabela 032.8 – Quociente da Execução Orçamentária Corrente	129
Tabela 032.9 – Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária	130
Tabela 033 – Resultado da Execução Financeira	131
Tabela 033.1 – Disponibilidade por Fonte de Recursos	133
Tabela 034 – Dados para Apuração dos Quocientes Financeiros	134
Tabela 034.1 – Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro	134
Tabela 034.1.1 – Variação do Saldo em Espécie	135
Tabela 034.2 – Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros	135
Tabela 035 – Resumo do Fluxo de Caixa	136
Tabela 035.1 – Demonstrativo do Fluxo de Caixa Sintético – Método Direto	136
Tabela 036 – Dados para Apuração dos Quocientes da Demonstração dos Fluxos de Caixa	138
Tabela 036.1 – Quociente do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais em Relação ao Resultado Patrimonial	138



Tabela 036.2 – Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida	139
Tabela 036.3 – Quociente da Atividade Operacional	139



10 – Lista de Siglas e Abreviaturas



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGE	AUDITORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AGE-RIO	AGÊNCIA ESTADUAL DE FOMENTO
AGETRANSP	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS, METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ALERJ	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ART	ARTIGO
BERJ	BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL)
BO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
BP	BALANÇO PATRIMONIAL
CEDAE	COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CEPERJ	CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA E PESQUISA E DE FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO
CFC	CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
CGE	CONTADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CIDE	CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO
CODIN	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CP	CURTO PRAZO
CUTE	CONTA ÚNICA DO TESOUREIRO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DCASP	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO
DEA	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
DER-RJ	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DETRAN	DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DFC	DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA
DMPL	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DVP	DEONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EMOP	EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ERJ	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EXTRA-OFSS	EXTRAORÇAMENTÁRIO – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FAETEC	FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA
FAF	FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA
FDP	FUNDO DA DÍVIDA PÚBLICA
FES	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE



FREMF	FUNDO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES
FUNDEB	FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
FUNDES	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
ICMS	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO
IO	IMPrensa OFICIAL
INTER-OFSS	INTERORÇAMENTÁRIO – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
INTRA-OFSS	INTRAORÇAMENTÁRIO – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
IPSAS	NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO
IR	IMPOSTO DE RENDA
IVB	INSTITUTO VITAL BRAZIL
LOA	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
LP	LONGO PRAZO
LRF	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
MCASP	MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADO AO SETOR PÚBLICO
NL	NOTA DE LANÇAMENTO
NT	NOTA TÉCNICA
PCASP	PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO
PGE	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
RGF	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
RIOPREVIDÊNCIA	FUNDO ÚNICO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RIOTRILHOS	COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS
RP	RESTOS A PAGAR
RPNP	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
RPP	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS
RPPS	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL
SEOBRAS	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
SEPLAG	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
SETRANS	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
SIAFEM	SISTEMA INFORMATIZADO E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS
SIG	SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS
STF	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
STN	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



SUNOT	SUPERINTENDENCIA DE NORMAS TÉCNICAS
TCE-RJ	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
TJ-RJ	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UFIR-RJ	UNIDADE FISCAL DE REFERENCIA
UG	UNIDADE GESTORA
VPA	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS
VPD	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS